



# MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM

## Dossiê MUNDOS DO TRABALHO: ASSOCIAÇÕES, LIDERANÇAS E GREVES NA AMAZÔNIA URBANA E RURAL

Manaus  
Volume 7  
Número 2  
2023



# MANDIARICAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM

**Dossiê**

**MUNDOS DO TRABALHO: ASSOCIAÇÕES, LIDERANÇAS  
E GREVES NA AMAZÔNIA URBANA E RURAL**

**Organizadores**

**Dr. Luciano Everton Costa Teles (UEA/CEST)**

**Me. Moisés Dias de Araújo (Seduc-AM/Semed)**



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....6

## DOSSIÊ TEMÁTICO

O LUGAR DA RACIALIZAÇÃO: SOBRE O ASSOCIATIVISMO  
MARÍTIMO DE MANAUS, 1905-1919 – *Caio Giulliano Paião*  
.....9

TRABALHADORES EXCLUÍDOS E TRABALHADORES GREVISTAS  
SOB A ÓTICA DO COMMERCIO DO AMAZONAS E CORREIO DO  
NORTE (MANAUS, 1898-1911) – *Betsy Bell*  
*Morais*.....25

A IMPRENSA OPERÁRIA NO AMAZONAS NOS ANOS INICIAIS DO  
SÉCULO XX: CAMINHO DE PESQUISA – *Luciano Everton Costa*  
*Teles*.....48

A MALDIÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE  
TRABALHADORES RURAIS DE UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA –  
*Everton Dorzane Vieira*.....61

A FABRILJUTA E OS ELEMENTOS QUE CONSTITUÍRAM A SUA  
INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO NA CIDADE DE PARINTINS  
ENTRE 1960 A 1980 – *Matheus Rodrigues*.....82

COMPADRIO E FAMÍLIAS ESCRAVAS EM MANICORÉ NO SÉCULO  
XIX (1868-1880) -*Thaiza Colares Magalhães*.....100

## ARTIGOS LIVRES

DO COTIDIANO REGISTRADO NAS CRÔNICAS AO DIA A DIA A DIA DOCENTE: POTENCIALIDADES DAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO E DA REVISTA CARETA NO ENSINO DE HISTÓRIA – <i>Arthur Camargo Frêdo</i> .....	<b>120</b>
A PRESENÇA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS OBRAS DE MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO E ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO: OBRAS DE 1956 A 1998 – <i>Sthefanne Freitas</i> .....	<b>143</b>
ENTRE CONFLITOS E ACOMODAÇÃO: A LEI DO ARROCHO SALARIAL E A JUSTIÇA DO TRABALHO – <i>Vitória de Oliveira Barroso Abunahman</i> .....	<b>164</b>
MIASMAS E MICRÓBIOS, CORTIÇOS E FAVELAS: O MOVIMENTO HIGIENISTA NO RIO DE JANEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA – <i>Adriano Barbosa Silva</i> .....	<b>193</b>

## APRESENTAÇÃO



LUCIANO EVERTON COSTA TELES <sup>1</sup>

MOISÉS DIAS DE ARAÚJO <sup>2</sup>

Queridos leitores, é com grande satisfação que apresentamos o dossiê *Mundos do Trabalho: associações, lideranças e greves na Amazônia urbana e rural*.

A proposta do dossiê surgiu com o intuito de reunir estudos que refletissem sobre a organização dos trabalhadores, suas lideranças e seus movimentos paredistas no espaço amazônico, seja na cidade ou no campo e em dimensões e abordagens historiográficas variadas. Buscou agregar debates acerca da natureza e das particularidades das relações de trabalho na região, de como os trabalhadores se relacionavam entre si, com o espaço urbano e/ou rural e com outros setores da sociedade e poder público.

Entendemos que salientar a importância das categorias profissionais que movimentam e dinamizam a produção da riqueza (e que muitas vezes não compartilham dela) na Amazônia pretérita e presente é algo fundamental em função da ideia bastante propalada e equivocada, e que deve ser combatida, de que esta produção não ocorre pela ação do braço trabalhador (e sim pelo capital e/ou empregador).

Portanto, ressaltar as condições de trabalho e vida dos trabalhadores amazônicos, bem como suas lutas e conquistas, permitem visibilidade e compreensão das relações sociais e de trabalho estabelecidas, assim como a luta por cidadania.

O primeiro artigo do dossiê intitulado **O lugar da racialização: sobre o associativismo marítimo de Manaus, 1905-1919**, de Caio Julião Paião, focou nas experiências associativas dos marítimos, analisando como os processos de racialização,

---

<sup>1</sup> Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto A da Universidade do Estado do Amazonas (Unidade de Tefé). E-mail: [lcteles@uea.edu.br](mailto:lcteles@uea.edu.br).

<sup>2</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor da rede pública de ensino (SEMED/ SEDUC). E-mail: [m.dias.araujo13@gmail.com](mailto:m.dias.araujo13@gmail.com).



em grande medida, também se materializavam em hierarquização social, demonstrando que tais hierarquias não se davam apenas pelo viés de classe.

Já Betsy Bell Moraes, no artigo **Trabalhadores excluídos e trabalhadores grevistas sob a ótica do *Commercio do Amazonas* e *Correio do Norte* (Manaus, 1898-1911)**, tomou os respectivos jornais citados para, através deles, perscrutar os seus discursos e demonstrar como eles influenciavam pensamentos e comportamentos de diversos setores sociais em relação aos trabalhadores esquecidos e aos paredistas.

Na sequência, Luciano Everton Costa Teles, em artigo denominado **A imprensa operária no Amazonas nos anos iniciais do século XX: caminho de pesquisa**, debateu acerca da ligação dos trabalhadores com a imprensa, da relevância atribuída por eles a ela, enquanto ferramenta de comunicação e formação de opinião e consenso público, e de um possível caminho de pesquisa relacionando imprensa e espaço público.

Em seguida, temos o artigo **A maldição da juta na Amazônia: história e memória de trabalhadores rurais de uma comunidade amazônica**, de autoria de Everton Dorzane Vieira. Nele, o autor procurou, por intermédio da História Oral, utilizando entrevistas, examinar a história contada por ex-trabalhadores da juta entre os anos 1950-1980, suas experiências de trabalho e de vida.

Ainda considerando a juta, temos o artigo de Matheus Rodrigues chamado **A Fabriljuta e os elementos que constituíram a sua instalação e funcionamento na cidade de Parintins entre 1960-1980**. Neste texto o autor tratou de analisar o contexto histórico e econômico da implantação da fábrica Fabriljuta em Parintins e os impactos sociais e de produção da juta na região.

E, por fim, dispomos do artigo **Compadrio e famílias escravas em Manicoré no século XIX (1868-1880)**, feito por Thaiza Colares Magalhães, que pretendeu investigar, utilizando como fonte os registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, o sistema de compadrio arquitetado pelas famílias escravizadas na freguesia de Manicoré, interior do Amazonas, no contexto da economia da borracha.

São seis artigos que compõem o dossiê e que estabelecem importantes reflexões no campo do mundo do trabalho na Amazônia. Como é possível observar, os três primeiros artigos cronologicamente se situam nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, na Amazônia da Primeira República brasileira, e tomam a imprensa como fonte documental primordial na construção do conhecimento histórico.

Por outro lado, os dois artigos subsequentes, e que versam sobre a juta, localizam-se num recorte temporal mais recente, entre as décadas de 50 e 80 do século XX, e lançam

mão da História Oral e documental. Por outro lado, o último artigo se fixa no século XIX e emprega como fonte os registros de batismo.

Além disso, os recortes geográficos (Manaus, Manicoré, Parintins, etc.) e os personagens no âmbito da Amazônia (Marítimos, gráficos, trabalhadores da juta, escravos, dentre outros) são diversificados. Da mesma forma que temos contemplados os espaços urbano e rural.

Dito isso, só temos a nos alegrar com o dossiê em tela e agradecer fortemente a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a sua realização – autores, pareceristas, editores, designers, dentre outros.

É sempre trabalho coletivo.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles, CEST/UEA.

Prof. Me. Moisés Dias de Araújo, SEDUC/AM.



# O LUGAR DA RACIALIZAÇÃO: SOBRE O ASSOCIATIVISMO MARÍTIMO DE MANAUS, 1905-1919

THE PLACE OF RACIALIZATION: ON MARITIME ASSOCIATIONS IN MANAUS, 1905-1919



CAIO GIULLIANO DE SOUZA PAIÃO<sup>3</sup>

## Resumo

Neste artigo, levanto alguns apontamentos teóricos sobre o uso do conceito de racialização para se entender o associativismo marítimo e que podem iluminar outras dimensões para os estudos dos mundos do trabalho no Amazonas. Busco sublinhar como o peso da racialização tende a revelar outros meandros na teia de sociabilidades tecida por trabalhadores/as em suas experiências associativas, que não se explicam inteiramente pelo viés único da “classe”. A ideia central aqui é defender a relevância de se considerar as lógicas de racialização presentes nas experiências associativas de uma categoria. Dessa forma, será possível deslindar processos mais complexos em torno da constituição da identidade operária em tempos posteriores à escravidão. Proponho aqui uma discussão teórica e bibliografia acerca dos mundos do trabalho e dos estudos da questão racial e da racialização no Brasil republicano. Recorro a essas referências para demonstrar sua aplicação em alguns dos meus resultados de pesquisa e publicações sobre o trabalho e o associativismo marítimo de Manaus.

**Palavras-chave:** Marítimos; racialização; associativismo.

## Abstract

In this paper I bring some notes on the use of the concept of racialization in the study of maritime associations that can illuminate other dimensions for the studies of the worlds of work in the Amazon. I seek to demonstrate how the racialization processes tends to reveal other backgrounds in the sociability woven by workers in their associative experiences, in addition to reinforcing other levels of hierarchization not exhausted in more orthodox categorizations, such as “class”. The central idea here is to defend the relevance of considering the logics of racialization present in the associative experiences of a category. In this way, it will be possible to unravel more complex processes surrounding the constitution of worker identity in times after slavery. The basis of our discussion here is found in the bibliography of the Worlds of Labor and studies of racial issues and racialization in republican Brazil. I use these references to demonstrate their application, as shown in some of my research results and publications on work and maritime associations in Manaus.

**Keywords:** Maritime Workers; racialization; associativism.

---

<sup>3</sup> Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (2022). Possui graduação em História (2013) e mestrado em História Social (2016), ambos pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [caio\\_giulliano@hotmail.com](mailto:caio_giulliano@hotmail.com).



## Introdução

Os comerciantes paraenses e amazonenses fomentavam projetos de introdução de vapores mercantes no rio Amazonas desde os anos 1820, visando atrair capital estrangeiro para os confins do Império (Gregório, 2012; Brito, 2018). Por causa da revolta popular da Cabanagem (1835-1840) esses projetos foram suspensos e os vapores que passaram a ser vistos nas águas amazônicas eram encouraçados militares. Na década de 1840, os vasos de guerra circulavam pelo rio Amazonas como forma de coibir novas insurreições e coagir a população para retornar a seus postos de trabalho no cativo e no regime forçado.

Desde então, os navios movidos a fogo tornaram-se sinônimos de repressão e violência exercida pelos brancos. Vale lembrar a presença massiva de mulheres e homens negros, mestiços e indígenas entre a parcela revoltada contra a elite branca, notadamente lusitana, a quem atribuíam responsabilidade sobre as crises econômicas, miséria e pobreza vividas na ocasião da Cabanagem (Pinheiro, 1998; Harris, 2017). Não resta dúvida de que os vapores contrastavam com a navegação executada por essa população de diferentes condições jurídicas, de forma a senão superá-la de todo, reorganizá-la com a imposição de novas hierarquizações raciais no trabalho marítimo: o mundo das máquinas repelia a autonomia e a liberdade construída nos veleiros e canoas que foram, inclusive, cruciais para o alastramento da Cabanagem (1835-1840) pela Amazônia (Paião, 2022b).

Não havia vapores mercantes no rio Amazonas até o Império assinar, em 1853, um contrato de exclusividade da navegação do rio Amazonas com Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão de Mauá. Tratava-se do maior empreendimento empresarial visto no Império. A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1853-1871) incumbiu-se de servir viagens de Belém até Nauta, no Peru (Brito, 2018). Tão logo efetivadas, as linhas a vapor encorajaram novas expedições fluviais apoiadas por empresários, fazendeiros e governos provinciais (Paião, 2016). O objetivo era conhecer os espaços para mapear, dominar novas rotas e, claro, intimidar a formação de mocambos e assentamentos de grupos indígenas, combatendo suas economias paralelas (De La Torre, 2018, p. 7). Houve um alargamento da vigilância do Estado que concedeu aos comandantes dos vapores, oficiais reformados da Marinha de Guerra, poder para julgar e punir infratores sobre as águas. Navios mais velozes também agilizaram o recrutamento forçado para serviços militares, urbanos e rurais; capturas de escravizados fugidos e



reescrivização de outros; também favoreceu o tráfico interno de cativos até as províncias do centro-oeste e sudeste brasileiro (Laurindo Júnior, 2021). Não se tratava apenas de uma “modernização” dos meios de transporte, mas um planejamento social que visava embranquecer a navegação amazônica.

Não é de se desprezar que um dos principais símbolos da historiografia do Amazonas, Arthur Reis, recorresse a uma leitura racializada sobre a chegada da navegação a vapor na Amazônia. Em 1956, pouco mais de um século depois do primeiro vapor comercial adentrar o rio Amazonas, Reis defendia que essa navegação substituiria a de “caboclos” e “tapuios”, rendendo-lhes sérios prejuízos. O saldo negativo colhido por essas pessoas foi encarado como um fator positivo, segundo a lógica racista desse importante intelectual e poderoso político amazonense: “em que época da história foi possível o progresso sem que alguns, muitos mesmo, não se vissem prejudicados nos seus interesses? Quantas vidas não têm sido imoladas para que a humanidade progrida?”. Para ele, a população pobre era um sacrifício necessário para que o vapor efetuasse “uma verdadeira revolução branca” (1956, p. 66-65).

Não é possível ignorar que esse tipo de interpretação estivesse abrigado na fina flor da intelectualidade de Manaus, no início do século XX. Isso nos impele a buscar outras formas de se interpretar a história do trabalho no Amazonas, levando em conta a produção de leituras racistas e racializadas empreendidas na própria região e a partir de termos e interesses próprios (Abreu, 2012). Dessa forma, também não será possível compreender a introdução dos vapores sem dissociar a sua “modernidade” de processos de racialização que incidiam na produção de lugares determinados para a marinhagem dentro e fora desses barcos.

A definição desses lugares atendia às concepções da época, quando as elites proprietárias viam a modernização naval como elemento-chave para superar atrasos sociais e culturais atribuídos a negros, indígenas e mestiços preponderantes na marinha brasileira (Capanema, 2022; Jeha, 2011; Nascimento, 1997). Como a experiência associativa dos marítimos esteve, tal como em outras partes do mundo, atrelada ao processo de introdução dos vapores, o peso da racialização na organização de bordo e seus reflexos na organização desses trabalhadores conformam questões inescapáveis no estudo dessa categoria.

A ideia central deste artigo é apresentar alguns resultados obtidos a partir de minha tese de doutorado e outras publicações acerca do trabalho e do associativismo dos marítimos em Manaus, entre 1905 e 1919. Apresentarei algumas reflexões em torno do



tema da racialização, particularmente sobre o associativismo marítimo, de modo a destacar a importância dessa conceituação para os mundos do trabalho no Amazonas. Veremos um diálogo com autores e autoras que problematizam o tema da racialização no Brasil republicano, entendendo as particularidades disso diante de uma sociedade hierárquica, antes assentada na desigualdade da condição jurídica (livres e escravizados/as) para então preservar hierarquias em termos raciais após o fim da escravidão.

Apesar de o Amazonas apresentar uma maioria de livres e libertos entre a população negra, às portas de sua abolição em 1884 (Pozza Neto, 2011), isso não significa que estivesse imune de processos racialização observados em antigos e possantes núcleos escravistas do litoral. Ao contrário disso, a chegada de trabalhadores migrantes dessas áreas, durante o chamado “ciclo da borracha”, orientou boa parcela da elite proprietária e letrada do Amazonas a lidar com esse contingente em termos racializados. Afinal, observar as origens dos migrantes é um indicativo para se considerar a dimensão racial das realidades vividas por essas pessoas e o peso disso nas escolhas tomadas para saírem de seus locais de nascimento. Quando nos referimos a trabalhadoras e trabalhadores pobres advindos de lugares como Ceará, Maranhão, Bahia e Pernambuco é de se presumir a presença massiva de não brancos, como sugere Álvaro Pereira do Nascimento (2016, p. 618). E as ondas migratórias dali para a Amazônia estavam em curso desde meados dos anos 1870 (Cardoso, 2011).

Por constituírem maioria entre os marítimos de Manaus, esses filhos e netos de indígenas e africanos, vindos em larga parcela do litoral brasileiro, integram grupo ideal para apreendermos formas mais sutis de se impor e de defender sua subordinação. Formas que podem passar despercebidas caso focuemos estritamente os conflitos entre capital e trabalho. Assim, espero contribuir com alguns de meus resultados de pesquisa, para avaliarmos a pertinência do conceito de racialização nos mundos do trabalho do Amazonas, analisados dentro de sua própria realidade.

A seguir, apresento o conceito de racialização, conforme aplicação utilizada para o caso dos marítimos e suas associações em Manaus. Em seguida, discorro sobre as características do associativismo mundo afora, para demonstrar como a multiracialidade dos marítimos no Brasil e no Amazonas, em particular, é um elemento-chave para se apreender similaridades e diferenças com as pautas e identidades operárias dessa categoria no Atlântico Norte. O objetivo central é reforçar a ideia de que o Amazonas jamais esteve inteiramente apartado de outras realidades da classe trabalhadora, dentro e



fora do país, embora seus/suas trabalhadoras/es adaptassem e recriassem seus lugares na história, cientes de que as desigualdades também se expressavam em termos raciais e não apenas econômicos ou regionais.

### **O conceito de *racialização***

Entendo a racialização como um processo histórico e social por meio do qual as categorias raciais são criadas, experimentadas e transformadas, categorias que resultam de uma construção social historicamente em disputa, que as torna tangíveis no campo das relações sociais e da produção de sentidos. O uso do conceito permite entender os mecanismos que levam os sujeitos históricos a acreditar nessas categorias e agir em função delas. Para Didier Fassin, “falar de racialização é, assim, tornar explícito aquilo que o mundo social produz de maneira implícita” (2018, p. 62-63) ou conforme Barbara Weinstein, o processo de racialização era “algo que se sabia sem que fosse necessário dizer – sinal supremo de uma construção bem-sucedida, ou hegemônica” (2022, p. 29).

Nessa chave interpretativa, é inegável a contribuição dos apontamentos de Frantz Fanon para diversos campos de estudos sobre as imbricações entre racialização, capitalismo e colonialismo (1961). Para o caso específico do extremo norte do Brasil republicano, um dos leitores mais atentos de Fanon é Matheus Gato (2020). Melhor sintonizado com o que propomos aqui, o autor utiliza o conceito como elemento-chave para indagarmos sobre quais ferramentas dispomos para analisar uma sociedade antes dividida entre livres e escravos que passa a ser hierarquizada em termos raciais?

A questão nos desafia a confrontar mecanismos discursivos que cristalizaram formas sofisticadas para preservar as hierarquias sociais de uma sociedade estruturada pela desigualdade, antes expressa pela condição jurídica e, após a Abolição, expressa em termos racializados, muitas vezes dissolvidos em leituras homogeneizantes que encontravam diferentes meios de descrever e representar a população não branca (Albuquerque, 2009).

Na documentação desse período, nem sempre raça e cor da pele estão explicitadas como fatores explicativos da desqualificação ou da inferioridade imputadas a trabalhadores e trabalhadoras. Ao contrário, os estigmas sociais aparecem constitutivos em explicações calcadas na etnia, nos determinismos climáticos e geográficos, na cultura e na história. Em estudo recente, Taina Aparecida Silva Santos (2023) analisou a constituição de um conjunto de saberes que visavam normatizar e criar sistemas de identificação, classificação moral e interdição de trabalhadoras negras, mediante



prescrições médicas e sob pretexto de pesquisa científica. A autora nos ajuda a pensar como a construção de conhecimento opera um saber dominante racializado e que guarda parâmetros para excluir e até exterminar pessoas não brancas.

Ao enfocarmos essas populações, o racismo é dissimulado em uma série de argumentos que as atrelam a noções de atraso social e cultural. Dessa forma, se raça e racismo não emergem explicitamente nas fontes, é possível identificar processos de racialização quando a heterogeneidade de um grupo é substituída por uma homogeneização que silencia diferenças concretas. Os indivíduos são então dissolvidos em abstrações e seus corpos enquadrados numa escala de valores que determina sua posição social e cultural, pela origem regional ou pelo lugar ocupado na sociedade (Silva, 2022).

Em se tratando de trabalhadores portuários, para Wlamyra Albuquerque, o porto é um lugar oportuno para se apreender lógicas de racialização remanescentes da escravidão. Por se tratar de um espaço de recepções, as autoridades republicanas submeteram a zona portuária à elaboração, sem explicitar, de mecânicos de controle social pautados em critérios raciais. Tais critérios eram dissimulados em medidas de vigilância e regulamentação das entradas e saídas de navios, bem como na investigação de quem transitava e fazia do porto seu espaço de sociabilidades e de trabalho (2009, p. 47).

Podemos analisar dimensões racializadas no tratamento dispensado nesses locais de trabalho, espaços de sociabilidades e na vida associativa da categoria. Por exemplo, na ideia de incapacidade de autogestão dos serviços; a estratificação desigual dos espaços de trabalho, que determinava também a qualidade de dormitórios e alimentação; no caso marítimo, na insistência de que a deferência aos oficiais devia prevalecer dentro e fora dos barcos; na manutenção de relações paternalistas entre oficiais e embarcadiços mais jovens; no castigo físico como medida disciplinar etc. Esses tratamentos eram orientados por uma suposta organização eficiente do trabalho nos vapores, que operaria um corte com o tempo das velas, remos e varas, quando prevalecia maior senso de camaradagem a bordo e, conseqüentemente, maior recorrência de motins e deserções. Aliás, na Amazônia, havia uma perigosa memória de insurgências multirraciais que assombrava a hierarquia naval. Assim, a racialização do trabalho marítimo não pode ser dissociada da transição tecnológica imposta pelas elites proprietárias e intelectuais do extremo norte.

Na chegada dos vapores, o tratamento dispensado aos marítimos foi elaborado segundo concepções de modernidade e progresso, contrapostas à navegação tradicional



realizada por mulheres, homens e crianças de origem negra e indígena, consideradas arcaicas e atrasadas. Entendo “modernidade” e “progresso” enquanto planejamentos do capitalismo em expansão que tinha na industrialização sua expressão máxima (Drinot, 2011, p. 2-3). As elites proprietárias que advogavam a navegação a vapor compreendiam-na de forma racializada: como fruto da industrialização, os vapores demarcavam não só um novo modelo de negócio, mas uma aspiração que imbricava raça e cultura. Portanto, para operar os modernos vapores, seria necessário racializar a navegação como o lugar de trabalho de um “marítimo ideal” (de preferência branco) e forçar os de pele escura à subserviência (Paião, 2022a).

O processo de inserção da navegação a vapor no rio Amazonas, de 1853 até sua consolidação no início do século XX, revela que certos valores sobre o trabalho marítimo advinham de ideias racializadas em torno do progresso. Para Paulo Drinot (2011, p. 13), o processo de racialização tende a ser mais violento quando uma concepção de trabalho, atrelada ao progresso, depara-se com ambientes dominados por formas de trabalho, costumes e tradições de populações negras, indígenas e mestiças.

Na Amazônia, o navio a vapor encarnou noções de modernidade pela mecanização do transporte fluvial que, para efetivar-se como comércio, precisava senão destruir, reorganizar a navegação executada por tripulantes, aos quais eram atribuídos atrasos e inferioridade biológica. Mas, diante da ausência do “marítimo ideal”, os comandantes de vapores foram obrigados a equipar com os habitantes locais, independente se eram considerados afeitos ou não à vida embarcada (Paião, 2019).

Contudo, nos vapores havia uma disposição para racializar a divisão dos trabalhos a bordo: entre aqueles que se ocupariam da navegação (práticos e pilotos), tidos como mais instruídos; e os que exerciam trabalho braçal (foguistas, carvoeiros, marinheiros e moços). O progresso imaginado em tal contexto seria a realização das fainas de forma seccionada e produzindo desigualdade racial, pois as ocupações de bordo equivaliam a privilégios e desvantagens que acompanhavam a vida terrestre. O que escapou ao oficialato foi que, ao invés dos marítimos ficarem submissos e presos a lugares racializados, eles forjaram outras identificações de ofício e criaram suas próprias associações, conferindo outros valores àquelas ocupações nos anos seguintes ao fim da escravidão.

Para compreendermos, em quadro mais amplo, o associativismo marítimo, vejamos as características de outras experiências ao redor do mundo, para então destacarmos a importância de uma leitura em torno da racialização para o caso do



Amazonas. No geral, a principal característica dessa categoria foi mesmo a relação conturbada entre unidade e fragmentação associativa, observadas durante a ascensão da navegação a vapor. Como venho defendendo o advento do vapor como um processo que imbrica racialização e ideias de “modernidade”, é indispensável sairmos um pouco do nosso recorte geográfico para apurar como outros contextos lidaram com esse processo. Já adiantando que as diferenças raciais foram determinantes no que unia e separava esses trabalhadores.

### **Processos de racialização entre a unidade e a fragmentação associativa**

Os primeiros historiadores a destacar as associações marítimas do Amazonas foram Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, em “História da indústria e do trabalho no Brasil” (1982). Os autores localizaram associações de marítimos divididas por ofício, elencadas no jornal operário *A Lucta Social* (1914) de Manaus. Eles apontam a categoria como a mais proeminente no movimento operário do Amazonas, pelo número de associações e pela quantidade de trabalhadores. Essas entidades estavam coligadas na Federação Marítima do Amazonas (1914-1916; 1916-1918). A maior característica presente nas relações entre a Federação Marítima e demais associações de ofício foi uma dinâmica entre a fragmentação e a unidade associativa, uma questão que deve ser abordada sem descuidar da sua dimensão racializada.

A questão da clivagem interna e das lutas por unidade é um fator presente nos estudos sobre sindicalismo marítimo em diferentes países. Essa dinâmica refere-se à inserção dos vapores num mundo de trabalho de forte tradição, como a navegação, no qual a força do costume prevalecia na divisão das funções e nos relacionamentos a bordo. Nesse processo, os ofícios mecânicos não foram bem aceitos entre a comunidade maruja no século XIX, que passou a alimentar certa rivalidade, embora a identificação como classe fosse estratégica para barganhar interesses durante a expansão do negócio náutico até o início da Grande Guerra. Assim, é consenso entre os estudiosos do tema que a ascensão da máquina a vapor coincide com os primeiros sindicatos marítimos pelo mundo (Kennerley, 1997; Rolandi, 2013).

Na Espanha, Enric Domingo mostra que a mudança física dos navios, com casco metálico e maquinarias, evidenciou um contraste com os veleiros, cujos trabalhadores passaram a comparar o navio com o espaço de uma fábrica; e os ocupantes das máquinas e do fogo a se identificarem com o restante do proletariado industrial. Domingo aduz que a passagem tecnológica chocou duas concepções do mundo marítimo: um regido por



força do costume e outro concebido na esteira da industrialização. O autor corrobora a hipótese de que essas duas experiências não se anularam de imediato e que, ao contrário, houve convivência de “novos” e “velhos” marujos numa vida associativa que estimulava agremiações por ofício, mas sempre envoltas nos intentos de unidade sindical propostos pelo oficialato. Para os oficiais, era muito caro perder o controle sobre o que consideravam uma conquista do advento dos vapores: o estímulo à competição e à rivalidade entre a marinhagem como forma de evitar motins e greves (Domingo, 2013).

Na França, segundo Ronan Viaud, o sindicalismo marítimo se origina no final do século XIX, abarcando também os pescadores. Juntos, eles apresentaram um estatuto unificado, que remontava ao Antigo Regime, quando criaram a *Fédération Nationale des Syndicats Maritimes* (1905). Mas ali também divergências políticas de membros e associações por ofício interditarão a plena unidade da federação. Viaud explica essa fragmentação pelo desenvolvimento técnico da marinha mercante e da indústria pesqueira; pelos conflitos nacionais e locais que afetaram os portos franceses, na primeira metade do século XX; pelas mudanças de legislação portuária, dentre outros motivos. Por fim, o autor caracteriza o sindicalismo dos marinheiros, como mais alinhado ao “reformismo” dos operários industriais; o “sindicalismo de produtores” dos pescadores, similar aos sindicatos agrícolas de cooperação; e o “sindicalismo de executivos” do oficialato, mais afim com as organizações patronais.

Viaud conclui que os marítimos franceses desenvolveram suas próprias concepções sindicais e, apesar de diversos em termos de identificações por ofício, não distaram muito do sindicalismo “terrestre”. Portanto, revela que a dualidade entre autonomia e as tentativas de unidade sindical guardavam formas particulares, mas evidencia a tendência geral de permanências e rupturas de projetos sindicais de períodos anteriores aos vapores (Viaud, 2005). Outro elemento importante discutido pelos estudos de sindicalismo marítimo são as características empresariais do setor náutico, como vemos a seguir.

Matt Vaughan Wilson pesquisou o sindicalismo marítimo na Grã-Bretanha, mais especificamente, do porto escocês de Glasgow, de 1910 a 1914. Segundo ele, quanto mais as bases militantes fossem empregadas pelo mesmo grupo empresarial, mais centralizadas eram as lideranças marítimas. No norte-atlântico, isso se devia à ascensão da *Shipping Federation* (1909) que aglutinava companhias da Grã-Bretanha, Bélgica, Alemanha, Suécia, Dinamarca e Bélgica. As conexões entre os empregados insatisfeitos com a organização patronal permitiram aos líderes marítimos desses países uma ampla ação



colaborativa, além de uma identificação transnacional da categoria. As características dos portos moldavam também o perfil dos sindicatos e sua disposição para o enfrentamento de classe. Como Glasgow era um porto de variadas atividades comerciais e serviços, seus marítimos eram mais dispostos à unidade sindical do que à fragmentação: havia um predomínio de pequenos barcos de casas armadoras fixas na cidade, o que levava os marítimos a residirem nos bairros portuários. A estabilidade de moradia e emprego centralizado por uma frente patronal ensejava maior entrosamento entre os marítimos, maior coesão na sua organização e baixos índices de rivalidade interna (Wilson, 2008).

Em análise comparativa nas costas leste e oeste dos Estados Unidos, Howard Kimmeldorf destaca que os graus de radicalidade, a união e as clivagens sindicais dos marítimos atendiam ao quadro de armadores, o tipo de navegação, a heterogeneidade da marinhagem e suas disputas por vagas nos navios. A desunião sindical observável em Nova York, por exemplo, derivaria da pluralidade de armadores e a dependência da navegação de longo curso, que tornavam o emprego marítimo mais esporádico e aumentava a concorrência dos marítimos pelas viagens. Segundo o autor, os armadores não viam necessidade de articular uma frente patronal diante de uma marinhagem hostil entre si e relativamente desorganizada como classe, quando comparada ao cenário da costa oeste. Em São Francisco, havia menor concentração econômica entre as companhias e um grupo de trabalhadores racialmente diversificado que lutava para pleitear direitos, desde o fim da Guerra Civil. Isso ensejou uma entidade patronal para fazer frente à unidade sindical dos marítimos e manter uma permanente oposição ao grupo cada vez mais politizado e em contato com outras organizações pelo mundo (Kimmeldorf, 1989, p. 17).

Exemplos geograficamente mais próximos ao contexto do Amazonas vêm do sul do continente, com Vitor Oliveira e Laura Caruso. Oliveira pesquisou o trabalho dos marítimos da bacia platina, em portos de escala que iam de Corumbá a Buenos Aires, entre 1910 a 1930. Sua pesquisa tem por enfoque a dimensão transnacional do trabalho e da militância operária do grupo, especialmente no âmbito do Atlântico Sul e em Assunção no Paraguai. A questão da fragmentação sindical é problematizada pelo autor, o qual acrescenta o papel das inter-relações entre marítimos de países diferentes que aventavam unidade para romper fronteiras nacionais e alçar uma solidariedade internacional de classe. Oliveira também abordou a burocracia de diferentes Capitânicas e consulados ao longo do trecho, os quais obrigavam os marítimos a conhecer a legislação dos países e os melhores canais institucionais para encaminhar suas reivindicações em terra (Oliveira,



2009). Veremos que o conhecimento formal da burocracia portuária irmanava marítimos fluviais do sul ao extremo norte do continente. Tal constatação revela um associativismo empenhado em conciliar, criticar ou rechaçar aspectos da relação entre associações, Estado e patrões – principal destaque do trabalho de Caruso sobre os marítimos de Buenos Aires.

Caruso apresenta um dos casos mais bem sucedidos de unidade associativa: a criação da Federación Obrera Marítima (FOM), uma entidade pluriprofissional que aglutinou diferentes ofícios para fazer frente ao monopólio da companhia Mihanovich, maior empregadora marítima da Argentina. Segundo Caruso, empresas, sindicatos e marítimos galgaram entre 1889 e 1921 uma notável capacidade de pressão sobre sucessivos governos do período. Para a autora, a categoria criou suas entidades para defender melhores condições de trabalho e, apesar da significativa fragmentação de ofício, a FOM alcançou relevantes níveis de solidariedade interna, inclusive com uma identidade operária atrelada à cultura militante do grupo, a chamada “família fomista”. As conquistas da FOM seriam resultado das habilidades de negociação e astúcia para manejar a relação com patrões e Estado. Conscientes do papel estratégico que ocupavam na economia, os marítimos fomistas escolhiam bem os momentos para elaborar manifestações, sendo o sistema de *closed shop* a maior conquista da categoria (Caruso, 2016).

Após percorrermos algumas pesquisas sobre sindicalismo marítimo, podemos frisar aproximações e distanciamentos com os marítimos do Amazonas, o que já demarca o lugar que eles ocupavam no mundo, jamais apartados do que ocorria noutras águas (Paião, 2019).

No porto de Manaus, havia uma grande variedade de rotas e possibilidades de emprego e, por causa disso, não houve organização patronal de armadores para fazer frente ao associativismo dos empregados. Mesmo porque a hegemonia da companhia Amazon River sedimentou uma alta concorrência por subvenções entre pequenos e médios armadores, influenciando em baixo índice de unidade entre eles (Paião, 2022b).

O associativismo marítimo também foi motivado por melhores condições de trabalho e projetos de auxílio pecuniário. O maior adversário dos marítimos aqui não eram os patrões, mas a Capitania do Porto do Amazonas, que agia na retaguarda dos ataques patronais a direitos exigidos pela categoria. Por causa do bom cenário empregatício, menos esporádico que o litoral, a marinagem não passou por grandes divergências a nível horizontal, como Kimeldorf afirma para Nova York. O adversário em comum, a



Capitania, chegou a incentivar a organização dos subalternos sempre à sombra da identidade “nacional” e sem estímulo a qualquer ação considerada quebra de hierarquia. A imposição dos oficiais a um associativismo eivado por valores do mundo militar interditou a chance de sociedades pluriprofissionais iguais as da Grã-Bretanha, Espanha, França, Estados Unidos e Argentina. Os marítimos do Amazonas permaneceram agrupados conforme os ofícios, constantemente lutando por autonomia associativa frente a liderança de oficiais, que buscavam submeter e dirigir a militância e não encampar demandas em comum. Retomando o tema central do artigo, é justamente a multiracialidade e seus processos de racialização que destoam o caso aqui em tela da experiência associativa do norte-atlântico.

Defendo que, com a vinda de migrantes do litoral, a marinhagem do Amazonas, composta por descendentes de africanos e indígenas, passou a guardar maior semelhança com o contingente litorâneo. Contudo, diferente dali, no interior da Amazônia, o contexto empregatício cimentou uma relativa autonomia associativa. E as clivagens verticais incidiram numa maior radicalidade no enfrentamento de classe, que podia até levar em conta a memória histórica de insurgência indígena e negra da região e de outros espaços. Como dito, uma das principais diferenças com os marítimos supracitados está na heterogeneidade étnicorracial da marujada amazônica (Paião, 2022a). Assim, o problema da unidade associativa, proposta pelo oficialato, precisou ser observado dentro de um quadro de racialização que insistia em determinar o lugar adequado para cada marítimo, a despeito de valores e identidades próprias.

Para examinar o processo de racialização nas experiências organizadas dos trabalhadores, David Roediger traz contribuições salutares, pensando sindicatos e raça. O autor observa que a vida sindical pode produzir e reproduzir desigualdades raciais, por exemplo, quando lideranças presumidamente brancas tentavam incutir posições subordinadas a membros não brancos, em sociedades recém-saídas da escravidão. Para Roediger (2013, p. 31), o racismo também é um elemento crucial para se perceber cisões em agrupamentos por ofício, podendo recair na organização dos trabalhadores como eixo determinante.

Para o associativismo marítimo, articular esse debate aos estudos sobre a Marinha de Guerra revela identificações e recusas de categorizações herdadas na marinha mercante através dos oficiais formados no mundo militar e que marcaram a experiência associativa da marinhagem. Autores como Álvaro Pereira do Nascimento (2002) ajudam a entender as formas pelas quais a categoria se via e queria ser vista numa sociedade perpassada pelo



passado escravista, mas que teve no mundo embarcado, o seu melhor refúgio. E no qual, em contraposição e a despeito disso, os descendentes de indígenas e africanos aspiraram uma vida melhor do que tinham em terra. Trabalhar tais questões no associativismo marítimo de Manaus reitera a premissa de Roediger (2013, p. 46): não se trata de uma nova classe trabalhadora alterando fatos históricos, mas trata-se de novas oportunidades abertas por outras formas de enxergá-los.

## Conclusão

Minha exposição pode concluir com a caracterização das associações e apresentação de alguns resultados de pesquisa. Apurei que, desde a criação da primeira associação por ofício com a União dos Foguistas de Manaus (1905), prevaleceu uma fragmentação de entidades de ofício e uma insistente tentativa dos oficiais em dirigi-las por um sistema federativo, encarnado pela Federação Marítima do Amazonas (1914-1915; 1917-1918). Havia uma tensão entre entidades de subalternos e agremiações pluriprofissionais que, ao invés de encaminhar demandas em comum, queriam dirigir a militância e conciliar confrontos de classe (Paião, 2022a).

O teor racializado dessas disputas está presente nos discursos de oficiais que viam os subalternos como biologicamente inferiores, incapazes de compreender a ordem republicana e que por isso mesmo deviam permanecer tutelados em função de uma alegada predisposição à insurreição, caso insuflados na sua irracionalidade. Sobre os perfis políticos e assistenciais das agremiações, podemos afirmar que se tratava de associações beneficentes, mas de posição de “resistência”; nas entidades de oficiais prevalecia o estímulo a atividades físicas, bem aos moldes dos clubes militares do período. Entre as associações de subalternos, compostas de largo número de negros e mestiços, ressalta-se o ideário socialista, com algumas inserções de anarquistas entre marinheiros e moços. No associativismo dos subalternos havia estímulo a educação e ao cultivo moral, dando mostras do seu esforço por alfabetizar os membros e melhor prepará-los para os enfrentamentos de classe e legitimação de sua cidadania.

Por fim, foram analisadas 22 associações criadas entre 1905 e 1919, que abrigaram a maior parcela operária de Manaus e que chegou a ser o maior contingente marítimo do país. As disputas por autonomia associativa e a limitação do domínio dos oficiais sobre a vida em terra revelam a luta dos trabalhadores não brancos, em definir um novo rumo para suas vidas, em uma região distante dos principais núcleos escravistas do litoral brasileiro. A contra-sociedade formada por esses homens e rapazes no interior do



continente, nos anos seguintes à Abolição, evidenciam outra dimensão de que o fim da escravidão não conformou o fim de uma luta, mas o início de muitas outras em busca de direitos e consolidação do controle de suas vidas.

Por fim, busquei tracejar apontamentos que podem servir para se pensar outras categorias de trabalhadores no Amazonas, no sentido de inserir a região em debates mais amplos sobre sindicatos, associativismos e processos de racialização no Brasil e no mundo.

**Data de Submissão:** 13/08/2023

**Data de Aceite:** 06/10/2023

### Referências

ABREU, Tenner. **“Nascidos no grêmio da sociedade”**: racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRITO, Roberta. **Vapores de Mauá**: a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas (1852-1871). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CAPANEMA, Sílvia. **João Cândido e os navegantes negros**: a Revolta da Chibata e a segunda abolição. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

CARDOSO, Alexandre Isidio. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARUSO, Laura. **Embarcados**. Los trabajadores marítimos y la vida a bordo: sindicato, empresas y Estado en el puerto de Buenos Aires, 1889-1921. Buenos Aires: Imago Mundi, 2016.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores urbanos em Manaus – 1890-1915. Manaus: Valer, 2014.

DE LA TORRE, Oscar. **The People of the River**. Nature and Identity in Black Amazonia, 1835-1945. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2018.

DOMINGO, Enric. **El trabajo en la marina mercante española en la transición de la vela al vapor (1834-1914)**. Tese (doutorado em História) – Universidad de Barcelona, Barcelona, 2013.

DRINOT, Paulo. **The Allure of Labor**: Workers, Race, and the Making of the Peruvian State. Durham; London: Duke University Press, 2011.



FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo: o que racializar significa. In: SCHWARCZ, Lília; MACHADO, Maria Helena P. T. (org.). **Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente**. São Paulo: Edusp, 2018.

GATO, Matheus. **O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado Brasileiro (1838-1867)**. São Paulo: Annablume, 2012.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Global, 1982.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

JEHA, Silvana. **A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822-c. 1854**. Tese (doutorado em História) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.

KENNERLEY, Alston. The Seamen's Union, the National Maritime Board and Firemen. Labour Management in the British Mercantile Marine. **The Northern Mariner/Le Marin du Nord**, n. 4, vol. 16, 1997.

KIMELDORF, Howard. **Reds or Rackets? The Making of Radical and Conservative Unions on the Waterfront**. Berkeley: University of California Press, 1989.

LAURINDO JÚNIOR, Luiz Carlos. **Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos no Vale do Amazonas (1840-1888)**. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910**. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à História Social do Trabalho no Brasil". **Estudos Históricos**, vol. 29, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

OLIVEIRA, Vitor. **Nas águas do Prata: os trabalhadores da rota fluvial entre Buenos Aires e Corumbá (1910-1930)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PAIÃO, Caio Giulliano. Culturas de trabalho e associações de práticos em Manaus e Belém (anos finais do século XIX). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 11, 2019.

PAIÃO, Caio Giulliano. **Os lugares da marinhagem: trabalho e associativismo em Manaus, 1905-1919**. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022a.



PAIÃO, Caio Giulliano. **Para além das chaminés: memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900).** Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

PAIÃO, Caio Giulliano. Rumos da liberdade: geografia insurgente e trabalho marítimo na Amazônia pós-Cabanagem (1840-c.1870). **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 14, 2022b.

PINHEIRO, Luís Balkar. **Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem.** Tese (doutorado em História) – PUC-SP, São Paulo, 1998.

PINHEIRO, Luís Balkar; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930).** Jundiaí: Paco, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925).** Manaus: Edua, 2015.

POZZA NETO, Provino. **Ave libertas: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial.** Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

REIS, Arthur. **A Amazônia que os portugueses revelaram.** Rio de Janeiro: MEC, 1956.

ROEDIGER, David. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre et al. (org.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre história do trabalho.** São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

ROLANDI, Maria Stella. Persistenze e mutamenti. L'organizzazione del lavoro marittimo in Italia (1861-1939). **Storia e Problemi Contemporanei**, n. 63, mag. 2013.

SILVA, Fernando Teixeira da. **As cores do campo: trabalhadores rurais, direitos e “raça” – Brasil, entreguerras.** Texto inédito, 2022.

TELES, Luciano. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928).** Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VIAUD, Ronan. **Le syndicalisme maritime français: Les organisations, les hommes, les luttes (1890-1950).** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

WEINSTEIN, Barbara. **A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista.** São Paulo: Edusp, 2022.

WILSON, Matt Vaughan. The 1911 Waterfront Strikes in Glasgow: Trade Unions and Rank-and-File Militancy in the Labour Unrest of 1910-1914. **IRSH**, 53, 2008.

# TRABALHADORES EXCLUÍDOS E TRABALHADORES GREVISTAS SOB A ÓTICA DO COMMERCIO DO AMAZONAS E CORREIO DO NORTE (MANAUS, 1898-1911)

## EXCLUDED WORKERS AND STRIKE WORKERS FROM THE PERSPECTIVE OF COMMERCIO DO AMAZONAS AND CORREIO DO NORTE (MANAUS, 1898-1911)

BETSY BELL PRAIA MORAIS<sup>4</sup>



### Resumo

Este ensaio investiga como os jornais Comércio do Amazonas e Correio do Norte viam os trabalhadores excluídos e grevistas em Manaus de 1898 a 1911. Analisa as estratégias de discurso desses jornais e como eles influenciaram a percepção e o comportamento de outros estratos sociais em relação a esses trabalhadores. Os jornais tinham diferentes orientações editoriais, ajudando a entender as dinâmicas sociais, políticas e culturais de transição para a República em Manaus. O primeiro momento foca nas representações da pobreza e dos valores sociais no Comércio do Amazonas, enquanto o segundo destaca o protagonismo dos pesqueiros e pescadores no Correio do Norte.

**Palavras-chave:** Classe trabalhadora; representação; greve; exclusão; Amazonas.

### Abstract

This essay investigates how the newspapers "Comércio do Amazonas" and "Correio do Norte" viewed excluded workers and strikers in Manaus from 1898 to 1911. It analyzes the discourse strategies of these newspapers and how they influenced the perception and behavior of other social strata towards these workers. The newspapers had different editorial orientations, helping to understand the social, political, and cultural dynamics during the transition to the Republic in Manaus. The first section focuses on representations of poverty and social values in "Comércio do Amazonas," while the second highlights the role of fishermen and fisherwomen in "Correio do Norte."

**Keywords:** Working class; representation; strike; exclusion; Amazon.

### Introdução

A imprensa, como produtora de conteúdos e sentidos e, principalmente, construtora de representações sociais, tem um papel fundamental na disseminação de ideias e valores, influenciando a percepção que as pessoas têm sobre si mesmas e sobre os outros. Não foi diferente com a cidade de Manaus, capital do Amazonas, durante a

---

<sup>4</sup> Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (1993) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduada em História (2023) pela mesma instituição. E-mail: [betsybell10@gmail.com](mailto:betsybell10@gmail.com).



virada do século XIX para o XX, período de intensas modificações econômicas e, portanto, também de mudanças sociais, culturais e políticas.

A exploração da borracha, que reposiciona o modo de produção capitalista por renovadas bases de violências e arbitrariedades no mundo social do trabalho na região Norte, atraiu uma grande quantidade de migrantes e imigrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nesse contexto, a imprensa se consolidou como um importante instrumento de comunicação e construção de ideias e conceitos.

E, ao citar conceitos, deparamo-nos com o de representação, ecoando as ideias de Chartier (2002) ao enfatizar sua importância central na construção cultural da realidade. O historiador argumenta que a representação não é, simplesmente, um espelho do mundo real, mas um meio ativo de construí-lo e conferir-lhe significado. Destaca, portanto, como as representações são moldadas e mediadas por convenções culturais e mecanismos materiais, como livros, que influenciam a recepção e interpretação das informações.

Diante disso, como o foco principal deste estudo é explorar como as classes trabalhadoras estão representadas nos meios de comunicação, especificamente no “Comércio do Amazonas” e “Correio do Norte”, analisamos quais narrativas e imagens são predominantes e como essas representações influenciam a percepção e o comportamento de outros grupos sociais na relação com os trabalhadores. Além disso, investigamos as variações na representação das classes trabalhadoras nesses diferentes veículos de comunicação e, principalmente, como essas representações são percebidas e reagidas pelos próprios trabalhadores.

Problematizaram-se aqui dimensões da prática da grande imprensa escrita como força social ativa no final do século XIX, quando a cidade de Manaus passou por um processo de modernização em meio à euforia “faustosa” da borracha e à valorização do exótico. Nesse contexto, surge a chamada “Belle Époque amazonense” – uma autodenominação caricata da elite local que se inspirava na cultura europeia, em especial a francesa, para projetar para si uma imagem de modernidade. O período é marcado, portanto, pela efervescência cultural, artística e econômica.

Segundo Edinea Mascarenhas Dias (2007), esse período representou um momento de afirmação econômica e ideológica da classe dominante local, que buscava se diferenciar e se afirmar em relação às outras elites regionais do país. Diante disso, as classes dominantes locais relacionaram os seus interesses econômicos em perspectivas de reforma urbana excludentes, sobretudo dos modos de viver e trabalhar de indígenas e outras populações originárias na Amazônia brasileira do período, quando então



acompanharam modelos europeus de alijamento social da classe trabalhadora por eventos culturais grandiosos, construção de edifícios e monumentos em estilo francês. Ideologicamente, consignou-se no tempo a ideia de que a elite econômica da cidade de Manaus buscava então por esses meios práticos de destruição de modos culturais de vida na região afirmar-se como moderna e cosmopolita naquela suposta metrópole, quando sumamente o que procurava consolidar era não mais do que os seus próprios privilégios.

Daou (2004), em “A Belle Epoque amazônica”, destaca também o papel fundamental que a borracha exerceu no desenvolvimento econômico e social da região amazônica e de Manaus, em particular. A autora recupera discussões sobre o período então marcado por grandes contrastes, quando mudanças econômicas articularam o avanço da miséria e da exploração de trabalhadores locais e migrantes sob patamares sociais até então desconhecidos.

Neste cenário, um incômodo pessoal se transforma em motivo deste artigo: o fato de compreender, a partir das fontes, que a sociedade é representada de maneira parcial e incompleta nos periódicos escritos da época. A compreensão preliminar, portanto, foi precisamente quanto ao funcionamento da ideologia nos meios de comunicação do período. Tratamentos excludentes, supressivos e até invisibilizadores de parcelas do corpo social, por parte da imprensa, instigaram a realização deste artigo. Até porque, como se não bastasse a exclusão, a propagação de conceitos controversos aparece presente nos mais variados discursos e narrativas daquele momento. Além disso, a análise da imprensa local também nos permite compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais que permeavam a Manaus no alvorecer da República, garantindo uma compreensão mais ampla da história e da cultura amazonense.

Completando esse pensamento, Teles (2020, p. 19) argumenta sobre a utilização da imprensa escrita periódica nos estudos de História como documento histórico profícuo. Segundo ele, a questão ganhou terreno, a partir de 1970, “após a superação de antigas posturas que marcaram a prática historiográfica, notadamente as noções de ‘fonte suspeita’ e ‘repertório da verdade’”. Teles chama atenção para o fato que a:

Adoção de uma postura cautelosa e crítica no trato com a imprensa se tornou referência obrigatória para os pesquisadores... Como fonte histórica, a imprensa configurou-se como um ‘manancial dos mais férteis’ para a reconstrução e elucidação do passado. Por meio dela, tornou-se possível recuperar dimensões sociais importantes, notadamente as lutas, os ideais, os compromissos e os interesses de diversos setores que compõem a sociedade. A imprensa possibilitou um melhor conhecimento das sociedades no nível de suas condições de vida manifestações culturais e políticas, dentre outros aspectos (Teles, 2020, p. 20).



Nesse caminho, Barros alerta sobre a importância da criticidade. De acordo com ele, o historiador não vai ao jornal apenas em busca de informações, “ele vai ao jornal de uma outra época em busca de discursos (...). Precisamos compreender os autores sociais que estão por trás do texto, e é imprescindível nos apercebermos do que é dito voluntária e involuntariamente” (Barros, 2023, p.18).

Diante disso, o artigo envolve dois jornais da grande imprensa da época. Com o *Commercio do Amazonas* foi importante abordar suas perspectivas sobre a população local e os valores sociais que foram enfatizados em suas páginas, assim como as relações de poder da classe dominante da época. No *Correio do Norte*, além de citar os atrelamentos sociais e econômicos desse jornal, o grande destaque foi o esforço de reflexão sobre a representação da classe trabalhadora ressaltando duas greves em especial, envolvendo pescadores e peixeiros.

A primeira delas, a greve dos pescadores, inspiraria ainda outros movimentos semelhantes em diferentes setores à época, impulsionando uma onda de conscientização e ação coletiva entre a população trabalhadora. Já a greve dos peixeiros mostrou toda uma saga sobre as reivindicações desse segmento profissional por melhores condições de trabalho e justiça nos impostos, mas também eles todos como atores do próprio processo histórico, e com autonomia de classe, apropriando-se sobre o próprio movimento de criação das possibilidades reais de transformação social.

### **O trabalhador pelo *Commercio do Amazonas***

A edição de domingo, dia 29 de maio de 1898, do jornal *Commercio do Amazonas*, parece um mosaico de contradições em razão da diversidade de notícias inseridas nas quatro páginas do periódico, duas delas repletas somente de anúncios publicitários. No entanto, nas demais, as informações se misturam entre eventos religiosos, como a procissão da Virgem Maria – que saíria da Praça da Matriz naquele dia –; atividades de lazer, como a inauguração de uma seção de tiro ao alvo no Sport Clube com o objetivo de “proporcionar a maior messe de distração” aos seus associados ou ainda uma nota jornalística sobre a empresa J.A. Guedes & Cia, que trazia a mudança de escritório para a rua Marechal Deodoro, “contíguo ao estabelecimento dos senhores Marius e Levy” (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 29 de maio, 1898).

Mas, a referida edição não apresentava apenas notícias da rotina repetitiva e monótona de uma Manaus do final do século XIX, apesar de grande parte delas serem,



nitidamente, de interesse explícito dos leitores de um jornal que demonstrava sua origem, de pronto, no nome que carregava: dos empresários do comércio do Estado do Amazonas.

O *Commercio do Amazonas*, no período em tela, de 1898 a 1911 – início da Primeira República –, apesar de ter sido inaugurado ainda no período imperial, em agosto de 1869, substituindo o *Mercantil*, pertencia ao mesmo proprietário Gregório José de Moraes. Este empresário desempenhou funções, em Manaus, também como capitão, agente de leilão, tesoureiro e até como construtor, naquele período (*Amazonas*, Manaus, 3 de março, 1880; *Jornal do Amazonas*, Manaus. 31 de agosto, 1886 e *Jornal do Amazonas*, Manaus. 22 de julho, 1888).

Sendo um dos mais longevos de sua época, com funcionamento de 1869 a 1904, o *Commercio do Amazonas* era diário. Foi o veículo que “criou o serviço telegráfico e introduziu as ilustrações, estampando retratos de homens notáveis do Brasil e da Europa, vistas de edifícios, paisagens e lugares de importância” (Mendonça, 2012).

Em resumo, o jornal que teve todos os seus proprietários sendo comerciantes, naturalmente, o conteúdo dava ênfase para notícias comerciais, anúncios relacionados a negócios locais, informações sobre política comercial e orientações para outros comerciantes. As edições mostram, em sua maioria, inclusão de notícias relacionadas ao comércio local e internacional, sobre preços de mercadorias, mudanças nas políticas comerciais, novos empreendimentos comerciais e eventos que realizavam no mercado em geral. Na área política, as notícias envolviam as políticas e regulamentações governamentais que passavam pelo comércio, assim como forneciam análises, opiniões e atualizações sobre questões comerciais, como acordos internacionais, legislação relacionada ao comércio e políticas administrativas que impactam os negócios. O campo de atuação era claramente definido.

Nesse cenário, a descrita edição do *Commercio do Amazonas*, de maio de 1898, também apresentava notícias que fugiam a esse escopo citado. Foi o caso, por exemplo, da crônica policial, sob o título “Pela Polícia”, cujo autor tem como codinome “Cabo da Ronda”. No relato, ele rebuscou tanto a linguagem, que o leitor menos atento poderia não entender que o mesmo citava as pessoas que a polícia tinha recolhido à prisão numa “noite sombria e tétrica”, conforme relato do “Cabo da Ronda”.

O fato é que tanto o cidadão Josino Franciso dos Santos, quanto Elisa Gomes Belferie foram presos por causa de brigas, nas ruas de Manaus, numa madrugada, ao que tudo indica perto de prostíbulos e a notícia foi parar no *Commercio do Amazonas*. Mas, o tom da narrativa no jornal surpreende pela referência à Elisa:



Elisa Gomes da S. Belferie, uma crioula (digo crioula por ser menos rebarbativa, pois ela é negra como o cão, que tem por hábito, preservando-se das febres, matar o bicho e depois do dito morto, ar angélico e graciosa Elisa, em linguagem veemente promove grande e furiosa tempestade [...] (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 29 de maio, 1898).<sup>5</sup>

Nota-se uma abordagem ofensiva, que utiliza termos pejorativos, racistas e desumanizantes, reforçando de que ser negro é algo inferior ou negativo, além de perpetuar estereótipos e preconceitos, mas foi assim exposto aos leitores. Sem dúvida, há racismo ao descrever a trabalhadora Elisa Gomes Belferie usando termos, ao se referir a ela como “uma crioula” e compará-la à cor de um cão. Nesse sentido, o autor reforça estereótipos raciais de uma sociedade àquela altura, e talvez mesmo ainda hoje, escravagista. Essa abordagem ofensiva e depreciativa contribui para a marginalização e discriminação da comunidade negra, além de reforçar preconceitos raciais na sociedade até os dias de hoje.

Não é à toa que isso se reforça em temas relevantes como moralidade pública e higiene naquele periódico. Uma análise das narrativas, desenvolvidas pelo *Commercio do Amazonas*, revela a maneira como esses assuntos eram considerados, especialmente quando envolviam as classes populares. É o caso do artigo “O vício”. Sob o subtítulo “pela moralidade pública”, o mesmo expõe os seguintes argumentos:

Quando escrevemos um artigo de ontem, subordinado ao título deixado lá no alto, bem sabíamos que as nossas palavras seriam ouvidas pelo público sensato e que elas calariam ao espírito esclarecido do honrado chefe de Segurança Pública...

Perguntamos, porém: é decerto, é sério, é razoável a continuação desse deboche que se passa em algumas casas públicas - rotuladas pomposa e irrisoriamente com título de hotéis -, onde a prostituição triunfa, onde a crápula avassala tudo e todos? É exato, ao que somos os primeiros a concordar - que não se podem empregar medidas absurdas e vexatórias. Assim, a prostituta reles ostenta todo um pudor nos jardins públicos, dos teatros - e aí até no próprio *toilette* das senhoras -, enfim, em todas as festas onde estão famílias.

A mulher, de vid´airada, .... roça hoje, ombro a ombro, todas as senhoras, ostentando muitas vezes o vício a que desgraçadamente entregou-se! Um pouco mais de moralidade, eis que desejamos. Bem sabemos que essas mulheres - falamos daquelas que de todo ficaram sem pudor - são geralmente pobres vítimas das ciladas dos especuladores. Referimo-nos ao *caftismo*, ao *caftismo* medonho que tem centro nas operações em Buenos Aires, e que propagou-se na capital federal, que estendeu-se em São Paulo, que já está no Pará e quer agora explorar o Amazonas. Porque o *caften*, o tipo aperfeiçoado de gatuno -, não é mais do que aquele que vive de explorar o vício e a libertinagem, que sob o rótulo honesto esconde a especulação vil e nojenta. É tempo de tratar, porém, de algumas dessas casas públicas que infestam a nossa cidade (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 14 de março, 1899).

<sup>5</sup> Para melhor compreensão do leitor, os documentos transcritos serão atualizações, conforme o nosso acordo ortográfico mais recente.



Como observado, a questão da prostituição e da moralidade pública são os temas do debate levantado acima, expressando preocupação com a presença de casas públicas que promovem a referida prática em Manaus. A visão é conservadora e moralizante. O autor do discurso se mostra indignado com o que considera um “deboche” a presença dessas casas públicas, rotuladas como hotéis, onde a prostituição é evidente. O tom utilizado é de reprovação e de apelo por maior moralidade. Há ainda o incômodo sobre a presença de prostitutas em espaços públicos, como jardins, teatros e festas frequentadas por famílias – ou seja, uma clara distinção entre as “senhoras” e as prostitutas, enfatizando a ideia de uma divisão moral e social.

No trecho analisado, o autor reconhece que muitas dessas mulheres são vítimas de exploração por parte de especuladores, referindo-se especialmente ao “caftismo” (termo utilizado para descrever a prática de cafetinagem). Essa menção indica uma percepção de que a prostituição é resultado de circunstâncias sociais desfavoráveis e exploração, em vez de uma escolha consciente das mulheres envolvidas.

A escolha de publicar esse tipo de texto indica que o jornal tinha como público-alvo uma camada da população que se identificava com esses valores tradicionais e preocupações morais. Os leitores, provavelmente, esperavam encontrar nos jornais uma voz que representasse seus interesses e visões de mundo. Em suma, a análise dessa fonte histórica revela um discurso conservador e, é importante ressaltar que o discurso não aborda as causas que levam à prostituição, nem considera a possibilidade de oferecer alternativas e apoio às mulheres envolvidas nessa atividade. Em vez disso, enfatiza a necessidade de medidas para controlar e reprimir, buscando preservar a “honra do Amazonas” e a moralidade pública.

Dias (2007), ao descrever sobre esse surgimento das pessoas que não tinham as mesmas condições de sobrevivência daqueles que usufruíram a vida de “fausto” que a borracha propiciava, explica que as autoridades governamentais, em conluio com os interesses particulares, implementam uma estratégia opressiva que visa marginalizar e subjugar indivíduos ou grupos que surgem na cidade e não se conformam aos padrões de valores da classe dominante local. Observa ainda a autora que:

Em se tratando dos trabalhadores, e, para os marginalizados do processo produtivo, o poder público desenvolveu uma política de reclusão em ambientes afastados e fechados, tais como: penitenciárias, hospitais, asilos de mendicidade, hospício e colônias agrícolas. As ações de iniciativa privada também colaboraram para manter a imagem da cidade isenta de perturbações, a cidade do ‘fausto’, em que, por iniciativa de piedosas senhoras da sociedade, são fundadas a Sociedade Beneficente Amparo da Pobreza e a Liga Protetora da Pobreza (Dias, 2007, p. 121).



Outro exemplo para referenciar a exposição de fatos, segundo a ótica do Comercio do Amazonas, é o caso da necessidade pública de trabalhadores sem emprego, escrachada ao limite da humilhação, onde observamos uma mendicância normatizada nos veículos de comunicação e que expõem, sem segredos, a abundância de poucos e a falta para muitos. Para Kowarick, trata-se de “dilapidação dos trabalhadores”. Observa o autor que:

Na realidade, as ‘necessidades sociais’ numa situação em que as reivindicações e protestos coletivos estão bloqueadas, são instrumentalizadas em função das ‘necessidades da acumulação’. Assim os investimentos nos quais é preponderante a participação estatal, visam à lubrificação da engrenagem econômica e os problemas vividos pela população só se transformam em problemas públicos na medida em que são compartilhados pelas camadas de dirigentes (Kowarick, 1979, p. 50).

O citado pensamento diz muito a respeito, por exemplo, do artigo “A mendicidade”, publicado em 1899. Nele, o jornal Comercio do Amazonas reclama que não é a primeira vez que se preocupa com a propagação de mendigos pela cidade – que se refere como “bando de infelizes que para viver vê-se forçado a entregar ao peditório”.

Não é a primeira vez que nos preocupamos com este assunto. Carecedor da máxima atenção, de cuidado especial, ele requer muito zelo dos públicos poderes. Atalhar o mal pela raiz - é ditado corriqueiro e ao alcance de todos. E é preciso salientar, desde já, que as nossas palavras sobre a mendicidade que vai propagando-se, inspiram-se exatamente no bem público, na sorte do bando de infelizes que para viver vê-se forçado a entregar-se ao peditório. Somos razoáveis e coerentes, e por isso, damos o brado asilo para aqueles a quem a fatalidade tem ferido... É um quadro entristecedor e doloroso esse, de se ver em entulhando os públicos lugares, homens, mulheres e crianças a pedirem esmolas. “aleijados uns, cegos outros, rotos e famintos, ao sol e a chuva, os desgraçados ficam dias inteiros no seu posto de amargura a espera dos tostões do transeunte [...]” (*Comercio do Amazonas*, Manaus. 26 de abril, 1899).

Ao observar aquela sociedade no trato com mendigos como ‘razoáveis e coerentes’, dimensiona-se ainda que é melhor “atalhar o mal pela raiz” e o autor do editorial do veículo solicita do governo um asilo para essas pessoas, com a justificativa de ser um “quadro entristecedor e doloroso esse, de se ver entulhando os públicos lugares, homens mulheres e crianças a pedirem esmolas”.

O texto ainda especifica que são “aleijados uns, cegos outros, rotos e famintos, ao sol e a chuva, os desgraçados ficam dias inteiros no seu posto de amargura a espera dos tostões do transeunte”. Para completar, o jornal chega a indagar se “não é preferível o Governo abrigar todas essas pobres vítimas, a elas estarem a ostentar podridões repugnantes?”. Como se não bastasse, também critica outros pedintes, usando a seguinte narrativa:

De resto, a par de todos esses verdadeiros desgraçados, os vadios, os vagabundos que exploram a caridade pública. Homens e mulheres, bons para



o trabalho, entregam-se aos vícios e à vadiagem, ocupando imerecidamente o lugar daqueles que sofrem e padecem. Um conhecemos que como cego vive de esmolar, e que já encontramos, noite alta, enxergando perfeitamente caminhando lampeiro rua municipal abaixo! (*Commercio do Amazonas*, Manaus. 26 de abril, 1899).

Em face ao relativo artigo, é perceptível a predominância de uma visão das classes dominantes em relação aos desfavorecidos da sociedade de Manaus. O texto apresenta uma postura que busca afastar os mendigos dos olhos de todos, como se sua presença fosse incômoda e indesejável. O autor utiliza ainda termos pejorativos, como “vadios” e “vagabundos”, para se referir a certos destinatários que exploram a caridade pública. É importante salientar que, mesmo que mendigos tivessem atitudes farsantes, essa abordagem do artigo do jornal revela uma mentalidade elitista que desvaloriza e desumaniza indivíduos sem renda. Essa distinção reflete uma visão estigmatizada dos desfavorecidos, retratando-os como preguiçosos e parasitas sociais.

Ao pedir a construção de um estabelecimento destinado a amparar a mendicidade, o jornal não demonstra uma preocupação genuína com o bem-estar dos mendigos, mas sim um desejo de afastá-los dos espaços públicos, para que não incomodem ou perturbem a visão daqueles que são considerados "normais" na sociedade. A clara segregação, sem dúvida, é uma tentativa de esconder a pobreza e a miséria, em vez de enfrentá-las de forma estrutural e promover uma mudança social que visasse à igualdade e à justiça. É importante ressaltar que essa perspectiva não representa, necessariamente, a opinião de toda a sociedade da época, mas sim uma visão específica das classes dominantes, que detinham o poder político e econômico.

José Roberto Lapa (2008) explica que essa reunião de valores sobre moral, mais a preocupação sanitária e, principalmente, o surgimento de instituições como asilos estão dentro do que ele chama de “administração da pobreza”. De acordo com o autor, a Primeira República é “a época dos asilos”. Esses “parecem por excelência assegurar a continuidade a sistematização a normatização e o reaproveitamento quando possível dos excluídos do sistema oferecendo, portanto, a assistência social” (Lapa, 2008, p. 45). Para o historiador, a proposta é inserir os excluídos, no que se coloca como “em seus devidos lugares, que não venham a comprometer o *status* e o poder dos que comandam esse processo”. Então, sublinha que “o século XX assistiu a uma multiplicação de iniciativas institucionais em favor da pobreza, que sob a liderança de diferentes religiões, quer na iniciativa privada, ou pelo Estado, muitas vezes consorciado com aquelas” (Lapa, 2008, p. 48).



Quem melhor traduz esses imbróglis tão bem expostos nas páginas do Comercio do Amazonas é Sidney Chalhoub (2012). O historiador mergulhou nas complexidades da vida cotidiana dos trabalhadores brasileiros no final do século XIX e uma das análises centrais é a forma como os indivíduos foram transformados em trabalhadores pela elite, que, além de combater a ociosidade, buscava importar a educação pela higiene e moralidade.

Afinal, como já vimos, a elite brasileira do século XIX enxergava a ociosidade como um problema social e moral, associando-a ao vício, à preguiça e à imoralidade. Para combater isso, a classe dominante empreendeu uma série de medidas – Projeto de Lei – que visavam transformar os indivíduos em trabalhadores produtivos. Ou seja, resultou em uma nova forma de vida para os trabalhadores, marcada pela disciplina, renúncia e subjugação aos ideais daquela elite econômica. Chalhoub (, 2012, p. 75) comenta sobre ociosidade e pobreza afirmando que “o projeto reconhecia que eram duas as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito de vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última”.

No entanto, houve resistência e os trabalhadores não foram passivos dentro desse contexto histórico. Eles conseguiram encontrar maneiras de desafiar as normas e reafirmar sua identidade, mesmo dentro das limitações impostas. É o que veremos a seguir.

### **Greves de pescadores e peixeiros: ideologia e autorrepresentação no Correio do Norte**

No início do século XX, mais precisamente no ano de 1911, o jornal Correio do Norte de Manaus, sob a propriedade e direção de Germano Bentes Guerreiro, desempenhou um papel relevante na representação dos sujeitos sociais da época, especialmente no contexto das greves de pescadores e peixeiros do Mercado Municipal. Este tópico analisa a ideologia e a autorrepresentação presentes nas páginas do jornal durante esse período.

O Correio do Norte, embora se autodenominasse “órgão independente”, tinha raízes políticas e era uma plataforma de interesses da oligarquia brasileira e amazonense. Fundado como o “Órgão do Partido Revisionista do Estado do Amazonas”, em 1906, o jornal teve um papel ativo na promoção de mudanças constitucionais, alinhando-se aos interesses de grupos como os cafeicultores e membros da oligarquia local. Esse apoio político se refletia em sua cobertura editorial e nas perspectivas avançadas pelo jornal.



Na cobertura das greves de pescadores e peixeiros, o Correio do Norte adotou uma postura aparentemente solidária aos trabalhadores populares, denominando-as de “oprimidos” e “sofredores”. No entanto, essa caracterização, embora demonstre empatia, também reflete uma visão que subestima a capacidade desses trabalhadores de atuar de forma autônoma na construção de suas próprias perspectivas e na luta por seus direitos. Ao retratá-los como passivos e vítimas da opressão, o jornal obscureceu a gerência e a capacidade de organização demonstrada pelas classes trabalhadoras em suas ações grevistas.

A retórica utilizada pelo Correio do Norte, ao se autoproclamar em seu editorial de estreia como “tenda de combate” ao lado dos oprimidos e dos que sofrem, sugere uma disposição em promover a solidariedade e a luta coletiva por mudanças sociais e políticas. No entanto, essa postura não era uma ideia consolidada, uma vez que o jornal não abordava as lutas sociais em curso de maneira aprofundada e muitas vezes obscurecia as origens e causas sofridas da pobreza e da exclusão social.

Em meio a esse contexto, as greves de peixeiros e pescadores ganharam destaque nas páginas do Correio do Norte. Essas greves representaram uma quebra do *status quo*, permitindo que as classes populares desafiem o sistema e se tornem agentes ativas na arena política. Essa visibilidade das classes populares nos jornais, embora muitas vezes restrita à cobertura de eventos específicos, refletiu uma crescente participação e reivindicação política por parte desses grupos, desafiando a imagem de uma “sociedade amorosa” promovida pela elite.

O movimento dos pescadores, em particular, emergiu como um novo espaço de organização e luta política. Isso ocorreu em um momento em que Manaus foi retratada na imprensa como uma cidade próspera, devido à produção de látex. No entanto, essa representação gloriosa escondia as condições precárias de trabalho e vida enfrentadas pela maioria da população trabalhadora da cidade. As greves, ao ganharem visibilidade nos jornais, revelaram a discrepância entre a narrativa oficial e a realidade enfrentada pelos sujeitos sociais.

Portanto, o Correio do Norte, ao representar os sujeitos sociais das greves de pescadores e peixeiros, não apenas refletiu a ideologia e os interesses políticos da elite dominante, mas também evidenciou a capacidade dos trabalhadores de se organizar, lutar e reivindicar direitos em um cenário de mudança e reconfiguração social no início do século XX em Manaus. A análise dessa representação nos permite compreender como a imprensa desempenhou um papel crucial na construção e disseminação de narrativas



sobre a sociedade e as lutas políticas da época. Até porque no tempo em questão quando o *Correio do Norte* foi lançado os debates políticos estavam acirrados por ocasião das eleições (*Correio do Norte*. Manaus, 21 de janeiro. 1906) e o jornal estreou como oposicionista ao presidente do Brasil e ao governador do Amazonas.

E essa proximidade das eleições, leva-se, como de praxe, a um aumento no volume de discursos e notícias sobre política nos veículos de comunicação. Além disso, os discursos tendem a se concentrar mais nas propostas e promessas dos candidatos, nas plataformas dos partidos políticos e nas questões comuns de importância à população, como a economia, a saúde, a educação e a segurança. É também importante observar que a proximidade das eleições provoca uma polarização do discurso nos veículos, com diferentes canais adotando posições políticas opostas e muitas vezes apresentando opiniões extremas. Há ainda um aumento no uso de informações enganosas, desinformação e notícias falsas. Tudo para influenciar a opinião pública e comprometer a integridade do processo eleitoral. Nesse contexto, é notório perceber que qualquer um no *Correio do Norte* podia ser apontado como “pobre”, “oprimido” e “sofredor” pelo periódico – bastava estar dentro dos interesses do veículo.

Considerando essas análises e introduzindo a narrativa sobre o movimento dos pescadores no *Correio do Norte*, é crucial notar que a primeira ocorrência da referida “greve dos pescadores” remonta a 1905, conforme reportado pelo *Jornal do Commercio*, em 10 de outubro daquele ano.

Em 1905, portanto, os pescadores nacionais e estrangeiros que há muito tempo residiam no Estado entraram em greve pacificamente, alegando que as novas tabelas de preços de mercado os prejudicavam, buscando uma taxa tributária mais condizente com os resultados modestos de sua árdua e perigosa pescaria. Contudo, Alfredo de Azevedo Alves, arrendatário do Mercado Municipal, contrapôs a narrativa na edição seguinte do jornal. Numa carta intitulada “A greve dos servidores”, Alves expressou a sua insatisfação, alegando que o relato anterior tinha sido parcial por não dar voz a ambas as partes envolvidas. Ele afirmou que apenas um pequeno grupo de pescadores aderiu à greve, tentando coagir os demais a segui-los. Além disso, alegou que os manifestantes não comunicaram a ele o motivo da greve e que a cobrança de impostos estava em conformidade com as diretrizes da intenção, com algumas reduções. Alves incentivou os pescadores a procurarem uma autoridade competente para resolver as suas queixas e acusaram os grevistas de buscar lucros durante uma época de escassez de pesca para



sustentar o restante do ano. O episódio foi encerrado com o Jornal do Commercio não mais abordando a questão da greve em suas edições subsequentes.

Isso até chegar a uma sexta-feira, em 1906, em pleno período carnavalesco, quando se deu a denúncia no Correio do Norte que os concessionários do Mercado Municipal passaram a abusar das taxas sobre os gêneros alimentícios para os vendedores do local. O fato incluiu duas informações em destaque. A primeira, que o empresário Alfredo Azevedo Alves era quem tinha arrendado tanto o Mercado Municipal quanto o curro, em Manaus, e que o mesmo era do Rio de Janeiro “negociante que aqui veio atraído pela fama das nossas liberalidades e pela mansidão do nosso povo”. A segunda informação mostrava que o talão de impostos cobrados recaía sobre os pescadores, únicos trabalhadores então citados na matéria (*Correio do Norte*. Manaus, 23 de fevereiro, 1906).

Pronto, foi o bastante para que, até na Terça-Feira Gorda de Carnaval, marchinhas publicadas pelo periódico ganhassem à rua, em Manaus (*Correio do Norte*. Manaus, 28 de fevereiro, 1906). Os versos, por exemplo, da música “No mercado”<sup>6</sup>, criticam com ironia a corrupção e a má gestão de impostos no mercado de peixes. A letra apresenta a história de um pescador que é abordado por um empregado do governo, que cobra impostos pela venda de peixe. Na canção, o pescador nega ter escondido qualquer coisa, mas o fiscal acaba descobrindo que há uma tartaruga escondida debaixo do banco do barco. A ironia se manifesta quando o pescador afirma que a tartaruga era, na verdade, uma cuia que ele usava para esgotar a água do barco.

A passagem sugere, portanto, que os impostos cobrados pelo governo eram injustos e exorbitantes, e que os fiscais muitas vezes se aproveitavam da situação para

---

*<sup>6</sup> Vem um peixeiro ao mercado  
E mal encosta na praia  
Chega-se a ele o empregado  
Salta dentro da catraia*

*Cobra o imposto da pescada  
E também do tambaqui  
Pergunta: Não traz mais nada?  
Mas nada eu nada escondi*

*De repente num arranco  
O fiscal a face enruga  
E diz embaixo do banco  
Tem mais uma tartaruga*

*Galego, a mim não me embruia  
A mim não me engana à toa!  
(A tartaruga era cuia  
Com que esgotava a canoa)*



extorquir dinheiro dos vendedores. Em última análise, a marchinha “No Mercado” retrata uma crítica social e política, que visa expor a corrupção e a desigualdade no mercado, bem como a falta de transparência e honestidade no governo.

Para entender o motivo da relação do Correio do Norte com seus “pobres” e “oprimidos” não conflitem com os interesses das oligarquias a que o mesmo servia, destacamos a análise dos historiadores Luís Balkar Pinheiro e Maria Luiza Pinheiro.

Embora a totalidade dos grandes jornais do período mantivessem vínculos próximos aos grupos econômicos e politicamente hegemônicos sua posição crítica diante das firmas concessionárias dos serviços públicos era principalmente motivada pelo fato do próprio comércio amazonense se vê sensivelmente prejudicado por muitos desses serviços (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 111).

A greve dos pescadores é amplamente discutida na historiografia amazonense sobre o período.<sup>7</sup> Para os autores acima, a análise concerne às lutas trabalhistas e à formação de organizações sindicais na região, mostrando como os trabalhadores se organizaram para enfrentar as condições desfavoráveis de trabalho e como eles lutaram por melhorias em suas condições de vida. Desse modo, a respectiva greve é a primeira citada no livro e apontada como ‘operária’. De acordo com os autores, o protesto foi iniciado de maneira modesta, mas no dia seguinte, o número de participantes aumentou significativamente, ocorrendo a paralisação do fornecimento de alimentos na cidade de Manaus por vários dias consecutivos. Isso provocou, lógico, diversos problemas para a população local, uma vez que peixe, pão e farinha de mandioca eram os principais elementos da dieta cotidiana da época.

O processo ganha outras perspectivas no trabalho de Francisca Deusa da Costa (2014), uma vez que a abordagem da historiadora foi mostrar a transformação física da cidade de Manaus por meio dos seus sujeitos sociais, em especial os trabalhadores urbanos. A autora chega a descrever os pescadores grevistas em tópico específico de seu livro, com o tema “Resistindo nos espaços de trabalho”. Costa (2014) indica que os mesmos eram “grosseiramente tratados” e também os inclui como “massa anônima de trabalhadores” e não como operários e traz à luz a informação de que a maior parte deles eram amazonenses. Aliás, é interessante ressaltar essa informação, uma vez que acrescenta mais uma camada ao viés de racismo que era levado em consideração na época. Isso porque, ao serem tratados de forma grosseira e serem considerados como uma massa

<sup>7</sup> Para outras perspectivas sobre o tema, conf.: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1880-1930. Jundiaí, SP: Editorial Paco, 2017; COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: trabalhadores de Manaus, 1890/1915. Manaus: Valer, 2014.



anônima, esses trabalhadores, que possuíam uma identidade cultural e étnica específica, sofriam com a desvalorização de sua origem regional. Esse aspecto revela como o racismo pode se manifestar de maneiras sutis, negando a individualidade e a humanidade desses trabalhadores e perpetuando a marginalização de grupos específicos dentro da sociedade.

Quanto à abordagem e análise de representação da figura da classe trabalhadora do Correio do Norte – objeto desse artigo -, é necessário mostrar primeiro que a série de matérias reaparece como ‘A greve dos pescadores’ e que esta teve início no dia 14 de março de 1906, uma vez que a publicação é noticiada no dia 15.

#### **A greve dos pescadores**

*Protesto contra a extorsão - A resistência legal ao assalto contra a pobreza*

Ontem, uma procissão comovedora, a procissão dos representantes da miséria e da pobreza, esse cortejo numeroso dos perseguidos pela ganância e pela avarícia dos arrendatários do nosso mercado, passou as ruas da cidade, cheia de indignação patriótica, de revolta sublime e encantadora, contra os perseguidores dos desafortunados que aqui residem e moirejam pela vida e dos que aqui aportam fugindo à perseguição que a natureza, pela estabilidade do solo em algumas regiões contra eles, empreende (*Correio do Norte*. Manaus, 15 de março, 1906).

O título da matéria, como se observa, já nomeia o ato como “greve”, mas destaca na narrativa textual o que teria tido, segundo aquele jornal, características de “cortejo”, uma “procissão” de pescadores, que então passearam pelas ruas de Manaus. Observa-se ainda nessa narrativa a representação da classe trabalhadora como vítima da “ganância” e da “avarícia” – ou seja, cobiça – dos proprietários de mercado. A suposta procissão é descrita como um cortejo “comovedor” e “numeroso” de pessoas que sofrem com a pobreza e a miséria, e que estão se levantando contra a opressão. Essa descrição sugere que a greve dos trabalhadores é uma resistência legítima contra a extorsão econômica que afetava a classe trabalhadora.

O uso de termos como “perseguição” e “desafortunados” evoca, é bem verdade, uma imagem de injustiça e desigualdade social, colocando a luta dos trabalhadores em um contexto mais amplo de opressão contra os trabalhadores. Mas, no geral, pode-se dizer que esse discurso é significativo e engloba interesses e importâncias específicas ao veículo de imprensa em questão, que pode ser de audiência a ganhos políticos.

No mais, passados cinco dias dessa última notícia, o Correio do Norte volta ao tema da “greve dos pescadores”, agora com artigo intitulado “Uma violência inaudita”. E, para isso, o periódico inicia a matéria em tom de autodefesa, uma vez que, ao utilizar o termo “greve”, outro jornal levantou suspeita sobre a notícia, acusando-a, praticamente, de inverídica.



O fato é que, sob forte indignação, o editorial do *Correio* responde ao seu concorrente utilizando uma narrativa ainda mais apelativa para atacar as autoridades municipais, apesar do protagonismo dos pescadores na ação, que fica em segundo plano:

Somos forçados a voltar ainda hoje a esta desgraçada questão da greve dos pescadores que um jornal desta cidade afirmou existir apenas em nossa imaginação.

Guardamos, pois, o impaciente silêncio das expectativas ansiosas, embora em nosso foro íntimo tivéssemos já a quase certeza de que a única solução do movimento anormal dos pescadores seria aquela que a nossa esperança nos fazia vislumbrar.

Enganamo-nos, porém, os homens que compõem o sindicato que exploram a fome do povo, tremeram diante do perigo corriam os seus baixos interesses egoísticos e enfureceram-se ao ver a revoltante audácia, a incrível petulância dos pescadores que se mostravam dispostos a não mais se deixarem espoliar! Pois que! Os pescadores tinham o arrojo de insurgir-se contra a onipotência de seus senhores, tinham a suprema ousadia de rebelar-se contra as extorsões que a título de impostos, lhes eram diariamente feitas! (*Correio do Norte*. Manaus, 20 de março, 1906).

Não há dúvida de que qualquer análise do texto acima apresenta uma perspectiva favorável aos pescadores grevistas. No entanto, retrata-os novamente somente como vítimas oprimidas por um sistema injusto e por uma elite economicamente privilegiada. Para completar, o autor do editorial em questão utiliza uma linguagem carregada de emoção e crítica social para transmitir uma visão sobre a situação, a qual é visivelmente política e atende aos interesses de um jornal de oposição.

Tal reflexão tem como base o acima referido estudo de Kowarick (1979), que explica a recuperação dos conflitos sociais no campo da memória como excepcionais, “como algo que não faz parte das tradições harmônicas da ‘pátria Brasileira’”. Lembra o autor que:

As greves e contestações que marcaram a primeira República teriam sido realizadas por elementos estranhos apoiados em ideologias espúrias e alheia ao corpo social brasileiro por natureza um corpo social sadio sem conflitos (Kowarick, 1979, p. 23).

É curioso, portanto, constatar que o episódio “A greve dos pescadores”, que sempre recebeu máxima atenção do *Correio do Norte*, teve a edição do dia 25 de março como a última a noticiar a saga, informando que ninguém havia tomado ainda providências, e que seguia a falta de peixe no Mercado (*Correio do Norte*. Manaus, 25 de março, 1906). Ou seja, após todo o alarde, o jornal simplesmente não mencionou mais a questão. As pesquisas para levantar elementos a fim de problematizar esse acontecimento recobrem o período que se estende até o final do mês de maio daquele ano, tanto no *Correio do Norte*, quanto no *Jornal do Commercio*, e em outros veículos da imprensa nanica, mas nada foi encontrado em relação aos pescadores.



É sabido, no entanto, que a Semana Santa aconteceu, em 1906, no período de 11 a 15 do mês de abril (*Correio do Norte*. Manaus, 11 a 15 de abril, 1906), ao que se supõe movimentação mais expressiva de consumidores de pescados, por motivos religiosos relacionados à Páscoa, ou mesmo por costumes laicos socialmente consolidados. Possivelmente a greve dos pescadores já então se encerrara, mas o jornal não informa os seus leitores sobre o desfecho desse processo histórico de lutas. O que também evidencia que os interesses do *Correio* não visavam dar visibilidade para a aposta de trabalhadoras e trabalhadores em seu próprio futuro e reivindicações, mas sim utilizar das ações da classe trabalhadora, tal como aquela greve, para promover interesses políticos do veículo e da classe dominante que o sustentava, econômica e ideologicamente.

No entanto, a saga da greve dos pescadores não foi em vão. Passados dois meses, outra notícia publicada no *Correio* revela o arremate:

Uns pobres garapeiros, que estavam condenados a pagar um conto, cento e tantos mil réis de impostos anuais, uniram-se e fizeram uma representação ao governador do Estado, pedindo para mandar cessar a cobrança do imposto de indústria e profissão a que estavam sujeitos, por venderem garapa dentro do mercado do sr. Azevedo Alves.

Mas não eram só os garapeiros que estavam sob a pressão do imoral imposto; os fruteiros, os verdureiros, os doceiros, finalmente todos os pequenos vendedores do Mercado eram vítimas dessa sede de dinheiro dos donos da terra.

Já no mercado escasseavam os primeiros gêneros de alimentação, quando o governo, temendo uma greve geral, resolveu, em um momento de lucidez, baixar um decreto perdoadando aqueles pobres homens do tal imposto (*Correio do Norte*. Manaus, 17 de maio, 1906).

O relato descreve que a classe trabalhadora da pesca arregimentou outras classes, como os garapeiros, fruteiros, verdureiros e doceiros, tornando-se, assim, “pescadores” de grevistas. E, pelo visto, todos saíram vencedores, com o governo baixando decreto e retirando o imposto, “temendo uma greve geral”. Ou seja, eles agiram em conjunto – como lembra Sader a respeito de outra greve e momento histórico, como “sujeito coletivo”:

sujeito coletivo é o no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (Sader, 1988, p.55).

Movimento similar ao dos pescadores ocorreria mais adiante: “Na mesma direção, embora com menor sorte, dois anos mais tarde, os horteleiros da cidade também empreenderam uma campanha no sentido de questionar a majoração de impostos que afetava a venda de seus produtos” (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 115). E, com relação aos



trabalhadores do Mercado Público, chega-se, em 1911, à greve dos co-irmãos dos pescadores, os peixeiros.

Essa saga marcante também foi abordada no Correio do Norte, cinco anos depois. No entanto, temos que pontuar que o Correio do Norte era um jornal totalmente modificado pelos acontecimentos ao longo do tempo. Em 1911, o revisionismo não fazia mais sentido e o Correio do Norte havia parado suas atividades por três meses (*Correio do Norte*. Manaus, 1 de janeiro, 1911), retornando justamente em 1º de janeiro daquele ano, como propriedade de Germano Bentes Guerreiro. Este era um farmacêutico, foi Coletor de Curuçá (PA), e chegou a ser superintendente municipal de Maués, em 1906, e também superintendente municipal de Tefé, em 1909 (*Jornal do Commercio*. Manaus, 17 de maio, 1904, 20 de dezembro, 1905, 4 de agosto, 1906 e 19 de setembro, 1909). Depois, ao que tudo indica, como desdobramento de suas atividades econômicas e políticas, investiu na compra de um veículo de comunicação.

Faz-se necessário aqui indicar que o contexto histórico também era outro. Costa (2014) reforça que, em 1910, a maior parte das reformas urbanas já tinha se realizado. A historiadora descreve, então, a cidade de Manaus, com destaque para a região central, o Teatro Amazonas, a Praça São Sebastião, mas também mercearias, botequins e cafés diversos, além do Mercado Público – este, como um dos lugares que “pontuava os vários ritmos de funcionamento da cidade”.

Há, neste cenário, outros panoramas históricos. Afinal, a crise da borracha dá seus primeiros sinais. Como se não bastasse, estávamos numa pré-guerra que seria mundial. Era literalmente a “Belle Époque” desmoronando. As disputas políticas, assim como os interesses, podiam ser outros, mas eles não deixaram de existir. Na capital do Amazonas, as classes trabalhadoras fortaleciam seus meios de luta unindo-se em associações de trabalhadores, como o Centro Operário de Manaus, estabelecido em 1905, e até mesmo criando e se aliando a uma “imprensa operária”.

Apesar disso, os empregadores ainda conseguiram conter os protestos de algumas categorias, mas outras optaram por tomar medidas diretas. “Dentre essas categorias estavam desde peixeiros e pescadores até operários fabris, passando por estivadores, carroceiros, motoristas e condutores de bondes, gráficos e lixeiros” (Pinheiro; Pinheiro, 2017, p. 145).

Dessa forma, logo nos primeiros dias de janeiro de 1911, uma greve de peixeiros eclodiu. Segue a narrativa do jornal sobre a primeira notícia do movimento:



Ainda não se apagou da memória do nosso público a greve dos estivadores e carroceiros desta terra, ocasionada pelas arbitrariedades da Manaus Harbour e temos, hoje, a científicá-lo numa outra. Os peixeiros do Mercado Municipal, dados os impostos que a intendência tem carregado sobre os peixes e mariscos, resolveram, ontem, depois de alguns dias de premeditação, manifestar-se em greve.

Esta parede, entretanto, assim como a dos carroceiros e estivadores, é pacífica e os peixeiros estão no firme propósito de se conservarem nessa atitude, até que os seus desejos fiquem satisfeitos.

A intendência manda cobrar pelo quilo do peixe de primeira, 300 réis; pelo de segunda 250 réis e, pelo de terceira, 150 réis. Os peixeiros, no entanto, não se sujeitam a essa tabela da municipalidade, declarando que só voltarão ao trabalho quando se reduzirem esses impostos a um único, que cobre 150 réis pelo quilo de todo e qualquer peixe, sem distinção de qualidade.

Sabemos que os peixeiros já constituíram advogado, o qual se entendeu, ontem, mesmo, com o sr. Dr. Ricardo Amorim, digno chefe de segurança pública e outras altas autoridades do Estado.

O sr. dr. chefe de polícia tomou sérias providências no sentido de evitar perturbações da ordem pública. É de esperar que essa tal parede tenha uma solução mais breve que a dos estivadores e carroceiros (*Correio do Norte*. Manaus, 10 de janeiro, 1911).

Como se percebe, o discurso retratado no texto muito difere daquele de 1906. O autor utiliza linguagem que destaca as dificuldades enfrentadas por trabalhadores como os estivadores, carroceiros e, lógico, os peixeiros, demonstra simpatia em relação às suas demandas, mas sem apelações, sem adjetivos humilhantes às condições de pobreza dos sujeitos em questão.

Por se manter como um jornal oposicionista, o *Correio* menciona a greve dos peixeiros do Mercado Municipal com o destaque de que protestavam contra os altos impostos pela intendência sobre os peixes e mariscos, e que só retornarão ao trabalho se os impostos forem reduzidos para um valor único de cento e cinquenta réis por quilo, qualquer fosse o pescado. Sendo assim, o jornal, enfim, apresenta os peixeiros como sujeitos ativos, capazes de mobilizarem-se coletivamente em busca de seus interesses. Ao expor as motivações e exigências dos trabalhadores, os mesmos ganham espaço para seu protagonismo na luta por melhores condições de trabalho.

A consolidação das lutas operárias no cenário a partir da década de 1910 e até mesmo o surgimento de concorrentes ao *Correio do Norte*, parece ter refletido na mudança do discurso em relação à 1906. No entanto, as orientações políticas do veículo de comunicação seguem. Afinal, nesse período, o jornal encampava uma tórrida campanha contra o Senador Silvério Nery, acusando-o diretamente de ter participado do bombardeio à Manaus, em 8 de outubro de 1910, isso em várias edições (*Correio do Norte*. Manaus, 23 de fevereiro, 12, 14, 15 e 22 de março, 4, 14 e 19 de abril, 1911).



No caso específico da segunda reportagem, o Correio explica que o levante dos peixeiros provocou a suspensão dos serviços prestados pela classe, “com grande prejuízo para a população”, mas que o motivo era o fato dos mesmos estarem “desgostosos com excessivos impostos da municipalidade”. Contudo, o veículo anuncia que o advogado da questão é o “talentoso confrade da imprensa doutor Heliodoro Balbi” – que era, justamente, o redator do Correio desde 1906. Nesse aspecto, a narrativa continua, evidentemente, com a afirmação de que ele “muito se esforçou para harmonizar os fatos”. Ao cobrar o Superintendente Municipal de Manaus, Jorge de Moraes, o jornal também utiliza discurso em tom ameno ao afirmar que “ele prometeu interessar-se perante o conselho na sua próxima reunião para que as taxas vexatórias que a municipalidade imponha aos peixeiros fossem reduzidas as suas justas proporções” (*Correio do Norte*. Manaus, 12 de janeiro, 1911).

Porém, a greve continua. No dia 14, ao ser noticiada, a novidade era que a greve seria mantida até a reunião do Conselho Municipal, a se realizar no dia 28 de janeiro. Nesse ínterim, no dia 16, o Correio publica artigo sob o título “As Greves”, para falar de outras movimentações sociais organizadas existentes naquele período, além da dos peixeiros. Eram elas, as dos estivadores e carroceiros, e também a dos motorneiros e condutores de bondes. Sobre os peixeiros, o veículo disse apenas que seguia a paralisação, tal como no dia 18, quando afirma que “a população começa a sofrer as consequências da greve dos peixeiros”. A nota reclamava que nenhuma providência tinha sido tomada e que o prazo para o Conselho Municipal se reunir era muito longo e “prejudicial aos interesses do povo, que tem aberto o campo a toda sorte de explorações”, reclamando que alguns açougueiros estavam cobrando 25.000 réis pelo quilo da carne verde (*Correio do Norte*. Manaus, 19 de janeiro, 1911).

Enfim, repetindo a mesma disposição do Correio em relação à greve dos pescadores, em 1906, o jornal também não noticiou o resultado da greve dos peixeiros. Subtende-se que a mesma tenha cessado, diante da convocação extraordinária do Conselho Municipal, no dia 28 de janeiro daquele ano, que deliberaria a favor da categoria, mas também nada foi informado nas demais edições sobre o fato, demonstrando novamente desinteresse real sobre as causas de luta daquela classe trabalhadora. O Correio do Norte foi editado em Manaus até o ano de 1912.



### Considerações finais

Diante das análises realizadas nesta pesquisa, é possível perceber a predominância de uma certa visão das classes dominantes em relação aos excluídos daquela sociedade dividida em classes da Manaus de 1898 a 1911, perspectivas e representações expostas nos seus próprios meios de comunicação. Tanto o Comercio do Amazonas quanto o Correio do Norte, apesar de serem antagônicos, apresentam discursos que se igualam no linguajar e com propósito de afastar as classes populares dos olhos de todos, como se sua presença fosse incômoda e indesejável. Essa postura é evidenciada pelo uso de termos pejorativos, desvalorizando e desumanizando indivíduos sem renda, perpetuando uma visão estigmatizada, retratando-os muitas vezes como preguiçosos ou parasitas sociais.

Em relação às narrativas e imagens mais comuns na representação das classes trabalhadoras nos referidos meios de comunicação, essas fontes examinadas retratam as classes populares de forma negativa, destacando suas condições de pobreza e miséria. No caso específico do Correio do Norte, embora tenha se posicionado ao lado dos trabalhadores, é importante notar que também serve aos interesses de uma parte da elite econômica amazonense.

No entanto, é importante ressaltar que os trabalhadores, aqueles que sofreram, inspiraram e viveram os episódios, fatos, protestos e ações, foram e sempre são os verdadeiros protagonistas da História. Mesmo diante das restrições impostas pelas instituições e pelo discurso dominante, as classes populares enfrentaram maneiras de resistir e desafiar as normas, reafirmando sua identidade e lutando por seus direitos. Os trabalhadores sentiam capacidade de ação, denunciando injustiças e mobilizando-se coletivamente, desafiando as estruturas de poder.

Conclui-se, portanto, que as representações das classes trabalhadoras nos meios de comunicação, como os jornais Comercio do Amazonas e Correio do Norte, são marcadas pela estigmatização e invisibilização desses grupos sociais. No entanto, apesar das representações negativas impostas pelos meios de comunicação, os próprios trabalhadores são capazes de perceber e reagir a essas representações de modos diversos. Mesmo dentro das restrições impostas, eles resistem, ainda que por formas não organizadas de luta, desafiando as normas e afirmando sua identidade. Essa resistência demonstra a capacidade dos trabalhadores de agirem como sujeitos ativos em meio a um contexto histórico marcado pela opressão e pelo controle da narrativa elitizante.



Portanto, é essencial reconhecer a importância de uma abordagem politizada e crítica sobre a representação das classes trabalhadoras nos meios de comunicação do período analisado neste trabalho. É fundamental evidenciar vozes, fazeres e a cultura das experiências e conquistas desses grupos sociais, mostrando sua capacidade de ação e resistência diante das adversidades. O que se quis revalorizar então com os esforços de investigação aqui consolidados foi a memória de um campo vivo de lutas, quando homens e mulheres da classe trabalhadora de Manaus do início do século XX obstaculizaram, a partir de suas experiências, representações depreciativas e desvalorizadoras próprias de uma imprensa socialmente articulada a partir de interesses econômicos dominantes. Nesse aspecto, alinho-me com este artigo, à continuidade de suas resistências.

**Data de Submissão:** 20/09/2023

**Data de Aceite:** 27/11/2023

### Referências

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. São Paulo. Editora Vozes. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 3ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus, 1890/1915**. Manaus: Valer, 2014.

COSTA, Edite Moraes da. **Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação sócioeconômica da Fazenda de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial (1870-1890)**, 2017. 160 pág. Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIÁRIO OFFICIAL. Manaus (1893-1900)

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. 2ª edição. Valer, 2007.

HAHNER, June. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil**. Brasília: Edunb, 1993.



HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAPA, José Roberto de Amaral. **Os excluídos: contribuição à História da pobreza no Brasil (1850-1930).** Campinas, SP. Editora Unicamp, 2008.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Roberto. A imprensa no Amazonas 2/7. Blog do Coronel Roberto: catando letras & escrevendo histórias, Manaus, 23 ago. 2012. Disponível em: <https://catadordepapeis.blogspot.com/search?q=comercio+do+amazonas>. Acesso em: 29 dez. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade – vida e trabalho – 1880-1920.** Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920).** 2010. 179 f. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010 (Dissertação Mestrado em História).

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus, 1880-1930.** Jundiá, SP: Editorial Paco, 2017

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas, 1880-1930.** Manaus: Edua, 2015.

QUO VADIS. Manaus (1902-1904)

RUFINO, Priscila de Moraes. **A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista.** Alagoas: FAPEAL, 2019.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELES, Luciano Everton Costa. **A imprensa operária no Amazonas (1891-1920): algumas dimensões.** Manaus: Editora UEA, 2020.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade.** Volume 1. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

ZULINE, Jaqueline Porto. **A reforma Constitucional de 1926: concentração de poderes no executivo.** Trabalho preparado para apresentação no VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 2 a 6 de maio de 2016. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMA%20DA%20CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20DE%201891.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

# A IMPRENSA OPERÁRIA NO AMAZONAS NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XX: CAMINHO DE PESQUISA

THE WORKING PRESS IN THE AMAZONAS IN THE EARLY YEARS OF THE 20TH CENTURY: RESEARCH  
PATH



LUCIANO EVERTON COSTA TELES<sup>8</sup>

## Resumo

O presente texto tem como finalidade discutir acerca da relação da imprensa com os grupos sociais que se envolvem com a sua produção, difusão e consumo e, principalmente, refletir sobre o seu papel na sociedade. Para isso, constitui-se como o seu objetivo central tratar da relação dos trabalhadores com a imprensa, da importância atribuída por eles a ela e de um possível caminho de pesquisa nessa área que vislumbre a heterogeneidade social, a pluralidade de vozes que se entrelaçavam entre si no campo social e que cruzavam diferentes temas que vinham a público e aí eram debatidos, avaliados, julgados e aceitos consensualmente. Porém, no artigo em tela, tal processo é discutido através da ação dos militantes operários e da sua imprensa em prol da construção da esfera pública e de espaço político

**Palavras-chave:** Lideranças operárias; imprensa operária; esfera pública.

## Abstract

The present text aims to discuss the relationship between the press and the social groups involved in its production, dissemination and consumption and, mainly, to reflect on its role in society. For this, its central objective is to deal with the relationship of workers with the press, the importance attributed by them to it and a possible path of research in this area that glimpses the social heterogeneity, the plurality of voices that were intertwined between itself in the social field and that crossed different themes that came to the public and there they were debated, evaluated, judged and accepted consensually. However, in the article in question, this process is discussed through the action of worker militants and their press in favor of the construction of the public sphere and political space.

**Keywords:** Workers' leaderships; workers' press; public sphere.

## Introdução

De um modo geral, a imprensa se constitui como uma fonte histórica de relevo, em função dos registros da vida social que ela carrega em suas páginas e que retratam dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais da vida individual e em sociedade dos seres humanos de um determinado tempo e espaço. Ela se apresenta como “material

---

<sup>8</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas/CEST. E-mail: [lcteles@uea.edu.br](mailto:lcteles@uea.edu.br).



de pesquisa valioso” para a reconstituição e análises de fenômenos sociais pretéritos (Capelato, 1988, p. 13).

Entretantes, ela não se restringe apenas à condição de fonte histórica, embora rica e plural. A imprensa também pode ser abordada como objeto de estudo, perspectiva que a toma dentro de contextos históricos específicos e considerando a sua constituição enquanto ação comunicativa de grupo que, de forma articulada, procura discutir temas ou causas de interesse comum, para assumirem posições e expressarem opiniões sobre uma dada realidade ou acontecimento social (Habermas, 2003). Tal perspectiva também investiga os seus aspectos tecnológicos e formais, permitindo inclusive o estudo do desenvolvimento material e tecnológico (equipamentos, técnicas de impressão, etc.) dos impressos (Sodré, 1999; Bahia, 1990).

Ultimamente, tomar a imprensa nas duas dimensões acima citadas, como objeto e fonte de estudos, tem se mostrado bastante vantajoso na pesquisa histórica à medida que “desaparece a categoria imprensa na forma abstrata para dar lugar ao movimento vivo das ideias, protagonistas”, ou seja, “sujeitos dotados de consciência determinada na prática social” de um contexto histórico específico (Gonçalves, 2001, p. 09).

Portanto, pesquisar sobre imprensa é crucial, sobretudo na quadra histórica que estamos atravessando, com a concentração da “grande imprensa” nas mãos de pouquíssimos grupos empresariais e financeiros que a utilizam passando ao largo do que poderíamos chamar de um “bom jornalismo” e, nesse caminho, acabam manipulando informações e empregando até mesmo *fake news* para defender seus interesses privados que são repassados para o público como se fossem interesses gerais.

Assistimos diariamente essa postura, o que nos força a debater acerca da relação da imprensa com os grupos sociais que se envolvem com a sua produção, difusão e consumo e, principalmente, refletir sobre o seu papel na sociedade, passada e atual.

Sobre a disciplina histórica, certamente que não podemos encará-la, de maneira absoluta e radical, como “mestra da vida”, como antigamente se fez. Porém, é inegável que ela nos ajuda a compreender e agir sobre o presente e projetar ações e projetos para o futuro, num diálogo profícuo entre passado/presente/futuro que ajuda a nos direcionar na nossa caminhada humana e social.

Com esse intento, o presente texto tem como objetivo analisar a relação dos trabalhadores com a imprensa, da importância atribuída por eles a ela e dos possíveis caminhos de pesquisa que tomam a imprensa como fonte/objeto de estudos.



## Os trabalhadores e a imprensa operária no Amazonas

Para fins do que nos propomos a discutir neste escrito, vamos considerar o período da última década do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Esse recorte cronológico aplicado à Amazônia contempla um contexto histórico em que a borracha, enquanto matéria-prima, triunfou no mercado mundial, sendo absorvida em grandes quantidades pelas indústrias inglesas e norte-americanas (Weinstein, 1993; Santos, 1980).

É notório que a Amazônia, ao ofertar a borracha para o mercado mundial, passou por profundas transformações que envolveram a abertura de novos seringais, a migração nordestina, os conflitos de terras com os povos indígenas, a incorporação destes como seringueiros, a introdução do barco a vapor, dentre outros elementos. As duas “irmãs siamesas”, Manaus e Belém, não passaram incólumes a essa expansão econômica, ambas tiveram seus espaços urbanos transformados, seus setores de serviços ampliados e seus mercados de trabalho alargados, afinal de contas eram agora importantes centros comerciais da borracha (Sarges, 2002; Dias, 1999).

Nesse contexto, a cidade de Manaus passou a ter uma dinâmica social totalmente diferente daquela que existia até então. Ela agitou-se pela circulação de pessoas e capitais e pelos conflitos e exclusão social que passaram a fazer parte de seu cotidiano, desmitificando a ideia de um “fausto generalizado” (Costa, 2000). Focando no mundo do trabalho desse período, temos intensos enfrentamentos entre capital e trabalho, em outros termos, entre os trabalhadores e seus patrões (Pinheiro, 1999; Pinheiro, 2014).

E, nesse quadro, onde a imprensa se encaixa? Primeiramente, como ressaltou Pinheiro, a economia gomífera contribuiu para a sua ampliação, pois, nas palavras da autora:

É possível argumentar que a produção periódica no Amazonas só emergiu com vigor, no momento em que, no contexto regional, alguns obstáculos importantes foram sendo lentamente removidos. Tais obstáculos ligavam-se a duas ordens distintas de fatores. Em primeiro lugar, há os de cunho estrutural (...), como o baixo nível demográfico das vilas e cidades e o relativo isolamento geográfico por elas vivido; o caráter tardio e incompleto da penetração da língua portuguesa e a conseqüente incipiência nos índices de letramento e alfabetização, refletindo uma tradição cultural toda ela pautada na ênfase da oralidade como meio prioritário e até mesmo exclusivo de expressão e comunicação entre a população regional. Em segundo lugar, estavam os fatores propriamente técnicos (...), ligados tanto à inexistência de uma mão-de-obra especializada (como mestres tipógrafos, gravadores e impressores), quanto à escassez de recursos financeiros e de matérias-primas necessárias (como papéis e tipos) para a implementação das tipografias. Além do mais, essas carências guardavam uma estreita relação com o caráter incipiente da economia local que, não tendo até então possibilitado a emergência de grandes



acumulações, tornava o acesso às tecnologias ligadas à produção jornalística algo bastante dispendioso e quase proibitivo (Pinheiro, 2001, p. 65-66).

Assim sendo, foram as mudanças estruturais pelas quais a região passou, somadas ao avanço da cultura letrada para além dos círculos das elites tradicionais (alta burocracia, grandes comerciantes e seringalistas), em função do advento e avanço dos setores médios urbanos (advogados, médicos, professores, funcionários públicos e outros), que potencializaram aos grupos sociais viabilizarem os seus impressos para divulgar as suas ideias, os seus interesses e os seus projetos.

A imprensa, sendo um dos pilares da sociedade liberal, foi apreendida/ressignificada por diversos setores da sociedade amazonense, dentre eles os trabalhadores que viram nela uma forma de expressar as suas insatisfações e tornar públicos os seus problemas e as suas demandas mais urgentes como a defesa da jornada de oito horas de trabalho, da estabilidade no emprego, das boas condições no espaço de trabalho, do aumento salarial, etc.

No cenário jornalístico amazonense desse período, o esforço das lideranças operárias era justamente colocar a sua imprensa lado a lado com os grandes jornais que circulavam em Manaus e que externavam em suas páginas as suas necessidades e os seus desígnios. Desde cedo, ficou muito claro para essas lideranças que o jornal era um instrumento potente para ganhar os corações e as mentes da população local. Como podemos atestar no seguinte trecho:

E que melhor vehiculo, sinão a imprensa para fazer conhecido no Universo todo o attentado feito as nossas liberdades e aos nossos direitos e justiça a quem merecer?

A força do operariado já é hoje bem conhecida em todo mundo, principalmente quando este operário procura reivindicar os seus direitos por meios inteligentes e pacíficos (ENCETANDO A LUCTA. *Confederação do Trabalho*. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909).

Como esta, há outras passagens similares na imprensa operária que reforçam essa estratégia de ganhar adesão e apoio popular as suas causas sociais. Ao contrário da chamada “grande imprensa” que vibrava com a urbanização e os equipamentos urbanos modernos implantados na cidade e cantava aos quatro quadrantes da “Paris dos Trópicos” a moda francesa, o estilo *Art Nouveau* e os vapores que chegavam e partiam do porto (Ribeiro, 2014), a imprensa operária externava uma Manaus difícil, na qual trabalhar e viver consistiam numa luta diária (Pinheiro, 2004).

E essa luta diária está registrada nessa imprensa. Nela, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no cotidiano do trabalho, e que impactavam



a sua vida de uma forma geral, materializavam-se em bandeiras de luta. Desde muito cedo, ficou evidente para as lideranças operárias que as “palavras impressas” eram armas poderosas que deveriam ser utilizadas com a finalidade de inserir no espaço público as suas pautas sociais e ganhar a opinião pública a seu favor.

Entendemos a opinião pública como a formação de um público que atua no sentido de julgar algo, como, por exemplo, aspectos relacionados ao trabalho e ao movimento operário (jornadas, condições, greves, piquetes, etc.). Nessa perspectiva, a opinião pública se coloca como um instrumento de debates, referência e fonte de legitimidade política. Esta legitimidade se dá numa perspectiva de soberania popular – “la voluntad de la mayoría es la voluntad legítima” (Morel, 2008, p. 310).

Portanto, opinião pública requer um público, que precisava ser formado. Desse modo, as lideranças dos trabalhadores amazonenses tinham que “criar” tal público e dar visibilidade a ele e suas demandas. Tal esforço foi arduamente realizado, e um exemplo disso foi à dinâmica de organização dos trabalhadores em associações, em partidos políticos, em clubes, etc. Uma vez criado esse público, era essencial falar para ele. A imprensa operária apareceu em cena para realizar essa atividade de comunicação. Os jornais falavam diretamente para esse público que, embora heterogêneo, era fundamental à construção de uma opinião pública. Porém, a ação comunicativa através da imprensa não se restringia ao público do mundo do trabalho. Buscava atingir setores sociais diversos, incluindo também os grupos políticos e econômicos dominantes e as autoridades públicas, numa clara tentativa de alargar a sua base social e formar uma opinião pública favorável às causas operárias.

### **A cena pública: a imprensa e a construção de espaços públicos e políticos**

Se tomarmos parte da literatura (como uma espécie de amostra) que trata da imprensa e da esfera pública, isso nos permite algumas reflexões. Melo (2005), por exemplo, realizou uma abordagem que buscou, a partir da reconstituição da trajetória do desenvolvimento da comunicação e das tecnologias a ela associadas, discutir a formação de um espaço público no contexto das inovações que impactaram a imprensa. Para a autora:

O espaço público era o local das discussões políticas, da formação de opinião e legitimação do poder, com a imprensa ocorreu o deslocamento desse espaço para os jornais. A imprensa foi a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizada pelos debates em clubes, ruas e praças (Melo, 2005, p. 27).



O avanço tecnológico que alcançou os meios de comunicação de forma significativa ao longo do século XX e primeiros anos do XXI, com a implantação de equipamentos que impulsionaram até mesmo novas divisões e relações de trabalho e o surgimento do rádio, da televisão e da internet como veículos importantes, contribuiu, consoante Melo, para a transferência do espaço público, antes local e nacional, a “um conjunto de circuitos e fluxos que extrapolam os territórios”, mas que se pautam por uma “hegemonia cultural” (Melo, 2005, p. 36-38).

Sobre este ponto – “hegemonia cultural” – cabe explicitar uma questão fundamental, alvo de futuras reformulações feitas por Habermas e que envolveu os meios de comunicação. Fortemente influenciado por Adorno e Horkheimer, sobretudo no que tange à indústria de massas, o autor encarou, num primeiro momento, os meios de comunicação como um problema para o fortalecimento da esfera pública, em especial no que tange à reciprocidade de esclarecimentos e opiniões. Isso porque esses meios atuavam selecionando determinados pontos de vista, privilegiando alguns segmentos sociais e acontecimentos específicos em detrimento de outros (Marques, 2008, p. 24-25).

A reformulação feita por Habermas recaiu justamente sobre esse ponto. O autor passou a vê-los como um espaço com características específicas, porém fundamentais ao fortalecimento e manutenção das estruturas deliberativas nas sociedades democráticas contemporâneas. Passou a falar então de um “sistema dos media”, referindo-se à centralidade dos meios de comunicação na esfera pública. Com efeito, a função dos media seria a de “captar, organizar e disponibilizar uma vasta gama de perspectivas e opiniões auxiliando, assim (...), na estruturação da esfera pública” (Marques, 2008, p. 29). Nesse sentido, os meios de comunicação se constituíam numa dimensão privilegiada de tal esfera.

Autores como Marques e outros procuraram recuperar a dimensão destacada acima. Interessante salientar que a diversidade dos meios de comunicação levou também a uma variedade de recortes e perspectivas de discussões sobre as relações entre imprensa e esfera pública.

Mais especificamente, e considerando a imprensa ligada ao movimento organizado dos trabalhadores em Portugal, Correia (2002) demonstrou, através de um jornal operário chamado A Estrela (que circulou em Covilhã, região localizada na província da Beira Baixa) e a vivência associativa dos seus repórteres no decorrer da monarquia (1907-1908), a existência de uma esfera pública. Nas palavras do autor, a constituição de uma instância dessa natureza envolveu:



(...) espaços de reunião específicos, servida por instrumentos de opinião próprios e geradora de valores, conceitos e normas que seriam igualmente dotados de particularidades relacionadas com a afirmação política, social e cultural dos trabalhadores da indústria têxtil (Correia, 2002, p. 2).

Portanto, no seu trabalho, o autor recuperou, através da fonte mencionada, aspectos da vida dos operários, as suas lideranças e as dimensões política e cultural da esfera pública operária covilhanense.

Por conseguinte, a proposta que pretendemos defender aqui é a de utilizar o conceito de esfera pública habermasiana (Habermas, 2003), entendendo-a como um espaço construído socialmente, no qual as práticas e as ações comunicativas, desenvolvidas por indivíduos e grupos sociais, desempenham um papel estruturante, por onde acontecimentos e temas ligados ao “mundo da vida” ganham uma dimensão pública, tornando-se alvo de críticas e debates, possibilitando então a emergência de julgamentos, consensos, sínteses e opiniões. Como a atividade comunicacional ocupa um lugar primordial na formação da esfera pública, seria fundamental observar este movimento através da imprensa operária, percebida aqui como testemunho da dinâmica dos elementos, questões e temas presentes nessa esfera.<sup>9</sup>

Sobre isso, e considerando a realidade do Rio de Janeiro da Primeira República, aponta Laura Antunes Maciel:

A análise da intensa atuação de trabalhadores por meio de folhas periódicas pode nos indicar caminhos possíveis para a construção de uma esfera pública em uma sociedade que recém abolira a escravidão e pouco afeita aos valores democráticos, na qual o controle sobre o letramento e a imprensa funcionaram como sólidos obstáculos à ampliação de direitos, dentre eles o de debater, expressar e canalizar opiniões e reivindicações.

Ao investir na criação de jornais para expressar e debater ideias, valores, projetos e reivindicações, trabalhadores se constituíram como sujeitos de ação coletiva capazes de fundar espaços de atuação pública por meio da palavra impressa (2016, 426-427).

Portanto, como sujeitos de ação coletiva, a ação dos trabalhadores foi essencial para a estruturação de uma esfera pública. Assim, torna-se fulcral investigar a relação entre a imprensa operária (mas poderia ser outro tipo de imprensa ou o conjunto da imprensa) e a formação de uma esfera pública no Amazonas.

### **Caminhos de pesquisa**

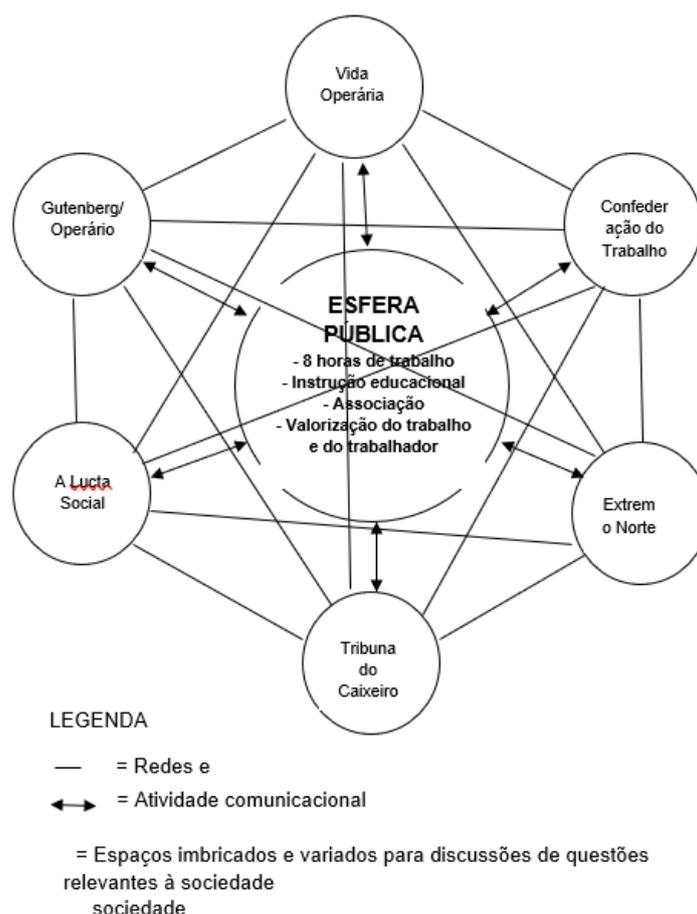
<sup>9</sup> O espaço público pode ser caracterizado pela literatura, artes, cultura, entre outros elementos. Essa caracterização está diretamente ligada aos conteúdos debatidos. No caso da imprensa operária, pode-se falar em construção de espaços públicos e políticos, em virtude do fato dos grupos que sustentavam os jornais atuarem politicamente, discutindo temas que se tornaram bandeiras de lutas e plataformas políticas.



Um dos caminhos seria justamente examinar a militância operária e seus respectivos jornais a fim de investigar como se dava o processo de captação, sistematização e difusão de um conjunto de informações, temas e questões direcionado a esfera pública para ser debatido e criticado com a finalidade de produção de consensos, sínteses e julgamentos. Dessa maneira, seria possível vislumbrar diferentes redes sociais e atividades comunicacionais que se cruzariam e que formariam esferas públicas autônomas, conectadas e potencialmente capazes de viabilizar opiniões sobre questões que seriam conduzidas a um status de interesse público, legitimando-as para a tomada de decisão política.

O gráfico abaixo tenta traduzir um pouco isso, demonstrando as conexões, os fluxos e os conteúdos que se direcionavam e ajudavam a estruturar uma esfera pública em Manaus no contexto da borracha:

**Gráfico 01-** Esferas parciais e esfera pública central<sup>10</sup>



<sup>10</sup> O gráfico acima foi elaborado para minimamente tentar representar, através dos jornais operários que são a base documental escolhida, as redes de interações, a circulação de ideias e o fluxo delas nas esferas públicas parciais (representadas pela imprensa) em direção à esfera pública burguesa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Do exemplo concreto dado, um primeiro aspecto a se sublinhar diz respeito à própria estruturação da esfera pública. Como é possível perceber, ela se forma “através da atividade comunicacional, quando diferentes públicos se organizam em redes comunicativas articuladas para discutirem temas ou causas de interesse comum, para assumirem posições e expressarem opiniões”. O segundo aspecto se refere à própria configuração dessa esfera, caracterizando-se como “uma estrutura de grande complexidade, ramificada em uma multiplicidade de arenas parciais que permanecem porosas umas às outras”, a qual se articula – comunica-se – com uma esfera pública central (esfera pública burguesa). Por fim, o terceiro aspecto corresponde ao processo de articulação entre as diferentes esferas públicas parciais e dessas com a central, observando o espaço público institucionalizado onde as decisões políticas são tomadas. Neste âmbito, existem dois níveis:

- a) Uma esfera pública que atua como um contexto intermediário de comunicação entre as deliberações formalmente organizadas no centro e as falas cotidianas entre públicos episódicos da sociedade civil;
- b) E uma base formada por cidadãos organizados e orientados politicamente para a sistematização de informações e pontos de vista acerca de problemas coletivos (Marques, 2008, p. 29).

Os meios de comunicação possuem, como já ressaltamos, centralidade nesse processo, pois alimentam os fluxos comunicativos e elaboram articulações entre as diferentes falas, organizando os debates travados na esfera pública, de onde emergem os temas que acabam se inserindo nos espaços de decisão política. Por força disso, optou-se por construir o exemplo do gráfico acima, intitulado-se as esferas parciais a partir dos nomes dos jornais operários, o que também exige um esforço em identificar os grupos que estavam por trás da imprensa operária e suas articulações em redes – associações, clubes e partidos nos níveis locais, nacionais e até mesmo internacionais – sobretudo pelo fato dos fluxos comunicativos partirem dessas bases sociais em direção à esfera pública central.

Assim, pudemos atestar, em pesquisa recente (Teles, 2018), que com o crescimento do espaço urbano e a complexificação das relações sociais nele inscritas, em especial com a ampliação do mundo do trabalho e do acesso à feitura de jornais, as lideranças operárias começaram a questionar as relações de trabalho e as consequências





dessas para a sobrevivência do operariado. Aspectos do seu mundo da vida (e do trabalho) – baixos salários, altas jornadas, disciplina e punição, acidentes, carestia, etc. – passaram a ser elencados, observados e apreciados num misto de consentimento e resistência. Houve, assim, todo um esforço de mobilização e organização dos trabalhadores, levado adiante pelas lideranças operárias, no sentido de construir as suas associações – espaços de reunião para discutirem sobre sua situação social, debatendo e avaliando temas e questões referentes ao mundo do trabalho e da vida. Tais conteúdos eram problematizados, analisados e, em geral, materializados em “bandeira de luta” e de reivindicação, como, por exemplo, a jornada de oito horas e a implantação de férias.

Em geral, ligados às associações – ou a partidos, no caso dos socialistas – estavam os jornais operários que absorviam os conteúdos de crítica social e as plataformas políticas formuladas. As lideranças que sustentavam os periódicos voltados aos trabalhadores estabeleceram conexões locais, regionais, nacionais e internacionais, tecendo um circuito dinâmico por onde circulavam e faziam circular a sua imprensa, numa troca de ideias e posicionamentos importantes para o movimento operário como um todo.

Certamente que, ao lado das associações operárias, também foram criadas associações patronais, como a Associação Comercial do Amazonas, entidade que discutia e defendia os seus interesses frente aos de outros grupos (especialmente de trabalhadores). A associação publicou uma revista – *A Revista da Associação Comercial* – que era sua porta voz. Os comerciantes e extrativistas também estavam por trás do *Jornal do Comércio*, responsável por difundir informações sobre o mercado da borracha, o movimento das embarcações no porto, o valor do dólar, entre outros temas. Da mesma forma, os estudantes se organizaram em grêmios e publicaram os seus jornais. As colônias de imigrantes (portugueses, espanhóis...) constituíram entidades associativas que possuíam jornais voltados a elas. Enfim, havia uma heterogeneidade social, uma pluralidade de vozes que se entrelaçavam entre si e cruzavam diferentes temas que vinham a público e que aí eram debatidos e avaliados.

Do conjunto desse universo, depreende-se a ação dos militantes operários e sua imprensa em prol da construção de uma esfera pública.

### **Considerações finais**

O caminho de pesquisa aqui proposto aponta para as ações da militância operária no processo de construção de esferas públicas parciais e central. Nessa esteira, a categoria



de esfera pública, na perspectiva habermasiana, tem um potencial de análise interessante, pois, para o autor, tal esfera se constitui da conexão entre mundo da vida e sistema<sup>11</sup> (um reverberando no outro), como espaço social da prática comunicativa, onde opinião e vontade vêm a público através de uma rede de comunicação e articulação de fluxos comunicativos. Desse modo, as folhas operárias contribuiriam para materializar essa esfera, sobretudo ao incorporarem as questões do “mundo da vida” dos trabalhadores, tornando-as públicas, mediante posicionamentos e opiniões sobre os temas abordados, com a finalidade de construir espaços políticos (entendidos como esferas de atuação e decisão política).

**Data de Submissão:** 27/09/2023

**Data de Aceite:** 07/11/2023

### Fontes

ENCETANDO A LUCTA. **Confederação do Trabalho**. Manaus, ano I, n. 1, 14/11/1909.

### Referências

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CORREIA, João Carlos. O espaço público e a questão operária: o testemunho do jornal A Estrela. In: **Atas da 3ª Jornada de Arqueologia Industrial** ("Proceedings of the 3rd Conference of Industrial Archeology"), Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2002.

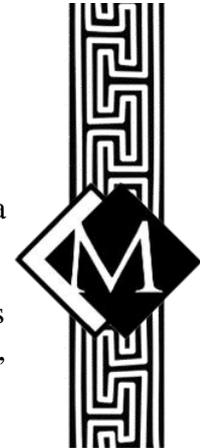
COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana**: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925. Dissertação (mestrado em História) IFCH/PUC-SP, 2000.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.

GONÇALVES, Adelaide (Org). **Ceará Socialista – Anno 1919**. Florianópolis: Insular, 2001.

---

<sup>11</sup> Mundo da vida (processos comunicativos de transmissão cultural, integração social e socialização) e sistema (dimensão institucional capaz de renovar e preservar tradições, solidariedades e identidades) correspondem aos componentes da sociedade dual. Portanto, a sociedade dual e a ação comunicativa são elementos constitutivos da esfera pública. Ver LUBENOW, A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 10, p. 108, 1/2007.



HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**. Pelotas, n. 4, p. 37-57, jan./jun. 2009.

LUBENOW, A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 10, p. 108, 1/2007.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920). **Revista História**. São Paulo, n. 175, p. 426-427, jul./dez. de 2016.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**. Ano XI, n. 21, Jun./2008.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, vol. 8, n. 1, p. 26-38, jan./jun. 2005.

MOREL, Marco. La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independência (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier (Org.). **Los espacios públicos en Iberoamérica: ambigüidades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Coleção História. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). **Imprensa Operária no Amazonas**. Vol. 1. Transcrições e fac-símiles. Manaus: EDUA, 2004.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Imigração, Trabalho e Imprensa em Manaus, 1890-1928. **Revista Litteris**, n. 14, set. de 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Edua, 1999.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920). Tese (doutorado em História), PUC/SP, 2001.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte**: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914). Dissertação (mestrado em História), PPGH/UFAM, Manaus, 2014.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas Produzindo a Belle Époque (1870-1912). 2º ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, Luciano Everton Costa. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928)**. Doutorado em História, UFRGS/Porto Alegre, 2018.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993.



# A MALDIÇÃO DA JUTA NA AMAZÔNIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE TRABALHADORES RURAIS DE UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

## THE CURSE OF JUTE IN THE AMAZON: HISTORY AND MEMORY OF RURAL WORKERS IN AN AMAZONIAN COMMUNITY



EVERTON DORZANE VIEIRA<sup>12</sup>

### Resumo

Neste artigo analisamos a história e a memória de ex-trabalhadores que atuaram no cultivo da juta no período de 1950 a 1980, na Comunidade de São Sebastião da Brasília, localizada aproximadamente a 7 km do município de Parintins, no interior do Estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas. Buscamos analisar a história das experiências com o trabalho e suas condições laborais no processo do cultivo da juta a partir da metodologia da História Oral. Na realização de entrevistas com ex-trabalhadores, que atualmente moram na comunidade, nosso intuito foi de valorizar suas vozes e iluminar o seu sentido histórico, e através de suas trajetórias de vida evidenciamos como eram as suas condições de trabalho e quais foram as consequências econômicas do trabalho da comunidade. Assim, obtivemos como resultados o conhecimento do processo geral do trabalho com a juta, desde os acordos iniciais até a entrega do produto final, e também o trabalho árduo e difícil que exigia do cotidiano de homens e mulheres no período do apogeu da produção da juta na Amazônia.

**Palavras-chave:** Trabalho; História; memória; juta.

### Abstract

In this article we analyze the history and memory of former workers who worked in the cultivation of jute in the period from 1950 to 1980, in the Community of São Sebastian da Brasília, located approximately 7 km from the municipality of Parintins, in the interior of the State of Amazonas, region of the Lower Amazon. We seek to analyze the history of experiences with work and their working conditions in the jute cultivation process based on the methodology of Oral History. In carrying out interviews with former workers, who currently live in the community, our intention was to value their voices and illuminate their historical sense, and through their life trajectories we evidenced what their working conditions were like and what the economic consequences were community work. Thus, we obtained as results the knowledge of the general process of working with jute, from the initial agreements to the delivery of the final product, and also the hard and difficult work that required the daily lives of men and women during the heyday of jute production in Amazon.

**Keywords:** Work; History; memory; jute.

---

<sup>12</sup> Doutorando em História Social (PPGH-UFAM); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM); Graduado em História (CESP-UEA). Membro do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas (GEHA) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB). E-mail: [edorzane@gmail.com](mailto:edorzane@gmail.com).



## Introdução

Este artigo analisa a história e a memória de ex-trabalhadores que atuaram no cultivo da juta no período de 1950 a 1980, na Comunidade de São Sebastião da Brasília, localizada aproximadamente a 7 km do município de Parintins, no interior do estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas<sup>13</sup>. Além de identificar as experiências com o trabalho e suas condições no processo do cultivo da juta a partir da metodologia da História Oral. Esta metodologia foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho, pois, as entrevistas foram com ex-trabalhadores, que atualmente moram na comunidade, e por meio dessas narrativas, identificamos quais foram às atividades laborais diretamente relacionadas à produção de juta, conhecemos quais foram as condições de trabalho e percebemos como era a divisão social do trabalho entre homens e mulheres.

Entrevistamos seis colaboradores da comunidade, sendo três homens e três mulheres, casais, companheiros, ou seja, três famílias que trabalharam na juta<sup>14</sup> entre 1950 e 1980. Os colaboradores são: Antônio Soares Ribeiro Filho e Maria do Rosário dos Anjos Ribeiro; Valdo Monteiro Gama e Luzia Cândida da Silva Gomes; Valdino Jacaúna Ribeiro Franco e Valcinéia Ribeiro Franco. Com base nestes relatos, nossa intenção é valorizar suas vozes, iluminar o seu sentido histórico, e através de suas trajetórias de vida evidenciar quais foram as consequências econômicas do trabalho deixadas na comunidade para estes homens e estas mulheres no período do apogeu da produção da juta na Amazônia.

Abordamos em seções os seguintes itens para estruturação desta produção. Na primeira seção, argumentamos a importância da história oral para este tipo de trabalho de pesquisa, no que tende a elucidação da memória como algo primordial para a construção de uma trajetória de vida ou história de um determinado acontecimento como marco positivo ou negativo de quem narra. Na segunda seção, fizemos uma breve comunicação sobre a introdução da juta na Amazônia, desde os acordos políticos, bem como a imigração japonesa na década de 1930, e os impactos econômicos trazidos ao município por meio deste acontecimento econômico, social e cultural. Na terceira seção, apresentamos a comunidade São Sebastião da Brasília, desde o seu surgimento,

---

<sup>13</sup> Referenciado: <https://www.google.com.br/maps/place/Vila+Bras%C3%ADlia+++Parintins,+AM/@-2.5810875,-56.7963301,15z/data=!3m1!4b1!4m6!3m5!1s0x92637864136b4dbd:0xb9ee0b1590a44ebc!8m2!3d-.581109!4d-56.7860303!16s%2Fg%2F1ymw5bnj6?entry=ttu>. Acesso em: 29 nov. 2023.

<sup>14</sup> Vegetal trazido ao Brasil pelos japoneses que a partir da aclimação e produção na Amazônia entrou para a história da economia regional no século XX.



oficialmente e não oficialmente, a chegada da juta a estes comunitários, e principalmente o que a juta proporcionou economicamente no período de 1950 a 1980, os festejos que acontecem e a estruturação da comunidade. E na última seção, mostramos a história e memória de homens e mulheres, ex-trabalhadores/as, que por meio de suas narrativas podemos identificar aspectos que objetivaram nossa comunicação e resultaram sobre todo o processo do trabalho árduo da juta ocorrido na comunidade São Sebastião da Brasília.

Em uma das entrevistas, utilizamos um trecho da narrativa do colaborador Valdo Monteiro Gama para titularmos essa discussão. Quando o colaborador afirma “trabalhar na juta era uma maldição de tão difícil que era”<sup>15</sup>, percebemos o quanto o trabalho com a juta foi árduo e sofrido para os cultivadores da comunidade São Sebastião da Brasília, e este pequeno trecho despertou nossa atenção para que compreendêssemos a história e a memória desses colaboradores quanto a rigorosidade deste tipo de trabalho.

### **História oral, memória e identidade**

Nesta seção abordamos a importância da história oral, memória e identidade para este tipo de produção. Sendo a história oral a metodologia principal deste trabalho, utilizamos alguns autores que abrangem deste conhecimento científico para este tipo de pesquisa. A autora Marieta de Moraes Ferreira questiona “o que é, afinal, história oral?” (Ferreira, 2012, p. 169). Para encontrar respostas a essa questão, a autora mostra o processo historiográfico sobre a implantação dessa ferramenta utilizada por muitos historiadores e outros estudiosos, e demais profissionais, no que tende a utilização da história oral como uma disciplina, como uma técnica, ou como um método (Ferreira, 2012).

Neste aspecto, os questionamentos feitos em uma entrevista são importantes para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, por isso se torna mais adequado a utilização da história oral como método. Ferreira afirma que “[...] sendo uma metodologia, a história oral consegue enunciar perguntas, exatamente por ser uma metodologia, não se dispõe de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamentos descritos” (Ferreira, 2012, p. 170).

Segundo Ferreira, no tratamento das entrevistas, sempre há o resultado de particularidade nos resultados, “[...] na história oral existe a geração de documentos

---

<sup>15</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 26 de março de 2017, no município de Parintins.



(entrevistas) que possuem uma característica singular, é o resultado do diálogo entre o entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo” (Ferreira, 2012, p. 171).

A história oral consiste em algo primordial para a entrevista, a memória, mas tem que haver certos cuidados na interpretação e análise dessas memórias, principalmente quando a pesquisa envolve a política. Dentro deste contexto, Ferreira afirma que,

o historiador pode vir a ser um intérprete dos equívocos políticos do passado e dos mecanismos de construção das memórias, não se deixando levar pelos rótulos fáceis da banalização ou da sacralização da memória e, a partir da análise histórica, ele pode, inclusive, relativizar as memórias, ou melhor, questionar a função desse passado rememorado (Ferreira, 2012, p. 182).

Ainda sobre a valorização da memória, Ferreira afirma que “[...] na história oral, objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes” (Ferreira, 2012, p. 172). A memória é valorizada através da narrativa, esta que é “a forma de construção e organização do discurso são valorizadas pelo historiador” (Ferreira, 2012, p. 172).

Desta forma, Verena Alberti fala sobre as possibilidades de pesquisa e a especificidade da fonte oral, a importância deste contexto para os historiadores, e também dá abordagens sobre como usar fontes orais na pesquisa histórica, relatando sobre a preparação de entrevistas nos projetos de pesquisas, e os roteiros de entrevistas. No decorrer desta análise, instrui sobre como se deve agir na realização de entrevistas, e tratar sobre estas importantes fontes, utilizando os recursos tecnológicos para a gravação, e interpretação e análise das entrevistas (Alberti, 2011).

No que consiste Ferreira (2012), sobre história oral como metodologia, Alberti (2011), afirma que “a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita” (Alberti, 2011, p. 155).

E sobre a importância desta metodologia, Alberti afirma que,

uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu (Alberti, 2011, p. 170).

A relevância da entrevista é vista como um “documento-monumento” (Alberti, 2011). Neste caso, “a ideia de documento-monumento traz essa intencionalidade para o próprio documento, cuja produção resulta das relações de força que existem nas sociedades que o produziram” (Alberti, 2011, p. 183).

Na compreensão entre história e memória, Motta (2012) afirma que,



é mais do que razoável admitir que a memória e a história não são sinônimas, pois, diferentemente da primeira, a história aposta na descontinuidade, visto que ela é, ao mesmo tempo, registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão; ela é manejada, reconstruída a partir de outros interesses e em direção diversa, e, para se opor a memória, a história tem ainda o objetivo de denunciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória (Motta, 2012, p. 25).

Neste caso, Motta afirma sobre a memória e o tempo presente como colocações do problema, como o historiador deve analisar as questões de memória conforme o tempo presente. E também a compreensão da memória com o passado relaciona-se com a seletividade de quem narra, “quando falamos de memória, devemos levar em conta que ela constrói uma linha reta com o passado, alimentando-se de lembranças vagas, contraditórias e sem nenhuma crítica as fontes que embasariam essa mesma memória” (Motta, 2012, p. 25).

No que tende ao questionamento da memória, Motta mostra que “é preciso reconstruir uma gama variável de interpretações de evidências que se pretende estudar, pois somente assim conseguimos nos aproximar da realidade então vivida” (Motta, 2012, p. 29). E afirma que “a história do tempo presente é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para se analisar a discursão entre história e memória” (Motta, 2012, p. 30).

Para Michael Pollak (1992), o historiador pode trabalhar a memória acerca da identidade do indivíduo a ser pesquisado. Ainda sobre memória, o autor instruiu sobre a valorização desta e como o historiador deve fazer para considerar e trabalhar as memórias e as histórias esquecidas, e por muitas vezes, histórias que foram silenciadas, a favor de algo para não operar na história, fazendo a omissão de muitas vozes e memórias (Pollak, 1989).

Nessa perspectiva, Pollak afirma que “a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (Pollak, 1992, p. 202). A partir da construção da memória, o indivíduo constrói sua identidade correlacionando-se a outros. Nesse caso Pollak aborda que a “construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Pollak, 1992, p. 203).

Como a memória é algo construído socialmente, Pollak mostra que os registros não são diferentes, “para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral” (Pollak, 1992, p. 208). Sendo que a fonte oral é primordial para a construção de uma pesquisa nessa metodologia “a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer,



deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo” (Pollak, 1992, p. 208). Nisso ele afirma que “a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita, nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta” (Pollak, 1992, p. 208).

A concepção de valorizar os de baixo faz com estes novos personagens estranhem a procura por sua pessoa, e a dificuldade de uma entrevista torna-se notória pelo entrevistador, neste caso, “uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, e de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse, já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si” (Pollak, 1992, p. 208). Ainda nessa perspectiva de valorização dos de baixo por meio da história oral, Pollak (1989) mostra que a memória destes se opõe ao padrão da memória oficial ou nacional. Neste caso, argumenta que,

ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem a “memória oficial”, memória nacional (Pollak, 1989, p. 04).

Além dos estudos e análises sobre memória, Michael Pollak reflete sobre o silêncio e o não dito, ou seja, que alguns personagens selecionados para a pesquisa de história oral omitem os questionamentos do entrevistador. Pollak explica que “existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’” (Pollak, 1989, p. 08).

### **A introdução da juta na Amazônia: os acordos políticos**

A juta chegou a Parintins por volta da década de 1930, com a imigração japonesa, e a partir deste município, a juta se espalhou para outros municípios e outros estados do país. Para Schor e Marinho (2013, p. 241) “a história da juta em Parintins inicia-se com a chegada de uma missão, chefiada pelo deputado, Dr. Tsukasa Uetsuka”. Os autores também afirmam que a viagem do político tinha por finalidade a escolha de um local em Parintins, cujo objetivo era “destinado à instalação do núcleo de Kotakuseis - como eram chamados os alunos diplomados pela Escola Superior de Colonização do Japão” (Schor; Marinho, 2013, p. 241).

De acordo com Ferreira (2016, p. 145), a juta foi uma modalidade crescente na década de 1930, afirmando que “a partir do êxito de Ryota Oyama em 1934, essa modalidade agrícola não parou mais de crescer e alcançar novas áreas”. O autor ainda afirma que “de Parintins, ela se espalhou por quase todo o Amazonas, Pará, e em algumas localidades dos estados do Amapá e Espírito Santo” (Ferreira, 2016, p. 145). Mas no estado do Amazonas, a juta e posteriormente a malva foram por um longo período a



“atividade responsável por expressivo percentual na formação da renda do estado” (Ferreira, 2016, p. 145).

Neste caso, compreende-se que a juta no município de Parintins foi um propulsor para os demais municípios do estado do Amazonas, e esta proporcionou emprego e renda a esses municípios. Mas para os cultivadores da juta que habitavam em comunidades ribeirinhas, isso foi considerado por eles, um trabalho árduo e difícil, causando doenças e mortes ao longo do tempo de cultivo no período do auge da juta. A Amazônia se tornou a principal região para o apogeu da juta no Brasil, pois, além da aclimação da semente no solo fértil, uma série de fatores políticos facilitou a implantação deste produto na região, ultrapassando os demais estados que também utilizavam a juta para crescimento econômico durante o século XX (Ferreira, 2016).

Nesse contexto político, Ferreira (2016) afirma que,

as lideranças políticas dos estados do Amazonas e Pará viam, na chegada desses imigrantes, bem como nas relações comerciais que seriam estabelecidas com as Companhias desse país, uma grande oportunidade de negócios, um caminho auspicioso para reerguer a economia da região, a partir da exploração das riquezas naturais da região (Ferreira, 2016, p. 146).

Os acordos políticos feitos nesses dois estados condizem com vasta facilidade da imigração japonesa, como argumentado acima. Ferreira mostra que “no estado do Pará, um dos maiores entusiastas da imigração japonesa foi o governador Dionísio Ausier Bentes” (Ferreira, 2016, p. 147). No Amazonas, o autor afirma que “o protagonismo das ações ficou a cargo do governador Ephigenio Ferreira de Salles” (Ferreira, 2016, p. 147). A falta de mão de obra era um problema encontrado pelos dois governadores, e o então presidente Washington Luís decretou na época a solução para este problema, afirmando sobre “sanear para povoar, povoar para prosperar”. Foi através desse mito sobre “terra sem homens”, que os povos ribeirinhos ficaram cada vez mais invisíveis (Ferreira, 2016).

Os autores Ferreira (2016) e Saunier (2003) nos afirmam que o processo de implantação da juta no Amazonas se deu por dois momentos. O primeiro momento foi no período de 1927, com a assinatura do governador Ephigenio Salles para conceder terra aos japoneses para cultivo da juta no estado do Amazonas (Ferreira, 2016). O segundo momento, foi o processo de saída dos imigrantes japoneses das terras amazônicas, por conta dos acordos de Vargas com os norte-americanos, obrigando a saída dos japoneses do Brasil, neste período (Saunier, 2003).

Após a saída dos japoneses, devido aos acontecimentos na Segunda Guerra Mundial, o negócio com a juta ficou nas mãos de empresários brasileiros, que no caso do



Amazonas, utilizaram bastante a mão de obra ribeirinha por conta das áreas de várzeas na qual se localizam as comunidades (Ferreira, 2016). E uma dessas comunidades que participou deste ramo de trabalho foi a comunidade rural de várzea São Sebastião da Brasília de Parintins, cujo recorte temporal de 1950 a 1980, período em que a juta se integrava gradativamente a comunidade.

### **A comunidade São Sebastião da Brasília de Parintins**

A comunidade São Sebastião da Brasília, pertencente ao município de Parintins, no estado do Amazonas, é nosso local de pesquisa empírica. Localizado à margem direita do rio Amazonas, com a distância aproximadamente de 325 km em linha reta e 370 km por via fluvial da capital Manaus, com área territorial de 5.978 Km<sup>2</sup>, população estimada em 96.372 habitantes (IBGE, 2022). De acordo com a Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento, o município de Parintins é formado por 192 comunidades urbanas e rurais (SEMPA, 2020). A comunidade da Brasília está à margem esquerda do Rio Amazonas, com cerca de 7 a 10 km da sede Parintins, região do Baixo Amazonas, de acordo com Dom Arcângelo Cerqua, primeiro bispo do município, esta foi criada oficialmente em 28 de março de 1968, pela Igreja Católica, por meio da Comunidade Eclesial de Base (CEB), que tinha como missão, reorganizar as localidades rurais e levar ensinamentos religiosos católicos aos comunitários do interior (Cerqua, 1980).

Portugal foi o primeiro nome da comunidade; de acordo com Brasil (2015) e Vieira (2021), em suas respectivas pesquisas, as narrativas de alguns moradores afirmam que os primeiros habitantes eram portugueses, e por isso o primeiro nome da comunidade tinha como referência o país europeu. Em uma reportagem sobre a comunidade, exibida no ano de 2013, do programa “Amazônia Agora”, do canal televisivo Amazon Sat, mostra o cotidiano dos ribeirinhos, e nas entrevistas também há confirmação por parte dos moradores que o primeiro nome da comunidade foi Portugal.

Portugal, Vila Brasília, Igarapé das Ciganas, Brasília, a comunidade é chamada por estes nomes pelos comandantes fluviais de vários tipos de transportes que passam à frente da comunidade (Silva, 2017). Tomando de acordo com a narrativa da Prelazia de Parintins<sup>16</sup>, a comunidade da Brasília tem 55 anos, desde sua oficialização em 1968; contudo, os antigos moradores da comunidade afirmam que ela tem mais de 100 anos de existência. Neste contexto, Diógenes afirma que,

---

<sup>16</sup> Criada em 1955, tendo como primeiro bispo o italiano Dom Arcangelo Cerqua (Cerqua, 1980).



os primeiros moradores eram descendentes de portugueses e deu o nome a localidade de Portugal por volta de 1922. Algum tempo depois o nome mudou para Igarapé das Ciganas por haver um grande número de aves dessa espécie. Em razão da paixão dos moradores pelo time de futebol comunitário que se chamava Nova União da Brasília mudaram novamente o nome, passando a se chamar Brasília. Posteriormente, a Diocese de Parintins oficializou o nome da comunidade como São Sebastião da Brasília, nome este que permanece até os dias atuais (Diógenes, 2014, p. 52).

Para Wagley (1988), as comunidades têm sua origem e sua história, elas não se formaram do nada. Infelizmente a diretoria atual da Brasília não têm os primeiros registros de nascimentos, batismos, casamentos ou falecimentos dos comunitários. Historicamente, é uma comunidade organizada inicialmente por portugueses, indígenas e negros, representando a formação do Brasil.

As comunidades dos interiores do estado Amazonas, em sua maioria são compostas atualmente por duas religiões, ou seja, em cada comunidade há duas igrejas, uma católica e outra evangélica (Oliveira, 2012). No caso da comunidade de São Sebastião da Brasília, há apenas uma religião oficializada, a católica. A religião católica expandiu-se para as comunidades ribeirinhas para que houvesse certo controle que firmasse a severidade da religião. A Igreja Católica de Roma criou projetos para que o catolicismo chegasse com mais intensidade as comunidades ribeirinhas, a fim de conter o avanço de outras religiões nessas localidades, o principal projeto foi oficializar as comunidades, titulando-as com nomes de 'santos' e registrando-as em cartórios através dos diretórios formados na época. E uma das comunidades registradas através desse projeto foi a São Sebastião da Brasília.

Na comunidade São Sebastião da Brasília, iniciamos nossas entrevistas com o Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho, um dos moradores mais antigo da comunidade. No começo do diálogo, questionamos acerca da formação da comunidade, e este respondeu que no início não foi oficializada pelo governo e nem pela igreja. Ele afirma, mesmo não lembrando a época, que seus avós vieram de Portugal e foram aos poucos construindo a comunidade, antes da inclusão da instituição religiosa católica,

*eles vieram de Portugal e se coisaram aqui através da juta, e foram se mudando, se mudando e aí trabalhava na juta e aí foram construindo assim a família, um filho casava com um, outro filho casava com outra e assim ia saindo à comunidade aqui foi aumentando, ainda não era comunidade, não era comunidade, era só os moradores a granel, cada um fazia sua casa (Ribeiro Filho, 2017).*

“Moradores a granel” eram os primeiros comunitários que não tinham identificação oficial registrada, como Antônio afirmava. E podemos compreender nesta



narrativa o registro não oficial desta comunidade. Ao perguntarmos sobre os primeiros moradores da comunidade, Antônio nos afirmou que seus pais, tios e avós já haviam falecido e que lembrava raramente somente o que seus pais lhe contavam sobre a história da comunidade.

No período de 1950 a 1980, a juta foi um gênero agrícola de grande relevância econômica e social, influenciando o modo de vida das populações ocupantes das várzeas do Rio Amazonas (Souza, 2008). Rendendo economia ao município de Parintins, empregando homens e mulheres que trabalharam nas chamadas “prensas”, antigos armazéns, onde principalmente mulheres atuavam no trabalho de prensar a fibra para exportação (Saunier, 2003).

Mas antes da juta chegar ao município de Parintins, ela era cultivada e passava por vários processos de trabalho de mão de obra, isso nos interiores do Amazonas. Neste caso, a comunidade pesquisada, foi uma das que atuaram praticamente em grande proporção dos seus comunitários para o cultivo da juta (Ferreira, 2016). A juta proporcionava uma escassa economia a esses comunitários, e, conforme seus relatos tinham que entregar certa quantidade de juta conforme o combinado com o “patrão”, e este lhe “servia” com produtos alimentícios e dinheiro (Mcgrath, 1999).

Naquele período, os ribeirinhos usavam o termo “patrão” para nomear pequenos empresários que faziam a compra e venda da juta, ou seja, compravam dos cultivadores nos interiores, essa compra era feita conforme exigências e regras desses patrões, e depois vendiam aos armazéns que faziam outros serviços derivados da juta para a exportação. Esse método de “patronagem” é relacionado ao sistema de aviamento no período da exploração da borracha na Amazônia, também registrado pela literatura da região. Segundo McGrath (1999, p. 37), “aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo especificado”.

Esse tipo de sistema fez com que o lucro monetário se concentrasse apenas nas mãos de poucos, ou seja, dos patrões e demais empresários, que submetiam comunidades a troca de produtos alimentícios. E pela necessidade de obter o alimento ou um pouco de dinheiro, em um período em que estes comunitários não tinham outro método de sobrevivência, tinham apenas a força da mão de obra como ferramenta principal de trabalho (Mcgrath, 1999).

Para o filósofo húngaro István Mészáros (2007), este tipo de situação fez com que poucos enriquecessem e muitos ficassem cada vez mais na miséria, principalmente pela



valorização da propriedade, ou seja, havia fartura para alguns e exploração para outros. No caso do município de Parintins, essa fartura era direcionada aos grandes empresários, donos dos armazéns que prensavam juta e faziam exportação do produto para outras regiões do país e do exterior. Mas para isso, tiveram que explorar a mão de obra ribeirinha, estes que, por sua vez, faziam da juta sua pequena fonte de renda, para sustento da família e poucos adquiriam bens no ramo deste trabalho (Souza, 2008).

Assim, para os varzeiros da comunidade, o fato de terem um pedaço terra para morar, conseguindo na juta, ou por heranças de seus pais que também trabalharam na juta, fez que essa valorização fomentasse a importância de luta diária pela conquista. Neste contexto, Mézáros afirma que,

aconteceu que a elite foi acumulando riquezas e a população vadia acabou por ficar sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalçar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora esses poucos tenham cessado de trabalhar há muito (Mézáros, 2007, p. 113).

Na comunidade, atualmente, são comemoradas duas festas. A primeira é realizada no mês de janeiro com duração de três dias, em homenagem ao padroeiro São Sebastião, festa realizada e organizada pela Igreja Católica e a diretoria da comunidade. A diretoria em sua maioria é composta por homens, e estes são os responsáveis pelas festas, algo tradicional das comunidades ribeirinhas, como afirma Campos, que “a preparação das festas se iniciava com o dono do santo ou rezador e acompanhantes (7 a 10 pessoas), na maioria homens” (Campos, 1995, p. 112). No último dia da festa é realizado o corte do mastro, algo típico de muitos interiores da Amazônia (Wagley, 1988).

No mastro são colocados prêmios, frutas e produtos, e algumas comunidades colocam dinheiro em uma bandeira que fica na ponta do mastro. O mastro é cortado aos poucos, cada integrante da diretoria e alguns responsáveis ou convidados especiais participam do momento desse ritual. Estes utilizam como ferramenta de corte um machado ou um terçado, dependendo da espessura do mastro. Na queda do mastro o que pegasse a bandeira era o próximo a realizar a festa, e os produtos colocados no mastro eram recolhidos e distribuídos aos comunitários (Campos, 1995).

A igreja é uma das instituições que determina o modo de vida dos comunitários, Charles Wagley afirma que,

existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional, e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação



convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos em sua organização do que parecem quando observados em uma comunidade (Wagley, 1988, p. 43).

A segunda festa surgiu a partir do trabalho desses comunitários. A festa do camarão, cuja realização acontece no mês de agosto com duração de três dias, no período em que a pesca do crustáceo é realizada com mais frequência. Segundo a associação de moradores e os registros paroquiais, residem atualmente 70 famílias na comunidade, e suas habitações são construídas no modelo de palafitas, por causa do período de enchente e vazante que ocorre todo ano na Amazônia (Ferreira, 2016). Há também na comunidade a Igreja do Santo Padroeiro, uma escola com ensino regular e a sede da associação, na qual acontecem reuniões e eventos. Não há uma unidade básica de saúde na comunidade; quando necessário, os comunitários vão aos hospitais na cidade de Parintins.

### **Narrativas do trabalho com a juta**

Na comunidade, fizemos entrevistas com seis colaboradores sobre o trabalho que tiveram com cultivo da juta, no período de 1950 a 1980. Como descrito anteriormente, nosso objetivo foi compreender o sistema de trabalho com a juta, valorizar as vozes e as memórias desses comunitários que vivenciaram o que foi trabalhar com a fibra têxtil vegetal que é a juta. Entrevistamos algumas famílias da comunidade, e ouvimos alguns homens e algumas mulheres que atuaram nesse trabalho árduo e sofrível.

A história e a memória desses ribeirinhos foram analisadas segundo suas narrativas, ou seja, são de cunho autobiográfico. Em uma entrevista o pesquisador tem que se conformar com que está sendo narrado, principalmente quando não há registros literários de quem está narrando. Nesse sentido, Pierre Bourdieu afirma que,

produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão teórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (Bourdieu, 1998, p. 185).

Nas análises das narrativas, iniciamos com o Sr. Antônio Soares Ribeiro Filho, que nasceu na comunidade de São Sebastião da Brasília no dia 2 de novembro de 1940. O ex-trabalhador da juta, na data da entrevista, contava com 77 anos de idade. Segundo seus relatos, o trabalho com a juta parecia ter sido um legado de seus pais e iniciado em sua infância. Sendo a juta um trabalho familiar, seus pais o introduziram juntamente com seus irmãos neste ramo de trabalho, pois a mão de obra é a ferramenta principal do trabalhador ribeirinho, e esta força de trabalho auxilia diretamente no sustento da família



(Wagley, 1988). Nas palavras de Antônio, este afirma que todo esse trabalho era “*para criar os filhos que eles já estavam tendo*”<sup>17</sup>, aos dez anos de idade o pequeno Antônio “já ajudava” seus pais na juta. Conforme o tempo ia passando, e os pais de Antônio já com idade avançada, juntamente com seu irmão tinha que dar continuidade na juta, para o sustento de toda a família. Antônio nos relatou esse momento em que seu pai passara a responsabilidade do trabalho com a juta para si e seu irmão. “*Ele, meu pai, que também tinha por nome de Antônio, me chamou e me disse ‘meu filho eu já tô velho’*”. Desse momento em diante Antônio e seu irmão sendo mais jovens faziam o trabalho que exigia mais força.

*Aí meu irmão, nós era só dois irmãos, aí meu irmão mais velho que foi na frente, nós trabalhava junto, mas os velhos mesmo velho ajudavam nós também, nós brocava o roçado, se fosse uma quitaria, nós faziam assim de trocar dia um com outro pra fazer aquele serviço de cinco, seis ou sete pessoas pra roçar mato, fazer uma quitaria, uma quitaria tem cem metro de comprimento com cem de largura, nós fazia só num dia aí se queimava, a gente fazia o brocamento tudinho só num dia e aí queimava o roçado e aí a gente pegava a semente da juta e ia plantar e aí era só zelar, aí tem aquele que chamam de... mas aqui na várzea só chamam de carieiro, só que o carieiro ele comia a juta, então o senhor tinha que cuidar assim andando pelo aceiro do roçado pro bicho não coisarem (Ribeiro Filho, 2017).*

O trabalho que eles faziam consistia no plantio da juta, no corte, no afogamento, na lavagem, na secagem, no enfardamento, e por fim na entrega dos fardos aos destinados padrões, conforme o negócio entre as partes. O processo de plantação era feito com uma máquina que, segundo Antônio, eles chamavam de tico-tico. Antônio às vezes passava de três dias plantando uma quitaria (100m<sup>2</sup>), “*não acabava e no outro dia, dois dias, três dias acabava uma quitaria de plantar*”, afirma.

Após o plantio da juta, eles faziam o processo de corte conforme o tamanho decidido pelo agricultor ou quando fosse o melhor para a colheita. Ele também nos relatou ainda sobre o processo de plantio da juta, o período até a colheita, “*o plantio da juta era em novembro*”. Esse período foi um exemplo utilizado por Antônio, e continuou: “*e o senhor contava, dezembro, janeiro, em fevereiro o senhor cortava por causa da água que vinha*” (Ribeiro Filho, 2017). Na Amazônia acontece o período de enchente e vazante das águas, a agricultura, a piscicultura e a agropecuária são organizadas conforme esse período (Ferreira, 2016). Na subida das águas, a juta tinha que ser cortada e passar por vários processos até o momento da entrega, “*a água vinha e a gente ia cortando, ia cortando e afogando*” (Ribeiro Filho, 2017).

<sup>17</sup> Entrevista de pesquisa concedida em 26 de março de 2017, no município de Parintins.



O processo de *afogar* era a parte mais árdua do trabalho com a juta. Eles faziam um sistema para realizar este tipo de afogamento, que mesmo sendo na água não era o processo de lavagem.

*[...] afogar era reunir tudinho os fechos que era amarrado com a mesma fibra da juta, só que a fibra da juta era a juta verde e a gente tirava, e quebrava assim, tah! Tirava aquela envira e atracava um fecho, vamos dizer assim, uma comparação com isso aqui, o senhor cortava e ia amontoando um em cima do outro, aí o senhor pegava a envira e amarrava, aí o senhor fazia a pilha que nós chamamos da juta, pra ela amolecer, o senhor faz de quinze, de vinte, de cinquenta, quarenta fechos, uma da ilharga do outro, mesmo que ser essas tábuas aqui, certo! Que era pra botar o pau em cima pra fazer a pessoa que era pra ela ficar dentro da água assim, mais ou menos no fundo, com mais ou menos um palmo de fundura e com uma semana ela estava mole (Ribeiro Filho, 2017).*

A lavagem da juta era realizada para a retirada de uma película que havia nos feixes de juta, “a água era suficiente e senhor sacudia ela na água pra lá, pra cá, tirava tudinho aquela pelica que é a casca” (Ribeiro Filho, 017). Segundo as narrativas das mulheres, esse trabalho de lavagem da juta era realizado em grande parte por elas, mas elas também faziam os demais processos da juta. Neste contexto, Antônio refere-se a sua companheira/esposa: “ela ainda me ajudou bem a trabalhar na juta, ela mesmo, ela capinou, ela me ajudava, quando era em terra ela me ajudava a cortar com o terçado e na água lavava mais e também fazia tudo” (Ribeiro Filho, 2017).

A secagem da juta era realizada em uma espécie de madeira com grande comprimento conhecida como *vara* pelos ribeirinhos. Essas *varas* eram colocadas com ligações feitas por pontos de conexões, e os feixes de juta eram colocados em cima dessas varas e expostos ao sol, como relata Antônio, como um *grande varal*. Os feixes de juta secavam, após ficarem dias expostos ao sol, e então eles recolhiam os feixes para serem prensados ou enfardados.

O enfardamento da juta era realizado na comunidade, pois tinha que ser entregue em fardos e pronto para a pesagem. Esse sistema era o último processo a ser feito antes da entrega para o patrão. Antônio nos mostrou como funcionava esse sistema, uma prensa manual feita de madeira.

*Enfardar é uma prensa, eram oito paus, afincava quatro aqui, um pau aqui, outro pau aqui e outro pau aqui, essas duas bocas aqui, essa boca daqui era a boca e jogava de lá duas cabeças e de lá ele virava aqui e de lá virava, botava daqui e virava pra lá” (Ribeiro Filho, 2017).*

E ainda nos explicava que o tamanho do fardo era feito conforme o instrumento de trabalho, “o senhor fazia o fardo da juta do tamanho que o senhor quisesse fazer, do peso que o senhor quisesse fazer conforme a prensa” (Ribeiro Filho, 2017).



Antônio continuou nos explicando esse processo até sua finalização,

*[...] no nosso sistema nós chamava prensa e aí o senhor pegava e enfiava aquilo, nós pegava quatro tipo assim de coisa, mas então nós pegava assim na mão, que era pra quando a prensa enchesse o senhor pegava em cima do fardo e ele arreava com seu peso aí eu pegava e chamava essa minha mulher aí. Quando ela não estava pra me ajudar ia só eu, pegava um pedaço de pau e ia enrolando assim, ia enrolando, enrolando, enrolando até que desse assim pra mim acochar, ia acochando, acochando, e metia lá e tirava o fardo, dava cinquenta quilos, sessenta, quarenta, quarenta e cinco quilos, aí é como eu tô dizendo, o senhor fazia o fardo do tamanho que o senhor quisesse fazer, se o senhor quisesse fazer dez quilos era dez quilos, se quisesse fazer cinco quilos era cinco quilos mas a gente não fazia assim porque o negócio do carroto era coiso, a gente entregava na canoa que era pra levar pro patrão da gente que tinha valido a gente no verão pra se manter, pra fazer o roçado e colher a produção e entregar tudo pra ele (Ribeiro Filho, 2017).*

O último processo era considerado a parte principal para estes trabalhadores, pois era o momento da entrega conforme o combinado, ou seja, seguir com os acordos. Primeiramente a produção era transportada de canoa para ser entregue ao “patrão” (Ferreira, 2016). Antônio nos informou que o seu patrão ficava com tudo o que havia produzido, e uma parte da produção era utilizada para pagamento de dívidas já contraídas, “o senhor pagava a sua dívida pro seu patrão com aquela fibra. Aí ele dizia ‘olha! Ainda ficou? Eu quero a produção tudo que tu me entregue’ aí o senhor não tinha como dizer não” (Ribeiro Filho, 2017).

Essas dívidas condiziam no “servir” como citado no início desta produção. Naquele período os patrões forneciam alimentos, roupas e demais produtos alimentícios em troca de mão de obra (Wagley, 1988). E também faziam pagamentos com o cruzeiro, a moeda da época. Ele nos relatou que os patrões serviam primeiro estes itens para que depois os comunitários “pagassem” com produção da juta, e às vezes eles continham um pequeno saldo desta produção.

Antônio nos forneceu uma informação importante sobre esse sistema de trabalho, afirmando não ser o único a negociar no modelo deste sistema, e que os demais comunitários e até mesmo outras comunidades trabalhavam dessa forma imposta por esses patrões ou de comum acordo. “E não era só uma pessoa que fazia isso como eu, eu trabalhava com meu patrão, finado Túlio Melo, finado Didinho, essas coisas assim, finado Chiquito, eu trabalhava com eles assim, eu colhia toda a produção... finado Zé Tavares era um que morava lá” (Ribeiro Filho, 2017). Assim como Antônio, também entrevistamos sua companheira Maria do Rosário dos Anjos Ribeiro; Valdo Monteiro Gama e sua companheira Luzia Cândida da Silva Gomes; Valdino Jacaúna Ribeiro Franco e sua companheira Valcinéia Ribeiro Franco, irmã de Antônio.



Nos relatos dos demais entrevistados comparados ao de Antônio, antes da juta, percebemos que o cacau foi bem produzido e comercializado pelos moradores da Brasília, de acordo com as narrativas de Valdo e Valdino. Valdo nos relatou no período que trabalhava com cacau, *“a gente colhia, a gente secava, e vendia pro comerciante que tinha ali no Paraná”* (Franco, V. J., 2017). Valdino nos afirmou que durante o período de comercialização do cacau a sua principal função era a coleta do produto, *“pra nós ir colher o cacau, nós ia colher o cacau”*.

Sobre o início do trabalho com a juta, assim como Antônio, Valdo também iniciou na juta desde criança trabalhando com seus pais, *“eu sofri muito na juta, eu trabalhava desde os meus 11 anos na juta, a juta era uma maldição na vida da gente”* (Gama, 2017), afirma Valdo. E após a cegueira derivada da idade avançada de seus pais, Valdo teve que assumir a responsabilidade do trabalho com juta da sua família. Também nos afirmou que seus avós, eram de Portugal, assim como os antepassados de Antônio. Além da juta, os antepassados de Valdo trabalhavam com cacau, com a seringa, e outras plantações, mas ele afirmou que neste período, o cacau era muito comercializado, assim como a juta, *“sempre teve comércio daqui da Brasília com a cidade”*. A juta, o cacau e seringa, eram os principais produtos na qual a família de Valdo trabalhava mais, e nos relatou que cada um tinha o seu tempo de produção, afirmando que o *“difícil era com a juta”*.

A companheira de Antônio, Dona Maria do Rosário, afirmou sobre seu trabalho na juta. Segundo seus relatos, ela afirmou que *“ajudava”* o marido na juta, juntamente com seus filhos, *“todo mundo ia pra juta”* (Ribeiro, 2017). Dona Luzia nos relatou que iniciou cedo a labuta com a juta, *“eu comecei bem novinha com a juta, tive que ajudar minha mãe”* (Gomes, 2017). E afirmou que conheceu o marido na juta, *“quando tinha 17 anos, eu fui morar com ele, já era nós dois na juta”*. A mulher era vista como *“ajudadora”* do homem, e o seu trabalho não era visto como principal e sim como coadjuvante (Torres, 2004).

A narrativa de Valdino sobre seu início na juta se deu pelo fim do trabalho com o cacau, *“quando eu tinha 10 anos, minha mãe me colocou pra juntar cacau”* (Franco, V. J., 2017). E nos afirmou que logo após o trabalho com o cacau, foi para o ramo da juta, *“quando eu tinha 18 anos, aí eu fui trabalhar na juta já, entrei na juta com meu pai”*. Dona Valcinéia relatou que trabalhou na juta com Valdino, mas afirmou que quase não trabalhava com seus pais, passou a trabalhar mais quando passou a conviver com o marido, *“eu não trabalhei muito com meus pais, mais com o Antônio, eu ajudei o Valdino quando a gente começou a viver junto, a gente precisava né”* (Franco, V. R., 2017).



As mulheres entrevistadas da comunidade, Dona Maria do Rosário, Dona Luzia e Dona Lucinéia, foram algumas de muitas mulheres, mães, cuidadoras do lar ou donas de casas que trabalharam com o cultivo da juta. Nas análises das entrevistas, percebemos que além delas trabalharem na juta com seus companheiros, elas eram responsáveis por levarem e instruírem seus filhos com o processo do trabalho com juta, e ainda tinha o lar para cuidar. Ou seja, essas mulheres trabalhavam fora e dentro de casa, e mesmo assim eram vistas como coadjuvantes em uma comunidade na qual os negócios eram feitos apenas por homens (Torres, 2004).

Portanto, no processo inicial do trabalho com a juta, comparados aos relatos de Antônio, Valdo afirmou como era após receberem a semente do patrão, que dependendo do negócio, ou era vendida ou era socializada, “*gente ia né, roçava, plantava aí, queimava né, quando queimava bem né a gente plantava de máquina*” (Gama, 2017). Antes de Valdino iniciar a sua história com a juta, ele introduziu sobre a história da juta na Amazônia, uma história contada de pai para filho. “*Foi um japonês, esse japonês, o Ryota Oyama. O pai dele, quando veio para o Brasil, trouxe a juta aqui (mãos), a semente, nas unhas, a semente*” (Franco, V. J., 2017).

O sistema de trabalho com cultivo da juta consistia no plantio, no corte, no afogamento, na lavagem, na secagem, no enfardamento, e finalizava com a entrega do produto na comunidade. Esse sistema funcionou com estes ex-trabalhadores e trabalhadoras da Comunidade São Sebastião da Brasília durante este período. E quando questionamos sobre as formas de pagamento, cada narrador fez sua declaração conforme os negócios acertados.

Comparados aos relatos de Antônio sobre este quesito, Valdo nos informou que o pagamento era com cestas básicas e vestimentas para toda a família, e que sobrava conforme o negócio era o saldo que apuravam de toda uma temporada de trabalho, “*aí pagava a gente quando tinha saldo né*” (Gama, 2017), relata. Com Valdino, a forma de pagamento que presenciava quando via os negócios de seu pai com patrão era baseada apenas na alimentação, “*não tinha pagamento, o pagamento era boia*” (Franco, V. J., 2017). E quando assumiu os negócios por conta, Valdino nos informou a situação do pagamento, “*ele botava a despesa para nós trabalhar, ele só ia comprar uma roupa, uma coisa para nós, com que nós nos beneficiávamos*”.

A juta foi um trabalho árduo e sofrível para todos os trabalhadores da Amazônia, mas houve certa relevância econômica para a maioria dos trabalhadores. Na comunidade da Brasília não foi diferente, de acordo com as narrativas, alguns dos trabalhadores



adquiriram bens, além do sustento diário que a juta lhes proporcionava. Valdo nos deu a seguinte declaração sobre o que o trabalho lhe proporcionou.

*[...] era dele, trabalhei, trabalhei, aí foi o tempo que ele vendeu essa terra dele, vendeu não né, ele entregou por conta de um gado que ele perdeu do Bada né? Aí foi com a juta, foi aí que comprei essa terra aí dele da juta, essa terra aí já é minha né, tenho casa” (Gama, 2017).*

Mas para alguns a juta não deu tanto lucro, como afirma Valdino. *“[...] ela foi parando devagar. Mas as coisas continuam melhor. Porque na juta, a juta não dava lucro. Não dava lucro, e muitos que a gente ia arrumando, ia dar mais lucro. Aí você ia plantar uma roça, ia plantar um feijão, milho, melancia” (Franco, V. J., 2017).* Valdino afirma que outros tipos de trabalho além da juta contribuíam melhor no sustento familiar. Neste sentido, para estes trabalhadores os demais trabalhos que faziam durante e pós a juta lhes renderam mais economicamente. Em comparação a outros tipos de trabalho, tais como, a agricultura, a pesca, entre outros, a juta lhes rendeu mais trabalho do que lucro.

Estas memórias são apenas alguns fragmentos essenciais sobre o lucro que a juta lhes proporcionava ou não. Muitos trabalharam com juta, mas nem todos obtiveram bens em consequência desse trabalho. Na comunidade, a maioria dos moradores, ex-trabalhadores tiveram suas conquistas pessoais, ou seja, bens materiais, por meio de outros tipos de trabalho, principalmente o trabalho com a pesca do peixe e camarão, sendo este último um trabalho realizado pelas mulheres da comunidade da Brasília.

### **Considerações finais**

A juta foi uma atividade laboral que trouxe diversas consequências para aqueles que trabalhavam dia a dia com este vegetal. No caso da comunidade pesquisada, houve mortes durante a execução do trabalho, além de ser um trabalho árduo e sofrido, o pagamento que estes recebiam era praticamente um desprezo total ao ser humano. Antônio e Rosária, Valdo e Luiza, Valdino e Valcinéia, foram apenas algumas de diversas pessoas da Amazônia, que tiveram suas vidas transformadas pela experiência do trabalho com a juta.

Para estes homens e mulheres a juta foi a única forma de sobrevivência desse período, mesmo utilizando outras fontes renda, a juta era a principal para o comércio da época. Todos sofreram com “a maldição da juta”, principalmente economicamente, onde havia muito trabalho e pouco lucro. Não tinha como negar o trabalho com a juta, um trabalho que envolvia toda a família, homens, mulheres, crianças, idosos, todos



trabalhavam para o sustento de todos, que na maioria dos casos era apenas por uma simples cesta básica de alimentos.

A juta foi um ramo propulsor para o estado do Amazonas, rendendo uma grande economia, através dos acordos políticos, a juta revolucionou muitas vidas parintinenses, principalmente aos ribeirinhos, estes que conseguiram bens na juta, os terrenos, os meios de transportes fluviais, entre outros bens. Neste contexto, Antônio afirma que

*com o trabalho da juta eu adquiri muita coisa que eu não tinha na minha vida, eu não tinha um terreno, eu não tinha uma casa, eu não tinha, bem dizer, quase nem roupa pra vestir, o trabalho da juta era sacrificado, mas quando a gente tirava o saldo, nós tirava o resto do saldo da dívida que sobrava, o patrão vinha cobrava, pagava, conferia o dinheiro e nós ia e comprava aquilo que não tinha e precisava (Ribeiro Filho, 2017).*

No decorrer de 1950 a 1980, para estes moradores da comunidade São Sebastião da Brasília, a juta foi um marco na história na vida desses casais, utilizando-a dela para o sustento de suas famílias. Com origem na Índia, a juta foi semeada por muitos lugares do planeta, mas apenas alguns países aclimataram a semente. E a região amazônica foi uma boa terra para esta semente, fazendo fibras longas, melhorando o processo do trabalho para os cultivadores. Os sete passos do trabalho com a juta estão até hoje na memória de milhares de ex-cultivadores, que alguns tiveram apenas a juta como única opção de sobrevivência. O trabalho de plantar, cortar, afogar, lavar, secar, enfardar e entregar, foi diversas vezes repetido durante décadas na vida daqueles que moram até hoje às margens do rio Amazonas.

Durante a realização da pesquisa, nas análises das entrevistas, notamos que os comunitários entrevistados queriam mais visibilidade para a comunidade. Era perceptível que a colaboração deles para as pesquisas científicas objetivasse em resultados concretos realizados pelo governo. Ou seja, que a contribuição científica da academia juntamente com seus projetos fosse fomentada ao governo do estado para benefícios a esses comunitários.

A proposta dessa pesquisa em evidenciar as vozes dos “vistos como de baixo” da comunidade de São Sebastião da Brasília é justamente mostrar à sociedade parintinense que existem trabalhadores que tiveram grande relevância para a economia do município em um determinado período. A juta proporcionou pouca economia e muito trabalho a esses ribeirinhos, mas contribuíram deixando um legado, na participação do trabalho com um dos principais produtos comercializados na Amazônia no século XX.



**Data de Submissão:** 20/09/2023

**Data de Aceite:** 28/11/2023

### Fontes orais

Entrevista com Antônio Soares Ribeiro Filho e Maria do Rosário dos Anjos Ribeiro, na comunidade São Sebastião da Brasília, município de Parintins, estado do Amazonas, no dia 26 de março de 2017.

Entrevista com Valdo Monteiro Gama e Luzia Cândida da Silva Gomes, na comunidade São Sebastião da Brasília, município de Parintins, estado do Amazonas, no dia 26 de março de 2017.

Entrevista com Valdino Jacaúna Ribeiro Franco e Valcinéia Ribeiro Franco, na comunidade São Sebastião da Brasília, município de Parintins, estado do Amazonas, no dia 26 de março de 2017.

### Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 155-201.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Uso e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CAMPOS, Manuel do Carmo. **A decadência do catolicismo popular na região parintinense (1955-1975)**. *Revista de cultura teológica*. 1995.

CERQUA, Arcângelo. **Clarão de fé no médio Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1980.

DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo**: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins - AM. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos**: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia). 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

MCGRATH, David. **Parceiros no crime**: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia Tradicional. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, n. 2, dezembro 1999.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. *In*: **Revista Theomai**. Brasil, 2007, n. 15, p. 107-130.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.



OLIVEIRA, Liliane Costa de. **Vida Religiosa Ribeirinha**: um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992. p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n 03, 1989. p. 3-15.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: Memórias dos Acontecimentos Históricos. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas-Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>

SILVA. Júlio Cláudio da. **História oral, memória e trabalho na Comunidade São Sebastião da Brasília**. 2017. Apontamentos (Pós-Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2017.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A Trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal**: a mais pura fibra da Amazônia. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas. **O Ethos das Mulheres da Floresta**. Manaus: Editora Valer, 2004.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988

# A FABRILJUTA E OS ELEMENTOS QUE CONSTITUÍRAM A SUA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO NA CIDADE DE PARINTINS ENTRE 1960 A 1980

## FABRILJUTA AND THE ELEMENTS THAT MADE UP ITS INSTALLATION AND OPERATION IN THE CITY OF PARINTINS BETWEEN 1960 AND 1980



**MATHEUS RODRIGUES DA SILVA<sup>18</sup>**

### Resumo

A Companhia de Juta Parintins - Fabriljuta foi uma fábrica têxtil de fios de juta que atuou na cidade de Parintins durante as décadas de 1960 até início de 1980. Desse modo é necessário problematizar o contexto que envolve a produção da juta na região amazônica e a chegada do capital que modificaria as cidades produtoras provocando os motivos para instalações de indústrias de tecelagem de juta na região do Baixo-Amazonas. Através de uma revisão bibliográfica o objetivo desse artigo é fazer uma relação entre a trajetória histórica da economia da juta e os indicadores que levaram a criação de uma companhia de tecelagem de fios de juta na região do Baixo-Amazonas. O nome Fabriljuta virou sinônimo de exaltação para a cidade de Parintins como uma referência ao auge da cultura da juta, entretanto ainda há lacunas a respeito do seu processo de instalação e a escolha de Parintins para ser a sede desse o empreendimento, fazendo parte de um recorte de pesquisa de mestrado que envolve as experiências e memórias de seus trabalhadores, esse artigo pretende delimitar o percurso histórico desse empreendimento.

**Palavras-chave:** Fabriljuta; produção da juta; Parintins; economia do Amazonas.

### Abstract

Companhia de Juta Parintins - Fabriljuta was a jute textile factory that operated in the city of Parintins from the 1960s to the early 1980s. It is therefore necessary to problematize the context surrounding the production of jute in the Amazon region and the arrival of capital, which would change the producing cities, giving rise to the reasons for the installation of jute weaving industries in the Lower Amazon region. Through a bibliographical review, the aim of this article is to relate the historical trajectory of the jute economy and the indicators that led to the creation of a jute yarn weaving company in the Lower Amazon region. The name Fabriljuta has become synonymous with the city of Parintins as a reference to the heyday of jute culture. However, there are still gaps regarding its installation process and the choice of Parintins to be the headquarters of this enterprise. As part of a master's research project involving the experiences and memories of its workers, this article aims to delimit the historical path of this enterprise.

**Keywords:** Fabriljuta; jute production; Parintins; Amazonas economy.

---

<sup>18</sup> Licenciado em História pela Universidade do Estado do Amazonas (2020). Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Amazonas-IFAM. E-mail: [matheuskarl895@gmail.com](mailto:matheuskarl895@gmail.com).



## Introdução

Parintins teve uma única experiência fabril em toda a sua história, a Companhia de juta Parintins – Fabriljuta uma fábrica de médio porte que atuou na cidade, apontada como uma referência para as transformações sociais e econômicas no âmbito local e regional, entre os anos de 1960 a 1980, período no qual o empreendimento funcionou. Este ensaio evidencia o processo sócio-histórico e socioeconômico da produção da juta<sup>19</sup> junto ao plano de desenvolvimento para a Amazônia, dessa forma podemos problematizar o motivo da escolha de Parintins para receber uma indústria de beneficiamento de fios de juta?

No Jornal do Comércio do Amazonas<sup>20</sup>, em 1966, a Fabriljuta era apresentada no setor de informação como um empreendimento estratégico para a Amazônia legal, indicando que Parintins naquele momento tornou-se o *habitat* da planta de juta, a cidade era responsável por 37% da produção da fibra na região. O intuito era chamar atenção SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cujo interesse em investir em uma fábrica de fios de juta estava em processo de planejamento por meio do ofício 252/66 – CD de 08/07/1966 que a considerava o incremento da juta importante para o desenvolvimento regional. O anúncio tinha como objetivo garantir isenção fiscal para o empreendimento e acumulação do capital necessário para a construção da fábrica.

Nesse sentido, a entrada de capital na região norte está relacionada ao gerenciamento por parte do Estado para os setores produtivos, e possibilitou a criação de fábricas de tecelagem de fios de juta. A implementação desses planos de valorização que chegariam às pequenas cidades como Parintins, seguiram de acordo com o fluxo de capital destinado para a Amazônia.

Martins (2009), ao problematizar o movimento de ocupação e integração por meio da questão agrária na Amazônia a partir das décadas de 1950-60, destaca o conceito de frente pioneira e frente de expansão sobre as fronteiras do norte, tendo o caráter de deslocamento populacional. A imposição ideológica e geopolítica do Estado, além do

---

<sup>19</sup> Sobre espécie da juta (*corchoris capsularis L.*) faz parte da família *Tiliaceae*, tem a sua origem no Sudão-Egípcio, mas foi na região da bacia Ganges na Índia que se aclimatizou, iniciando o seu cultivo e produção. Na Amazônia a juta se adaptou a ação do clima e aos períodos de cheia e vazantes dos rios por meio das transferências de tecnologia da produção pelos imigrantes japoneses a partir de 1934 (LIBONATI, Virgílio Ferreira. A juta na Amazônia. Boletim Técnico. IAN, Belém, PA, n. 34, 1958, p. 09-13).

<sup>20</sup> Companhia Fabril de Juta Parintins. Avisos Importantes. **Jornal do Comércio do Amazonas**. Manaus, quarta-feira 7 setembros de 1966. p. 5. Edição 19190. Disponível em <http://www.memória.bn.br>. Acesso: 28 de out. 2023.



abrupto avanço do capital na Amazônia na segunda metade de século XX inicialmente se deu por meio das atividades agropecuárias. O objetivo era de implementar a ideia de “modernização” a todo custo sobre os lugares considerados “vazios”, “atrasados”, procedendo nas modificações regionais no âmbito das relações sociais, econômicas e políticas, afetando tanto o campo quanto a cidade, onde as formas de exploração capitalista e pré-capitalistas começam a ser organizadas e reorganizadas com base nas especificidades do território amazônico. A chamada “Marcha” para o Oeste e Norte se iniciaria por meio de um processo lento a partir das décadas de 50 e que seria acelerada no regime civil-militar na década de 1970.

Parintins está localizada na margem esquerda do rio Amazonas 368,80 km em linha reta da capital Manaus, a cidade foi fundada em uma ilha chamada de Tupinambarana, e em 1960 possuía uma população de aproximadamente 27.525 habitantes. Entretanto, 75% da população da época estava na zona rural, onde a maioria dessa população dependia da produção da juta nas áreas de várzeas, além de outras culturas de subsistência, a zona urbana, mesmo em processo de expansão, concentrava apenas 25% da população da cidade (Souza, 2013).

Parintins se apresenta como uma cidade de pequeno porte e com uma população praticamente rural. Seria sua posição geográfica e a expectativa de uma população economicamente ativa o fator para instalação da companhia na cidade?

A fábrica é vista muitas vezes com saudosismo, mas sua real importância deve ser problematizada a partir do processo de desenvolvimento da economia da juta, já que não durou tanto tempo, e não haveria outra para substituí-la. Seguindo uma revisão bibliográfica a respeito do tema, temos o seguinte problema: como o processo socioeconômico e político da Amazônia contribuiu para a instalação e funcionamento da Companhia de Juta Parintins – Fabriljuta?

Esteves (2015) aponta que a Fabriljuta se diferenciava em relação a outros empreendimentos na cidade por ter sido a única fábrica, tornando-a atraente para a população de Parintins e para todo o Baixo-Amazonas, possuindo uma linha de produção organizada dentro de uma lógica capitalista para produzir em larga escala, com a necessidade de atender a demanda por fios de juta. Nesse sentido, a cidade despertou o interesse do capital que começava a ser introduzido na região amazônica na segunda metade do século XX.

Para problematizar esse interesse do capital em instalar uma fábrica que organizaria uma linha de produção fabril em Parintins, será necessário analisar primeiramente como a



economia da juta foi sendo estruturada para que o processo de instalação dessa indústria têxtil pudesse ocorrer, destacando os planos iniciais para atender uma demanda por sacos de fios de juta as quais se vincularam aos planos de integração e desenvolvimento da Amazônia, gerenciados por instituições estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE e o Banco da Amazônia (BASA), com a sua linha de crédito e financiamento supervisionados primeiramente através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e, por fim, pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas atuariam em momentos distintos, mas possuíam o mesmo objetivo de ampliar a integração e o desenvolvimento da região.

Esse recorte temporal de 1960 a 1970 é apontado como a quarta construção de uma narrativa sobre a Amazônia, quando os grandes projetos de desenvolvimento para a região são iniciados, gerando grandes transformações culturais, sociais e econômicas (Pizarro, 2012, p. 166).

Em seguida, será destacado os elementos que indicariam a importância da Fabriljuta para a economia do Amazonas, e como o Estado, na esfera nacional e regional, contribuiu para estimular a cadeia de produção da juta, incentivando a expansão da indústria têxtil nas regiões produtoras, impulsionando as políticas econômicas destinadas a esse setor específico, no qual o Amazonas se tornaria um grande produtor, atraindo investimentos para criação de fábricas de beneficiamentos de fios de juta que ocorriam antes mesmo da instalação da Zona Franca de Manaus.

### **A economia da juta e o processo para a instalação de uma indústria têxtil em Parintins**

#### **A necessidade dos sacos de juta para o mercado cafeeiro**

Ao destacar o processo histórico da indústria de tecelagem de fios de juta, Matos (1996) esclarece que sob a luz da produção e exportação do café surgiu a necessidade de importar juta para produção de sacas. A partir desse fator, conforme a autora, as primeiras indústrias têxteis de fios de juta surgem no Brasil no final do século XIX e início de XX, resultante do capital produzido pela exportação do café e mobilização da mão de obra.

Os entraves para a produção em larga escala dessa cultura seria seu condicionamento a uma economia suplementar que não disputasse a mão de obra necessária para a produção do café, além da dificuldade de aclimatização, que levou a depender da importação. No período do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas a



pedido dos produtores de café, começa a se preocupar com a autossuficiência na produção de juta para não mais depender da importação da matéria prima da Índia (Homma, 2016).

Para suprir essa demanda de sacaria, existia um parque de aniagem dependente de grandes importações de juta-indiana. Para contornar essa dependência da sacaria de juta-indiana controlada pelos ingleses, os industriais paulistas e grandes produtores ligados à cafeicultura tomaram a decisão de montar indústrias para o beneficiamento da fibra de juta ou de congêneres e o seu plantio no País. Essas tentativas antes do sucesso comercial da juta em Parintins (1937) se concentraram no Estado de São Paulo (Homma, 2016, p. 78).

A demanda por fios de juta acontece perante a necessidade dos produtores de café por sacas, a Índia era a maior exportadora da matéria prima na época, e o mercado brasileiro era dependente das importações. Segundo Homma (2016), além de São Paulo, outros Estado como Espírito Santos e Amapá tentaram iniciar a produção de juta, mas não obtiveram sucesso em produzir em larga escala. Apenas Amazonas e Pará conseguiriam produzir juta e malva suficiente para atender o mercado nacional.

Ferreira (2016) esclarece que houve várias tentativas anteriores a 1930 de se criar uma cadeia de produção de juta em São Paulo, além de tentar substituí-la por malva e outros derivados de fios. Porém o principal fator, conforme o autor ao refletir sobre os motivos que levaria ao declínio desse empreendimento na região Sudeste, seria a falta de mão de obra e a existência de produções agrícolas mais rentáveis levando ao fracasso da empreitada.

Seria na Amazônia que a produção da juta encontraria rentabilidade e mão de obra necessária para o seu desenvolvimento, por se encontrar estagnada economicamente devido ao declínio da borracha e a procura por sua substituição como principal atividade econômica.

Em 1929 iniciou-se de maneira efetiva e com resultados produtivos a aclimatização da juta no Amazonas. O empreendimento foi a princípio patrocinado por industriais de aniagem japoneses, que mandaram num primeiro momento uma missão de estudos para a região. Uma vez comprovadas as possibilidades, incentivaram a colonização japonesa voltada para o plantio da juta. As primeiras experiências ocorreram em Parintins e em 1930 foi fundada a Cia. Industrial Amazonense S.A., mas a cultura só se expandiria com o sucesso a partir de 1935, com o envolvimento dos industriais paulistas (Matos, 1996, p. 214).

De acordo com Matos (1996), seria na Amazônia que a produção da juta se desenvolveria com auxílio dos imigrantes japoneses, entretanto, com relação e interesse diretos dos produtores de café na década de 1930, apontados como financiadores do empreendimento naquele decênio.



Porém, Homma (2009) esclarece que foram os investimentos de Estado para Estado entre Brasil e Japão, que resultaria em políticas de implementação da cadeia produtiva da juta por meio de formação de colônias agrícolas japonesas e não seria o capital dos produtores de café o principal estimulador da cadeia produtiva da juta.

Para entender a introdução da economia da juta é necessário apresentar o contexto Amazônico e as políticas regionais para o desenvolvimento da região, que resultaria na organização da cadeia produtiva da matéria prima e na instalação de uma indústria têxtil na cidade de Parintins.

### **A introdução da economia da Juta na Amazônia**

A saída do capital da Amazônia após o primeiro período da borracha, resultando no empobrecimento da população entre os anos de 1920 e 1940, sendo a economia de subsistência e extrativismo as únicas atividades econômicas na região (Santos *et al.*, 2015, p. 187). A mudança desse cenário se deve à chegada dos japoneses na Amazônia.

Ferreira (2016, p. 147) elucida que “o primeiro fator que possibilitou o êxito da cultura da juta foi o processo de imigração japonesa que ocorreu em Parintins nas décadas de 30”, os imigrantes japoneses eram vistos pelos grupos políticos regionais como a solução para ocupar as terras amazônicas consideradas “vazias”. Os imigrantes japoneses teriam benefícios políticos e fiscais até o início da Segunda Guerra Mundial, graças aos vários acordos internacionais entre Brasil e Japão que garantiam concessões de terras para a criação de colônias agrícolas japonesas na Amazônia e investimentos diretos de Estado para Estado para incentivar o desenvolvimento das terras ocupadas, “no dia 11 de março de 1927, foi assinado, em Manaus, o contrato de doação de terras destinadas à imigração japonesa no estado do Amazonas, feito pelo governador Ephigênio Salles” (Ferreira, 2016, p. 155).

A imigração japonesa para o Amazonas tem como marco a fundação da vila Amazônia no final da década de 1920, que resultou na fundação de colônias e transferência de tecnologias para produção agrícola (Benchimol, 2009). Os imigrantes conseguiram terras, construíram escolas e organizaram pesquisas sobre a terra que estavam ocupando, iniciando as primeiras plantações de juta.

Todavia o processo de climatização e produção não ocorreria de forma rápida, mas com diversos entraves políticos e econômicos dificultando o empreendimento da produção da juta por falta de capital necessário para a consolidação dessa economia na Amazônia. Contudo Ryota Oyama e Yoshimo Nkauchi obtiveram sucesso.



Ryota Oyama juntamente com o seu vizinho Yoshimo Nakauchi fizeram as primeiras sementeiras e plantações, produzindo em 1937, cerca de dez toneladas de fibra lavada da melhor qualidade. Em 1935, o sr. Uetsuka funda a companhia industrial Amazonas S.A., sob a gerência do Sr. Kotaro Tssuji, que começou a distribuir as sementes de novas variedades de juta nas plantações que, rapidamente, se expandiram nas áreas férteis várzeas do baixo e médio Amazonas (Benchimol, 2009, p. 468).

Como apontado pelo autor, o desenvolvimento da produção de juta no Amazonas se expande a partir das colônias agrícolas japonesas que iniciam a produção em larga escala. O impacto dessa produção resultou no avanço tecnológico para a plantação por parte dos japoneses, favorecendo a ampliação das áreas de cultivo por toda a região do Baixo-Amazonas, colocando em destaque a fundação de uma companhia industrial responsável pela distribuição das sementes. Ao relacionarmos o contexto da imigração japonesa e necessidade do mercado por fio de juta, vemos que a industrialização dessa fibra na região do Baixo-Amazonas se inicia muito antes da instalação da referida indústria têxtil.

Witikoski (2010) sobre a cultura da juta (*Corchorus capsularis L.*) confirma a introdução da matéria prima pelas colônias agrícolas japonesas na Vila Amazônia<sup>21</sup>, mas destaca como principal incentivador da empreitada o sr. Tsukasa Uyetsuka, responsável pela grande quantidade de terras no local e elaboração do plano de produção. Seguindo a mesma estrutura de plantio feita na Índia de colocar a juta nas margens dos rios. O local seria as regiões de várzeas, onde a mão de obra dessa localidade seria absorvida iniciando a economia da juta.

Porém, o contexto geopolítico se apresentou como uma barreira para o processo de consolidação da economia da juta, devido aos discursos nacionalista anti-japoneses no pré e pós Segunda Guerra Mundial, devido a aliança do Japão com a Itália e Alemanha, que restringiu o acesso às novas terras para os imigrantes no Brasil, além da falta de recursos para continuar o desenvolvimento da produção da fibra. O autor faz referência ao imigrante japonês Ryoto Oyama como principal responsável pela aclimatização e desenvolvimento da juta em 1934 (Ferreira, 2016).

O monopólio da produção de juta e sua industrialização seria tirado das mãos dos imigrantes japoneses devido às mudanças geopolíticas que estavam ocorrendo nos anos de 1940, “com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os bens da Companhia Industrial

---

<sup>21</sup> Nilciana Dinely de Souza, delimita geograficamente a região onde a produção da juta se iniciou em Parintins, “a comunidade de Vila Amazônia está localizada nas confluências do Rio Amazonas com a Boca do Paraná do Ramos, bem próximo à divisa do Estado do Pará, distante apenas 25 minutos em média por via fluvial do município” (2013, p. 39).



Amazonense – CIA<sup>22</sup> foram confiscados pelo governo brasileiro e leiloados, sendo adquirido pela empresa J.G. Araújo Jorge” (Homma, 2016, p. 85).

Como parte do processo de expansão urbana e econômica, o período da juta é destacado por Souza (2013, p.13), “embora o projeto de colonização japonesa tenha sido frustrado pela Segunda Guerra, as características geomorfológicas do Município de Parintins se revelaram favoráveis ao circuito da Juta, que dominou a economia por mais de 50 anos”. O desenvolvimento regional nesse sentido perpassa por várias transformações socioeconômicas com políticas voltadas para estruturar cadeias de produções que fossem consideradas rentáveis.

A colaboração dos imigrantes japoneses para o desenvolvimento agrícola contribuiu para o estabelecimento de indústrias de têxtil na região amazônica, prontamente que a “jucultura transformou a paisagem agrícola econômica e cultural da região e deu início ao sistema integrado de agrobusiness, ao se instalarem as fábricas de fiação e tecelagem de juta na Amazônia” (Benchimol, 2009, p. 48).

### **Industrialização da Juta**

Ao longo do processo de consolidação da produção da juta na Amazônia, vários desafios se apresentaram, e os órgãos governamentais e a iniciativa privada se tornaram os principais expoentes para manter a sua produção e industrialização. Buscou-se criar uma cadeia produtiva que abrangesse desde a plantação a comercialização da manufatura dentro da região norte (Souza, 2008).

Conforme Ferreira (2016), a produção da juta ganha destaque quando o capital nacional começa a ser introduzido para a industrialização da fibra, junto à criação de fábricas de tecelagem após o declínio da empreitada agroindustrial japonesa na Amazônia. O autor assinala o declínio do monopólio japonês como ponto de partida para expansão econômica da juta, que desenvolveu uma cadeia industrial da matéria prima.

Sem dúvida a complexificação da cadeia da juta na Amazônia inicia-se com o advento da Segunda Guerra Mundial. O conflito pôs o fim ao projeto agroindustrial japonês foi também responsável pela entrada do capital nacional nesse segmento industrial, deslocando o eixo do mercado monopólico realizado primeiramente pela Companhia Industrial Amazonense e depois pela Companhia Brasileira de Fibras, para o mercado oligopsônico em função da competição entre os intermediários pela compra da matéria-prima, bem como, a implementação de novas fábricas no Estado do Amazonas e do Pará (Ferreira, 2016, p. 185.)

<sup>22</sup> Companhia Industrial Amazonense – CIA era responsável pela distribuição de sementes e produção da fibra de juta na Vila Amazônia. Ver mais em: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.



A nova dinâmica apresentada consistiu pela construção de uma linha de investimentos proporcionada pelos planos de valorização da Amazônia, cujo objetivo era desenvolver e integrar a região por meio de cadeias produtivas que despertariam o interesse do capitalismo. Homma (2009, p. 122) destaca que “o primeiro processo de agroindustrialização na Amazônia foi iniciado com o beneficiamento da fibra de juta com a instalação de fábricas de fiação e tecelagem em Castanhal, Belém, Santarém e Manaus”. É evidenciado pelo autor que seria as plantações de juta que sustentaria a economia do Amazonas no espaço de tempo entre a decadência da borracha a implementação da Zona Franca de Manaus – ZFM.

A Amazônia vinha ganhando posição em relação ao país todo, em termos de renda per capita, 42% em média, nos primeiros 5 anos da década de 50, 50% na primeira metade dos 60, declinando abruptamente para 43% no período de 1965 a 1969. Essa disparidade parece estar ligada a dois motivos: desempenho regional e excepcional impulso da economia brasileira (Batista, 2007, p. 269).

Segundo Batista (2007), ao problematizar o projeto de desenvolvimento da Amazônia, a fundação do Banco da Amazônia nos anos de 1940 (inicialmente como Banco de Crédito da Borracha) representou a primeira iniciativa para permitir acesso a linhas de créditos para o desenvolvimento regional. Inicialmente, era destinado aos investimentos para o segundo ciclo da borracha, porém, optou também por direcionar recursos para incentivar a produção industrial da região Sul e Sudeste, deixando de lado a cadeia produtiva da região Norte (Batista, 2007). A produção da juta – mesmo em expansão – não despertava, segundo o autor, o interesse inicial para se tornar uma base para a industrialização dos Estados produtores.

A expansão da cadeia de produção da juta acontece com o fim do segundo momento da borracha, Santos *et al* (2015, p. 188) elucida que “no final da Segunda Guerra Mundial coincide com o final do interesse internacional pela borracha da Amazônia, e a região então retornou ao isolamento e à economia de subsistência”, o que seria um dos fatores que levaria aos planos de valorização da Amazônia com a intervenção do Estado e a reformulação do Banco da Amazônia levando a investir em setores como economia, infraestrutura, formação técnica regional.

Tornou-se necessário arquitetar um processo de integração da Amazônia no pós Segunda Guerra Mundial, que começa a se concretizar a partir da ideia de ocupar a região norte que era considerada “vazia”, o deputado Leopoldo Peres de origem amazonense é o primeiro a pensar em um plano de valorização econômica por meio de um decreto,



“fixado no artigo 199 da constituição federal de 1946 a obrigação do Governo da União em aplicar na excussão o plano de valorização econômica da Amazônia[...]” (Benchimol, 2009, p. 481). A partir dessa determinação a região Norte e Nordeste receberiam incentivos monetários e fiscais, a ideia de desenvolver tinha clara pretensões de atender às elites regionais que buscavam novas formas de extrair riquezas após a segunda crise da borracha por meio do extrativismo, pecuária, recursos mineiros e instalações de indústrias.

Em 1950, o Banco da Amazônia (naquele momento chamado de Banco de Crédito da Amazônia S.A.), enquanto principal financiador para desenvolvimento da região, deixa de ser estritamente de auxílio creditício para se tornar um banco mercantil. Assumindo essa configuração, expandiu seus investimentos para a capitalização de produtos locais, direcionando-os para as produções que despertavam interesses econômicos no âmbito nacional, como por exemplo a juta e malva (Batista, 2007). Assim, a década de 1950 é indicada como marco do surgimento das primeiras fábricas de fiação no Norte do país.

Portanto, vários planos de valorização econômica para Amazônia seriam incrementados dos governos democráticos (a partir de 1946-1964) ao governo da ditadura civil-militar (1964-1985), sofrendo diversas alterações no direcionamento dos recursos perante a criação de instituições como Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que seriam responsáveis por direcionar a economia do território amazônico com a criação de polos estratégicos que resultaria em investimentos em setores agrícola, agrário, mineral, extrativista e industrial (Benchimol, 2009).

Mudanças ocorrem entre a transição do governo civil para a ditadura civil-militar na década de 1960, conforme (Ferreira; Bastos 2016, p. 19-20) a diretriz da SPVEA é modificada durante o governo do presidente Castelo Branco, a superintendência não alcançou as metas para a Amazônia que era de acompanhar o ritmo desenvolvimento nacional, tendo seu nome mudando para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O foco desse momento ainda é continuar com o intuito de incrementar a região Amazônica por meio de incentivos fiscais que seriam os principais expoentes para atrair investimentos, além da estratégica política de ocupar a região militarmente para evitar invasões estrangeiras, esse projeto seria chamado de “Operação Amazônia” que levaria a mudanças nos planos de integração da região ao resto Brasil.



Entretanto, Mahar (1978) sinaliza que o processo de industrialização da Amazônia passaria por entraves referentes aos desafios dos órgãos como a SPVEA e a SUDAM para a formulação de um desenvolvimento econômico regional que fosse concreto e duradouro.

A indústria foi atraída com êxito para a Amazônia por meio de incentivos fiscais e creditícios, mas começou a ficar claro que o modelo de industrialização via substituição de importações tomado de empréstimos do Nordeste não poderia ser facilmente transferido para uma região de características tão marcadamente diferentes. Além de tudo, foi o ritmo de desenvolvimento de infraestrutura durante essa fase que ameaçou tolher ainda mais os esforços de para acelerar o crescimento econômico e ocupação da Amazônia. (Mahar, 1978, p. 47).

Em outras palavras, a industrialização para toda a região se apresentava como um desafio, pois, não garantia um desenvolvimento econômico contínuo e abrangente, estava estruturada às condições construídas dentro da conjuntura política de integração nacional da Amazônia nas décadas de 1960 e 1980. A integração regional não estava pautada no desenvolvimento humano da população regional, mas na implementação de condições estruturais e econômicas que possibilitasse atrair investimentos.

Essas projeções, entretanto, corroboraram para iniciar os primeiros estímulos feitos pelo Estado para a integração socioeconômica da região após o declínio do protagonismo nipônico na Amazônia, ao tornar evidente que a produção de juta começa a ganhar espaço quando o interesse nacional pela Amazônia se torna mais amplo, condicionando para as transformações econômicas, sociais e políticas que poderia indicar os motivos para a instalação de uma indústria de beneficiamento de fios de juta em uma cidade de pequeno porte como Parintins.

### **A Fabriljuta como um elemento no desenvolvimento regional**

De acordo com Silva e Torres (2015) a Companhia Fabril de Juta Parintins – Fabriljuta, foi fundada em 1967 com o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico com o apoio da SUDAM chegando a ter até 1.000 funcionários, com dois turnos diários fabricando telas e sacas de juta para o transporte de café destinado à exportação.

Parintins até os anos de 1960 era predominantemente rural, segundo Farias (2010, p. 18-19), e a produção agrícola da juta empregava boa parte dos trabalhadores, e devido



às práticas de aviamento<sup>23</sup> não recebiam o suficiente. Com o desenvolvimento cultural e econômico da produção de juta, houve mudanças importantes no município de Parintins, na década de 1960 é fundada a única fábrica da cidade que funcionaria até o início dos anos 1980.

Dentro desse contexto de migração interna e expansão da população urbana, Mahar (1978) evidencia a força de trabalho na Amazônia, problematizando a população regional e quantos eram de fato economicamente ativos, durante o período das políticas governamentais na década de 1970, a população estimada em torno de 7 milhões declinando para 3 milhões ao longo desse tempo, com os principais núcleos populacionais nas capitais e cidade médias localizadas nos mais importantes afluentes. O autor salienta que “durante os períodos censitários de 1940/50, 1950/1960 e 1960/70, a taxa de crescimento da população do Norte aproximou-se da taxa nacional ou ultrapassou-se literalmente” (Mahar, 1978, p. 52).

Todavia, esse aumento não refletiu no desenvolvimento da força produtiva naquele momento a ser dinamizada, mas criaria uma população improdutiva formada por jovens que se apresentaram como “empecilho” para o desenvolvimento regional. Contudo, o crescimento urbano não suplantava o crescimento rural, apesar de estar em expansão, “a população regional ainda continua a ser predominantemente rural, mas, acompanhando as tendências nacionais, a taxa de crescimento urbano foi superior ao dobro da taxa rural durante o período 1940/70” (Mahar, 1978, p. 52).

Dessa forma, o fluxo de mão de obra permaneceu atrelado a setores tradicionais.

[...] A absorção de mão-de-obra ocorrida limitou-se em geral a atividades de baixa produtividade, como Produtos de Madeira, Têxteis, Construção Civil e Serviços Pessoais. As perspectivas de emprego na Amazônia são por ora imprecisas e dependem em alto grau das prioridades governamentais. Não obstante, a ênfase dada à mineração e à criação extensiva de gado nos planos de desenvolvimento regional sugere taxas reduzidas de absorção de mão-de-obra (Mahar, 1976, p. 67).

Em outras palavras, a indústria de fios de juta em Parintins atrelada ao setor têxtil se apresentava como um dos poucos meios de trabalho formal na Amazônia, o complexo industrial que seria instalado na cidade, apesar de moderno para a região, era considerado tradicional se comparado com os das regiões Sul e Sudeste.

---

<sup>23</sup> O aviar na Amazônia significa fornecer mercadorias a crédito. Ver mais em: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **A História Econômica da Amazônia de 1800 a 1920**. São Paulo: T.A Queiroz, 1980. p. 159.



Em contraste, Silva e Torres (2015) ao mencionarem o desenvolvimento regional proporcionado pela Fabriljuta, demonstram como a indústria de fiação era considerada moderna para os padrões da região na época que esteve em funcionamento.

Com seus processos internos e intersecções nacionais e internacionais, a dinâmica empresarial amazônica no período de 1937 a 1987 possibilitou o surgimento e expansão da cultura da juta e a consolidação de um robusto parque industrial capitalista voltado para a fiação e tecelagem dessa fibra na Amazônia, caracterizando esse conjunto de atividades como sendo a primeira agroindústria ou agronegócio regional (Silva; Torres, 2015, p. 02).

A Fabriljuta foi uma companhia de tecelagem cuja implementação também está atrelada à articulação política e econômica, na qual o Estado do Amazonas e a cidade de Parintins estavam conectados pelo fato de que “a partir dos anos de 1960, a região amazônica passa pelos estudos dos grandes projetos desenvolvimento nacional, no qual o interesse do capital nesse território se entrelaça com os interesses da classe dominante regional” (Silva, 2018, p. 13).

Sobre o interesse do capital que entrava na Amazônia e os grupos dominantes locais, Silva e Torres (2015, p. 03) assinalam quem direcionava a economia da juta, caracterizando que esses agentes “também faziam parte dessa cadeia produtiva comerciantes, aviadores (financiadores), agentes bancários e burocratas das instituições governamentais, além das elites empresariais dos Estados do Amazonas e Pará”, que se organizavam por meio de exposições de projetos de desenvolvimentos e ações políticas que beneficiassem sua região.

Entre os sujeitos responsáveis pela iniciativa de implantação de uma fábrica de fios de juta em Parintins temos o Senador José Esteves.

A FABRILJUTA está instalando em Parintins, no meu Estado, uma fábrica de Fiação e Tecelagem, para cuja realização contou com o decidido apoio financeiro do BNDE, que concedeu-lhe um financiamento a longo prazo de Cr\$ 1.020.000.000 (um bilhão e vinte milhões de cruzeiros antigos) e mais o aval prestado por aquele Banco do financiamento estrangeiro, decorrente da compra na Inglaterra do equipamento têxtil, no valor de £ 474.000 (quatrocentas e setenta e quatro mil libras esterlinas); vem contando com a confiança dos investidores, que, através de recursos de incentivos fiscais, subscreveram ações da referida empresa; vem contando com o apoio da SUDAM, onde só tem encontrado boa vontade e o desejo de ajudar aquele empreendimento (Esteves, 1978, p. 281).

Assim, a manifestação do senador José Esteves acerca da fundação da Fabriljuta exalta a relevância do empreendimento, identificando ações políticas do membro do senado para viabilizar a Fabriljuta como uma indústria estratégica para a economia do Amazonas, defendendo os interesses da empresa no Congresso Nacional.



De acordo com Saunier (2003, p. 177), mais de 800 operários chegaram a trabalhar na Fabriljuta no início de sua instalação, com maquinários importados da Irlanda, cujo foco da produção era atender os mercados da América do Sul. O número de trabalhadores não tem embasamento, sendo apenas uma especulação do autor perante a análise conjectural da fábrica.

Em contraste com o autor citado acima, Souza (2013) destaca o ano que a fábrica começou a funcionar, apontado um número mais amplo de trabalhadores que atuaram dentro dela. De acordo com ela, foi na década 1970 que a produção de juta e a malva seriam ampliadas, este período é considerado o auge da economia na cidade, com a instalação e funcionamento da Fabriljuta. De acordo com autora, a companhia empregou mais de 1.000 funcionários, além dos diversos armazéns de prensa espalhados pela cidade. O que nos leva a problematizar a importância da fábrica como a principal empreendimento que absorvia boa parte da mão de obra economicamente ativa da cidade na época.

No contexto local, o período da instalação da Fabriljuta é referenciado a partir da memória política da Câmara dos Vereadores nas décadas de 1960-1970, como evidencia o livro organizado por Butel *et al.* (2012), sobre a conjuntura política na qual a fábrica seria alojada em Parintins, destacando o momento econômico enfrentado pelos produtores da matéria prima.

[...] é durante a Quinta Legislatura que a Companhia Fabriljuta é instalada em nosso município. Neste período a produção sofreu uma crise com a desvalorização do preço do produto, assim como também os problemas naturais da produção que determinavam a qualidade do produto (Butel *et al.*, 2012, p. 40).

Em outras palavras, considerando a desvalorização da matéria prima e as condições ambientais, para os produtores de juta, a instalação da Fabriljuta se apresentaria como uma oportunidade de garantir a produção da fibra de juta na cidade. Prontamente, uma das preocupações dos representantes políticos da cidade durante a década de 1960 – como o senador José Esteves em âmbito nacional, e o vereador Gláucio Gonçalves na política local – era garantir que os produtores teriam assistência por parte de bancos e do Governo Federal para continuar o desenvolvimento, sendo a cultura da juta uma das suas principais atividades econômicas que necessitava de financiamento externo para sobreviver (Butel *et al.*, 2012).

Nesse sentido, a fábrica se apresentaria como uma garantia de mercado dos fios de juta, enquanto ela estivesse funcionando. Mediante a esses acontecimentos, a



Fabriljuta seria a base que sustentaria a produção da juta até seu fechamento no início de 1980. Segundo Batista (2007), as articulações políticas regionais garantiram que o fluxo de capitais organizado pelo Governo Federal pudesse ser redirecionado para a região Amazônica a partir de determinações legais.

Castelo Branco, aprovou o regulamento geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Graças a esses instrumentos legais, obtidos através do trabalho esclarecido de líderes regionais, foi possível atrair para área do SUDAM muitos recursos a que se juntaram outros, de origem orçamentária, que vêm sendo aplicados, desde então, em programas de infraestrutura e empreendimentos industriais, pecuária e em pesquisa (Batista, 2007, p. 280-281).

A partir do decreto apresentado fica mais evidente que a produção e a indústria de fios de juta dependiam dos estímulos para se manter, já que era necessário garantir o interesse do capital. A Companhia de Juta Parintins - Fabriljuta não conseguiria sobreviver para além da década de 1980, mas sua implantação representou para a cidade sua primeira experiência fabril. Seu estabelecimento e funcionamento esteve atrelado a economia da juta na qual as políticas regionais e locais se esforçaram para mantê-la enquanto o mercado nacional e internacional tivesse interesse nos produtos manufaturados derivados da juta.

A Fabriljuta seria responsável por produzir o produto final da juta, que eram as sacarias e tapetes, sendo responsável por mais de 1/3 das exportações do Estado Amazonas (Schor; Marinho, 2013, p. 242). Parintins como grande produtora de juta tinha a seu favor os projetos de desenvolvimento para Amazônia e políticos de renome, como José Esteves, que faziam *lobby* para que Fabriljuta pudesse ser direcionada para Parintins. Isso garantiu que a fábrica ganhasse importância no cenário nacional, regional e local.

### **Considerações finais**

O nome da Fabriljuta virou sinônimo de monumento histórico para a cidade de Parintins, como uma referência ao auge da cultura da juta, entretanto, ainda há lacunas a respeito do seu processo de instalação e a escolha de Parintins para ser a sede desse empreendimento. A fábrica foi apresentada como grande expoente de um período de transformação econômica para a cidade e para o estado do Amazonas proporcionada pelo senador José Esteves (1978) em sua audiência na assembleia nacional. Como evidenciado, as articulações políticas se mostraram um fator decisivo para a escolha de Parintins, por ser uma cidade localizada na região amazônica, pôde se beneficiar das



políticas de integração e desenvolvimento que tinham como objetivo explorar os recursos considerados rentáveis.

O intuito foi analisar o contexto sócio-histórico que envolveu a economia da juta e suas variáveis, o que possibilitou a implementação de uma indústria de tecelagem na cidade de Parintins. A proposta do plano de valorização econômica para a Amazônia se mostrou audaciosa, já que tinha como objetivo incrementar a produção nos mais diversos setores econômicos. O reflexo dessa fábrica têxtil abrangeria uma nova relação social e econômica dentro da cidade de Parintins.

Com suas múltiplas atividades agrícolas, comerciais e industriais, a cadeia produtiva da juta proporcionou emprego e renda para cerca de 50 mil famílias nos Estados do Pará e Amazonas durante um período de aproximadamente 50 anos (1937-1987). Especialmente em relação ao Amazonas, foi nesse período que a então combatida economia do Estado se reestruturou, dando oportunidade para que os trabalhadores amazonenses se inserissem em um processo produtivo capitalista moderno, de escala industrial, baseado na transformação da fibra em um produto amplamente consumido pela indústria cafeeira do Sudeste brasileiro, a sacaria de juta (Silva; Torres, 2015, p. 10).

Ou seja, a fábrica alarga-se como uma possível referência para o processo de mudança nas rotinas e nos comportamentos, que impactaria também na estrutura familiar da população local. Torna-se evidente que os aparelhos estatais que gerenciavam os capitais que circulavam na Amazônia durante os anos de 1960 a 1970, junto às articulações políticas, tiveram um papel fundamental para que a Fabriljuta pudesse se instalar e se manter por mais de duas décadas na cidade de Parintins.

O que coloca um contraponto em relação a sua permanência, já que outras indústrias de tecelagem de fio de juta, tendo como exemplo o da cidade de Castanhal no Pará, permaneceu em funcionamento mesmo após o declínio da economia da juta, como apontado por Souza (2013), enquanto Parintins teve a sua única fábrica fechada em meados de 1980. O que nos leva a outra questão a ser aprofundada, sobre o porquê o mesmo capital e grupo político que insistiu em instalar e manter a Fabriljuta perderia o interesse em manter a companhia na cidade de Parintins.

Devido a limitação desse ensaio não foi possível aprofundar em todas as problemáticas sobre a atuação e a real importância da Fabriljuta para a economia do Amazonas, tornando apenas um recorte de uma pesquisa mais ampla que envolverá não só a fábrica, mas o seu centro nervoso que foi sua linha de produção e os trabalhadores que atuaram dentro dela, buscando problematizar os efeitos que uma indústria de tecelagem causaria na população de Parintins.



Data de submissão: 09/10/2023

Data de aceite: 28/12/2023

### Referências

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BUTEL, Irian; BUTEL, Larisse; CURSINO, Jucielle. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Volume II: 1964 a 1976. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

ESTEVES, José. **A vida pública do senador José Esteves**: 1960 a 1974. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1978. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/512853>. Acesso: 27 jul. 2023.

ESTEVES, Norma Jeane. **Fabriljuta de Parintins**: numa perspectiva de gênero e trabalho. In: III Congresso Pan-Amazônico de História Oral – IX Encontro Regional Norte de História Oral – VIII Semana de História do CESP/UEA. **Anais [...]**, Parintins; 2015, p. 01-13. Disponível em: [https://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1444934801\\_ARQUIVO\\_FabriljutaPar.pdf](https://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1444934801_ARQUIVO_FabriljutaPar.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

FARIAS, Ana Beatriz Rodrigues. **Vivências de operários do setor Jutículo na cidade de Parintins-AM na década de 60**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, 2010.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos**: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Somanlu, ano 9, n. 1, jan./jun, 2009. P. 113-133.

**Jornal do Comércio do Amazonas**. Manaus, quarta-feira 7 setembros de 1966. p. 5. Edição 19190. Disponível em: <http://www.memoria.bn.br>. Acesso: 28 de out. 2023.

LIBONATI, Virgilio Ferreira. **A juta na Amazônia**. Boletim Técnico. IAN, Belém, PA, n. 34, 1958, p. 09-13.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais – Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, p. 259 – Relatório de Pesquisa 39.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano – São Paulo: Contexto, 2009.



PINTO, Enesto Renan Freitas. **Os Trabalhadores da Juta**: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Solimões. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SANTOS, Andreia Brasil; MACHADO, José Alberto; SERAFICO, Marcelo. Formação Socioeconômica do Estado do Amazonas. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de; CAMPOS, Índio (org). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NEA/UFA, 2015.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A Queiroz, 1980.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: Memória dos Acontecimentos históricos. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2003

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. **Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil**: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.56, p.229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>.

SILVA, Denison Silva; TORRES, Iraíldes Caldas. **Memória operária**: A Fabriljuta de Parintins vista a partir da história oral. *In*: **Anais do III Congresso Pan-Amazônico de História Oral – IX Encontro Regional Norte de História Oral – VIII Semana de História do CESP/UEA**. Parintins; Universidade do Estado do Amazonas, 2015, p. 01-13. Disponível em: <http://www.norte2015.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>.

SILVA, Denison. **Trabalhadores da Juta na Amazônia**: Trajetória de luta, suor e sofrimento. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2018.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra da Amazônia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**: Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

WITIKOSKI, Antonio Carlos (Org.). A cultura da juta e/ou malva na Amazônia: Sementes de uma nova racionalidade ambiental?. *In*: WITIKOSKI, Antonio Carlos. **A cultura da juta e malva na Amazônia**: Sementes de uma nova racionalidade ambiental?. São Paulo: Annablume, 2010.

# COMPADRIO E FAMÍLIAS ESCRAVAS EM MANICORÉ NO SÉCULO XIX (1868-1880)

COMPADRIO AND SLAVE FAMILIES IN MANICORÉ IN THE 19TH CENTURY (1868-1880)



THAIZA COLARES MAGALHÃES\*

## Resumo

O presente texto tem como intuito analisar o sistema de compadrio adotado pelas famílias escravizadas na freguesia de Manicoré. Para tanto, utilizará como fonte principal os registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora das Dores, que abarca os anos de 1868 a 1880. A carência de estudos voltados para essa região do rio Madeira e o pouco uso dos registros eclesiásticos dentro da historiografia regional compõe as motivações desse projeto. O contexto que abarca o período de análise corresponde às transformações relacionadas à produção da goma elástica; fator que atraiu interesses além-mar para a região, na qual produziu-se mais da metade da borracha produzida em toda a província. Esta fonte possui uma rica quantidade de informações, que pode ajudar a pensar nas estratégias de vida utilizadas pelas famílias escravizadas quando escolhiam determinados indivíduos como padrinhos e madrinhas de seus filhos. Nesta pesquisa, os padrões indicam para uma relação de compadrio de cunho vertical, envolvendo proprietários de escravos, seringalistas, comerciantes e militares.

**Palavras-chave:** registro de batismo; compadrio; família escrava; Rio Madeira.

## Abstract

This project aims to analyze the system of cronyism adopted by enslaved families in the parish of Manicoré. To do so, it will use as its main source the baptism records of the parish of Nossa Senhora das Dores, which covers the years from 1868 to 1880. The lack of studies focused on this region of the Madeira River and the little use of ecclesiastical records within the regional historiography composes the motivations of this project. The context that encompasses the period of analysis corresponds to the transformations related to the production of elastic gum; factor that attracted overseas interests to the region, in which more than half of the rubber produced in the entire province was produced. This source has a rich amount of information, which can help to think about the life strategies used by enslaved families when they chose certain individuals as godfathers and godmothers of their children. In this research, the patterns point to a vertical relationship of cronyism, involving slave owners, rubber tappers, merchants and the military.

**Keywords:** parochial records; godparenthood; slave family; Madeira River.

## Introdução

Este trabalho busca analisar o sistema de compadrio articulado pelas famílias escravas na povoação de Manicoré, localizada no rio Madeira, província do Amazonas, através dos registros de batismo da paróquia de Nossa Senhora das Dores entre 1868 a

---

\* Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [thaizacolares@gmail.com](mailto:thaizacolares@gmail.com).



1880. A problemática dessa pesquisa gira em torno da escolha dos padrinhos para o ato do batismo, pela qual busca-se levantar questões referentes as redes de sociabilidades que essas famílias almejavam construir, dentro das limitações que a fonte nos impõe como por exemplo a ausência do indicativo de profissão ou parentesco.

O período analisado compreende o contexto de expansão da economia gomífera entre a década de 1860 e finais do decênio de 1880. De acordo com Davi Leal (2013) as mudanças desse período foram geradoras de maior impacto na vida de povos indígenas e dos chamados 'ribeirinhos e beiradeiros' que viviam as margens do rio Madeira.

No que tange a população presente na freguesia, lançamos mão dos dados presentes no Recenseamento Geral de 1872 para melhor entender a demografia da freguesia de Manicoré. Outrossim, o trabalho da historiadora Patrícia Melo, que também analisa os dados do Recenseamento, foi de fundamental importância para efeitos comparativos com a capital da Província, principalmente no que concerne as categorias de cor desse levantamento.

Os caboclos representavam a maior parte da população de Manaus, cerca de 64%, os Pardos com 13%, Negros com 3,5% e os brancos e livres com 19,5%, o que para a autora são números significativos, uma vez que estamos diante de uma região marcadamente indígena (Melo, 2014). Sobre a freguesia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré, os dados apontam para 43,31% de brancos livres, apenas 6,16% de Pretos, 13,29% de Pardos, e os Caboclos representam 37,24% da população. Para Manicoré, pode-se afirmar que a presença de indígenas, tal como na província, é uma característica acentuada, mesmo os brancos livres representando a maioria no Recenseamento.

A historiografia sobre o século XIX que versa sobre o Madeira se utiliza de jornais, relatórios de presidente de província, relatos de viajantes, processos criminais e, embora esteja embasada em variadas fontes, poucos são os trabalhos que utilizam o registro de batismo, sendo este trabalho inédito quanto aos registros de Manicoré<sup>24</sup>. Sobre a cidade, a riqueza de documentação ainda não recuperada ou pouco investigada são inúmeras, principalmente quanto aos registros paroquiais. Dessa forma, essa pesquisa vem preencher lacunas dentro da historiografia regional, além de contribuir para os estudos sobre a escravidão negra no Amazonas. Dito isto, urge a necessidade de se debruçar sobre o estudo das pequenas vilas e freguesias da região do Madeira, levando em consideração a carência de trabalhos sobre o tema.

<sup>24</sup> Para mais detalhes ver: ROSA e COSTA (2020); ROSA (2020); LEAL (2013); ALMEIDA (2009)



## O conceito de Famílias e o Sistema de Compadrio: uma breve discussão

Através dos estudos da Demografia Histórica, uma série de problemáticas sobre a sociedade vieram à tona. De acordo com Maria Marcílio, especialista nos estudos de história demográfica, principalmente a partir de 1960 algumas realidades puderam ter melhor visualização, a começar pelo mundo da infância que, tendo uma escassez de testemunho, pôde ser resgatado em diversas variáveis sociais, assim como o mundo das famílias, que foi penetrado por novos ângulos e novas descobertas por meio das análises desse *domínio historiográfico* (Barros, 2005). Para efeito de exemplo, a temática sobre as crianças no Brasil pôde ser descortinada através dos altos índices de filhos ilegítimos fora das comunidades escravas, do concubinato, que “chegou a caracterizar boa parte senão a maioria das uniões no Brasil católico, de ontem e de hoje”, dos nomes escolhidos para as crianças diante do batismo (Marcílio, 2004, p.19). As profissões e o mundo do trabalho no Brasil colonial e imperial são temas que podem ser visualizados através da Demografia Histórica.

É dentro desse mundo chamado história das famílias que se encontra a problemática desse projeto: o sistema de compadrio das famílias escravas. Antes de apresentar alguns trabalhos que também utilizam este tema, cabe enfatizar aqui o conceito de Família. Sobre as famílias escravizadas, nos aproximamos do entendimento de Slenes (2011) ao entender que a família cativa – nuclear, extensa, geracional – possibilitou a construção de uma ‘comunidade’ escrava. Embora as escolhas dos escravos estivessem sobre o domínio dos seus senhores, a família era um espaço que criava melhores condições de sobrevivência.

Em se tratando do mundo ocidental, aqui alia-se a perspectiva da historiadora Sheila de Castro Faria sobre o título “história da família”, ao ponderar ser mais correto pluralizar este nome, substituindo por história das famílias. Essa concepção se dá pelo fato de a família ter múltiplas formas de se compor, pois não segue somente um padrão patriarcal e extenso (Faria, 1997).

No que concerne ao Brasil, o conceito de família patriarcal foi por muitos anos definido como o único sistema familiar. Dito isso, a antropóloga Mariza Correa tece críticas a este conceito, muito difundido por Gilberto Freyre e Antônio Candido, por acreditar que exista uma homogeneização histórica por meio desses dois autores quanto a formação da família brasileira. A concepção dos dois autores se alicerça na visão dualista (casa grande e a senzala) acerca do padrão familiar patriarcal, onde os lugares



sociais estão fixos, mudando somente os personagens durante o tempo, sendo um modelo dominante de onde surgem as demais relações sociais. Em relação à Antônio Candido, as críticas são mais ácidas por expandir este conceito como o modelo familiar durante três séculos - XVI e XIX (Corrêa, 1982).

Outros estudos também reafirmam essa concepção equivocada de modelo de família. Argumenta-se que o conceito de família brasileira passou a ser sinônimo de patriarcal e como um conceito utilizado como sinônimo de família extensa, tendo, nesse sentido, uma única ideia de modelo familiar. Diante da diversidade do espaço e ocupação do território brasileiro, essa redução limitaria muito a análise da configuração das famílias, centrando-as dentro do engenho (Samara, 1987, p.6).

Os trabalhos da demografia histórica apontam para essa mesma direção. Verifica-se a partir das pesquisas recentes que as estruturas mais simplificadas e com um menor número de integrantes prevaleceram, tais como: famílias pequenas, de solteiros e viúvos, de mães e filhos sem pais (Roosenberg, 2009). Para a cidade de São Paulo e algumas paróquias de Minas Gerais, na virada do século XVIII para o XIX, o modelo de família extensa de tipo patriarcal não se sustenta. Além disso, observou-se uma substantiva predominância de fogos (domicílios) chefiados por mulheres, permitindo repensar sobre o papel feminino naquela sociedade (Faria, 1997, p.320).

Nesse caminho, o trabalho da historiadora Costa (1998) apresenta uma discussão sobre os fogos chefiados por mulheres e as famílias monoparentais na cidade de Campinas (SP) em 1829. A autora evidencia que estratégias foram tomadas visando a sobrevivência quando houve mudanças na organização produtiva da sociedade e nas fases do ciclo da família, na qual as mulheres passaram a ter uma posição de liderança. Sendo assim, os novos estudos cada vez mais diversificam as organizações familiares no Brasil, evidenciando múltiplas estratégias e relações construídas nesse vasto território.

Feito uma apresentação sobre famílias, falar-se-á sobre as famílias de escravos, apresentando algumas leituras sobre o sistema de compadrio em outras regiões. No período imperial, em especial, a instituição familiar teve importância fundamental para a manutenção e funcionamento das atividades econômicas e, também, nas relações político-social que conferiam aos indivíduos um status (Faria, 1997).

O sistema de compadrio, nesse sentido, funcionava como uma ferramenta de apoio, por via da qual buscava-se construir uma rede de solidariedade entre os padrinhos e os pais. No interior das relações familiares, esse sistema desempenhava um importante papel, uma vez que ao estabelecer laços parentais, embora fictícios, abriam-se portas para



as relações seja com seu próprio grupo, com a elite local ou juntamente com homens livres pobres e forros (Andrade, 2017).

Estudos como o de Renato Venâncio trazem alguns apontamentos quanto as alianças a partir do apadrinhamento serem firmadas entre os próprios cativos e, também, entre os indivíduos na condição livre. O historiador, a respeito do sistema escravista, aborda sobre os dados mineiros no oitocentos e, também, de baianos e paulistas do século XVIII. O argumento do autor afirma que essas três áreas citadas são periféricas ao sistema de tráfico de escravos ou recebiam poucos escravos africanos, tendo uma prevalência de homens livres (sem pertencer a classe senhorial) para o apadrinhamento. Já para os estudos sobre os grandes plantéis de Taubaté e as áreas canaveira de Campos, no Rio de Janeiro, em fins do século XVIII e início do XIX tem-se a presença forte de alianças entre cativos, pois:

As regiões de compadrio intenso entre escravos seriam aquelas de tráfico também intenso e que, por isso mesmo, estariam vivendo um período de expansão econômica. No sentido de reforçar essa explicação, cabe lembrar que as áreas mais dinâmicas tinham uma hierarquia social mais pronunciada, assim como maiores plantéis, o que propiciava a multiplicação de compadres no interior de uma mesma fazenda (Venâncio, 2003, 601).

Outro trabalho que apresenta uma discussão semelhante a respeito do compadrio entre cativos é o estudo de Paulo Moreira sobre as redes sociais, familiares e étnico-raciais da população da capital da província do Rio Grande de São Pedro, entre 1831 e 1850. O historiador apresenta um total de 4.698 batismo de escravos cuja origem dos batizados aparecem nos registros. Esses dados apontam que “entre os crioulos<sup>25</sup>, 57,58% dos padrinhos e 54,73% das madrinhas eram escravos ou forros; e entre os africanos, 77,71% dos padrinhos e 53,27% das madrinhas pertenciam a este grupo” (Moreira, 2014).

Numa tentativa de compreender os percentuais citados acima, Paulo Moreira apresenta outros dados sobre Porto Alegre, apontando que ali se tinha uma lógica exógena de apadrinhamento, visto que “83,62% dos padrinhos e 83,92% das madrinhas escravas eram de plantéis diferentes dos senhores dos batizados e o restante (16,38% e 16,08%) compartilhava a senzala com os afilhados” (Moreira, 2014, p.324). Para os africanos, tem-se a mesma lógica, em que 71,77% dos padrinhos e 78,66% das madrinhas escravas não pertenciam, como ele supõe, da família senhorial dos batizados que foram encontrados nos registros.

<sup>25</sup> Entende-se por Crioulos, recém-nascidos no Brasil.



Nesse sentido, a maior parte dos apadrinhamentos foram entre os cativos ou forros, numa sociedade cujo quantitativo de escravos chegaram a 5.823, levantados pelos inventários *post-mortem*, e 710 plantéis, também inventariados em Porto Alegre, entre 1831 a 1850. Assim, esses resultados apresentam uma população de cor (escrava e forra) e a existência de um “positivo mercado para a composição de parentescos rituais ou simbólicos, com uma variada oferta de padrinhos e madrinhas, dentro da própria comunidade negra” (Moreira, 2014, p. 325).

Trazendo essa discussão para a Amazônia, trabalhos como o de Daniel Barroso e Eliane Soares são elucidativos acerca do compadrio envolvendo as famílias de escravizados e a elite. O primeiro analisa o compadrio e casamento que os diferentes grupos familiares executaram em Belém a partir dos registros do Curato da Sé de 1840 a 1870 e a segunda investiga as redes e as relações construídas pelas famílias da ilha do Marajó durante os séculos XVIII e XIX

O estudo de Soares (2010) apresenta como o casamento e o compadrio foram mecanismos muito utilizado tanto pelas famílias abastadas quanto pelas famílias em posição hierárquica inferior, como formas de criar laços de proteção e cuidado, mesmo que os padrinhos não possuíssem tantos recursos ou status social. Apresentando algumas das nuances do compadrio, a historiadora indica que existem dois tipos básicos de compadrio: as relações geradas dentro do âmbito familiar por parentes consanguíneos e as relações por afinidade, podendo ser tanto vertical quanto horizontal.

Um dos casos trabalhados pela autora que demonstra essas relações por afinidade é o de Leocádio, pertencente à família Ferreira Ribeiro, uma das mais convidadas a pia batismal na década de 60 e 70 do século XIX. O padrinho é compadre de um rol de desconhecidos na vila de Ponta de Pedras, tendo como afilhados filhos ilegítimos, de pais incógnitos. Além disso, na função de padrinho, Leocádio possui alta incidência com mulheres, em que dos 18 batizados 13 eram mulheres, das quais 4 eram escravas, pretas, mulatas ou cafuzas. Na posição de convidar para serem seus compadres, Leocádio escolhe padrinhos de famílias de prestígio na vila, configurando uma relação de caráter vertical. Dessa maneira, na figura de Leocádio os laços de compadrio apresentam:

Uma dinâmica de aproximações sociais nos dois sentidos, horizontal e vertical, o que reforça a hipótese de que o compadrio ou parentesco fictício se define também, além do ritual religioso, como um canal para movimentações dos sujeitos, aferição ou consolidação de status nos variados grupos sociais, que apesar das diferenças, compartilhavam experiências cotidianas que muitas vezes eram mediadas, amenizadas ou tensionadas através desse vínculo simbólico (Soares, 2010, p.150).



O estudo de Barroso (2014) também apresenta essas características do compadrio pontuado no trabalho de Eliane Soares. Aqui queremos destacar tanto o compadrio envolvendo as elites tradicionais e sua relação com outros seguimentos sociais, quanto a tendência geral encontrada pelo autor no compadrio de escravos.

O historiador após fazer uma análise das relações de compadrio entre elite-elite, demonstra que o sentido social do compadrio estabelecido pela elite tradicional ao contrair laços com outros segmentos sociais acaba por fortalecer seu *status* social ao passo que contribui para reforçar uma clientela em torno de suas famílias de elite. De outra ordem, como afirma Barroso (2014) para os indivíduos em condições inferiores ou em ascensão social, estabelecer relações com esses segmentos os remontaria benefícios de ordem social, simbólica e econômica.

Quanto ao compadrio de escravos, Barroso aponta que em linhas gerais, existe uma concordância na historiografia sobre as possibilidades da escolha de padrinhos se pautarem a partir da quantidade da escravaria e a forma pela qual os cativos se organizavam em torno do parentesco espiritual. Dessa forma, após analisar alguns padrões de escolha, o autor entende que certas questões mais gerais são evidenciadas dentro do compadrio de cativos na Belém oitocentista:

A busca por padrinhos livres e o equilíbrio entre os percentuais de livres, escravas e Nossas Senhoras enquanto madrinhas pode revelar uma maior preocupação dos escravos com o estabelecimento de relações sociais com homens de condição livre, que em tese poderiam garantir-lhes suporte social para fora do cativeiro (Barroso, 2014, p.131).

Dessa maneira, é possível perceber que para fazer um estudo das redes de compadrio é preciso ter muita atenção aos registros e pormenorizar a análise dos dados que se apresentam, para, assim, melhor visualizar os arranjos sociais feitos pelas famílias em relação as suas alianças de parentesco. Além disso, deve-se buscar entender quais as atividades produtivas da região estudada para saber sobre a intensidade (ou não) do fluxo de escravos e como esse fato interfere nas relações de compadrio.

Feito uma breve apresentação sobre a discussão do conceito de família e as relações de compadrio em algumas regiões do Brasil, no próximo tópico passaremos a apresentar os registros de batismo da freguesia de Manicoré e alguns dados que foram analisados nessa pesquisa como as taxas de legitimidade/ilegitimidade no povoado. Outras temáticas que também serão expostas carecem de estudos mais cautelosos como a grande presença de indígenas na fonte e sobretudo sua participação nas relações de compadrio da freguesia.



## Apresentação dos registros de batismo de Manicoré

A respeito dos registros de batismo, existem variados estudos que lançam mão sobre este tipo de documento para analisar as redes de solidariedade, clientelismo, sistema de compadrio e outras práticas sociais típicas do recorte temporal. Assim, o sacramento do batismo ultrapassava o limite religioso, pois atuava como “um importante instrumento de solidariedade e de relações sociais (...) para os escravizados, assim o batismo foi um espaço para engendrar laços de proteção e ajuda mútua” (Nepomuceno, 2017, p.69).

Os registros de batismo possuem uma vasta rede de informações, como assegurava Maria Marcílio, pois foi pensado para “servir como um instrumento que distinguisse e controlasse cada um dos membros da Igreja Católica” (Marcílio, 2004, p.14). Nela constam a data do batismo, o nome do batizando (as vezes completo), os pais e mães (quando conhecidos), local da residência dos pais ou responsáveis e o nome de pelo menos um padrinho, que atuava como testemunha do ato e, igualmente, passava a ser um parente espiritual – tornando-se responsável pelo afilhado em caso de óbito dos pais. Por fim, constava ainda a assinatura do vigário responsável pelos batismos.

Para essa pesquisa, foram seis livros utilizados, totalizando 2458 registros de batismo de 1868 a 1880. No banco de dados constam categorias interessantes para serem analisadas como a presença de indígenas sendo batizados em propriedades de comerciantes e donos de seringais, os índices de legitimidade e ilegitimidade, os indivíduos classificados como adultos e o grande indicativo de migração na região. Além disso, para a freguesia de Manicoré, não se tem um livro específico para os escravos e livres, pois todos são inclusos num só, diferentemente de outras localidades, como a freguesia da Sé no Rio de Janeiro, cujo o “crescimento da escravidão de origem africana e o resgate atlântico de cativos em fins do século XVII” revelam o desenvolvimento da escravidão, como afirma Guedes (2014). Contudo, mesmo a organização dos livros sendo diferente, os registros têm nos apresentado dados importantes para pensar a escravidão.

Os dados demográficos da freguesia em 1872, mesmo com informações precárias, apontam para a preponderância total de 5.343 almas, com 163 escravos e 940 estrangeiros. A presença dos migrantes é um fator a ser ponderado em outras pesquisas, tendo em vista o grande deslocamento de pessoas para o Rio Madeira em decorrência da demanda da borracha no mercado internacional. Sobre o quantitativo de escravos, os números abarcam somente os Pretos e Pardos, pois “os índios e tapuios são legalmente livres” (Melo, 2014).



Em se tratando dos indígenas, as fontes revelam no momento algumas etnias presentes nessa sociedade (ver tabela 1). Além disso, um dado interessante que aqui se destaca é a presença de adultos sendo batizados e, embora o número seja pouco expressivo, um fato nos chama a atenção. Dos 21 adultos batizados, 17 são declarados indígenas.

Dentre esses adultos, foi identificado junto aos registros de 24 de fevereiro de 1870 o indivíduo Manoel, natural de Cantão no Império da China. Este não possui nome dos pais, tendo apenas os padrinhos, que muito se repetem nos registros, são eles: Major Manoel Pereira de Sá e Dona Izabel Maria Clara de Sá. Vale chamar atenção para um detalhe na data deste registro, pois ele consta como 24/02/1840 e o período em que foi lançado pertencia ao ano de 1870. Se foi erro (ou não) do Vigário, cabem mais investigações para analisar esses sujeitos que indicam a internacionalização comercial da região e as redes estabelecidas.

Outra presença importante nos registros são os bolivianos, com uma estimativa de 264 bolivianos declarados, sendo muitos do Beni e de Santa Cruz de La Sierra. Não fizemos um trabalho acurado a respeito dos outros bolivianos não declarados, mas existem fortes indícios de que o número destes é muito maior. Acreditamos nisso por termos alguns nomes de padrinhos e madrinhas apresentados como bolivianos em alguns registros e em outros, o pároco não descreve essa especificação. Dentre eles, a presença de Manoel Telesforo Salvatierra é muito significativa para pensar o processo de internacionalização da região, as fronteiras extrativistas na Amazônia e os conflitos advindos desse processo.<sup>26</sup> Embora tenhamos interesse nesse assunto, como já foi dito acima, a presença de migrantes no Rio Madeira é uma questão que tem se desenvolvido de forma mais aprofundada em outras pesquisas.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Em relação a introdução dos bolivianos na região, as historiadoras Jéssyka Sâmia da Costa e Paula Rosa apontam que principalmente em meados do século XIX com a alta demanda pela borracha no âmbito do mercado mundial, os comerciantes bolivianos visualizam uma baixa no valor da quina no mercado internacional, uma das principais mercadorias exportadas do departamento do Beni. Esse fator fez com que negociantes e proprietários, em 1840 e 1850, vindos em grande maioria de Santa Cruz de La Sierra, a trazerem muitos trabalhadores indígenas provenientes das missões de Mojos e Chiquitos para trabalhar na extração de quina, produção agrícola e o transporte fluvial. Nesse sentido, as margens do rio Madeira passaram a ser cada vez mais ocupada através desse fluxo migratório. Foi através desse processo que Manoel Salvatierra em 1871, com 26 anos, desceu o Madeira acompanhado de encarregados e indígenas bolivianos domesticados. Salvatierra se tornou um grande comerciante, envolvido em disputas, por vezes sanguíneas, por terras, mas sobretudo, foi um agente histórico que possibilitou compreender a grande presença dos bolivianos no rio Madeira, já que este “se tornou o epicentro de uma rede migratória de bolivianos, pequenos comerciantes oriundos de Santa Cruz de La Sierra e indígenas dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos, para o rio Madeira.” p.224. Tudo isso está muito bem apresentado em ROSA e COSTA (2021).

<sup>27</sup> Para mais informações sobre o tema, ver: Rosa (2019).



A presença dos indígenas na fonte responde a aproximadamente 8,50% dos registros, principalmente na residência de Amaro Maurício Marques, proprietário de um seringal. Entre finais de 1870 a meados de 1872 o número de residências onde ocorreram muitos batizados aparecem com frequência nos registros, totalizando 301 batizados em casas de pessoas pertencentes a um grupo social elevado naquela freguesia, como alferes, tenente, donos de seringais. Nos livros constam 162 indígenas com etnias declaradas e 209 indígenas declarados no total. Desse total 28,39% foram batizados na residência de Amaro Maurício Marques e 51,23% foram batizados na paróquia de Manicoré. Nessa via, é possível perceber a grande concentração de indígenas nessa propriedade, visto que depois da paróquia, é a casa de Amaro Marques que mais recebe esse grupo. Isso nos leva a pensar, também, qual a função que estes sujeitos desempenham nesse local e quais os laços que estes possuíam.

**Tabela 1.** Etnias indígenas presentes nos registros de batismo nos anos entre 1868 a 1880.

<b>Etnias Indígenas (1868-1880)</b>	
<b>Nomes</b>	<b>Quantidade</b>
Arara	14
Matanaué	2
Mundurucú	11
Muras	122
Pirahan	1
Turá	9
Urupá	3

Fonte: Livros de Batismos de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868 a 1880)

Uma questão a ser apresentada aqui se refere ao grau de legitimidade/ilegitimidade dos batizados, em que se notou um grande quantitativo de pais incógnitos nos registros. O livro “Rastros da Memória”, fruto do trabalho coletivo, foi de grande ajuda para pensar os registros de batismo no âmbito da historiografia regional. Em um capítulo destinado a discutir etnias e legitimidades, Melo e Nascimento apresentam o universo da (i)legitimidade em Manaus, abordando como, de certa forma, se entendia que “a legitimidade da família parecia estar vinculada às próprias relações hierárquicas da sociedade: enquanto a família dos senhores era ‘legítima’ e abençoada

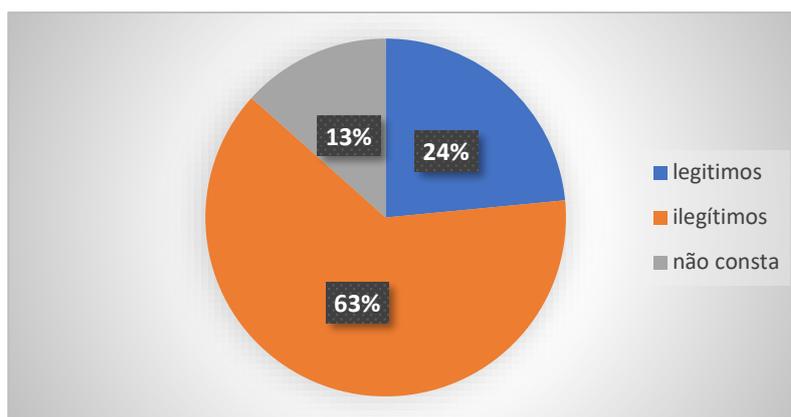


pela igreja’, a de seus escravos e trabalhadores indígenas era promíscua e ‘ilegítima” (Melo; Nascimento, 2006, p.173).

Ser legítimo nesse contexto, refere-se a ser filho de pais cujo a união é reconhecida pela Igreja Católica por meio do matrimônio; e as crianças nascidas de uniões consensuais eram definidas como “ilegítimas” no decorrer do século XIX. A hipótese defendida pelas autoras vai de encontro a ideia de ser a legitimidade vinculada somente a um grupo específico. O argumento é de que a frequência de filhos “ilegítimos” não está restrita a um determinado grupo social/étnico e, sim, expandida em toda sociedade. Os dados apresentados por elas apontam que, do total de 2.513 registros da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Manaus) entre 1835 a 1845, 47% são ilegítimos, 37% legítimos e 16% sem informação. Além disso, a fonte apontou a resposta para a hipótese inicial de que não se pode relacionar “as altas taxas de ilegitimidade a determinados grupos sócio/étnicos considerando que apenas 7% dos registros apresentam a combinação das variáveis etnias declaradas e ilegitimidade” (Melo; Nascimento, 2006, p.191)

Para este trabalho, os dados não acusam um resultado diferente, dos 2.592 registros, 1.637 são apresentados como naturais, 346 não consta e 608 como legítimos. Analisar a categoria legítimo/ilegítimo requer algumas ponderações, visto as especificidades da fonte. Nesse caso, temos uma quantidade de seis padres registrando, o que implica em uma variabilidade de informações e definições sobre essa categoria como a presença de “pais incógnitos, ignora-se, natural, não consta”. Os considerados como ilegítimos são os descritos como naturais. Na descrição dos registros a maioria possui a presença da mãe e as vezes acompanhada de “pai incógnito” e em outras é descrito o nome do pai e mãe. Nos casos de “não consta”, em alguns registros aponta-se essa definição e em outros não existe nada antes da filiação, por isso inferimos o “não consta” quando ocorreram essas situações.

### Gráfico 1: Legitimidade e Ilegitimidade



Fonte: Livros de batismo da paróquia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868-1880)

Para pensar sobre o mundo da ilegitimidade, buscamos, também, o trabalho de Adenir Peraro (1999) a respeito das altas taxas de ilegitimidade em Cuiabá, onde dos 4.269 registros de 1853 a 1890, 43,5% constam como filhos naturais<sup>28</sup>. Tendo em vista as limitações da fonte, a autora sugere não perder de vista a especificidade histórica do local estudado. Em sua pesquisa, a condição de fronteira que a região do Mato Grosso possui é uma característica importante para explicar os altos índices de ilegitimidade nessa sociedade, visto a organização exigida para manter um aparato militar permanente nas fronteiras. Dessa forma, devido a necessidade do recrutamento da população masculina, a mudança no interior das famílias acarretava a necessidade de forjar uma organização e substituição dos papéis entre homens e mulheres.

Este trabalho, que por ora também apresenta um alto índice de crianças ilegítimas, se baseia nesses estudos para construir respostas a essas questões. Em se tratando da paróquia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré, podemos caracterizá-la, também, como uma região de fronteira extrativista com diversas regiões (Bolívia, Mato Grosso, Manaus, Belém), tendo em vista a grande produção e escoamento de goma elástica na cidade. Nesse sentido, por ser uma área de fronteira muito visada, esse fator pode ajudar a compreender essa forma de organização familiar diferente daquela proposta pela Igreja Católica, qual seja, as famílias legítimas.

### **As alianças de Compadrio na Freguesia de Manicoré**

Os estudos acerca da escravidão africana no Amazonas, durante muito tempo, caíram no esquecimento. Esse silenciamento se construiu a partir de argumentações como a do historiador Arthur Reis, ao apontar a pouca presença do contingente africano no

<sup>28</sup> Filhos naturais são concebidos por pais que não são casados



Amazonas. Além disso, no que concerne a mão de obra, o autor afirma que os indígenas seriam os mais requeridos devido a familiaridade com o espaço e as atividades econômicas desenvolvidas, diferente dos africanos, que poucos conhecimentos tinham da região (Reis, 1994, p.13 apud Cavalcante, 2015).

Trabalhos coletivos como “O fim do silêncio”, organizado pela historiadora Patrícia Melo (2011), vem na contramão dessas afirmações. Os artigos desse livro discutem diversas temáticas sobre a presença negra na Amazônia, a começar pelo papel desses agentes históricos para a economia da região, suas formas de resistir através das fugas e arranjos familiares, suas festividades religiosas, suas práticas culturais, entre outros aspectos.

Inspirado nesses estudos, aqui se elucida o apadrinhamento dos escravos no intuito de montar suas redes de proteção através dos registros de batismo. O sistema de compadrio será usado como uma ferramenta para identificar estratégias pelos quais os pais das crianças escravizadas buscavam ou aceitavam como padrinhos de seus filhos pessoas de mesma condição social ou de posição mais elevada.

Devido aos fortes limites nos registros de batismo quanto as informações sobre as condições sociojurídicas dos padrinhos, a questão geracional dos pais, profissão dos envolvidos, entre outras, tecer uma conclusão sobre o apadrinhamento nos parece arriscado, dada a quantidade de cativos registrados. Embora seja um resultado de pesquisa, os números não nos possibilitam compreender de maneira assertiva um padrão de escolha, apenas aponta-lo.

A partir da sistematização dos registros no banco de dados, foi possível perceber 44 escravos, 9 libertos e 4 ingênuos. Dentre esses registros, as mães, madrinhas e padrinhos são apresentados como cativos e quanto aos batizados essa descrição não aparece. Por esse motivo, inferimos que são escravos aqueles cuja distinção de libertos não consta no registro. Esses números resultam em 1,79% de escravos presente nos registros. Os números, apesar de serem baixos para um espaço de tempo de 12 anos, nos permitem mapear alguns donos de escravos e os padrinhos e madrinhas desses cativos. Assim, mais a frente, será possível nos debruçarmos de maneira mais específica sobre esses nomes, no intuito de apresentar essas relações de compadrio entre os escravizados e seus compadres e comadres.

São 20 mães, 10 madrinhas, 6 padrinhos e 8 batizados escravizados. Quanto ao apadrinhamento entre cativos, foi encontrado apenas um registro. É o caso de Lauriana, escrava de Manoel de Souza Cardoso, que amadrinhou a filha de Maria, escrava do



mesmo proprietário. Os outros padrinhos e madrinhas escravizados aparecem com a relação de compadrio com outros sujeitos livres.

**Tabela 2.** Condição Jurídica das Mães

<b>Casadas</b>	607
<b>Escravas</b>	20
<b>Ilegível</b>	1
<b>Infiel</b>	8
<b>Não consta</b>	1944
<b>Solteiras</b>	9
<b>Viúvas</b>	2

Fonte: Livros de Batismos de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868 a 1880)

O estudo de Daniel Barroso faz uso dos inventários do proprietário Joaquim Antônio da Silva referente ao engenho do Bom Intento no Pará, juntamente com os batismos e casamentos dessa propriedade. A análise feita pelo historiador apresenta como o casamento e o compadrio nos batismos atuaram na configuração de uma comunidade escrava que perpassava as fronteiras dessa comunidade. Esta análise se aproxima deste trabalho por apresentar o sistema de compadrio dentro de uma propriedade, apresentando a interação social dos escravos com as demais pessoas, sejam livres ou escravas, que faziam uso do espaço para realizações de casamentos e batismo (Barroso, 2014).

Foi possível perceber que, para o matrimônio, a interferência do administrador Januário Antônio da Silva, irmão do proprietário, foi feita de maneira incisiva. Viu-se que para os casamentos legítimos seguiu-se a configuração endogâmica, por meio da intromissão do proprietário, que buscava fortalecer a reprodução biológica deste grupo no engenho. Quanto aos ilegítimos, o controle não era visível e havia uma presença maior de cativos de outros engenhos, tanto para os noivos quanto para os padrinhos. Em relação ao batismo, Barroso aponta que as práticas de compadrio dos escravos do Bom Intento:

Aproximavam-se das tendências apresentadas pelas regiões mais afastadas de Belém, onde a alta concentração de cativos ascendia à incidência da escolha de compadres e comadres de condição escrava e, por conseguinte, à preferência pelo estabelecimento de vínculos horizontais de compadrio (Barroso, 2014, p.115)

Esse resultado nos leva a pensar aquilo que já foi apresentado nesse trabalho sobre os laços espirituais de compadrio entre escravos serem em alto grau nas localidades cujo



fluxo de cativos é numeroso. Vê-se que essa tendência segue para outras localidades do Brasil.

Em relação a esta pesquisa, diferente dos batizados de indígenas, os de escravizados foram realizados em poucas propriedades, dentre elas de Amaro Maurício Marques e João Luiz Alves. Os demais foram realizados na paróquia e na capela de São João do Crato. Dentre os padrinhos e madrinhas escravizados, apenas uma criança é amadrinhada por uma escrava, nos demais nem padrinho ou madrinha constam como escravos. Isso nos faz pensar que existe a preocupação na escolha dos padrinhos e madrinhas livres, possuidores de prestígio social na freguesia, para que os recém batizados possam ter alguma segurança naquela sociedade.

Índices semelhantes foram encontrados na análise de Cavalcante sobre a província do Amazonas, onde consta que a totalidade de padrinhos de criança ingênuas<sup>29</sup> é formada por pessoas livres, contendo proprietários de escravos e comerciantes, delegados de polícia, médicos, entre outras funções.

Foi constatado dois apadrinhamentos de um proprietário de escravos que no ato do batismo concedeu a liberdade as suas recém afilhadas. São elas Faustina e Zeferina, filhas de Joana, escrava do alferes Miguel Ignácio Tenório e sua esposa, Dona Raimunda Correa de Miranda Tenório. No mesmo dia, Gregório, filho de Antônia, foi liberto pelo mesmo senhor na pia batismal, tendo como padrinho o Alferes Miguel Carolino Tenório.

Nos chama atenção a criança ser alforriada alguns meses antes da lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, sendo um escravo, nesse contexto, um patrimônio e uma forma de gerar riquezas. Infelizmente não conseguimos mais detalhes acerca da mãe desses dois escravizados, a lista de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação foi consultada e lá não constava nenhum escravo a ser liberto vinculado a Miguel Ignácio.<sup>30</sup> Nos jornais também não foi possível encontrar muitas informações. Nesse sentido, à primeira vista, entendemos que Miguel Ignácio concedeu a liberdade por generosidade, o que não deixa de ser possível, no entanto, os estudos de Pozza Neto (2011) nos indicam um padrão contrário a isso. Por outra ordem, talvez Joanna mantivesse uma boa relação com seus patrões, tendo em vista que dois dias antes

---

<sup>29</sup> Crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871.

<sup>30</sup> O proprietário, dono de um seringal chamado São João do Crato, leva 3 escravizadas para batizar suas crianças. No total são 6 batismos, onde três rebentos são libertados. Além disso, o proprietário possui mais um escravo que no mesmo período (23/06/71) está apadrinhando uma criança de pais legítimos. Dessa forma, compreender o sentido das manumissões dentro dessa propriedade seria um caminho interessante para a pesquisa. No entanto, ainda não conseguimos as fontes necessárias para isso.



do batizado de suas filhas, ela apadrinha junto a Manoel Carolino Tenório a filha de Maria Soares da Conceição. A última também aparece vinculada ao compadrio junto a Miguel Ignácio e Manoel Carolino em outras ocasiões. Dessa maneira, a rede de compadrio em que a escrava Joanna e suas filhas recém libertas estão inseridas abrem portas para se investigar, de modo mais específico, as relações clientelísticas de Miguel Ignácio Tenório, as manumissões em Manicoré e o sentido do compadrio para as cativas desse mesmo senhor.

Os estudos sobre o compadrio de escravos apresentam um cenário onde é incomum os senhores apadrinharem seus cativos, como aconteceu de fato na freguesia de Manicoré. No entanto, Miguel Ignácio e sua esposa ao selarem esse laço de compadrio com sua escrava, nos permite pensar que havia ali uma tentativa de manter esse controle referente a sua escravaria e da parte da mãe, estreitar os laços de amizade e proteção as suas filhas por parte dos seus senhores (Machado, 2006; Brügger, 2004; Senna, 2020).

Para além dos diversos batizados de indígenas realizados na residência de Amaro Maurício Marques,<sup>31</sup> foi batizada Francisca, filha de Ana, libertada no ato do batismo por João Pedro Fernandes. Os padrinhos escolhidos foram o comerciante e seringalista Maurício Marques e Clara Cândida de Jesus. No batizado de Raimundo, filho de Libânia e escrava de José Ferreira Costa, foram padrinhos Manoel Benedicto d'Almeida Carneiro e sua esposa Joanna Pereira de Jesus. Sobre esses últimos padrinhos, não temos informações a respeito de sua profissão. Por esse motivo, buscamos as relações estabelecidas com outros sujeitos da freguesia. O casal escolheu para compadre e comadre, Roberto Marques Botelho pertencente à família proprietária de um seringal e Barbara Pereira de Sá, filha do tenente-coronel Manoel Pereira de Sá.

O filho da escrava Porcina, cujo nome do proprietário não aparece, recebeu como padrinhos Joaquim José de Almeida Costa e Izabel Maria Clara Pereira de Sá, duas figuras importantes na região do Madeira. O primeiro é um agente procurador do consulado português “comerciante e seringalista de alto rendimento e prestígio social dentro da sociedade madeirense” (Rosa, 2019, p.94). A madrinha é esposa do tenente-coronel

---

<sup>31</sup> Amaro Maurício Marques é proprietário de um seringal situado no rio Baetas, distrito da freguesia de Manicoré. Ver: Figura 1 em Rosa e Costa (2021). Outro fator interessante é a realização de batismos fora da Igreja, esse evento era algo que só acontecia em propriedades onde tivessem uma capela ou oratório, onde o dono possuía um status social. Como exemplo disso, se tem o trabalho de Daniel Barroso a qual explica que em virtude da pouca estruturação e organização da Igreja no distrito de Bujaru, no Pará, os batizados e matrimônios de boa parte da população local do distrito eram realizados num oratório e posteriormente numa Capela no Bom Intento. Ver: Barroso (2014).



Manoel Pereira de Sá, proprietária de escravos e responsável por diversos apadrinhamentos em Manicoré.

Outro comerciante Martinho José Tavares e sua esposa Mariana Pereira Brasil, estabeleceram sua aliança espiritual com a criança Margarida, filha de Maria Brite escrava de Manoel Fernandes da Silva Brasão. O capitão Fermino Antônio de Souza Coelho e sua esposa D. Leonarda de Souza Coelho apadrinharam Vicente, filho da escrava de Carlos Ferreira Mar e Francisca Rodrigues de Faria Mar.

Esses apadrinhamentos e amadrinhamentos podem indicar uma opção das mães escravas em buscar alianças de compadrio com indivíduos com posses, cargos ou famílias bem-posicionadas hierarquicamente na freguesia de Manicoré ou dos lugares onde residem, visto que alguns padrinhos pertencem a outras localidade. Isso nos sugere, portanto, que havia uma preocupação em propor um futuro com segurança a seus filhos.

### **Considerações Finais**

Não é novidade para a historiografia a contribuição dos registros paroquiais para o entendimento da sociedade estudada. Neste trabalho, os registros de batismo apresentam um potencial significativo para conhecermos as organizações familiares, as posses dos proprietários de escravos na freguesia de Manicoré e as relações de compadrio seladas por esses escravizados acompanhados por pessoas próximas aos seus proprietários.

Esses registros nos ajudam a compreender a demografia da freguesia de Manicoré e, sobretudo, nos possibilitou mapear nomes e sobrenomes de sujeitos que possuíam uma atuação no cenário político amazonense. No rastro das famílias de escravizados, percebemos como os donos de cativos estavam criando alianças com os demais indivíduos e fortalecendo suas relações através do sistema de compadrio. Quanto a família de escravizados, os padrões de apadrinhamento e amadrinhamento indicam uma relação de caráter vertical, envolvendo eclesiásticos, proprietários de escravos, seringalista, comerciantes e militares.

**Data de Submissão:** 03/10/2023

**Data de Aceite:** 25/12/2023

### **Fontes**

Lista de Classificação dos Escravos para serem Emancipados pelo Fundo de Emancipação do Município de Nossa Senhora da Conceição de Manaós, 1875.



Livros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868-1880)

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Vitória Schettini. Batismo de escravos em São Paulo do Muriahé entre meados à final do século XIX: algumas variáveis. *In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Anais [...]*, 2017.

BRÜGGER, Silva Maria Jardim. Compadrio e escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. *In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambú-MG, 20-24 set. 2004. *Anais [...]*, ABEP, 2003, p. 1-21

BARROS, J. D. O campo da história – a partilha n do saber histórico na historiografia contemporânea. *In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – História: Guerra e Paz*, 2005, Londrina (PR). *Anais [...]*, Londrina (PR): ANPUH, 2005.

BARROSO, Daniel S. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia* (UFBA), v. 50, p. 93-128, 2014.

BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação (Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Uma viva e permanente ameaça**. Resistências, rebeldias e fugas escravas no Amazonas provincial. Jundiá: Paco, 2015.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. *In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al. Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação das famílias monoparentais: Brasil, século XIX. *In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambu (MG), 1998. *Anais [...]*, ABEP, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e Demografia Histórica. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João Luís R.; FERREIRA, Roberto Guedes; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs.). **Arquivos paroquiais e História Social na América Lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.



MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 49-77, 2006.

MARCILIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. **Revista Varia-História**, Belo Horizonte, v. 31, p.13-20, 2004.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Escravidão, família e compadrio: a comunidade escrava no processo de ilegalidade do tráfico internacional de escravos (1831-1850). **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 312-337, maio/ago. 2014.

NEPOMUCENO, Talyta Marjorie. O batismo da população escravizada na cidade de Teresina no final do século XIX. **Mundo Livre – Revista Multidisciplinar Discente**, v. 3, n. 1, p. 64-83, jan./jul. 2017.

PERARO, M. A. Princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 55-80, 1999.

POZZA NETO, Provino. **Ave Libertas**: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ROOSENBERG, Rodrigues Alves. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. *In*: II SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, Goiânia, set. 2009. **Anais [...]**, Goiânia: UFG/UCG, 2009, p. 1-14. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09\\_RoosembergAlves.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf) Acesso em: 09 jan. 2021.

ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no Rio Madeira** : imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ROSA, Paula de Souza; COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. O célebre Telesforo Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba: Conflitos pela posse de seringais e o mundo do trabalho no Rio Madeira (1870-1887). **Canoa do Tempo**, v. 12, n. 2, p. 199-228, 2021.

SAMARA, E.M. Tendências atuais da história da família no Brasil. *In*: ALMEIDA *et al.*, **Pensando a família no Brasil**. Da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

SAMPAIO, P. M; NASCIMENTO, N. A. Etnia e legitimidade: fontes eclesiásticas e história indígena na Amazônia. *In*: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho. (Org.). **Rastros da Memória**: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Fios de Ariadne**. Fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SAMPAIO, Patrícia Melo. (Org.). **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açaí; CNPq, 2011.

SENA, Divino Marcos. Batismo e compadrio no Sul do Mato Grosso (1836-1862). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 147-170, jan./abr. 2020.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, Compadrio e Relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX)** Tese (doutorado). São Paulo: PUC-SP. 2010

VENANCIO, Renato Pinto. Compadrio e Rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713 – 1804. *In: V JORNADA SETECENTISTA*, 2003, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003, p. 598-607.





**DO COTIDIANO REGISTRADO NAS CRÔNICAS AO DIA A DIA DOCENTE:  
POTENCIALIDADES DAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO E DA REVISTA *CARETA*  
NO ENSINO DE HISTÓRIA**

**DESDE LA VIDA COTIDIANA REGISTRADA EN LAS CRÓNICAS HASTA LA RUTINA DIARIA DE ENSEÑANZA:  
POTENCIALIDADES DE LAS CRÓNICAS DE LIMA BARRETO Y LA REVISTA *CARETA* EN LA ENSEÑANZA DE  
LA HISTORIA**

**ARTHUR CAMARGO FRÊDO\***

**Resumo**

O presente artigo busca investigar as potencialidades das crônicas de Lima Barreto, publicadas entre os anos de 1920 e 1922 na revista *Careta*, para o entendimento do processo de modernização da sociedade carioca ocorrido no início do século XX. Soma-se a isso o objetivo de entender de quais formas as fontes literária e impressa podem contribuir para um ensino de História alternativo ao tradicional. Nesse percurso, foram estudados a materialidade do periódico, a trajetória do autor e o contexto em que ambos estavam inseridos. Em seguida, propõe-se a utilização de uma crônica de Lima Barreto e a respectiva edição da *Careta* em que foi publicada para aulas de História. Por fim, argumenta-se que o crítico relato elaborado por Lima Barreto através de suas variadas crônicas, bem como os aspectos característicos da revista *Careta*, são bastante ricos para a construção de um ensino de História que se pretende mais interativo, complexo e diversificado.

**Palavras-chave:** Ensino de História; literatura; imprensa; Lima Barreto.

**Resumen**

Este artículo busca investigar el potencial de las crónicas de Lima Barreto, publicadas entre los años 1920 y 1922 en la revista *Careta*, para comprender el proceso de modernización de la sociedad de Río de Janeiro que ocurrió a principios del siglo XX. A esto se suma el objetivo de comprender de qué manera las fuentes literarias e impresas pueden contribuir como alternativa a la enseñanza tradicional de la historia. En este curso se estudió la materialidad de la revista, la trayectoria del autor y el contexto en el que ambos fueron insertados. A continuación, se propone el uso de una crónica de Lima Barreto y la respectiva edición de *Careta* en la que se publicó para las clases de historia. Finalmente, se argumenta que el informe crítico elaborado por Lima Barreto a través de sus diversas crónicas, así como los aspectos característicos de la revista *Careta* son bastante ricos para la construcción de una enseñanza de la Historia que pretende ser más interactiva, compleja y diversa.

**Palabras clave:** Enseñanza de la Historia; literatura; prensa; Lima Barreto.

---

\* Graduando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Formado em Licenciatura em História pela mesma instituição.



**“A leitura dos jornaes é sempre utilíssima, como já disse o outro...”**

A epígrafe escolhida para abrir este artigo compõe uma crônica publicada na edição 665 da revista *Careta*, intitulada “Leitura de Jornaes” (*Careta*, 19 de março de 1921, p.38)<sup>32</sup>. Ao final do texto encontra-se grafada a assinatura “L.B.”, o que indica se tratar de uma crônica produzida por Lima Barreto (1881-1922) – fato confirmado pelo levantamento empreendido por Magali Gouvea Engel (2008, p.5). Nesse texto, o autor discorre de maneira crítica sobre as escolhas feitas pela administração pública no trato com a cidade do Rio de Janeiro – então capital federal –, em especial à prioridade dada pela prefeitura no “embelezamento” de certas regiões do espaço urbano em detrimento de outras. Mas, afinal, qual seria a utilidade da leitura dos jornais de que fala Lima Barreto? E por qual razão foi escolhida uma crônica do literato carioca para abrir este artigo?

Em síntese, a pesquisa que originou neste artigo partiu de um interesse que desenvolvi durante a graduação. Minha inquietação inicial não era entender as reformas urbanas empreendidas durante as duas primeiras décadas do século XX. O interesse repousava mais em uma possível leitura crítica desse processo histórico. Por que reformar/modernizar/urbanizar a cidade? Quem estava interessado nesses projetos? Quais interesses e disputas estavam em jogo? Havia alguma região da cidade que fora privilegiada nesse processo? Como os sujeitos pobres e trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro viveram essas transformações? Chegamos, assim, ao nome de Lima Barreto. E isso se justifica por alguns motivos. Em primeiro lugar, pela conexão entre a vida e a obra do autor com o tempo histórico que me interessava.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 1881 no Rio de Janeiro, cidade que marca, também, seu falecimento no ano de 1922. Filho mais velho do casal formado por João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta Pereira de Carvalho, o primogênito enfrentou dificuldades financeiras desde pequeno. A história da família Lima Barreto é marcada por mudanças constantes de endereço, traço que acompanha tanto a vida, como a obra de Lima. Sua estreia como escritor ocorre em periódicos estudantis. A produção de Lima é marcada por uma observação atenta aos movimentos da cidade; afinal, ele próprio vivenciava o cotidiano carioca entre a residência no subúrbio e a vida urbana do

---

<sup>32</sup> Todos os volumes da *Careta* estudados estão disponíveis no acervo digital da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 de abr.de 2023.



centro do Rio<sup>33</sup>. Sua observação, entretanto, não é neutra. Pelo contrário, Lima Barreto criticou vigorosamente as reformas urbanas daquele contexto, utilizando do espaço de destaque que gozava na imprensa para tecer duras críticas à prefeitura carioca<sup>34</sup>.

Tais mudanças na estrutura urbana não são, entretanto, uma novidade do século XX. Ao analisar a invenção do bairro de Copacabana, Julia O'Donnell sugere que os movimentos de intervenção no espaço urbano do Rio de Janeiro davam sinais já no final do século XIX. Segundo a autora, “objetivo ou imaginado, o agravamento das condições sanitárias que marcou a década de 1890 levava à progressiva certeza da necessidade de uma profunda e urgente remodelação da cidade” (O'Donnell, 2011, p.23). Aqui há um fator importante que contribui e impulsiona o desenvolvimento das reformas: a questão do sanitarismo<sup>35</sup>.

Esse é um dos elementos que compunha o discurso que apostava na necessidade urgente de modernizar a cidade. Inclusive, além de reformar o espaço público, houve um massivo ataque ao local privado de moradia de muitos habitantes do município, simbolizado pela destruição dos cortiços e estalagens que se espalhavam pela malha urbana. Reinava o imperativo de destruir as habitações populares, sobretudo aquelas localizadas no centro da cidade. A justificativa para tal empreitada partia do princípio de que tais moradias eram duplamente perigosas: por quem as habitava e por suas más condições sanitárias<sup>36</sup>.

A isso se mesclam os anseios da classe dirigente – agora sob os moldes republicanos – de transformar a capital federal em um espaço que imprimisse os ideais do novo governo<sup>37</sup>. Entretanto, era impossível demonstrar a glória de um regime que buscava o progresso, a civilização e a ordem em uma cidade “onde se misturavam usos e classes sociais diversos; onde o capitalista se misturava com o operário, onde os edifícios públicos e empresariais eram vizinhos dos cortiços” (Abreu, 2003, p.220). Dessa forma,

<sup>33</sup> De acordo com Pedro Belchior, Lima teria experimentado, ao longo de sua vida, treze moradias diferentes (Belchior, 2011, p. 91).

<sup>34</sup> Sobre esse percurso de Lima como sujeito histórico e como escritor, conferir a obra *Lima Barreto: triste visionário*, de Lília Moritz Schwarcz (Schwarcz, 2017).

<sup>35</sup> Sidney Chalhoub apresenta em *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, como a ideologia da higiene fazia parte do discurso e das práticas concretas que orientavam a gestão de conflitos envolvendo moradias populares na cidade do Rio de Janeiro em processo de urbanização. A destruição do cortiço Cabeça de Porco é emblemática nessa história. Cf.: (Chalhoub, 2017).

<sup>36</sup> Esse aspecto foi melhor explorado em outra oportunidade. Cf.: (Frêdo, 2022).

<sup>37</sup> É o “conservadorismo arejado e a cupidez material” do novo “tipo social representativo do novo regime” de que fala Nicolau Sevckenko (Sevckenko, 1999, p.26). As ideias da ordem como progresso e do progresso como imposição da lógica capitalista, da condenação dos costumes populares e da necessidade urgente de imprimir no cenário urbano a imagem burguesa de sociedade são características desse período.



buscava-se àquela altura varrer os “males” do centro urbano que se pretendia moderno, urbanizado, higiênico e organizado.

Em síntese, foi esse o contexto vivido e observado por Lima Barreto. Enquanto morador da cidade do Rio de Janeiro, desde o seu nascimento, o autor não apenas vivenciou essa avalanche de acontecimentos que marca o início da República no Brasil, como tirou desses o substrato para sua produção literária. Pedro Belchior (2011), ao analisar parte da produção barretiana – buscando problematizar o “ser suburbano” em Lima Barreto, entre crônicas e romances –, comenta que:

O Rio de Janeiro, palco maior dos projetos de modernização à brasileira, era o solo fértil que motivava e alimentava a sua escrita. Nas primeiras décadas da República, a cidade era um turbilhão de experiências técnicas. [...]. A febre do progresso, que contou com apoios extremados de intelectuais e homens públicos, talvez tenha tido em Afonso Henriques de Lima Barreto o seu crítico mais orgânico. Ele foi uma voz incansável contra os melhoramentos urbanísticos, não pelas novidades em si, mas pelas implicações sociais e políticas negativas decorrentes delas (Belchior, 2011, p.88).

Dessa forma, tendo em vista tanto a experiência de Lima Barreto enquanto sujeito histórico, quanto sua perspectiva crítica frente aos acontecimentos que vivenciou em sua trajetória<sup>38</sup>, optou-se por analisar as crônicas escritas pelo autor entre os anos de 1920 e 1922 publicadas na revista *Careta*. Esse recorte se justifica por dois motivos: primeiro, pois é justamente a partir do ano de 1919 que Lima Barreto se torna cronista fixo da revista<sup>39</sup>, contribuindo mais intensamente em suas edições; segundo, pois contempla a gestão Carlos Sampaio (1920-1922) – que investiu pesadamente nas reformas –, sendo este um dos “alvos preferidos” da ácida crítica de Lima Barreto (Belchior, 2011, p.144).

A opção pela revista *Careta*, por seu turno, levou em consideração alguns aspectos. Como dito, o interesse em investigar literatura e imprensa foi o ponto de partida.

---

<sup>38</sup> Sobre a trajetória intelectual do autor, Pedro Belchior comenta que “é marcada por sucessos e silêncios. A maior parte de seus romances recebeu críticas respeitadas nos jornais, embora sempre aquém das expectativas do autor e do seu próprio merecimento intelectual. Mas o pior obstáculo constatado em vida foi a barreira de silêncio em torno de sua obra. O incômodo causado por *Recordações de escrívão Isaías Caminha*, denúncia contundente do preconceito de cor e das vicissitudes da imprensa carioca, fez com que, logo na primeira empreitada literária, o autor amargasse o silêncio de boa parte da crítica. Suas memórias, nesse sentido, nos falam de uma glória literária não consumada, de títulos não concedidos e de expectativas frustradas” (Belchior, 2011, p.32).

<sup>39</sup> Como comenta Clara Nogueira, Lima Barreto contribuiu para a *Careta* em dois momentos: “Primeiramente durante o ano de 1915 e, posteriormente, de 1919 a 1922. Esta primeira colaboração na *Careta* se estenderia então até o fim de 1915 e Lima aproveitaria a oportunidade de participação em uma revista de maior alcance para comentar os mais diversos assuntos: eleições municipais, política, cidadania, descasos da municipalidade e, sobretudo, o cotidiano do Rio de Janeiro — desde as estações de trem dos arrabaldes suburbanos, como a sua paragem de Todos os Santos, até a ‘modernizada’ Avenida Central. Entretanto, seria a partir de setembro de 1919 que Lima Barreto voltaria de maneira constante e definitiva para a *Careta*. Seu retorno marcaria não só sua consolidação como cronista fixo da revista, mas também como um dos raros jornalistas oposicionistas e críticos dos rumos da cidade” (Nogueira, 2012, p.24).



Soma-se a isso a metodologia que guiou o trabalho: em vez de analisar as crônicas de Lima Barreto em coletâneas organizadas e publicadas em formato de livro, optou-se por estudá-las em seu suporte original de publicação. Ou seja, foi necessário pesquisar em quais periódicos Lima Barreto publicava. Afinal, parte importante da sua produção cronística foi publicada em periódicos impressos de grande relevância nas primeiras décadas do século XX, como nos jornais *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*, além da *Careta* e da *Revista Souza e Cruz* (Engel, 2008, p.33).

Vale pontuar que esses textos produzidos por Lima Barreto revelam uma particularidade da imprensa e da literatura do final do século XIX e do início do XX, qual seja, a indissociabilidade entre tais produções. Nesse contexto, as linguagens jornalística e literária se influenciam mutuamente (Eleutério, 2020, p.96). Além disso, a crônica – enquanto gênero literário – é apontada como “filha do jornal e da era da máquina” por Antonio Candido (Candido, 1992, p.14). Nesse mesmo sentido, segundo Sidney Chalhoub, Margarida Neves e Leonardo Pereira “a crônica mostrava-se, mais do que qualquer outro gênero, atrelada ao jornal no qual era publicada” (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p.16).

Junto com essa estreita ligação com os jornais e revistas de sua época, outras características são compartilhadas por esses escritos tão difundidos a partir da segunda metade do século XIX. É justamente da “aparente contradição entre a leveza anunciada pelos cronistas e a cuidadosa elaboração de suas series; da tensão entre a tarefa de comentar a realidade e o intuito de transformá-la; e da variedade de formas e temas por ela assumidas” que, de acordo com Chalhoub, Neves e Pereira, podemos definir um perfil para a crônica – embora essa definição não seja universal e estanque, como bem advertem os autores (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p.17).

Há, ainda, as particularidades das crônicas cariocas produzidas nesse mesmo contexto. Margarida Neves aponta a riqueza desses escritos para a compreensão da sociedade republicana que se formava. São, portanto, um dos veículos que temos à disposição, no tempo presente, para “penetrar o universo contraditório e nos matizes ocultos pelo simplismo reducionista da fórmula positivista da *ordem como progresso*, que aparece como denominador comum possível das múltiplas propostas republicanas e modernizadoras” (Neves, 1992, p. 78).

Chegamos, assim, à *Careta*. É impossível apontar as características dessa revista ilustrada de publicação semanal, que circulou por longos 53 anos – de 6 de junho de 1908 a 5 de novembro de 1960 –, sem levar em consideração seu contexto de produção. Afinal,



como argumenta Tania Regina de Luca, “(...) o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa” (LUCA, 2010, p.139). A autora ainda adverte que, ao se trabalhar com a imprensa nas pesquisas em História, o pesquisador deve “(...) estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural” (Luca, 2010, p.132).

Nesse sentido, as características presentes na revista *Careta* – a impressão gráfica, a qualidade do papel, os conteúdos a serem estampados nas folhas, sua rede de circulação e consumo, sua precificação – revelam não apenas traços característicos dessa publicação singular, mas contemplam elementos compartilhados por outros periódicos do início da República.<sup>40</sup> Segundo Maria de Lourdes Eleutério, é durante a chamada Primeira República (1889-1930) que a imprensa nacional se diversifica. Nesse momento, “a imprensa tornava-se grande empresa” (Eleutério, 2020, p.83). Os impressos passam por transformações marcantes: inovações tecnológicas reconfiguram seus aspectos materiais e proporcionam o aumento das tiragens, melhor qualidade da impressão e menor custo de produção. Como parte desse processo, acrescenta-se a formação do público leitor e as novas funções atribuídas aos intelectuais<sup>41</sup>.

A isso, podemos indicar algumas peculiaridades das revistas. De acordo com a investigação de Clara Miguel Nogueira, esse formato, “marcado por certa reflexão despreziosa, pela abordagem literária e informações leves, teria seu momento de destaque — não ao ponto de coibir ou impossibilitar a circulação do tradicional jornal diário, mas delimitando mais sua atuação— neste novo ambiente diversificado por inúmeras práticas culturais” (Nogueira, 2012, p.19). Além disso, a autora aponta que a esse formato “competiu não apenas o espaço para a legitimação da modernidade ou como depositório da literatura vigente, mas, sobretudo, o papel de mercadoria de fácil consumo” (Nogueira, 2012, p.19). Mas, afinal, como isso pode ser visto através da *Careta*?

---

<sup>40</sup> Enquanto fonte, concordo com a argumentação de Nogueira, que aponta que a “imprensa é, ao mesmo tempo, fonte documental, memória viva de um tempo, agente histórico e depositório de farto material literário, e [...] as fontes primárias se recobrem de importância única não apenas para elucidar o presente, mas, sobretudo, para desvendar o passado. Momento particular na história social do Brasil, dado o redirecionamento político e cultural em curso na ocasião, a virada do século XIX para o século XX é recorte temporal privilegiado para entender a imprensa não somente como guardião do literário ou do informativo, mas como veículo de reconstrução do passado, espaço público democrático e lugar legitimador da cidadania” (Nogueira, 2012, p.18).

<sup>41</sup> Nesse ponto, com a ampliação astronômica do número de periódicos, são cada vez mais requisitados colaboradores letrados para a redação dos conteúdos impressos. Os “homens de letras” são convidados a produzir não apenas notícias e peças literárias como, também, conteúdos publicitários. Afinal, enquanto uma empresa, os periódicos visavam o lucro. Isso vinha, dentre outras formas, com a receita arrecadada com os anúncios publicitários que expunham nas folhas dos impressos novas mercadorias, frutos da urbanização e da industrialização.



No embalo da modernização gráfica e técnica, ela “marcou época não somente por ser representativa de uma cidade que se queria símbolo de modernidade, mas por ser a própria publicação representante da evolução técnica que mudaria de certa forma os paradigmas do jornalismo literário do momento em questão” (Nogueira, 2012, p.130). Tanto a sofisticação técnica, quanto a urbanização da cidade do Rio de Janeiro são estampadas nas edições da revista. Portanto, a *Careta* simboliza a modernização pela qual passava o Rio de Janeiro do início da República. Esse foi um importante aspecto que fundamentou a escolha do periódico para a pesquisa.

Esses elementos aparecem na revista de diferentes formas. Em primeiro lugar, pela materialidade da fonte. Nas edições analisadas, a revista apresenta um refinamento gráfico: páginas bem diagramadas, padronizadas e bastante coloridas. Os volumes semanais, dentro do recorte analisado, contêm cerca de 40 páginas<sup>42</sup>. Além disso, os conteúdos dispostos nas folhas também indicam elementos característicos da imprensa do início do século XX: são inúmeros os reclames publicitários – em quantidade e variedade – e a diversidade de colaboradores.

Essa variedade também é apontada por Nogueira como uma característica definidora da *Careta*. Inclusive, isso é parte do projeto de Jorge Schmidt<sup>43</sup> que buscava, com a revista, “uma publicação de amplo alcance entre os leitores, com um caráter mais popular e principalmente de leitura mais espirituosa e divertida” (Nogueira, 2012, p.134). Assim, com essa pegada eclética “tanto no que tangia ao alcance de público variado quanto no que representava sua diversificada teia de colaboradores, de colunas, de reclames, de conteúdo gráfico e de modelo editorial, a *Careta* conseguia diferenciar-se das demais publicações similares da época” (Nogueira, 2012, p.133).

Além disso, a sátira à sociedade carioca e as críticas aos movimentos da política institucional são traços marcantes da revista, quase sempre debatidos com humor. E, para tanto, a redação contava com um grupo eclético de colaboradores – que produziam crônicas, peças jornalísticas, charges e trovas – dentre os quais se destaca Lima Barreto<sup>44</sup>. Como comentado, durante os anos de 1919 até o ano de 1922, que também marca seu

<sup>42</sup> Nessa investigação, percebi que as edições publicadas próximas a datas comemorativas – como no Natal – costumam contar com um número maior de páginas quando comparadas às demais edições. A edição 705, publicada em 24 de dezembro de 1921 (véspera de Natal), contém 61 páginas, enquanto a 704 é composta por 40 páginas e a 706 por 44.

<sup>43</sup> Foi jornalista e empresário que “exerceu a direção da revista de 1908, data de sua fundação, até 1935, ano de seu falecimento” (NOGUEIRA, 2012, p.134).

<sup>44</sup> Além do literato, também contribuíam outros nomes da intelligentsia literária carioca, dentre eles, “Emílio de Menezes, Martins Fontes, Olegário Marianno, Luiz Edmundo, os redatores Bastos Tigre e Leal de Souza e até mesmo Olavo Bilac” (Nogueira, 2012, p.136).



falecimento, o literato participou intensamente do hebdomadário, publicando um total de 47 crônicas que foram objeto de investigação durante minha pesquisa.

**“O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra”<sup>45</sup>**

Os lamentáveis conflitos que se vêm dando entre estudantes e o pessoal da Light, por causa de passagens, para a Praia Vermelha, é uma consequência dessa bisonha e fútil mania por Botafogo.

Uma cabeça de algum senso que não estivesse entupida com frases de alfarrabios soporíficos e tivesse uma verdadeira visão e consciência da responsabilidade da direção de qualquer coisa, não iria por uma escola frequentada por mais de mil rapazes, num recanto afastado da cidade, servido por uma única linha de bondes, de passagens caras, só porque esse recanto fica para as bandas de Botafogo!

Um estabelecimento, mais ou menos sustentado pelo Estado, em tudo, tem por escopo primordial servir ao maior número de cidadãos; e a sua situação devia obedecer a esse critério, o que levaria a ser o seu edifício erguido em lugar o mais central possível da cidade. Entretanto, a botafogana vaidade dos que mandam nessa joça, foram colocal-o numa das portas da metrópole, cujo acesso em bondes é relativamente desperdiço para as bolsas médias, e ninguém protestou. Dahi, os conflitos (*Careta*, 6 de agosto 1921, p.10).

Ao folhear a edição 685 da revista *Careta*, publicada em seis de agosto de 1921, o leitor encontra na altura da página dez a crônica “Botafogo e os pró-homens”, assinada por Lima Barreto. O texto ocupa metade da folha e divide espaço com um anúncio do doutor especialista M. Prat que, por sua vez, divulga serviços estéticos que fornece ao público feminino. Gozando de certo destaque na edição – afinal, ocupa as primeiras páginas do volume e divide a folha com apenas um único conteúdo–, “Botafogo e os pró-homens” também se distingue pelo teor crítico que traz em suas linhas. Lima Barreto critica a “mania por Botafogo” que, segundo ele, contaminou os dirigentes cariocas: o “resto do Rio não existe; mas paga imposto” (*Careta*, 6 de agosto 1921, p.10). Mas, o que isso quer dizer?

Para isso, é importante compreender que Botafogo, àquela altura, era um bairro aristocrático. Segundo a análise de Julia O’Donell, a região era ocupada por famílias abastadas já nas décadas finais do século XIX. Além disso, a Zona Sul do Rio de Janeiro – onde encontra-se o referido bairro – foi privilegiada com obras de urbanização: novas linhas de bonde, fornecimento de gás, água potável e esgoto consistiam em algumas das melhorias levadas à região no final do século XIX e no início do XX (O’donell, 2011, p.27-29).

---

<sup>45</sup> Frase retirada da crônica “Botafogo e os pró-homens”, escrita por Lima Barreto e publicada na página dez da edição 685 da revista *Careta* (*Careta*, 6 de agosto de 1921, p.10).



Em 1921, há indícios de que esse cenário não havia mudado. Afinal, Lima Barreto sugere que o “Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra” (*Careta*, 6 de agosto de 1921, p.10). Essa mania por Botafogo de que fala o cronista diz respeito às escolhas da administração pública municipal – nesse período, comandada por Carlos Sampaio – no trato para com a cidade. No contexto das reformas urbanas, Botafogo foi um dos bairros privilegiados nesse processo, enquanto outros – sobretudo os bairros suburbanos – foram propositalmente negligenciados.

Em síntese, o que guiava esses projetos modernizantes era a imposição do modelo burguês de sociedade que se desenvolvia há tempos no continente europeu. Portanto, neste período o movimento de modernização das cidades não é uma novidade carioca; muito pelo contrário, faz parte de um processo global que está relacionado com a ascensão da burguesia como classe dominante.

Segundo a análise de Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, a produção de Karl Marx (1818-1883) é bastante rica para a compreensão desse fenômeno. Através das contribuições da obra marxiana para a compreensão da estrutura da sociedade burguesa, Berman aponta que, enquanto classe dominante, a “segunda grande realização burguesa foi liberar a capacidade e o esforço humanos para o desenvolvimento: para a mudança permanente, para a perpetua sublevação e renovação de todos os modos de vida pessoal e social” (Berman, 2007, p.117). Nesse sentido, essa mudança almejada e imposta pela burguesia também se faz presente na estrutura das cidades: era necessário exibi-la, dentre outras coisas, através de monumentos e obras públicas, como observado no processo de remodelação urbana ocorrido no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

Em solo brasileiro, essas reformas ocorrem com um objetivo particular: construir uma nova imagem para o Brasil, agora comandado sob os signos da República. Era necessário modelar o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, que abre o século XX carregando os títulos de maior centro político, comercial e populacional do país (Sevcenko, 1999, p.27), em contraste com a típica configuração colonial associada ao império. Para tanto, uma avalanche de obras atinge sua estrutura urbana e, ao mesmo tempo, ocorre a condenação de hábitos e costumes que, segundo os defensores e articuladores das reformas, iam contra o ideário de uma sociedade civilizada, higiênica e alinhada com o progresso.<sup>46</sup>

<sup>46</sup> Segundo Nicolau Sevcenko, a “luta contra os velhos hábitos coloniais” extrapola o movimento de expulsão da população pobre do centro da cidade. A isso, acrescenta-se uma perseguição contra certos



Na crônica citada, Lima Barreto aponta as nefastas consequências desse processo: os estudantes da Faculdade de Medicina – localizada na Praia Vermelha – tinham de lidar com passagens de bonde muito caras, “só porque esse recanto fica para as bandas de Botafogo” (*Careta*, 6 de agosto de 1921, p.10). E, como bem argumenta o cronista, uma instituição mais ou menos sustentada pelo Estado deve estar alinhada com os interesses da maioria da população. O que não ocorre com o caso da faculdade: ela foi erguida em uma região distante do centro urbano, dificultando o acesso dos estudantes à instituição. E, para o autor, isso decorre da “botafogana vaidade dos que mandam nessa joça” (*Careta*, 6 de agosto de 1921, p.10).

Em síntese, além de criticar o preço das passagens – que pesava no bolso dos estudantes de medicina –, o autor ainda aponta a contradição em se instalar uma faculdade frequentada por muitos alunos numa região de difícil acesso. Lima Barreto expõe que a municipalidade não está preocupada em atender o bem-estar coletivo: pelo contrário, contaminada pela fútil mania por Botafogo, prioriza os anseios particulares dos dirigentes da cidade. No mesmo bairro, duas experiências distintas: uns desfrutam de suas nobres moradias; outros, sofrem diariamente com passagens caras para chegar no seu local de estudo.

Através da leitura desse texto, fica evidente um traço característico da produção cronística de Lima Barreto: a ácida crítica dirigida às escolhas feitas pelos governantes do Rio de Janeiro no trato para com a cidade. A partir desses escritos, o autor não apenas denunciava o “outro lado” das reformas urbanas – ou seja, aquele que se contrapunha ao discurso oficial dos melhoramentos urbanos ao expor suas problemáticas –, bem como “faz de suas crônicas um *front* de combate a obras de embelezamento, não pelo quê de melhoria que traziam, mas por serem direcionadas às áreas ocupadas pela elite cosmopolita e ‘moderna’ da capital federal” (Belchior, 2011, p.144).

Isso se explica, também, pela própria vivência de Lima Barreto na cidade do Rio de Janeiro. Ele transitava pela cidade entre sua moradia na região suburbana e o centro da capital. E faz essa travessia nos bondes lotados, ou trilhando o seu caminho a pé. É dessa experiência que compõe “uma literatura preñe de interpretações densas e vibrantes

---

costumes populares: há uma reação contra a serenata pela utilização do violão – instrumento compreendido como “sinônimo da vadiagem” –, além das ações contra as barracas e quiosques, carroças, restaurantes populares e, até mesmo, com a criação de uma lei que dispunha sobre a “obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro” (Sevcenko, 1999, p.33).



da metrópole, sempre vista sob uma perspectiva inquiridora e oscilante” (Belchior, 2011, p.94).

Tais aspectos são percebidos não apenas em “Botafogo e os pró-homens”, mas também na crônica “O prefeito e o povo”, publicada alguns meses antes na edição 656 da *Careta*, cuja circulação data de 15 de janeiro de 1921. A crônica ocupa quase a totalidade da página número quatro do respectivo volume, dividindo-a com um pequeno texto assinado por R. e com o anúncio de um produto cosmético disposto no rodapé. Nos primeiros parágrafos, Lima Barreto comenta o seguinte:

O Sr. Dr. Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que elle só o senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro e, até, nella nasci; mas, apezar disso, não sinto quasi a acção administrativa de S. Ex.<sup>a</sup>. Para mim, S. Ex.<sup>a</sup> é um grande prefeito, não ha duvida alguma; mas de uma cidade da Zambesia ou da Conchichina.

Vê-se bem que a principal preocupação do actual governador do Rio de Janeiro é dividil-o em duas cidades: uma será a eurôpéa e a outra, a indigena. É isto que se faz ou se fez na India, na China, em Java, etc; e em geral, nos paizes conquistados e habitados por gente mais ou menos amarella ou negra. Senão, vejamos.

Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio philosophico e hygienico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residencia, rua essa que foi calçada ha bem cincoenta annos, a pedregulhos respeitaveis.

Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asphalto com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areas desertos de Copacabana.

Porque será que ella não reserva um pouquito dos seus cuidados para essa util rua das minhas visinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemiterio de Inhaúma? Justos céos! Tem acontecido com estes cada cousa macabra! Nem vale a pena contar (*Careta*, 15 de janeiro de 1921, p.4).

Aqui, o autor compartilha com seus leitores a realidade que vive em sua região. Ao passear pelas manhãs na rua principal de Todos os Santos – bairro suburbano onde o escritor residia na época –, Lima Barreto tropeça nos buracos dessa rua “que foi calçada há bem cincoenta annos” (*Careta*, 15 de janeiro de 1921, p.4). Enquanto isso, a prefeitura municipal investe dinheiro público na pavimentação dos areas de Copacabana. Essa diferença de tratamento entre as regiões intriga o autor: “Porque será que ella não reserva um pouquito dos seus cuidados para essa útil rua das minhas visinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemiterio de Inhaúma?” (*Careta*, 15 de janeiro de 1921, p.4).

A esse relato, soma-se a crítica dirigida ao prefeito Carlos Sampaio logo no primeiro parágrafo. Sampaio até pode ser um ótimo prefeito, mas não para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Como diz Lima Barreto, deve ser “de uma cidade da Zambesia ou da Conchichina” (*Careta*, 15 de janeiro de 1921, p.4). No desenrolar da crônica, Lima acumula novas críticas ao governante, dentre elas, a preocupação fútil de



Carlos Sampaio com a construção de hotéis luxuosos “para hospedar grossos e médios visitantes illustres” (*Careta*, 15 de janeiro de 1921, p.4), enquanto os habitantes dos morros da Favella e do Salgueiro vivem em barracos precários.

Novamente está posta aqui a seguinte questão: se a prefeitura tem recursos financeiros para investir em obras públicas, por qual razão somente algumas regiões da cidade são contempladas com as melhorias? Enquanto os areais de Copacabana estão sendo calçados e hotéis de luxo são erguidos pela cidade, os moradores de Todos os Santos continuam a tropeçar nas ruas esburacadas que se espalham pelo bairro.

O autor compara, com frequência, realidades opostas que convivem lado a lado na cidade. Tanto em “Botafogo e os pró-homens” como em “O prefeito e o povo”, o cronista elabora em seu texto a ideia de uma cidade cindida. De um lado encontram-se as regiões negligenciadas – como os morros da Favella e do Salgueiro e o bairro de Todos os Santos –, que não recebem quaisquer melhorias por parte da prefeitura carioca. De outro, estão os bairros nobres – no caso, Botafogo e Copacabana – que, por seu turno, são agraciados com hotéis luxuosos, ruas pavimentadas e arborizadas, dentre outras novidades.

Nesse sentido, Pedro Belchior esclarece que Lima Barreto “fez-se porta-voz das demandas da população suburbana, claramente à margem dos melhoramentos urbanos promovidos pela prefeitura” (Belchior, 2011, p. 144). Em consonância com essa argumentação, Clara Asperti aponta que o autor carioca “deflagrou em sua escrita, inúmeras vezes, a imagem inversa àquela do Rio de Janeiro idealizado” (Nogueira, 2012, p.26).

Diante do exposto acima, fica nítida a riqueza das crônicas assinadas por Lima Barreto para a compreensão da formação da República brasileira. Através da análise da produção cronística do literato, é possível acessar um passado complexo e recheado de contradições e disputas. Além disso, as críticas expostas pelo autor guardam uma conexão imensa com o tempo presente. Ruas esburacadas, passagens caras e a discrepância de estrutura de diferentes bairros não ficaram “no passado”. Pelo contrário, são dilemas que persistem na contemporaneidade.

Concordo com Magali Gouvea Engel que é “justamente no sentido de fornecer sólidos elos de articulação entre presente e passado, na atualidade de suas denúncias que os registros literários daquele autor – em especial suas crônicas – podem ser utilizadas para ensinar/aprender história (Engel, 2008, p.73).O que nos resta, agora, é compreender



melhor como as crônicas aqui apresentadas, em conjunto com seu suporte original de publicação – no caso, a revista *Careta* – podem ser úteis ao ensino de História.

### **Literatura e imprensa em sala: breve proposta**

Conceição Cabrini *et al.* apontaram, no ano de 1994, a necessidade de uma revisão urgente no ensino de História. Segundo o diagnóstico das autoras, o modelo tradicional de ensino era recorrente nas aulas de História ministradas no ensino básico. Nesse modelo, estão em jogo dois principais aspectos: o primeiro refere-se a uma concepção errônea do que seria a História e qual o seu objetivo enquanto disciplina escolar; já o segundo diz respeito a questões de ordem metodológica, ou seja, à forma como os objetos de conhecimento dessa disciplina são mobilizados e conduzidos em sala de aula.

Sobre o primeiro aspecto, não raro escutamos no nosso cotidiano certas falas que apontam a História como a ciência que investiga grandes eventos – como guerras, revoluções e conflitos no âmbito da política institucional –, célebres nomes – muitas vezes ligados a esses eventos grandiosos e em sua maioria referindo-se a homens brancos e ricos – e datas ditas importantes – 1500 (invasão portuguesa no atual Brasil), 1789 (início da Revolução Francesa) e 1889 (proclamação da República no Brasil), são algumas delas. Em tese, isso não está completamente equivocado. Afinal, tais elementos são, realmente, objetos de investigação dentro do campo historiográfico.

Entretanto, esse discurso é extremamente reducionista: a História não se limita ao estudo desses casos. E, indo além, não podemos falar de História no singular<sup>47</sup>. Um mesmo evento ocorrido no passado pode ser investigado através de múltiplas perspectivas. Não à toa lidamos com acirrados debates dentro da historiografia. A escolha da fonte a ser analisada, a corrente teórico-metodológica com que se escolhe trabalhar e os próprios objetivos individuais de cada pesquisa contribuem para uma grande diversidade de conclusões sobre um mesmo tema.

Em grande verdade, essa concepção de História um tanto equivocada não se limita a conversas do cotidiano. Pelo contrário, embasa a seleção dos conteúdos a serem ministrados no ensino básico. Apesar de certo avanço conquistado nas últimas décadas no âmbito das legislações educacionais, ainda é visível a permanência de uma concepção

---

<sup>47</sup> A reflexão feita por Chimamanda Adichie na famosa conferência “O perigo de uma história única” contribui imensamente com esse debate. ADICHIE, Chimamanda. 2009. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 2 de jul. de 2023.



de História que tem raízes eurocêntricas, que aposta na linearidade da cronologia clássica e que preza por um conhecimento “acabado”, estampado nos livros didáticos<sup>48</sup>.

Nessa altura, encontramos o segundo impasse, qual seja, a escolha metodológica feita pelos professores de História<sup>49</sup>. Juntamente com os limitados conteúdos prescritos pelos currículos e pelas demais diretrizes educacionais, há ainda a forma como os assuntos são elaborados em sala de aula. Isabel Barca afirma que os diferentes modelos de aula expositiva ainda são largamente praticados nas escolas (Barca, 2004). Nesse formato, como o próprio nome sugere, o que importa é “passar” um determinado conteúdo, já selecionado e acabado, desconsiderando ou minimizando a participação dos alunos na aula. É o discurso competente de que falam Conceição Cabrini *et al.*: “são o professor e o livro didático que têm a competência e o privilégio para a escolha dos objetos de estudo e tudo que com eles se relaciona” (Cabrini, 1994, p.32).

Concordo com Barca que a adoção desses modelos é bastante problemática pois, dentre outras coisas, reforça a ideia equivocada de que o processo de ensino-aprendizagem ocorre através da suposta transmissão de conhecimento entre professor e aluno. Nessa perspectiva, a relação construída entre educador e educando se torna hierárquica. O primeiro seria o detentor do saber, enquanto o segundo é tido como uma página em branco, um receptáculo em que os conhecimentos são depositados. Nesse processo, como argumenta Vitor Paro, o “método de ensino (qualquer ensino) acaba reduzido, ao fim e ao cabo, a uma apresentação ou exposição de *conhecimentos e informações*, sem qualquer consideração pela subjetividade do educador e do educando” (Paro, 2014, p.22, grifos do autor).

Desse modo, o aluno é completamente excluído do processo de construção de conhecimento. Seus saberes prévios são desconsiderados, sua experiência enquanto sujeito histórico é ignorada. E, nos limites da disciplina de História, essa perspectiva de educação leva à apresentação de fatos do passado de forma revelada, acabada. Além disso, concordo com Cabrini *et al.* que essa História

---

<sup>48</sup> Sobre esse importante debate, conferir o artigo “Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola” escrito por Sandra Regina Ferreira de Oliveira e Flávia Eloisa Caimi. (Caimi; Oliveira, 2021).

<sup>49</sup> Aqui cabe uma importante ressalva. Muitas vezes essa escolha não é, propriamente, uma escolha. Sabemos que a condição concreta dos trabalhadores da educação no Brasil é extremamente desafiadora. Baixos salários, sobrecarga de trabalho e falta de estrutura material básica são questões muito debatidas pela categoria. Nesse sentido, é compreensível que muitas aulas – não apenas de História – sejam pouco elaboradas ou que acabem, infelizmente, caindo no tradicional. Quero dizer, em síntese, que a condição concreta desses trabalhadores pode influenciar na escolha que fazem para seu trabalho docente. É necessário, inclusive, que essa questão seja estudada mais de perto.



[...] que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de seu tempo... Essa história torna “natural” o fato de o aluno não se ver como um agente histórico, torna-o incapaz de colocar questões ou de perceber os conhecimentos que, a partir de suas experiências individuais, possam ser base de discussão em sala de aula. É o famoso divórcio entre a escola e a vida e que expressa a grande despolitização do ensino. O comprometimento com a sufocante estrutura autoritária da sociedade que perpassa toda a escola se manifesta na relação entre saber e poder; isso faz com que o aluno parta do pressuposto de que o que deve ser ensinado é o que a escola procura ensinar e o impede de pensar qualquer outra alternativa de conteúdo (Cabrini, 1994, p.34).

Estamos diante, portanto, de um problema complexo. Como superar esse ensino de História tradicional que exclui o aluno do processo de construção de conhecimento? Indo além, como resgatar a vivência e a subjetividade dos estudantes em diálogo com os assuntos a serem abordados em sala de aula, característicos da disciplina de História<sup>50</sup>?

Acredito que a adoção de uma metodologia que parta do uso de fontes em sala de aula seja uma rica alternativa a esse impasse. Em primeiro lugar, é válido pontuar que isso não constitui uma novidade. Afinal, de acordo com a investigação de Circe Bittencourt, fontes históricas – como gravuras, fotos, filmes, mapas e ilustrações – já são usadas como recursos pedagógicos no ensino de História, aparecendo impressas nos livros didáticos da disciplina desde meados do século XIX (Bittencourt, 2020, p.69).

Entretanto, tais fontes não devem cumprir a função de ilustrar um passado, como se fossem neutras e capazes de retratar determinado evento tal como ele “efetivamente” ocorreu. Pelo contrário, devem ser mobilizadas em sala de aula enquanto documentos históricos, a serem analisados seguindo um método específico. Esse aspecto, inclusive, pode (e deve) ser objeto de investigação em sala de aula: é “preciso que iniciemos o aluno no fato de que o conhecimento histórico é algo construído a partir de um procedimento metodológico; em outras palavras, que a história é uma construção” (Cabrini, 1994, p.43).

A isso, acrescento que não basta adotar o uso dessas fontes em sala de aula: isso, por si só, não garante um processo de ensino-aprendizagem que efetivamente considere o protagonismo do aluno na investigação do objeto de conhecimento. É necessário que

---

<sup>50</sup> Cito, novamente, Conceição Cabrini *et al.* que reflete sobre o estudo da disciplina de História no ensino básico: “Para que estudar história no 1º e 2º graus? É para fazer com que o aluno produza uma reflexão de natureza histórica; para que pratique um exercício de reflexão, que o encaminhará para outras reflexões, de natureza semelhante, em sua vida e não necessariamente só na escola; pois a história produz um conhecimento que nenhuma outra disciplina produz – e ele nos parece fundamental para a vida do homem, indivíduo eminentemente histórico” (Cabrini, 1994, p. 36).



esses documentos sejam abordados com uma metodologia que esteja, de fato, comprometida com a superação dessa perspectiva de ensino de História tradicional.

Com essa reflexão em mente, retomo as crônicas que foram analisadas no tópico anterior, buscando entender como elas podem contribuir com um Ensino de História alternativo ao tradicional. Pelos assuntos que abordam em suas linhas, pela linguagem simples e divertida que apresentam<sup>51</sup>, bem como pelo contexto histórico em que foram produzidas, são ótimas fontes para turmas de 9º ano do Ensino Fundamental II. Conforme previsto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é importante que os estudantes do 9º ano consigam “identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive”, de acordo com a habilidade EF09HI05 (BNCC, 2017, p.428-429). Além disso, auxiliam na compreensão de importantes aspectos da chamada Primeira República (1889-1930).

Inspirado pelas proposições de Conceição Cabrini *et al.* e Isabel Barca, aposto em um modelo de aula que tenha como princípio o aluno enquanto sujeito dotado de saberes prévios. O modelo de aula-oficina sugerido por Barca pressupõe o aluno como “agente de sua formação com idéias prévias e experiências diversas” e o professor como “investigador social e organizador de atividades problematizadoras” (Barca, 2004, p.3). Discordo, entretanto, que apenas o professor seja investigador. O aluno também deve assumir esse papel em sala de aula: ele deve ser agente ativo desse processo, sendo este devidamente mediado pelo educador.

Vale sublinhar que a utilização de fontes literárias e periódicos impressos em sala de aula não constitui uma novidade<sup>52</sup>. As próprias crônicas de Lima Barreto já foram indicadas como rico material para o Ensino de História, como bem o faz Magali Gouvea Engel em *Crônicas cariocas e ensino de história*. A autora realiza um levantamento – organizado por eixos temáticos – de várias crônicas escritas por Lima, publicadas em diferentes periódicos brasileiros entre 1911 e 1922. Além de transcrever alguns desses escritos na íntegra, Engel reserva um espaço sugerindo a utilização da crônica

---

<sup>51</sup> Vale pontuar a interessante relação que Antonio Candido estabelece, ao refletir sobre o gênero crônica, entre literatura e ensino: “É importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica. Os professores tendem muitas vezes a incutir nos alunos uma idéia falsa de seriedade; uma noção duvidosa de que as coisas sérias são graves, pesadas, e que conseqüentemente a leveza é superficial. Na verdade, aprende-se muito quando se diverte, e aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo, muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas.” (Candido, 1992, p.19).

<sup>52</sup> O site da Hemeroteca Digital conta com um vasto acervo de periódicos nacionais e estrangeiros de fácil navegação. O portal torna acessível um número grandioso de possíveis fontes que os professores e pesquisadores podem mobilizar para suas pesquisas acadêmicas e para uso em sala de aula. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 6 de jun. de 2023.



“Macaquitos”, publicada na *Careta* em 23 de outubro de 1920, numa dinâmica interdisciplinar envolvendo as disciplinas de História, Geografia, Espanhol, Português e Literatura (Engel, 2008, p.73-83).

A novidade proposta aqui refere-se à escolha da crônica a ser trabalhada, bem como à abordagem desta em seu suporte original de publicação. Sugiro que os registros literários de Lima Barreto e os aspectos materiais da revista *Careta* sejam explorados de forma conjunta. Afinal, é justamente a riqueza e a pluralidade de informações presentes no objeto de estudo uma das justificativas para o uso de fontes em sala de aula<sup>53</sup>.

Como visto em “Botafogo e os pró-homens”, publicada em 1921, Lima Barreto tece críticas ao preço das passagens de bonde e à municipalidade – que prioriza a manutenção dos bairros nobres. Através desse texto, é possível explorar com os alunos questões atuais relativas à estrutura urbana e às escolhas feitas pela gestão municipal no trato com a cidade em que vivem, buscando semelhanças e diferenças com o que foi apresentado por Lima Barreto. Além disso, pode-se debater em sala sobre o preço atual das passagens dos transportes coletivos e quais implicações disso na vivência dos alunos. E, ainda, se eles observam, nos dias de hoje, essa “cidade cindida” que aparece na produção barretiana.

Soma-se a isso os elementos característicos da revista *Careta* enquanto veículo impresso. Ao ser disponibilizado o volume em que a crônica foi publicada, os alunos terão contato com um documento histórico. Observar os aspectos materiais que envolvem a revista – como o número do volume, as ilustrações, os anúncios e propagandas, o tamanho dos textos, a presença ou não de fotografias, dentre outros itens – possibilita aos alunos uma interação mais concreta com o objeto de conhecimento.

Assim, tendo esses objetivos em mente, sugiro uma breve proposta para a disciplina de História a ser elaborada em turmas do 9º ano do Ensino Fundamental II. Como recurso principal, aposto na utilização do volume 685 da *Careta* e da crônica “Botafogo e os pró-homens”, publicada nessa mesma edição<sup>54</sup>, mobilizados da seguinte forma:

**1) 1º momento: duas aulas de 50 minutos**

---

<sup>53</sup> Valle, Arriada e Claro apontam que a essa “riqueza de informações que podemos extrair das fontes justifica o seu uso no fazer pedagógico de várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (Valle; Arriada; Claro, 2010, p. 65).

<sup>54</sup> O volume está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pagfis=26179>. Acesso em: 2 de jul. de 2023.



- Breve avaliação diagnóstica realizada através de perguntas dirigidas à turma com o objetivo de compreender os conhecimentos prévios dos alunos acerca dos processos de urbanização ocorridos no Brasil (10 minutos);
- Situar, preferencialmente através de *slides* – contendo mapas, imagens e fotografias –, o movimento de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro. Deve-se considerar os novos ideais do regime republicano, o movimento global da modernização e os conflitos ocorridos entre trabalhadores pobres e os patrocinadores das reformas entre o final do século XIX e o início do XX (30 minutos);
- Apresentar, brevemente, o volume 685 da revista *Careta*, traçando um paralelo com o contexto em que a revista foi produzida. Explicitar a imprensa como uma das formas que o historiador tem a sua disposição para compreender o passado. Pontuar a *Careta* enquanto uma das revistas que contribui para o entendimento do processo de modernização do Brasil. (10 minutos);
- Estudo dirigido em grupo do volume 685 da *Careta*<sup>55</sup>. A turma será dividida em grupos de até 5 alunos que terão à sua disposição (virtualmente) o referido volume da revista. Será proposta uma investigação da fonte através das seguintes perguntas: a) Qual a data de publicação do volume?; b) Quantas páginas tem a edição?; c) Quais conteúdos você observa nas folhas? Do que tratam? Contém alguma assinatura?; d) Quais elementos chamam atenção na leitura da revista? Ao final, os grupos devem registrar por escrito as impressões que tiveram ao longo da pesquisa para compartilhar com a turma (40 minutos).

## 2) 2º momento: duas aulas de 50 minutos

- Compartilhamento das impressões do estudo dirigido da revista. Observar/questionar se algum grupo se atentou à crônica “Botafogo e os pró-homens” impressa na página dez (30 minutos);

---

<sup>55</sup> Vale sublinhar que não proponho que os alunos leiam todos os conteúdos da revista. Afinal, isso não é viável e nem mesmo possível em uma aula de 50 minutos. A ideia é que os alunos explorem a fonte através das perguntas que foram colocadas, realizando uma leitura dinâmica do documento.



- Projetar a referida página no quadro, questionando aos alunos os elementos que compõe a folha. Chamar especial atenção para a crônica assinada por Lima Barreto (L.B.). Questionar à turma se conhecem/o que sabem do autor e de sua obra (10 minutos);
- Situar os alunos sobre a vida e obra de Lima Barreto. É importante que o/a professor(a) aponte a literatura enquanto fonte histórica (20 minutos);
- Estudo dirigido (com os mesmos grupos formados anteriormente) da crônica “Botafogo e os pró-homens” (disponibilizada em uma folha impressa para cada grupo), realizado com o apoio das seguintes questões: a) Do que trata a crônica?; b) Quais críticas o autor realiza e a quem são dirigidas?; c) O que podemos pensar com o seguinte trecho: “O resto do Rio não existe, mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra”?; d) É possível estabelecer alguma semelhança com o tempo presente? O/A professor(a) pode disponibilizar dicionários à turma para que possam explorar eventuais dúvidas/curiosidades com o vocabulário do texto. Ao final, os grupos devem registrar por escrito as impressões que tiveram ao longo da pesquisa para compartilhar com a turma (40 minutos).

### 3) 3º momento: duas aulas de 50 minutos

- Compartilhamento das impressões do estudo dirigido da crônica (30 minutos);
- Leitura coletiva do texto e mediação do/da professor(a) a respeito da conexão entre o conteúdo da crônica e o contexto histórico em que foi produzida – desenvolvimento da República, reformas urbanas e suas consequências para a população carioca (20 minutos);
- Avaliação: elaborar em grupo cartazes reivindicando melhorias para a cidade/bairro em que moram/estudam. A proposta é que os grupos utilizem os cartazes como espaço de denúncia e reivindicação, estabelecendo um paralelo com a crônica investigada. Os cartazes, quando prontos, serão exibidos em um mural da escola (50 minutos).



### Considerações finais

Por fim, vale sublinhar que essa metodologia torna o processo de aprendizagem mais interativo, complexo e diversificado. Concordo com Engel que a literatura, ao ser mobilizada em sala de aula, constitui “um meio rico e eficaz para construirmos com nossos alunos uma história viva que efetivamente rompa com a imagem da história como um saber inútil e chato” (Engel, 2008, p. 10). Soma-se a isso as “possibilidades de aprimoramento da aprendizagem da leitura e da escrita, abrindo-se perspectivas para a construção de parcerias com a área de português e fazendo da disciplina história um lugar também responsável pelo aprofundamento e consolidação do processo de alfabetização dos alunos” (Engel, 2008, p. 10)<sup>56</sup>.

Quanto ao uso da imprensa, Hardalla Valle, Eduardo Arriada e Lisiane Claro destacam-na “como uma rica fonte, por sua proximidade ainda latente com o mundo do discente, bem como pelo olhar crítico que sua utilização proporciona frente a realidade da mídia atual” (Valle; Arriada; Claro, 2010, p.69). Quando bem conduzido, esse exercício encaminha os alunos para uma reflexão que busca compreender a materialidade da fonte e questionar as intencionalidades da produção e circulação dos periódicos. Essa abordagem “fomenta um novo olhar dos discentes sobre a imprensa atual, fazendo-os observar de maneira crítica seus jornais cotidianos e as informações disseminadas” (Valle; Arriada; Claro, 2010, p.69).

Entretanto, para serem abordadas em sala – e isso deve ser considerado para todos os tipos de fontes –, é necessário que o/a professor(a) tome os devidos cuidados. Há uma significativa diferença entre o conhecimento histórico produzido na academia e aquele desenvolvido pelos alunos do ensino básico: “dada a grande complexidade do trabalho do historiador, as reflexões históricas produzidas pelos alunos – se são um grande avanço para ele (por serem um exercício de raciocínio histórico, uma fonte de conhecimento sobre um objeto de estudo) –, certamente, não significam um avanço para o conhecimento histórico em si mesmo” (Cabrini, 1994, p.44).

Dessa forma, acredito que essa proposição contribui com um ensino de História que foge do tradicional. Isso porque acrescenta outra dimensão à aula: os alunos são instigados a pesquisar através das fontes selecionadas pelo/pela professor(a), assumindo uma posição de agentes do saber e não de “depositórios” de conteúdo. E, finalmente,

---

<sup>56</sup> Por isso aposto na leitura da crônica tal como foi publicada originalmente: essa escolha coloca os estudantes em contato com uma escrita diferente do português, encaminhando para a reflexão de que até mesmo a grafia das palavras carrega uma historicidade.



através da crônica “Botafogo e os pró-homens”, é possível estabelecer uma ponte com a realidade concreta vivenciada pelos estudantes nos dias de hoje: será que essa “mania por Botafogo” e essa cidade cindida ficou no passado? Retomando a epígrafe que nomeia o primeiro tópico deste artigo, a leitura de jornais e revistas, bem como das crônicas de Lima Barreto, se mostram, assim, utilíssimas ao ensino de História.

**Data de Submissão:** 02/07/2023

**Data de Aceite:** 29/12/2023

**Fontes:**

BARRETO, Lima. “O prefeito e o povo”. *Careta*, 15 de janeiro de 1921, p.4.

L.B., “Botafogo e os pró-homens”. *Careta*, 6 de agosto de 1921, p.10.

*Careta*, edições 613, 645, 656, 663, 665, 670, 671, 672, 683, 685, 693, 701, 705, 710, 727, 731, 736, 737, 740, 741, 745, 746, 1920-1922.

**Referências Bibliográficas:**

ABREU, Mauricio de Almeida. “Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p.210-234, 2003.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica**. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BELCHIOR, Pedro. **Tristes subúrbios: literatura, cidade e memória na experiência de Lima Barreto (1881-1922)**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula** – 12. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2020, 69-90.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 4 de jun. de 2023.

CABRINI, Conceição [et al.]. **Ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: EDUC, 1994.

CAIMI, Flávia Eloisa; OLIVEIRA, Sandra Ferreira Regina de. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77041, 2021, p.1-22.



CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio [et al.]. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação da Casa de Rui Barbosa, 1992, p.13-22.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: **História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p.9-20.

ENGEL, Magali Gouveia. Literatura e ensino de história. In: ENGEL, Magali Gouveia [et al.]. **Crônicas cariocas e ensino de história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p.35-42.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.) **História da imprensa no Brasil** – 2ª ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2020, p.84-102.

FRÊDO, Arthur Camargo. Entre ruas esburacadas, moradias precárias e críticas à prefeitura: experiências dos moradores suburbanos com a modernização carioca pela lente de Lima Barreto (1920-1922). **ORÉ – Revista Discente de Estudos Históricos da UNIRIO**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 69-89, ago. 2022.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas** – 2 ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010, p.111-153.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de, (Orgs.). **História da imprensa no Brasil** – 2ª ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2020, p.45-80.

MENDONÇA, Leandro Climaco. **Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920**. 2011. Dissertação (Mestrado) em História Social – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2011.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio [et al.]. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação da Casa de Rui Barbosa, 1992, p.75-92.

NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. **Cronistas do Rio: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922)**. 286f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

O'DONNELL, Julia Galli. **Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana**. 2011. Tese (Doutorado) em Antropologia Social – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício de poder**: crítica ao senso comum em educação – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Da minha janela vejo o mundo passar: Lima Barreto, o centro e os subúrbios”. **Estudos avançados**, v. 31, n. 91, 2017, p.123-142.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VALLE, Hardalla Santos do; ARRIADA, Eduardo; CLARO, Lisiane. A utilização de fontes no ensino de História: a imprensa na construção do conhecimento. **Momento**, Rio Grande, v. 20 (1), 2010, p.59-72.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.





# A PRESENÇA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS OBRAS DE MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO E ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO: OBRAS DE 1956 A 1998

## THE PRESENCE OF AFRICAN-BASED RELIGIONS IN THE WORKS OF MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO AND ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO: WORKS FROM 1956 TO 1998

STHEFANNE AUZIER DE FREITAS<sup>57</sup>

### Resumo

O presente artigo pretende partir da relação entre Antropologia e História ao atentar para os escritos desenvolvidos no século XX, especificamente de 1956 a 1998, sobre as religiões de matriz africana no Amazonas. Nosso objetivo é fazer um levantamento bibliográfico aprofundado dos escritos de Mário Ypiranga Monteiro e André Vidal de Araújo, com o intuito de entender os contextos sociais de suas pesquisas, e, a partir delas, destacar a relevância da presença negra na história de Manaus e do Amazonas, sobretudo a influência das religiões de matriz africana. Além disso, busca entender os envolvimento que estabeleceram com importantes terreiros e lideranças na época.

**Palavras-chave:** Religiões de matriz africana; Manaus; Presença negra.

### Abstract

The present article intends to depart from the relationship between Anthropology and History by paying attention to the writings developed in the 20th century, from the 1956 to 1998, regarding religions of African and Afro-indigenous origins in Amazonas. With this, we wish to carry out an in-depth bibliographical survey of the writings of Mário Ypiranga Monteiro and André Vidal de Araújo with the aim of understanding the social contexts of their research, the relevance of the black presence throughout the history of Manaus and the Amazons narrated by them, especially from African-based religions, and the involvements they established with important terreiros and leaders at the time.

**Keywords:** Religions of African origin; Manaus; Black presence.

### Introdução

As pesquisas sobre as religiões de matriz africana no campo da História seguem crescendo pelo Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000. Essas pesquisas são essenciais

---

<sup>57</sup> Graduanda em História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: sthefannefreitas0605@gmail.com.



para compreender as formas de existência e de resistência que esses modos de existir no mundo carregam consigo. Há, na área, trabalhos como o de Edmar Ferreira Santos (2009), que estudou as perseguições sofridas pelos praticantes de candomblé durante o século XIX na Bahia. Seu estudo foi publicado no livro “O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia”. Em seu trabalho mais recente, “Na esteira do terreiro: religiões afro-brasileiras e associativismo na Bahia (1930-1970)” (Santos, 2023), o autor estudou a relação entre as organizações de matriz africana na Bahia e o movimento negro. Outra obra importante é “Religiões negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação”, organizado por Valeria Costa e Flávio Gomes (2016). Neste livro, os autores reuniram uma série de trabalhos sobre as religiões de matriz africana em diferentes partes do Brasil, tratando também das vivências de escravizados e de ex-escravizados.

No Amazonas, por sua vez, as pesquisas sobre a existência da presença negra na região aumentam progressivamente, depois de anos de relativização sobre essa questão. O principal trabalho recente sobre a presença negra é o livro organizado pela pesquisadora Patrícia Alves Melo (2011), “O fim do silêncio: presença negra no Amazonas”, que demonstra, a partir da vivência de escravizados e negros libertos, a relevância da presença negra no Amazonas. Entretanto, no âmbito da História, estudos sobre as religiões de matriz africana no Amazonas continuam escassos. O principal trabalho recente é a dissertação “Pajelanças e cultos pretos em Manaus (1904 a 1940)” de Adriano Magalhães Tenório (2021). Nessa dissertação, o autor descreve como os cultos pretos e a pajelança eram criminalizados e perseguidos pelo “Jornal do Commercio” durante o período recortado.

Para uma investigação sobre a formação das religiões de matriz africana no Amazonas, torna-se necessário uma análise aprofundada dos trabalhos de Mário Ypiranga Monteiro, criador de um acervo sobre o folclore amazonense presente na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, localizada no Centro Cultural Povos da Amazônia. Este grande pesquisador realizou estudos sobre o Amazonas entre as décadas de 1940 e 1990, com trabalhos que retratam aspectos da presença das religiões de matriz africana na região. Durante a pesquisa na biblioteca, entrei em contato com o trabalho de outro autor contemporâneo a Ypiranga Monteiro que também escreveu trabalhos sobre as religiões afro-brasileiras no Amazonas André Vidal de Araújo, que participou das mesmas instituições que Mário Ypiranga.



Em contexto nacional, durante parte do século XX no Brasil, ocorreu uma mobilização para estudos sobre aspectos ligados à pesquisa do folclore e, principalmente, à catalogação dessas expressões culturais, com um foco no estudo da cultura das partes consideradas mais à margem da sociedade, e com isso se procurava encontrar uma imagem do nacional ou da cultura regional mais legítima e uma espécie de identidade nacional. Segundo Luís Rodolfo Vilhena (1995, p. 6), “a cultura folclórica não era estudada apenas em função de um interesse meramente especulativo. Traíndo suas origens românticas, a maioria dos folcloristas buscava no ‘povo’ as raízes autênticas e genuínas que permitiriam definir sua cultura nacional”. Para fazer essas pesquisas, que buscavam uma valorização e preservação do folclore, foram criadas algumas instituições, como a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) em 1947 e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) em 1958. Com a mobilização de instituições nacionais, deu-se início ao financiamento de pesquisas com foco regional em diferentes estados do Brasil.

No Amazonas, o cenário de interesse nos estudos do folclore e de uma identidade regional não era muito diferente, diversos estudos procuravam, por meio da pesquisa sobre a região, produzir uma identidade própria e uma legitimidade cultural, devido ao fato que historicamente a região Norte era vista como uma região à margem do Brasil e, por isso, necessitava de meios para se destacar. As pesquisas em âmbito regional também foram institucionalizadas com a criação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), da Academia Amazonense de Letras (AAL) e da Comissão Amazonense do Folclore.

Devido aos problemas econômicos e sociais do Amazonas causados pelo ciclo econômico da borracha, se tornava necessário procurar uma relevância cultural frente ao âmbito nacional, já que a relevância econômica se encontrava em crise. Segundo Charles Falcão:

Era preciso estabelecer um novo traçado no processo de representação da região de maneira a solucionar os problemas sociais, políticos e econômicos que a afligiam e esse aspecto passa a figurar nos processos de redimensionamento do entendimento da região promovido por seus diferentes intérpretes (FALCÃO, 2015, p. 11).

Assim, essas instituições representavam tanto o prestígio cultural da região quanto o político.

Nesse contexto, foi possível apresentar a cultura e a natureza amazonense como algo único e forjar um espaço cultural regional para que diversos intelectuais interessados



na temática Amazonas pudessem produzir sobre o tema (Souza, 2020); dessa forma, o IGHA e a AAL recebiam grande atenção como locais de produção intelectual, além de manterem ligação com a Comissão Nacional do Folclore. Segundo Selda Vale da Costa:

As elites de 54 desenvolvem um pensamento glebarista, de exaltação ao regionalismo, expresso na literatura da caboclitude de Álvaro Maia, na sociologia humanista de André Araújo, nos estudos do folclore amazonense de Mário Ypiranga Monteiro e na etnologia de Nunes Pereira, estudiosos da cultura cabocla, cultura da mestiçagem que se implanta no Brasil a partir dos anos 30 (Costa, 1997, p. 94).

Nesse âmbito, destaca-se a obra de Mário Ypiranga Monteiro, nascido em 1909 em Manaus. Foi advogado, historiador, antropólogo e folclorista, Monteiro estudou no Ginásio Amazonense (atual Colégio Pedro II) e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas. Eleito para cadeira 10 da Academia Amazonense de Letras, contribuiu para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Seu amplo trabalho sobre a cultura amazonense em diversos aspectos o colocou como um dos mais importantes intelectuais locais no que diz respeito ao folclore amazônico (Falcão, 2015, p. 21). Sua principal preocupação era a formação de uma identidade amazonense pura, e por isso ele estudava a origem e características de diversos aspectos regionais. Devido ao seu campo de estudo, as religiões de matriz africana acabaram sendo presentes em suas pesquisas, nas quais ele classifica e tenta explicar as origens para a presença dessas religiões no Amazonas. Esse estudo foi feito principalmente no seu livro “Cultos de Santos e Festas profanos religiosas”, mas também é presente em outras obras e referenciado em algumas de suas cartas.

Contemporâneo a Mário Ypiranga, André Vidal de Araújo nasceu em 1899 em Goiânia, mas cresceu em Manaus, para onde se mudou com apenas seis anos. Foi juiz, promotor, pedagogo e sociólogo. Estudou no Ginásio Amazonense (atual Colégio Pedro II) e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas. Foi eleito para a cadeira 5 da Academia Amazonense de Letras e produzia para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Diniz, 2002, p. 120). Seus trabalhos foram, em sua maioria, sobre as questões judiciais e criminais de Manaus, com uma preocupação particular com a criminalidade das populações marginalizadas, preocupação essa que refletia ideias higienistas presentes durante o período de sua atuação (Moreira; Andrade, 2023). No entanto, André Vidal também possui alguns escritos sobre a formação sociológica da cidade de Manaus, e nesses trabalhos se encontram presentes estudos sobre as religiões



de Matriz Africana, sendo sua principal obra sobre o assunto “Introdução à Sociologia da Amazônia”, de 1956.

As obras desses intelectuais mencionam nomes de lideranças e localizações de terreiros em Manaus, assim como tratam de aspectos a respeito da presença negra e das religiões de matriz africana no Amazonas. Torna-se possível, portanto, analisar a importância dessas religiões no momento da formação da cidade de Manaus.

O levantamento bibliográfico desses estudos clássicos tem o objetivo de fomentar pesquisas futuras sobre o tema e destacar a relevância da presença negra no estado do Amazonas. Serão demonstradas, também, algumas limitações das obras desses autores, que tinham como objetivo fazer um trabalho de quantificação dessa presença, não de descrição aprofundada de seus rituais e relações com a cidade. Considerando esse aspecto, será necessário fazer o cruzamento de dados com outros pesquisadores, como Chester E. Gabriel, que estudou a presença as religiões de matriz africana no Amazonas em 1985 na obra “Comunicações dos espíritos: umbanda, cultos Regionais em Manaus e a dinâmica do transe”, e Adriano Tenório, na obra “Pajelanças e cultos pretos em Manaus (1904 a 1940)” de 2021.

### **O apagamento da presença negra no Amazonas nas obras de Mário Ypiranga**

Antes de analisar as obras desses autores, é necessário explicar o posicionamento de Mário Ypiranga acerca da presença negra no Amazonas. Em seus trabalhos, ao citar sobre a presença negra na região e as religiões de matriz africana, é necessário compreender que ele defendia que não havia uma presença negra expressiva no Amazonas. No livro, “Roteiro do Folclore Amazônico” volume 1 de 1964, Mário Ypiranga argumenta ser impossível pensar em uma cultura negra no Amazonas, devido à sua baixa presença na região e à “inimizade entre índios e negros”. Também mencionava que a pequena “mancha” na cultura amazonense que a presença do negro poderia ter causado foi se desfazendo pela cultura branca e pela cultura indígena. Escreve ele:

Ignoram os que defendem a influência negra na cultura amazonense que o infeliz estoque servil só deixou da sua incipiente passagem pela terra pequenas manchas, insignificantes manchas culturais que vão perdendo a significação, completamente eliminadas pelas culturas branquiloídes e indígenas (Monteiro, 1964, p. 28).

Mário Ypiranga também possui um artigo no livro “Estudos Afrobrasileiros”, organizado pelo Instituto Geográfico do Amazonas, onde reitera sua opinião sobre a não existência de uma cultura africana no Amazonas, utilizando os mesmos argumentos do seu livro “Roteiro de um Folclore Amazônico”. O autor alega que não faria sentido pensar



em uma manifestação folclórica puramente africana devido à baixa presença do negro africano na região do Amazonas e a presença negra que houvesse no Amazonas seria “brasileira”, por não possuir mais a “pureza” africana. Em suas pesquisas, Monteiro costuma procurar a “pureza” das manifestações culturais na tentativa de atestar-lhes a real procedência (Melo, 2020, p. 264).

Essa linha de raciocínio, de Mário Ypiranga que sugere a quase inexistência de uma população negra no Amazonas, foi por muito tempo presente na historiografia, principalmente devido à ideia da ausência da mão de obra escravizada negra na região, pois a maioria da mão de obra utilizada foi a indígena, por ser abundante e conhecer melhor a região para a extração das “drogas dos sertões”. Quando se tocava no assunto de uma possível presença negra, era para atestar que ela foi em menor quantidade e por isso teria uma influência ínfima na formação social e cultural da região (Melo, 2020). Todavia, atualmente existem estudos que mostram que, mesmo que tivesse ocorrido uma baixa aquisição da mão de obra escravizada no Amazonas em comparação ao restante do país, ainda é possível notar a existência dela, principalmente em ambiente urbano. Pozza Neto (2011, p. 74) afirma que “o Amazonas, no período do século XIX, contava com uma população média de 1.500 cativos. Pouco quando comparado com outras áreas do Império, mas uma quantia não menos relevante”.

Outro livro em que Mário Ypiranga cita a presença negra no Amazonas é “A catedral metropolitana de Manaus” de 1958, onde explica sobre a vinda de alguns negros forros e escravos para a construção das grandes arquiteturas em Manaus durante a expansão urbana; entretanto, ele alega que essa vinda foi mínima e que logo a mão de obra negra foi substituída pela indígena, devido ao custo-benefício. Além dos números oficiais apresentados pelo governo e utilizados por Ypiranga, Ygor Cavalcante (2011) também cita a vinda de escravizados fugidos do Pará durante esse período, sendo o Amazonas seu principal destino durante o período de expansão urbana devido à oportunidade de emprego e de esconderijo na cidade. Ainda que a cidade não dependesse estruturalmente da mão de obra escrava, suas poucas ruas e seus subúrbios contavam com vários serviços de cativos vagueando como “negros de ganho”.

O ideal de “pureza” da cultura amazonense sobre uma cultura negra também é algo bastante presente nos escritos de Mário Ypiranga, principalmente devido ao fato de que ele procurava apresentar uma singularidade da cultura amazonense em relação à cultura presente no resto do Brasil, para a promoção cultural da região e uma tentativa de formação da identidade regional (Falcão, 2015). Assim, Mário Ypiranga possuía uma



idealização onde o indígena e o caboclo puro seriam o ponto principal da cultura amazonense, em um sentimento romantizado e nostálgico (Carvalho Júnior, 2020). Para apresentar esse ideal de pureza, inferioriza a cultura negra para defender uma superioridade do indígena e do caboclo.

Devido ao seu ideal de pureza e de que não havia afrodescendente na cultura amazonense, Mário Ypiranga também vê a ideia de uma religião de matriz africana em solo amazonense como algo absurdo. Em “Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas”, ele alega já em seus capítulos iniciais que:

Falar numa origem africana é tentar criar uma cultura forânea duvidosa. Será mais consentâneo porventura dizer que se trata de uma cultura brasileira, porque evidentemente todo esse complexo mágico-religioso que invade o território cristão animando-o, mas não eliminando o substancial é apenas o relativo esforço de uma herança longínqua que para as festas demoram basilarmente no sincretismo cristão-nagô. Fora daí não sobrexiste nenhuma influência do credo africano nessas festas em termos de rompimento com o convencional. Apenas uma tendência democrática para justificar o culto a São Benedito ou dos gêmeos, Dois-dois do panteão católico-nagô. No interior do Estado do Amazonas é até duvidoso encontrar-se esse sincretismo, pelo menos numa época em que predominava o batuque, a magia negativa (Monteiro, 1983, p. 49).

Esse pensamento de Mário Ypiranga, que deslegitima a cultura negra por falta de uma “pureza”, desconsidera todos os aspectos ligados à colonização, que impossibilitava essa “pureza”, além de desconsiderar que aspectos da cultura negra terem se sincretizado com a cultura europeia foi um dos principais meios de resistência para manter essa cultura negra viva até a contemporaneidade. Tavares (2022, p. 38) reforça isso ao afirmar que, “em decorrência de terem sido impedidos de praticar sua fé, os negros foram amalgamando elementos da religião católica com elementos de matrizes africanas, colocando os orixás em sacralidades semelhantes à dos santos católicos”.

É necessário, então, pensar essa forma de resistência como um aspecto de pragmatismo presente nas religiões de matriz africana, sendo capaz de se adaptar à diferentes adversidades, o que torna possível adaptar aspectos do catolicismo para a realidade negra, criando mediadores entre a cosmovisão negra e aspectos da cultura branca europeia. Muniz Sodré explica que:

A “fé” implicada nessa força é bem diferente do sentimento individual e salvacionista (guiado por uma macrofinalidade) que traduz a fé cristã. Trata-se mesmo de uma força de afirmação ética (sentimentos e valores) do grupo, capaz de se transformar, absorvendo, nas rupturas do tempo histórico, as singularidades de um território (Sodré, 1988, p. 97).



Apesar de Mário Ypiranga negar a participação da cultura negra no Amazonas, ele, ao apresentar as casas de culto de santos, terreiros e os rituais de cerimônia, demonstra que existe tal presença negra, além de apresentar um riquíssimo panorama sobre as casas, terreiros, locais, lideranças, algumas descrições etnográficas e alguns aspectos ligados às suas prováveis origens em Manaus. Dessa forma, é possível, através dos escritos de Mário Ypiranga e dos outros escritores, construir o panorama de uma Manaus marcada por uma presença negra.

### **As religiões de matriz africana em Manaus**

Mário Ypiranga classifica a população nordestina, que veio para a cidade devido ao ciclo da borracha, como a real parcela de população negra presente em Manaus. A vinda de nordestinos durante o fim do XIX e início do XX, durante o auge gomífero, é um fato conhecido sobre a história do Amazonas. De acordo com Silva Neto (2011, p. 1), “cerca de 300.000 migrantes nordestinos, oriundos ‘geralmente das zonas do agreste e sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros estados nordestinos’ ingressaram nos seringais amazônicos no período entre 1877 e 1920”. Para o autor, entre os fatores que pesaram na decisão de migrar, estavam as secas e a situação de fome.

Mário Ypiranga desenvolve no primeiro volume de “Roteiro do Folclore Amazônico” (1964) comentários sobre elementos de cor nordestinos. Ele explica sobre alguns bairros onde esse grupo estava mais presente e, ao analisar seu outro livro, “Cultos de Santos e Festas Profano- Religiosas” (1983), é possível notar os bairros onde estão mais presentes os terreiros descritos pelo autor, a saber, os bairros da Cachoeirinha e o da Praça 14. Pelos escritos de Monteiro, observa-se que grande parte dos terreiros eram comandados por pais e mães de santo advindos do Nordeste; também nas pesquisas de Geraldo Pinheiro e Chester E. Gabriel, ao levantar os primeiros dados sobre os cultos pretos em Manaus, mostram que a maioria dos praticantes eram, de fato, oriunda do Nordeste, principalmente, do estado do Maranhão (Tenório, 2021, p. 91). Monteiro enfatiza que a Cachoeirinha foi o bairro com maior presença negra no começo da vinda desses migrantes nordestinos para Manaus, durante o período de 1900, mas o bairro que, durante a escrita de seu livro, mais abrigaria negros seria o da Praça 14 (Monteiro, 1964, p. 65).

Mário Ypiranga, então, classifica e explica diferentes expressões culturais do folclore amazônico, citando no capítulo sobre danças o chamado “Tambor de Crioulo”, que ocorria na Praça da Saudade:



Desse tipo de elaboração nada mais resta entre nós, ao que me consta e me permito acreditar, do que uma vaga recordação, pois desapareceu completamente de Manaus, não sendo nem sequer popular no Estado. Existiu pelos fins do século, no local onde hoje está aberta a Praça da Saudade, uma seara de negros forros mais conhecida por Costa d'África, e ali os negros se permitiam toda sorte de danças e batuques (Monteiro, 1964, p. 115).

Mário Ypiranga, no primeiro volume do livro “História da Cultura Amazonense”, publicado em 1977, explica que, inicialmente, na região do Amazonas, apenas aspectos herdados do catolicismo estavam presentes religiosamente e que as religiões de matriz africana só chegariam no Amazonas “muito mais tarde” e que as religiões de matriz africana já possuíam muitos aspectos do sincretismo com o catolicismo e aspectos africanos, sem tantos aspectos indígenas: “O sincretismo religioso conhecido pelo nome genérico de candomblé, batuque, nos primórdios, e hoje muito alterado, é, exclusivamente, africano, composto também por duas bandas, original nativa e cristã” (Monteiro, 2016, p. 300).

Segundo Chester E. Gabriel (1985), os batuques vieram principalmente do Pará e do Maranhão, mas aqueles encontrados em Manaus não possuíam muitas semelhanças com o dessas regiões. O batuque em Manaus era caracterizado pelo bater de tambor e não havia seções como nos centros de Umbanda, além de possuírem festas durante os períodos do ano em que ocorriam festas para os Santos Católicos e cultuavam os orixás (Gabriel, 1985, p. 111).

No segundo volume do livro “História da Cultura Amazonense”, publicado em 1998, Mário Ypiranga explica novamente sobre a baixa presença negra no Amazonas, atribuída aos nordestinos vindos para a extração da borracha, especialmente do Maranhão, Sergipe e Bahia. Esses nordestinos, majoritariamente negros, formaram a chamada “Costa da África”, descrita por Mário Ypiranga da seguinte forma: “Foram localizados na região chamada Costa da África, em Manaus, vizinha à Praça da Saudade. Aquele grupo deu o que fazer à polícia da época com as suas reuniões religiosas que acabavam quase sempre em baderna” (Monteiro, 2016, p. 513). Essas reuniões religiosas não são especificadas, mas, por gerarem confronto com as forças policiais da época, poderiam vir a ser reuniões de religiões de matriz africana.

Mário Ypiranga explica que, além dos aspectos do sincretismo com o catolicismo já presentes ao chegar no Amazonas, as religiões de matriz africana se misturam com a pajelança indígena:

Para uma análise fria do acontecido, que continua exposto atualmente com a introdução da Umbanda, a degenerescência é fato comprovado porque não



somente na religião como nos costumes o africano e seu descendente não puderam sustentar a sua cultura nem muito menos aspectos dela, frente à absorvente cultura indígena-portuguesa (Monteiro, 2016, p. 518).

A presença da pajelança em Manaus durante os períodos 1904 e 1940 também é estudada por Adriano Tenório (2021). Em sua pesquisa de mestrado, ele menciona que a pajelança no ambiente urbano era encontrada majoritariamente em bairros pobres, com uma ampla população racializada, como o bairro da Cachoeirinha. A Pajelança era utilizada, em sua maioria, para cura — no entanto, esses atos eram extremamente discriminados e perseguidos pelos jornais da época.

Mário Ypiranga, então, fala sobre a presença do tambor como um aspecto da cultura negra no Amazonas, que foi proibido durante determinado período:

Em Manaus, na década dos vinte, a oligarquia Rego Monteiro proibiu drasticamente o uso dos tambores tanto nos batuques como nos Bois-Bumbás. Para aqueles, principalmente, houve até arrasamento de terreiros (da conhecida Mãe Joana, na Cachoeirinha) e para estes a proibição inclusive de circulação nas ruas centrais por causa dos atritos costumeiros, brigas e facadas (Monteiro, 2016, p. 519).

Mãe Joana, mencionada na citação, é uma figura famosa, a quem muitas vezes é atribuído o papel de umas das precursoras dos cultos pretos na cidade de Manaus. Contada brevemente por Chester E. Gabriel, que utiliza como fonte os escritos de Geraldo Pinheiro:

O centro de Batuque mais antigo, localizado no bairro do Morro da Liberdade, foi iniciado por Joana Maria da Conceição, familiarmente conhecida como Joana Gama. Nascida em São Bento, pequena cidade do interior do Maranhão, ela fora iniciada na famosa casa de culto de São Luís do Maranhão, a Casa de Nagô, por Mãe Josefa, líder daquele centro, africana de nascimento. Todas as fontes de informação concordam em que a casa de culto fundada por Joana Gama, em Manaus, é de fato a mais antiga da cidade. A data exata da sua fundação não é conhecida, mas calcula-se que tenha sido por volta de 1900 (Gabriel, 1985, p. 147).

No texto de Monteiro, ele afirma que o terreiro de Mãe Joana está localizado na Cachoeirinha, já Chester E. Gabriel alega ser no Morro da Liberdade; essa divergência provavelmente ocorre devido à proximidade desses bairros.

Segundo Tenório (2021), Mãe Joana era conhecida na cidade, e seu nome, ao ser mencionado em notícias dos jornais, vinha seguido do termo “célebre”. Em sua pesquisa, entre os casos de polícia envolvendo Mãe Joana, o autor encontrou um artigo do ano de 1926, no qual se noticiava que a polícia fechou o local de culto de Mãe Joana devido às denúncias dos moradores. Na notícia, é possível notar que o local era vigiado pelas



autoridades policiais, mas o nome de Mãe Joana não estava entre os presos (Tenório, 2021).

O próximo livro a ser analisado é o “Cultos de santos & festas profano-religiosas”, publicado em 1983. Nessa obra Mário Ypiranga apresenta um vasto material sobre religiões de matriz africana em Manaus. Nela, o autor pretende apresentar a origem e as formas como são realizados diversos festejos em homenagem aos Santos na cultura amazonense, também explora como essas festas possuem aspectos cristãos misturados com aspectos da cultura negra e indígena. O livro é ricamente ilustrado com imagens produzidas pelo próprio autor durante sua pesquisa e possui uma descrição etnográfica das festas para as quais o autor realizou pesquisa de campo.

Logo no início do livro, na seção de “Dedicatória e agradecimentos”, o autor faz uma dedicatória para duas Mães de Santo, com o seguinte texto, “Mãe Hortênsia da Natividade e Mãe Joana Galante foram duas criaturas maravilhosas que passaram pela vida semeando benefícios através seus credos e suas atividades de orixás Que a tranquilidade de Aruanda lhes seja eternamente propícia.” No momento da publicação do livro, Mãe Joana Galante já estava falecida.

Sobre Mãe Hortênsia não foram encontrados escritos, mas a respeito de Mãe Joana Galante existe uma pequena biografia em um livro de 1985 sobre os bairros de Manaus, feito pelo Governo Gilberto Mestrinho, chamado “São Jorge: dos Santos e dos Orixás”. Segundo o livro, o nome verdadeiro de Mãe Joana Galante era Joana Almeida dos Anjos. Ela veio do Pará e se estabeleceu na Rua Leonardo Malcher, n.º 171. Ganhou o apelido de “Galante” por ter sido “madrinha” e patrocinadora do boi-bumbá “Galante”, do Boulevard Amazonas. Em 1947, recebeu do Dr. Leopoldo Neves a doação de um terreno localizado no Morro das Corujas (São Jorge), onde ela estabeleceu seu terreiro, localizado em diagonal à ponte de São Jorge, na Rua Humberto de Campos (Abreu; Silva; Marques, 1985). Esse trecho demonstra como Mãe Joana Galante possuía prestígio social e a ligação entre festas de boi e as religiões de matriz africana.

O terreiro de Mãe Joana Galante se chamava “Centro Umbandista São Sebastião”. As festas para São Sebastião realizadas pelo terreiro, segundo Moacir Couto de Andrade (1978), atraíam grandes multidões e alegavam que Mãe Joana Galante era conhecida e estimada em toda Manaus (Andrade, 1978, p. 71).

Mário Ypiranga explica, no capítulo inicial do livro, denominado “Crendices”, que essas festas em homenagem aos santos ocorrem há muito tempo, aparecendo nas fontes utilizadas pelo autor desde cerca de 1700. Nessas festas, já existiriam aspectos de



sincretismo, como em uma festa realizada para São Benedito, descrita em um texto publicado em 1892 por um viajante francês chamado Oliver Ordinaire.

Mário Ypiranga explica que a devoção a São Benedito começou a ocorrer de forma ostensiva durante o século XIX, com a chegada dos imigrantes maranhenses, que trouxeram consigo o candomblé, que no Amazonas foi denominado batuque, e começaram a viver na região denominada “Costa d’África” (Monteiro, 1983).

No livro, há um calendário no qual o autor lista a data, local e a vertente religiosa em que a festa ao santo é realizada, apresentando as festas com religiões afrodescendentes que ocorriam em Manaus. As principais festas que ocorriam em terreiros eram as festas de São Sebastião, São Lázaro, Divino Espírito Santo, São Jorge, Nossa Senhora da Conceição e São Cosme e Damião. Os bairros onde estavam os terreiros estudados por Mário Ypiranga eram: São Jorge, Cachoeirinha, São Lázaro, São Francisco, Raiz, Avenida Duque de Caxias e Morro da Liberdade. Esses terreiros pertenciam à Mãe Joana Galante (São Jorge), Mãe Zulmira (Cachoeirinha), Mãe Angélica (Cachoeirinha), Mãe Miguelina (Praça 14), Mestre Zilmo da Silva Cordeiro (São Francisco), Senhor Geraldo (São Lázaro), Senhor Ermínio Cavalcante do Rosário (São Francisco) e Centro Umbandista Bom Jesus de Nazaré (Raiz). O Centro Umbandista Bom Jesus de Nazaré é o único para o qual Mário Ypiranga não informa o nome da liderança.

O autor então realiza descrições mais aprofundadas de algumas festas em terreiro, nas quais ele havia feito trabalho de campo. A primeira é a festa do Divino Espírito Santo, que ocorria no terreiro do Mestre Ermínio Cavalcante do Rosário, localizado no bairro de São Sebastião. Mestre Ermínio incorporava uma entidade denominada Caboco Roxo e outro chamado Dom João Soleira; seu orixá seria Ogum. Nessa festa, observou aspectos de origem indígena, cristã e nagô. Mário Ypiranga descreve parte da preparação da festa da seguinte maneira:

A tiração do mastro é realizada no dia 12 de abril com a presença obrigatória de todos os Juízes. Um caminhão leva o pessoal ao mato próximo. Aqui pedimos vênica para encaminhar nova especulação, está totalmente mágica, coadunada virtualmente com a sensibilidade do ritual amazonindio. O mestre Ermínio para entrar na mata pede antes licença a um nume ou a um deus protetor. A princípio ele não desejava explicar essa parte mas eu forcei declarando-lhe que conhecia toda a cerimônia do pajé, cerimônia resumida aqui, mas explicada em livro meu: antes de penetrar na mata para tirar madeira o Índio se imuniza, humilhando-se e prometendo dádivas (potáguas) ao deus departamental. Suborna o deus porque todo deus é subornável, oferecendo-lhe tabaco (o tabaco possui a virtude de “cortar”). Quando sai não deve olhar para trás. Dal que o mestre Ermínio não procrastinasse mais e esclarecesse que se pede licença a Ogum da Mata, derramando-se cachaça em cruz e pronunciando-se as seguintes palavras sacramentais: “Ogum, meu pai, permissão e que Deos cajá que brinca Tupã”. Um quiasmo tremendamente



perigoso com a intervenção de Tupã. Terminada esta arenga derrama-se cachaça em cruz sobre a madeira escolhida e acende-se três velas no local em que esteve o pau, fazendo antes a limpeza do terreno. Dizia mestre Ermínio que a realização desse cerimonial era para evitar que aconteça alguma coisa aos presentes, como ferimentos, lacerações, mordida de bichos peçonhentos, ou mesmo que o pau caindo atinja alguém. As palavras do peditório são ditas em língua Arumã. O pau é derrubado pelos homens e a casca retirada pelas mulheres sem nenhuma tradição vinculada às fases da lua. Pelo menos de dezesseis a vinte dias antes do cerimonial (Monteiro, 1983, p. 168).

Outra festa descrita com detalhes é a festa para São Lázaro, realizada no bairro da Cachoeirinha pelo Pai de Santo Zilmo da Silva, em cuja casa ocorre o “banquete dos cachorros”. Mário Ypiranga descreve a festa da seguinte maneira:

A comida oferecida aos cães é de origem baiana, constituída inicialmente de oferenda de pipocas em profusão atiradas por mestre Zilmo à volta da grande sala a fim de contentar os ares e descarregá-los de possíveis influências contrárias. O babalaô se dirige constantemente a Omulu (São Lázaro) e procede ao banquete: arroz com camarão arnalam, feijão fradinho. Nada de bebidas. Dessa comida comem apenas dois inocentes, sentados diante do renque de velas acesas fora do peji, no salão, depois são servidas as “festas” e no fim as pessoas admitidas no recinto amplo com trincheiras para os observadores visitantes e céu forrado de um sistema de papel frocado em cores (Monteiro, 1983, p. 259).

Segundo Ferretti (2011, p. 256), “o Banquete dos cachorros é uma cerimônia em homenagem a São Lázaro, uma forma de pagamento de promessa realizado na Casa das Minas, em outros terreiros ou em casa de particulares”. Mário Ypiranga (1983) explica que essa obrigação é feita pelo pai de santo há quinze anos, mas que andava ganhando cada vez mais adeptos ao longo dos anos. Em seguida, menciona que as festas a São Lázaro com o banquete dos cães ocorrem em Manaus desde 1900. Essa é a última descrição aprofundada de uma festa de terreiro no livro.

Também analisei as correspondências recebidas e emitidas por Mário Ypiranga, com o objetivo de encontrar alguma correspondência trocada com alguns dos líderes de terreiros citados no livro “Cultos de santos & festas profano-religiosas”. Infelizmente, não tive êxito em encontrar correspondências desses sujeitos específicos, mas encontrei cartas nas quais Mário Ypiranga explica algumas das referências de seus livros de maneira mais aprofundada.

Uma das correspondências foi enviada para Abguar Basto, um intelectual, jornalista e literato de Belém, também integrante da Academia do Peixe Frito (Reis, 2020, p. 130), e que pesquisava sobre as religiões de matriz africana, inclusive citando Mário Ypiranga como um dos dedicados em seu livro “Os cultos mágicos religiosos no Brasil”, de 1979. Na carta de 14 de janeiro de 1980, Mário Ypiranga alega ter lhe enviado fotos de rituais de candomblé de Manaus e matérias desses rituais; em seguida, na mesma



correspondência, Mário Ypiranga envia textos para ajudar Abguar a situar-se no seu livro “Cultos de santos & festas profano-religiosas”. Nessas notas, informa sobre a região aos redores da atual “Praça da Saudade”, antes chamada de “Costa d’África”, pois ali estavam localizados vários negros vindos do Maranhão em 1870. Ele menciona que lá existia um “ritual dos negros”, mas não se sabe muito sobre esses rituais.

Nessas notas, Mário Ypiranga também conta que, em 1900, existia no bairro da Cachoeirinha uma mulher originária da Casa da Mina do Maranhão, chamada Mãe Joana, que possuía um terreiro e que esse terreiro foi desmontado de forma violenta pela polícia Militar e Civil em 1923, no governo de César do Rego Monteiro.

Mário Ypiranga comenta a notícia do jornal “O Tempo”, de 14 de janeiro de 1917, que diz: “No cemitério de São José, por ali anda feitiçaria”, na qual se realiza a “denúncia” de “objetos estranhos” encontrados no portão do cemitério, como “uma galinha depenada, com o corpo crivado de alfinetes e enrolado em folhas verdes de uma planta que tem o nome de mucura-caá, muito conhecida dos feiticeiros e que nossos caboclos proclamam, usados em banhos, um magnífico preservativo contra a urucubaca”. No jornal é explicado que não foi possível identificar o autor da “mandinga”, pois provavelmente era feita de madrugada, mas que moradores começaram a vigiar com o objetivo de descobrir. Esse cemitério foi fechado após a inauguração do Cemitério São João Batista e, em seguida, aterrado, correspondendo ao local do atual Alético Rio Negro Clube, em frente à Praça da Saudade (Loureiro, 2015, p. 29).

Mário Ypiranga cita outras notícias do período de 1917, informando a localização de terreiros, como o Batuque no Igarapé do Teiú, denominado “São Jorge”, da preta Maria Oliveira, citada no jornal “Gazeta da Tarde” em 1917. O Igarapé do Teiú era mais conhecido como Igarapé da Cachoeira Grande ou de São Raimundo e grande parte dele foi aterrado durante o Governo de Eduardo Ribeiro em 1893; a outra parte agora é conhecida como igarapé do Mindu (Rovere; Crespo; Velloso, 2002). Mário Ypiranga também cita o Terreiro de Santa Bárbara, localizado no bairro de São Raimundo, de propriedade de Antônia Maria de Conceição.

Em carta enviada para Pedro Ubiretan de Lemos em 1 de junho de 1957, Mário Ypiranga responde a um questionário sobre a região do Amazonas. Na questão “Sobre o folclore?”, Mário Ypiranga comenta sobre o batuque da Mãe Joana, descreve como o terreiro na Cachoeirinha foi destruído pela polícia e que, após tal acontecimento, surgiu uma “lenda” popular de que ela teria feito a promessa de que o governo de Rego Monteiro não duraria muito. E de fato não durou, caindo pouco tempo depois, em 23 de julho de



1923. Mário Ypiranga finaliza expondo que os terreiros mais famosos no momento do envio da carta são os da Mãe Joana Galante, no Bilhares, e o Centro Africano Eiei Pandá, localizado na Cachoeirinha.

Em uma carta de 30 de junho de 1957, para Pedro Ubiretan de Lemos, que teria solicitado “material de macumba”, Mário Ypiranga alegar ter enviado uma foto da noite de 20 de janeiro de 1954, quando participou da festa de estreia do terreiro de candomblé da Mãe Joana Galante, no Bilhares. Ele relata que, no momento do envio da carta, em 1957, o terreiro já estava bem maior e então comenta que, durante esse período, ocorreu um aumento de terreiros em Manaus, como o da preta Antônia Lobão, no Seringal Mirim, e terreiros presentes no São Jorge, na Cachoeirinha, São Sebastião dos Bilhares, assim como nos arredores da cidade. Ele também menciona o Centro Africano Eiei Pandá — este um local sobre o qual ainda não consegui identificar maiores informações. Ainda na carta, Mário Ypiranga afirma que o terreiro mais conhecido da cidade era o da Mãe Joana Galante, mas o mais “sério” seria o Centro Africano Eiei Pandá. E, por fim, alega que os estudiosos sobre esse assunto são ele próprio, André Araújo, Geraldo Pinheiro e Nunes Pereira.

Com essa informação, dei início à pesquisa das obras de André Araújo. O primeiro livro analisado foi o “Introdução à sociologia da Amazônia”, de 1956, no qual o autor afirma, no capítulo nomeado “Um caso de afro-bantologia quibunda em Manaus”, que está realizando estudos pelos batuques de Manaus. No texto, ele alega que grande parte dos negros encontrados nos terreiros de Manaus são, na maioria, Mina-Gêge e que, em suas pesquisas, descobriu que os terreiros são frequentados predominantemente por negros africanos nagô. André Vidal então escreve sobre uma senhora vinda de Angola, chamada Guilhermina Monteiro de Lima, a qual teria contribuído para a formação da macumba na parte do igarapé da Raiz, localizado no bairro da Raiz. Seu interesse em Guilhermina se deve à busca de compreender a influência do bantu no linguajar dos terreiros de Manaus. Sobre sua pesquisa, Vidal declara que:

Esta tentativa é a consequência da dedução a que cheguei de que o quimbundo, como dialeto banta, teve sua contribuição no linguajar amazônico das macumbas do Igarapé da Raiz (...) Levantei este documentário a fim de que se estude melhor de parilha com o iorubá, as línguas, cousas, culinárias afronegras dos batuques do Amazonas (Araújo, 1956, p. 53).

Ainda a respeito de Guilhermina Monteiro, André Vidal explica que ela nasceu em Luanda e foi trazida para o Brasil por Dona Alzira Araújo para residir ao lado da rua “Porto Alegre”, em Manaus. Guilhermina, ao ser entrevistada, tinha cerca de 80 anos, era



cozinheira e ainda falava quimbundo, dialeto que era o interesse do autor naquele momento. A este respeito, Araújo resume a história das línguas bantu, desde a vinda desse dialeto com os escravizados para o Brasil. Ele também apresenta uma lista sobre como é pronunciado e o vocabulário que ele recolheu de Guilhermina, com o significado das palavras do quimbundo para o português, mas comenta que o vocabulário de Guilhermina já se encontrava “corrompido pelo português”.

André Vidal, então, se volta para a questão religiosa de Guilhermina Monteiro, pontuando que ela era amiga íntima de Mãe Joana e conhecia outras lideranças de terreiros. Vidal de Araújo afirma que Guilhermina:

Depois de muita luta, falou dos candomblés, dos terreiros de mãe Angélica, adiante da ponte da Raiz; mãe Joana, hoje Quintina, que esteve nos fundos da igreja de Sto. Antônio, no Pobre Diabo, Cachoeirinha; mãe Maria Estrela, no Seringal Mirim. Fala muito de mãe Joana, mulata escura, já morta, cujo terreiro funcionava nas matas da Cachoeirinha, igarapé da Raiz; Pedro Tartarugueiro que era um preto, também já falecido, cujo terreiro fechou, para os lados da Raiz, na zona da mãe Joana. Mãe Rosária, também velha preta. Esse terreiro era no lugar “Crespo Castro”, quase em frente de Marapatá. Mãe Efigênia, outra preta, cujo terreiro tinha funções perto de Adrianópolis, para os lados da Praça 14. Antônia Lobão, outra preta muito conhecida. O terreiro dessa era para os lados do Seringal Mirim, rumo da Cachoeira Grande (Araújo, 1956, p. 59).

No livro de Chester E. Gabriel (1985), Mãe Maria Estrela e Antônia Lobão também são citadas. Gabriel aponta que, do que se tem conhecimento, o terreiro liderado por elas era o terceiro mais antigo de Manaus:

Chama-se Terreiro Santa Bárbara. O centro foi fundado por Maria Rita Estrela da Silva. Dizem que era filha de escravos, nascida e criada em São Luís do Maranhão, onde era membro da Casa das Minas, uma das mais famosas casas de culto daquela cidade. Ela veio para o Amazonas, acompanhando uma família que se mudara de São Luís para Manaus, um pouco antes de 1908, e logo estabeleceu um Batuque nessa parte de Manaus chamada Seringal-Mirim. Sua companheira nesse empreendimento foi Antônia Lobão, que também fora escrava, quando menina, em Codó, no Maranhão. As duas trabalharam juntas durante anos, cuidando Maria Estrela dos aspectos culturais e Lobão das questões materiais (Gabriel, 1985, p. 147).

É importante ressaltar que o terreiro de Santa Bárbara ainda existe e se encontra sob comando de Pai Ribamar de Xangô, mas, infelizmente, o bairro de Seringal Mirim foi quase todo destruído durante a década de 1980 pelo Governo de José Lindoso, que desapropriou as terras para construção de um “Museu da Borracha”, o que nunca ocorreu. O local onde era o Seringal Mirim hoje se tornou uma subestação de energia da Amazonas Energia e resta apenas a memória da população negra que ali viveu. Essa memória persiste como resistência de uma história negra que foi apagada pelo poder público (Ambrosio; Araújo, 2023).



Chester E. Gabriel também comenta, a partir dos escritos de Geraldo Pinheiro, sobre Mãe Efigênia e Pedro Tartarugueiro. Mãe Efigênia, vinda do Maranhão, estabeleceu seu terreiro por volta de 1906 e 1910 e foi iniciada em Manaus por Pedro Tartarugueiro, sobre o qual Gabriel afirma não ter muitas informações, apenas que era discípulo de Mãe Joana. Sobre Mãe do Rosário, é dito que só possui a informação de que seu terreiro era considerado o quarto mais antigo da cidade e de que ela era mineira. Araújo (1956), ao pontuar sobre a proeminência da casa de candomblé de Mãe Joana, conta de seu filho de santo, Pedro Tartarugueiro, que fundou outro terreiro, mas este também já estava falecido, e comenta que a sucessora mais hábil de Mãe Joana foi uma mulher negra chamada Quintina, que estava com seus quarenta anos.

Sobre Mãe Quintina, Chester E. Gabriel menciona que, por volta de 1943, ela foi substituída por Mãe Zulmira Gomes, que dirigia o centro até o período de sua pesquisa, em 1977 (Gabriel, 1985). Uma pequena biografia de Mãe Zulmira é encontrada em um livro sobre os bairros de Manaus, publicado no Governo Amazonino Mendes, no qual é dito que seu nome era Zulmira Astrogilda Alves, nascida em Manaus, em 1928, era funcionária de Saúde Pública e exercia a função de auxiliar de laboratório. Seu terreiro se chamava “Terreiro de São Lázaro” e se encontrava na rua Vasconcelos Chaves. Tinha sido a ogã principal da Mãe Joana Galante, foi iniciada no Maranhão e possuía dois pais na cabeça: Zé Raimundo e moço Meméia Caviuçu (Abreu; Silva, 1987).

Voltando ao livro de André Vidal, no capítulo “Um caso de afro-bantologia quimbunda em Manaus”, ele continua descrevendo as cerimônias, os objetos utilizados, o que se bebia durante as cerimônias, os despachos, os banhos e sobre a incorporação dos Santos. Ele também explica rapidamente sobre a Jurema, dizendo ser uma árvore trazida de Pernambuco, que os pernambucanos vendiam para os trabalhos com sentido religioso, mas também para o boticário. Então, descreve rapidamente uma sessão de Jurema e faz um pequeno dicionário do vocabulário da Jurema e do candomblé (Araújo, 1956).

André Vidal finaliza o capítulo explicando sobre a culinária de Guilhermina e alega que ela não possui costumes de pureza africana de forma geral, mas que era importante registrar seu caso para a sociologia do Amazonas, mesmo que não houvesse completa “pureza africana” em seus hábitos (Araújo, 1956).

André Vidal retoma o tema das religiões de matriz africana em Manaus no capítulo “Magia e Medicina”, no qual comenta sobre a pajelança, que, segundo ele, é usada para fins medicinais. Vidal descreve brevemente como ocorrem as cerimônias de pajelança, que apresentam um grande sincretismo religioso com o espiritismo e a umbanda. Ele



afirma que: “Toda essa mística representa um acervo recebido dos antepassados dos caboclos. Hoje se sente um acentuado volume no sincretismo religioso com o espiritismo, com o círculo esotérico do pensamento e com o Umbandismo” (Araújo, 1956, p. 396).

Outro livro de André Vidal analisado para esta pesquisa foi “Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação”, de 1974. Em um capítulo nomeado “As comunidades”, o autor lista os bairros pobres de Manaus. Em outro capítulo, ele comenta que esses são os bairros onde as religiões de matriz africana estão mais presentes na cidade.

No capítulo nomeado “Aspectos religiosos e algumas festas populares de Manaus”, André Vidal fala sobre as religiões de matriz africana na capital. Ele afirma que desde remotos tempos havia terreiros na cidade e descreve de forma resumida sobre as divindades, os fetiches e os alimentos sagrados. Também cita o nome de famosos pais e mãe de santos e onde a maioria dos terreiros se localizavam:

Pedro Tartarugueiro, Mãe Rosária, Mãe Efigênia, Antônia Lobão, Mãe Angélica, Mãe Quintina, Mãe Maria Estrela, foram outras personalidades que o povo estimou. Todos esses terreiros circundam a cidade, pelos bairros pobres: Raiz, Cachoeirinha, Caminho de Marapatá, Praça 14, Seringal Miri, Adrianópolis (Araújo, 1974, p. 241).

### **Considerações finais**

Por meio desse trabalho, foi possível analisar o amplo acervo sobre as religiões de matriz africanas presente nos trabalhos de Mário Ypiranga Monteiro e André Vidal de Araújo, importantes pesquisadores da história de Manaus. Em seus trabalhos, encontramos uma catalogação comum nos estudos culturais desse período. Em seus respectivos objetivos de entender sobre a cultura amazonense, eles enxergam as religiões de matriz africana como uma expressão religiosa popular em Manaus. Além disso, em seus trabalhos, observam-se as principais lideranças religiosas daquele período e como a maioria dos terreiros estavam localizados em bairros importantes para a história da formação urbana em Manaus. Com isso, é possível notar como a história urbana manauara está intrinsecamente ligada à história das religiões de matriz africana, história urbana que, nos folhetins oficiais do Estado do Amazonas, possui um projeto claro de apagamento e desvalorização.

Embora as produções dos intelectuais mencionados neste trabalho tenham sido elaboradas no contexto de um desejo de uma formação da identidade amazonense, e por isso apresentam representações e descrições de questões culturais das religiões de matriz



africana, seus escritos podem ser utilizados como uma espécie de “cavalo de santo”, isto é, como mediadores para a compreensão e lembrança dos antepassados citados em seus trabalhos — a exemplo de um terreiro citado por Márcio Goldman (2011), que utilizava os escritos de Roger Bastide para compreender seu passado. Não por uma questão acadêmica, mas por questões da ancestralidade, pois Bastide havia entrado em contato direto com grandes sacerdotes e sábios das religiões de matriz africana. O costume de entrar em contato com a possessão divina permitiria que esses autores compreendessem um conhecimento que não era deles, como “médiuns” ou “cavalos”, que transportavam a palavra — que significa força e ação (Goldman, 2011).

Este trabalho buscou apresentar os vestígios das religiões de matriz africana em Manaus presentes no trabalho de Mário Ypiranga Monteiro e André Vidal de Araújo, bem como destacar a cultura afrodescendente na região, ampliando o conhecimento sobre a diversidade religiosa e social presente na cidade, estimulando pesquisas sobre a presença negra no Amazonas, um campo que está sendo cada vez mais estudado. Esta pesquisa é apenas um ponto de partida para entender a formação das religiões de matriz africana em Manaus durante o período de 1959 a 1998, visto que o trabalho desses intelectuais apresenta um panorama limitado — considerando o espaço deste artigo e até mesmo as pesquisas de outros autores, como Moacir Couto de Andrade — e que necessita ser cruzado com outras fontes.

**Data de Submissão:** 20/09/2023

**Data de Aceite:** 31/10/2023

### Fontes

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à sociologia da Amazônia**. Manaus: Editora Sergio Cardoso e cia LTDA, 1956.

ARAÚJO, André Vidal. **Sociologia de Manaus**: aspectos de sua aculturação. Manaus: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1974.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Catedral Metropolitana de Manaus**. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1958.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Correspondência para Abguar Basto**. 14 de janeiro de 1980. Localizada no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Correspondência para Pedro Ubiretan de Lemos**. 1 de junho de 1957. Localizada no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.



MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Correspondência para Pedro Ubiretan de Lemos**. 30 de junho de 1957. Localizada no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História da Cultura Amazonense**. V. I e II. Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro do Folclore Amazônico**. Tomo 1. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1964.

### Referências bibliográficas

ABREU, Ângela; SILVA, Clair Ferreira da. **Cachoeirinha**. Manaus: SECOM, 1987.

ABREU, Ângela; SILVA, Clair Ferreira da; MARQUES, Orlene. **São Jorge: dos Santos e dos Orixás**. Manaus: SECOM, 1985.

AMBROSIO, Nicolay; ARAÚJO, César Alberto. Lavadeiras negras do Seringal Mirim foram apagadas pelo racismo ambiental. **Amazônia Real**, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/lavadeiras-negras-do-seringal-mirim-foram-apagadas-pelo-racismo-ambiental/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

ANDRADE, Moacir Couto de. **Alguns aspectos da antropologia cultural do Amazonas**. Manaus: Casa Editora Madrugada, 1978.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Mestiçagem e tropicalismo no pensamento amazônico: Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Ferreira Reis e Ypiranga Monteiro. In: QUEIRÓS, César Augusto (org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Valer, 2020.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Fugido, ainda que sem motivo”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888). In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora: Açáí, 2011.

COSTA, Valéria; GOMES, Flávio (orgs.). **Religiões negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2016.

COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do saber: Nunes Pereira e as culturas amazônicas**. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais – Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos imortais do Amazonas: dicionário biográfico**. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore no Amazonas**. Manaus: Edua, 2015.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Comida ritual em festas de Tambor de Mina no Maranhão. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, p. 242-267, abr./jun. 2011.

GABRIEL, Chester E. **Comunicações dos espíritos: umbanda, cultos Regionais em Manaus e a dinâmica do transe Mediúnico**. Edições Loyola, 1985.

GOLDMAN, Marcio. Cavalos dos deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 54, n. 1, p. 407-432, 2011.



LOUREIRO, Antônio José Souta. **Um passeio pelas praças de Manaus**. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2015.

MELO, Patrícia Alves. Rompendo o silêncio sobre a presença negra no Amazonas. Um breve balanço historiográfico. *In*: QUEIRÓS, César Augusto (org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Valer, 2020.

MOREIRA, Jeidson Eduardo Mendes; ANDRADE, Aldair Oliveira de. Apontamentos sobre influências filosóficas em escritos de André Vidal de Araújo. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/16065>. Acesso em: 01 set. 2023.

POZZA NETO, Provino. Alforrias escravas na Província do Amazonas. *In*: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora: Açáí, 2011.

REIS, Marcos Valério. Terra de Icamiba de Abgvar Bastos e a fundação do romance amazônico. **Projeto História**, v. 73, p. 128-153, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/55362>. Acesso em: 10 set. 2023.

ROVERE, Ana Lúcia Nadalutti La; CRESPO, Samyra (superv.); VELLOSO, Rui (coord.). **Projeto GEO Cidades: relatório ambiental urbano integrado: Informe GEO Manaus**. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

SANTOS, Edmar Ferreira. Na esteira do terreiro: religiões afro-brasileiras e associativismo na Bahia (1930-1970). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 67, p. 276-308, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/50670>. Acesso em: 12 out. 2023.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA NETO, Manoel Aires da. A presença de migrantes nordestinos no Vale do Rio Branco. **EXAMÁPAKU**, v. 4, n. 1, p. 1-6, 2011.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Editora Vozes, 1988.

SOUZA, Fabrício Magalhães de. **A formação da crítica literária acadêmica amazonense e seus itinerários pela poesia lírica do Amazonas (1982-2010)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

TENÓRIO, Adriano Magalhães. **Pajelanças e Cultos Pretos em Manaus (1904 a 1940)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1995.

# ENTRE CONFLITOS E ACOMODAÇÃO: A LEI DO ARROCHO SALARIAL E A JUSTIÇA DO TRABALHO

BETWEEN CONFLICTS AND ACCOMMODATION: THE LAW OF SALARY COMPRESSION AND LABOR COURT



VITÓRIA DE OLIVEIRA BARROSO ABUNAHMAN\*

## Resumo

Este artigo tem como proposta analisar como a Lei 4725 de 1965, conhecida no meio sindical como lei do arrocho salarial, foi recepcionada pela Justiça do Trabalho. Através da análise de jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro, descobrimos que os dois maiores Tribunais do Trabalho do Brasil manifestaram-se de forma divergente quanto à aplicação da lei. O Tribunal do Rio de Janeiro (1ª Região) aplicou as novas determinações salariais sem maiores questionamentos, enquanto o Tribunal de São Paulo (2ª Região) declarou a lei inconstitucional e continuou a julgar conforme os critérios anteriores. Ao longo do artigo, veremos como a Justiça do Trabalho lidou com as divergências dentro do seu corpo de juízes e funcionou como um importante intermediário para a aplicação da política do arrocho através da validação da Lei 4725 pela publicação do prejudgado número treze pelo Tribunal Superior do Trabalho.

**Palavras-chave:** Justiça do Trabalho, ditadura civil-militar, sindicato.

## Abstract

This article aims to analyze how law 4725/1965, known in trade union circles as the wage tightening law, was received by the Labor Court. Through the analysis of large circulation newspapers in Rio de Janeiro city, we discovered that the two largest Labor Courts in Brazil expressed divergent opinions regarding the application of the law. The Court of Rio de Janeiro (1<sup>st</sup> Region) applied the new salary determinations without further questioning, while the Court of São Paulo (2<sup>nd</sup> Region) declared the law unconstitutional and continued to judge according to previous criteria. Throughout the article, we will see how Labor Court dealt with divergences within its body of judges and functioned as an important intermediary for the application of salary compression policy through the validation of law 4725 and the publication of prejudgment number thirteen by the Superior Labor Court.

**Keywords:** Labor Court, civil-military dictatorship, trade union.

## Introdução

Em 13 julho de 1965 o Congresso Nacional sancionou a Lei 4725, estabelecendo novas regras para o julgamento de dissídios coletivos pela Justiça do Trabalho. Essa normativa ficou conhecida no meio sindical como “lei do arrocho salarial”, sendo o último passo do governo ditatorial para a implementação de uma política que visava o

---

\* Mestre em História no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais no CPDOC/FGV. Graduada e licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [oliveira.barroso@hotmail.com](mailto:oliveira.barroso@hotmail.com).



controle dos aumentos salariais praticados pela iniciativa privada. As primeiras medidas de controle foram executadas logo nos primeiros meses após o golpe, com as intervenções sindicais e a Lei 4330 de julho de 1964, que trazia novas regras para a realização de uma greve. Esse novo arcabouço legislativo e repressivo cerceou a atividade reivindicatória dos sindicatos, calçando um terreno fértil para a aplicação de uma política econômica que possuía em seu eixo central a redução dos aumentos salariais dos trabalhadores brasileiros.

A Constituição de 1946 instituiu ao judiciário trabalhista a capacidade de estabelecer em sentenças coletivas normas que deveriam ser seguidas por toda a categoria econômica envolvida no processo. Em termos salariais, os Tribunais Regionais do Trabalho, na resolução de um conflito entre sindicatos patronais e obreiros, detinham o poder de determinar qual seria o reajuste salarial apropriado para aqueles trabalhadores. Ao longo dos anos, foi-se firmando uma jurisprudência de que os salários deveriam ser corrigidos conforme o aumento do custo de vida. Dessa forma, ao determinar o reajuste salarial da categoria em litígio, os juízes do trabalho utilizavam como parâmetro o quanto havia crescido o custo de vida dos trabalhadores daquela região em razão do aumento da inflação. Em termos gerais, não havia um aumento real dos salários, mas sim um reajuste para poder compensar a perda do poder de compra. A nova lei inseriu nos julgamentos dos dissídios coletivos novos parâmetros para a realização dos cálculos dos reajustes salariais, o que modificou diretamente a forma de julgar da Justiça do Trabalho e causou grandes prejuízos para as classes trabalhadoras.

Apesar das discussões entre os parlamentares, no decorrer da tramitação da lei, de que a competência dos juízes do trabalho para decidir as questões nos dissídios coletivos poderia ser afetada, a normativa foi aprovada. Entretanto, não foram encerradas as discussões sobre a sua constitucionalidade. Em um artigo publicado no *Jornal do Brasil* alguns dias após a sua promulgação, destacaram-se “rumores [...] de que os juízes do trabalho não estariam contentos com a sanção da lei, pois ela feriria a autonomia dos Tribunais” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1965, p. 21).

O objetivo deste artigo é analisar os conflitos no interior da Justiça do Trabalho para a resolução da questão da constitucionalidade da Lei 4725/65. Através de pesquisas realizadas em jornais de grande circulação para compreender a repercussão da lei na mídia, foi constatado que os Tribunais do Trabalho do Brasil receberam a lei de maneira diversa. O presidente do TRT do Rio de Janeiro (1ª Região) deu declarações de que a lei reservaria ao juiz do trabalho “certa dose de liberdade ao juiz” (*Jornal do Brasil*.



Rio de Janeiro, 25 jul. 1965, p. 21). Por outro lado, o Tribunal de São Paulo (2ª Região) determinou a inconstitucionalidade da lei e julgou os processos levando em consideração o aumento do custo de vida, não adotando a fórmula de reconstituição do salário imposta pela nova lei. Em meio a divergências entre os principais Tribunais do Trabalho do Brasil, o Tribunal Superior do Trabalho declarou a constitucionalidade do diploma, encerrando o conflito e validando a legalidade da lei.

Utilizando fontes do judiciário trabalhista e de jornais, ficarão evidentes os argumentos que defendiam a lei e aqueles que eram contrários à sua manutenção, apontando os pontos de convergência e divergência com o projeto econômico iniciado após o golpe de 1964. A partir dos conflitos de concepções entre os próprios juízes e instâncias, será perceptível que a nova política de controle dos salários foi recepcionada de modo diverso pelos juízes do trabalho, dando esperanças a determinado setor do movimento sindical de que o judiciário trabalhista poderia derrubar a lei que impossibilitava a reconstituição dos salários de acordo com a inflação.

A escolha da pesquisa em utilizar fontes jornalísticas junto com documentações jurídicas partiu da necessidade de compreender de modo mais acurado os conflitos que tangenciaram a Justiça do Trabalho em um momento de ressignificação do seu funcionamento. Foram selecionados jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro que possuíam posicionamentos políticos e editoriais diversos, no sentido de compreender como a questão foi abordada pelas diferentes tendências jornalísticas, obtendo uma visão mais ampla sobre a questão. Com essa metodologia, foi possível perceber que, mesmo com abordagens diferentes, a modificação do poder normativo da Justiça do Trabalho foi uma importante pauta jornalista, reflexo da sua relevância naquele momento para a política nacional. A sua aprovação era um importante passo para a legitimação da política econômica da ditadura civil-militar.

Tendo como base a análise sobre a recepção da nova legislação salarial no campo do Direito do Trabalho, o presente estudo demonstrará que a ditadura civil-militar iniciou um processo de modificação do papel da Justiça do Trabalho no Brasil. Nos julgamentos coletivos, ocorreu um afastamento dos ideais antiliberais de controle sobre o apetite do capital e dos trabalhadores em prol da harmonia social, para uma prática ligada a uma lógica econômica que preconizava sacrificar os trabalhadores em prol do crescimento econômico. O conflito sobre a constitucionalidade da Lei 4725/65 demonstrou o momento em que os juízes do trabalho encararam a modificação de sua prática jurídica. Existiu uma disputa entre um lado do campo jurídico que sustentava a importância de controlar os



aumentos em prol do controle da inflação com outro que defendia a função social da Justiça do Trabalho de equilibrar as pretensões entre o capital e o trabalho, sem prejudicar um dos lados. Os juízes do trabalho não foram vítimas de um processo nefasto da ditadura civil-militar, mas sim partes ativas na reelaboração do seu papel em relação às novas práticas econômicas.

Nos últimos anos, ocorreu um crescimento de pesquisas no campo da História Social que tinham como objetivo estudar o funcionamento da Justiça do Trabalho e o modo como os trabalhadores e trabalhadoras mobilizaram o processo trabalhista na defesa dos seus interesses classistas. Antes interpretada como um aparelho antidemocrático, cerceador da atividade sindical e refém dos interesses dos patrões (Romita, 1999), a Justiça do Trabalho passou a ser compreendida como uma “arena de conflitos em diferentes contextos históricos, um campo de negociação entre forças sociais desiguais, mas em que os trabalhadores contavam com direitos reconhecidos sobre os mais fortes” (Silva, 2019, p. 34). Nesse sentido, a Justiça do Trabalho é interpretada como uma importante arena de luta, na qual os dominados têm como armas os direitos instituídos pela lei.

Destacam-se três características predominantes nestes estudos recentes<sup>58</sup>. O primeiro ponto é o recorte temporal, focado no chamado período democrático compreendido entre 1946 e 1964. São pesquisas estruturadas principalmente em trabalhos monográficos que realizaram generalizações sobre o funcionamento do judiciário trabalhista, com base na documentação produzida por um Tribunal Regional específico. Por fim, no intuito de compreender como a classe trabalhadora transitou e se apropriou da estrutura jurídica, o estudo das especificidades e conflitos dentro do campo jurídico é analisado de modo secundário.

Os estudos historiográficos que analisaram o funcionamento da Justiça do Trabalho durante o período da ditadura civil-militar são importantes pelo esforço de compreender a atuação dos magistrados. Larissa Correa, em um trabalho pioneiro sobre o assunto, apontou que os juízes do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo tentaram agir com certa independência diante das mudanças impostas pelo Executivo após o golpe de 1964. A historiadora destacou que “as ações judiciais que contrariavam a política

---

<sup>58</sup> Para um panorama sobre a questão ver: VANNUCCHI, Marco A.; SPERANZA, Clarice G.; DROPPA, Alisson. Direito e justiça social: a historiografia acerca da Justiça do Trabalho no Brasil. In: ENGELMANN, Fabiano (org.). **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2017. p. 151-174.



salarial do governo civil-militar, normalmente, partiam dos juizes que eram conhecidos no Tribunal por defender os interesses dos trabalhadores” (Correa, 2013, p. 292). Essas figuras, reconhecidas pelos seus pares como mais progressistas, foram pouco a pouco afastadas dos seus cargos, fortalecendo a formação de um corpo de magistrados apartados dos ideais progressistas. Dessa forma, a tendência de seguir as normas do Executivo cresceu, sobretudo porque o Tribunal Superior do Trabalho as recepcionou.

A pesquisa de Claudiane Torres (2015) também parte do princípio de que os juizes do Tribunal Regional do Trabalho buscaram manter certa autonomia perante as normas do Executivo no momento do julgamento das decisões coletivas após 1964. Ao longo da sua pesquisa, a historiadora demonstrou as dificuldades da instituição para realizar os cálculos de reajuste de acordo com a nova legislação salarial. Em meio a resultados diversos, os juizes atuaram na busca daquele que seria mais justo aos trabalhadores, marcando a sua autonomia nos julgamentos. O resultado desse movimento da magistratura afetou os julgamentos de dissídios coletivos, que passaram a contar com índices que eram ligeiramente superiores aos informados pelos órgãos oficiais. Para a historiadora, a busca dos magistrados em julgar de modo autônomo foi importante para a preservação da Justiça do Trabalho como um espaço no qual os sindicatos puderam expressar as suas demandas, em um momento de restrição das liberdades.

Seguindo a linha de que a Justiça do Trabalho funcionou como um espaço para os sindicatos reivindicarem suas demandas no período da ditadura civil-militar, tem-se o trabalho de Paulo Henrique Damião. Investigando a atuação da Justiça do Trabalho em Minas Gerais, mobilizou a ideia de que os processos coletivos foram um importante instrumento reivindicatório em um período de cerceamento dos preceitos democráticos. Damião buscou contrapor-se à noção de inércia do movimento sindical antes das explosões grevistas que ocorreram no final da década de 1970. Foi mobilizado o argumento de que a abertura de um processo coletivo no judiciário trabalhista, reivindicando reajustes salariais e novas condições de trabalho, era uma forma de resistência da classe trabalhadora às novas determinações salariais, dando continuidade às lutas dentro das limitações daquele momento político. A longo do artigo a Justiça do Trabalho foi caracterizada como “um grande empecilho para a reforma do Estado, sobretudo no plano econômico-salarial que os militares pretendiam realizar” (Damião, 2021, p.10).

Apesar das diferenças de cada pesquisa, todas elas demonstraram que, após as alterações legais impostas pela ditadura civil-militar, a Justiça do Trabalho buscou manter



certa autonomia em seus julgamentos coletivos, o que permitiu que os sindicatos conservassem um espaço de conquista de direitos. É importante salientar que essa conclusão convergiu com a reconstituição memorialística do judiciário trabalhista realizada pela historiadora Angela de Castro Gomes, tendo como base depoimentos de juízes do trabalho. Durante as entrevistas, os magistrados destacaram que o período autoritário foi “estratégico para uma melhor distribuição de renda fosse operada, especialmente via direito e Justiça do Trabalho” (Gomes, 2006, p. 65). Nesse sentido, percebe-se que esses juízes tentaram resgatar uma memória da Justiça do Trabalho pautada na defesa da justiça social, enfrentando as dificuldades de um momento ditatorial.

Através dos conflitos sobre a constitucionalidade da Lei 4725/65, é perceptível que os setores do judiciário trabalhista que defendiam a justiça social saíram perdedores no conflito, sendo vencedora a corrente que acreditava na necessidade de controlar os reajustes salariais em prol do crescimento econômico. A lei do arrocho foi aceita pela Justiça do Trabalho, desde que fosse reservado aos juízes um determinado espaço de autonomia para a aplicação dos índices enviados pelos órgãos oficiais, discussão que será aprofundada ao longo do artigo. A explanação do Tribunal de São Paulo de que a lei prejudicaria os trabalhadores, por não levar em consideração o aumento do custo de vida, não foi levada em consideração e não foi questionada no momento de decidir a sua constitucionalidade pelo Tribunal Superior do Trabalho. O arrocho foi tomado como concreto, não questionado, e a defesa não era da função social da Justiça do Trabalho, mas sim pela chamada autonomia dos juízes. Assim sendo, o texto partiu do pressuposto de que seria imprescindível aprofundar o estudo do funcionamento da Justiça do Trabalho, questionando a sua função durante a ditadura civil-militar.

A primeira parte do artigo será dedicada a estudar as principais características da política salarial implantada pela ditadura civil-militar, delineando os seus objetivos e a sua aplicação. No segundo momento, será apresentado como os dois maiores Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil, localizados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, assimilaram as modificações impostas pela Lei 4725. O Tribunal carioca foi responsável por uma adoção imediata da lei, enquanto em São Paulo o diploma foi declarado inconstitucional. Por fim, será analisado como o Tribunal Superior do Trabalho pacificou a questão, tornando vinculante a interpretação de que a lei não contrariava a Constituição de 1946.

### **Política salarial e controle inflacionário**



Antes de iniciar a discussão sobre a política salarial, é necessário fazer algumas observações sobre a caracterização da ditadura como civil-militar. A historiografia passou a qualificar o golpe de 1964 e o novo regime como civil-militar como uma forma de demonstrar que os eventos ocorridos naquele período não foram resultados de uma ação isolada das Forças Armadas. Entretanto, faz-se necessário caracterizar os setores que compunham as forças políticas que levaram à deposição de João Goulart. O trabalho segue o entendimento de René Dreifuss (1981) de que o golpe de 1964 foi um golpe de classe, no qual setores da burguesia brasileira, ligados ao capital estrangeiro e monetário, apoiaram e constituíram um regime que representava os seus interesses econômicos e políticos. Esse breve apontamento é essencial para a compreensão da política salarial imposta pós 1964, uma vez que ela representava uma política de governo que tinha como bases os interesses daquelas frações burguesas representadas pelo governo ditatorial. Segundo Edmilson Costa (1997), as diretrizes econômicas implantadas no período da ditadura civil-militar pautavam-se em um modelo voltado para a exploração predatória das classes trabalhadoras. Visando uma maior acumulação de capital, essas medidas depreciaram a força de trabalho, que passou a ser remunerada abaixo do seu valor. O cenário só foi possível devido à implantação de uma política salarial que provocava a desvalorização contínua dos salários.

As primeiras orientações econômicas foram sistematizadas com a publicação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) em agosto de 1964. O documento foi elaborado em conjunto pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e contou com um conjunto de diretrizes que visaram a recuperação econômica e controle inflacionário. Dreifuss (1981, p. 425) destacou que o principal personagem para a elaboração do PAEG foi Roberto Campos, Ministro do Planejamento, que reuniu uma equipe que contava com colaboradores ligados ao IPES/CONSULTEC. Octavio Bulhões, Ministro da Fazenda, apesar de não ter tido uma participação direta na elaboração do documento, participou das reuniões e teceu considerações relevantes para o progresso do projeto.

Campos e Bulhões representavam uma casta de economistas que foram chamados por Castelo Branco para compor o seu governo. Foram atribuídas a esses indivíduos grandes responsabilidades, sendo a principal delas a transformação do Brasil em uma grande potência econômica. Eles foram apresentados pelo governo como técnicos que tomariam medidas apolíticas que resolveriam os problemas criados pelos políticos populistas, que atuavam de modo inconsequente em nome da sua preservação política.



Seria preciso sanear o Estado dos vícios do populismo, agindo de modo “racional” e com medidas “meramente técnicas”.

A realidade dos fatos contradisse o discurso. Campos e Bulhões eram membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), órgão da sociedade civil responsável pela elaboração de políticas pautadas no interesse da burguesia nacional associado. Dreifuss (1981) apontou, ao longo da sua pesquisa, que diversas ações implementadas pelos ministros já haviam sido gestadas no interior do IPES, sobretudo como alternativas ao projeto nacionalista articulado pelas forças que compunham o governo de João Goulart. Campos e Bulhões não eram meros tecnocratas, sim “técnicos-empresários” que, em conjunto com setores da burguesia nacional, “puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados” (Dreifuss, 1981, p. 417). Dessa forma, não seria exagero afirmar que as diretrizes do PAEG e seus desdobramentos corresponderam ao atendimento de interesses particulares de setores da burguesia nacional ligados ao capital estrangeiro.

Octavio Ianni (2019) destacou que a principal meta do PAEG era a aceleração do desenvolvimento econômico do Brasil, e para isso acontecer seria essencial o controle inflacionário. O autor destacou que o principal mecanismo do governo Castelo Branco para a realização das metas apresentadas pelo planejamento seria a organização de uma política salarial baseada no controle dos reajustes e desvinculação do aumento do custo de vida. De acordo com a avaliação fornecida pelo plano, uma das principais razões para a inflação no Brasil seria a prática de ajustar os salários de forma a ultrapassar o aumento da produtividade da economia brasileira. Com isso, os princípios que norteariam a política do governo seriam:

- a) manter a participação dos assalariados no Produto Nacional
- b) impedir que reajustamentos desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário
- c) corrigir as distorções salariais, particularmente no serviço público federal (Ministério do Planejamento, 1964, p. 83)

O economista André Lara Resende caracterizou as medidas tomadas pelo PAEG em relação à política salarial como ortodoxas, marcadas pelo liberalismo e livre mercado. Nessa interpretação, uma das causas da inflação brasileira estaria ligada à tendência de categorias econômicas cujos sindicatos tinham maior poder de pressão alcançarem reajustes de salários que superavam os índices de produtividade daqueles setores. O resultado de uma majoração de salários acima daquilo que as empresas conseguiriam



sustentar seria o aumento dos preços de suas mercadorias, repassando para o consumidor as despesas. Com os preços dos produtos aumentados, seriam necessários novos aumentos salariais, girando eternamente a roda da inflação. Resende destacou que a política da ditadura civil-militar criou mecanismo que subjugou “os trabalhadores à decepção do mercado, para que suas expectativas e pretensões salariais [fossem] revistas” (Resende, 1990, p. 227).

Roberto Campos (1994) culpava diretamente a política de João Goulart pela desordem salarial, que na sua concepção, privilegiou os sindicatos que o apoiavam politicamente em detrimento de outros que não estavam organizados politicamente. Os sindicatos que se alinhavam ao governo, como os ferroviários, marítimos, portuários e petroleiros, conseguiam aumentos desvinculados da produtividade, formando uma classe de privilegiados com salários superiores, enquanto a maioria da população sofria com os impactos desses aumentos no descontrole dos preços. Com isso, o controle dos salários seria algo que beneficiaria os próprios trabalhadores brasileiros, que estariam reféns de uma “aristocracia operária” e de um governante irresponsável.

Com base em textos escritos por Campos anos antes de assumir o Ministério do Planejamento, Ulisses Rubio Urbano da Silva definiu que o pensamento do economista se pautava em uma perspectiva conservadora, fundamentada no liberalismo-desenvolvimentismo. O autor identificou críticas de Campos ao ímpeto do “povo brasileiro” para o consumo desenfreado, voltado para o “bem-estar imediato sem pensar nos dilemas que precisariam ser enfrentados para alcançar esse aumento de bem-estar futuro” (Silva, 2021, p. 23). Essa concepção pôde ser identificada na formulação das críticas voltadas para os sindicatos expostas anteriormente. Ao reivindicar aumentos salariais que não levariam em conta a produtividade do setor, os sindicatos estariam agindo de forma irresponsável, focando apenas no consumo imediato, sem considerar os impactos dessa atitude para a estabilidade da economia. Nesse sentido, seria função do Estado controlar o apetite do consumo de um povo leviano, tendo como base um planejamento técnico.

Para colocar em prática uma política que contrariasse os interesses da população em geral, Campos atentava para a “necessidade de estadistas com “nervos rijos”, capazes de resistir às demandas da população e de impor sacrifícios a setores da sociedade civil.” (Silva, 2021, p. 27). Ou seja, o projeto de crescimento econômico idealizado por Roberto Campos e colocado em prática por um governo ditatorial era permeado pela necessidade de reduzir o consumo da população brasileira em prol do crescimento da produtividade



nacional. Dessa forma, é possível caracterizar o PAEG e suas medidas como “uma política de favorecimento do capital imperialista, política essa que se assentou na superexploração da força de trabalho assalariado, na indústria e na agricultura” (Ianni, 2019, p. 31).

### **A recepção da nova política na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro**

Para controlar os reajustes salariais, o PAEG determinou a sua anualidade e a base de cálculo pautada na reconstituição salarial média dos últimos 24 meses. Essa fórmula foi elaborada por Mario Henrique Simonsen (1974), sendo considerada uma resolução técnica e matemática para a problemática, resolvendo uma equação na qual a eficiência econômica seria a principal variável. O governo e seus “técnicos-empresários” defendiam que os reajustes de salários deveriam ser definidos através da racionalidade dos números, sem a interferência das pressões políticas dos sindicatos.

Inicialmente, o planejamento determinava que a fórmula de reconstituição salarial seria aplicada aos reajustes dos setores públicos, sendo apenas uma recomendação comunicada à Justiça do Trabalho. O governo supôs que a Justiça do Trabalho seguiria os parâmetros da nova política sem a necessidade de uma lei, estimulada pelas recomendações do PAEG e pelas normas que padronizaram os aumentos do setor público. O plano foi lançado pelo governo em agosto de 1964, mas o Gabinete Civil da Presidência Militar já havia emitido a circular número 10 em junho, com o objetivo de regulamentar os aumentos salariais sob a supervisão do Governo Federal. A normativa determinou que os salários dos serviços públicos só poderiam ser reajustados anualmente, levando em consideração o salário real médio vigente nos vinte e quatro meses anteriores. Em julho de 1964 as normas da circular de junho tornaram-se lei, através do Decreto-Lei 54.018.

Ao perceber que apenas as recomendações realizadas pelo PAEG não modificariam a maneira de julgar dos juízes do trabalho, o governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 7/65 em junho de 1965, com o objetivo de regulamentar os dissídios coletivos conforme a política salarial da ditadura civil-militar. No dia 10 de junho, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem que explicava aos seus leitores que a criação da lei foi motivada pela persistência dos Tribunais em conceder reajustes relacionados ao aumento dos custos de vida (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 jun. 1965, p.11). A circunstância requeria a elaboração de um diploma legal que determinasse à Justiça do Trabalho a obrigatoriedade de aplicar, em seus julgamentos coletivos, os parâmetros da reconstituição salarial média dos últimos vinte e quatro meses. O projeto



embalou discussões acaloradas que extrapolaram os muros do Congresso Nacional, sendo os especialistas do direito do trabalho um dos principais porta-vozes desses embates.

No dia 3 de junho de 1965, o Correio da Manhã publicou no primeiro caderno uma reportagem com o título “juiz contra norma salarial do governo”, baseada em um pronunciamento do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, César Pires Chaves, sobre o Projeto de Lei 7/65. A sua argumentação era fundamentada na ideia de que o projeto enfraqueceria o poder da Justiça do Trabalho, uma vez que as suas decisões estariam sujeitas a regras que limitavam o poder dos juízes para decidirem casos concretos. Para ele a lei feria a autonomia dos magistrados trabalhistas na medida em que “o juiz não pode estar cingido a limites. O poder de julgar é livre. O poder do julgador não é arbítrio puro. Ele apenas encontra seus limites nas contingências sociais” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 jun. 1965, p. 9). Dessa forma, pode-se considerar que, de acordo com Pires Chaves, ao decidir os reajustes salariais, os juízes do trabalho colocavam na balança fatores que surgiam nas circunstâncias de cada campanha salarial, equilibrando as necessidades dos empregados com as dos patrões e com as determinações do governo. Com isso, o juiz não poderia ficar adstrito à aplicação de uma fórmula matemática no momento de julgar uma sentença coletiva, uma vez que a realidade social era mais complexa que as previsões dos números.

A partir desse pronunciamento, podemos começar a traçar as diferenças existentes entre determinados entendimentos já enraizados na prática dos juízes do trabalho e as modificações propostas pelos “técnicos-empresários” para a disseminação da política salarial. De acordo com o presidente do TRT do Rio de Janeiro, os pronunciamentos dos magistrados eram limitados pelas circunstâncias do caso, que se originaram da disputa específica entre o capital e o trabalho de cada classe profissional. Já para os “técnicos-empresários” os julgamentos sobre reajustes salariais deveriam ser limitados pela doutrina do controle inflacionário, baseada na racionalidade dos cálculos econômicos e criada com a intenção de preservar e implementar a acumulação capitalista. O julgamento dos juízes do trabalho e os princípios da “justiça social” eram um entrave para a aplicação das medidas idealizadas pelos burocratas. Era necessária a superação do paradigma da justiça social para o sucesso de uma política econômica pautada na superexploração da mão de obra das classes trabalhadoras brasileiras.

O projeto 7/65 tornou-se a Lei 4725 em 13 de julho de 1965. Após longas discussões no Congresso Nacional, que resultou na aprovação de um substitutivo que visava atenuar as pretensões governamentais, a lei foi promulgada com diversos vetos do



presidente às propostas dos parlamentares<sup>59</sup>. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o presidente do TRT do Rio de Janeiro destacou que a lei “reservou sempre uma certa dose de liberdade ao juiz” destacando que o “legislador teve como objetivo atenuar o problema inflacionário, disciplinando-o em relação ao interesse coletivo” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1965, p. 9).

Percebe-se que o juiz mudou de ideia em relação à lei após pronunciamento em junho para o jornal *Correio da Manhã*. César Pires Chaves passou a reconhecer que os novos critérios impostos pelo governo para os reajustes salariais estavam “subordinados a contingências sociais” e, nesse caso, concordava com a noção de que o controle inflacionário através do arrocho salarial seria benéfico para a população brasileira. Ficou explícito em sua entrevista que ele compreendia que as novas normas não limitariam a autonomia do judiciário trabalhista e que a única dificuldade para os julgamentos seria a realização dos cálculos de reconstituição para cada empresa.

O Art. 2º da Lei 4725 determinava que as sentenças normativas deveriam respeitar a fórmula da “reconstituição do salário real médio da categoria tendo como base os últimos vinte e quatro meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença”. O juiz poderia realizar ajustes ao índice de reconstituição amparando-se na “repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional” e na “adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e sua família”. Para a realização dos cálculos, a lei indicava que a Justiça do Trabalho poderia solicitar a colaboração do Conselho Nacional de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, e dos departamentos competentes do Ministério do Trabalho (Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, Conselho Nacional de Polícia Salarial e Departamento Nacional de Emprego e Salário). César Pires Chaves considerou que esse arcabouço não limitava o poder normativo, uma vez que permitia ao juiz “adaptar às situações” de acordo com os termos indicados anteriormente.

É evidente que o presidente do Tribunal do Trabalho do Rio de Janeiro não estabeleceu restrições em relação à alteração da forma que os reajustes salariais seriam calculados nos processos coletivos. Antes de dar continuidade ao estudo de como a lei foi recepcionada, é necessário um breve apontamento sobre a documentação em guarda pelo TRT carioca. Pouco foi preservado dos processos trabalhistas, restando apenas os acórdãos. Ou seja, somente o pronunciamento final do colegiado de juízes da segunda

---

<sup>59</sup> Para entender as discussões que ocorrerem no legislativo ver: NAGASAVA, Heliene. O **sindicato que a ditadura queria**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.



instância está disponível para consulta, não tendo o pesquisador acesso à totalidade da documentação produzida no decorrer do processo, como as provas e arguições dos advogados. Além disso, em relação ao ano da aprovação da Lei 4725 há uma grande lacuna, visto que no arquivo os acórdãos referentes aos julgamentos a partir de junho de 1965 foram perdidos. Dessa forma, não se pode contar com a documentação produzida pela instituição para mapear a recepção inicial da lei. Entretanto, como o assunto teve grande repercussão nos noticiários dos jornais, é possível reconstituir como o TRT do Rio de Janeiro tratou a questão.

No momento em que o Congresso Nacional discutia o projeto de Lei 7/65, no Estado da Guanabara, os sindicatos dos bancários, marítimos, marceneiros, tintureiros, gráficos e empregados na indústria do frio e laticínio estavam em campanha salarial, somando um total de 180 mil trabalhadores, segundo o jornal *Correio da Manhã*. Desse grupo, somente os empregados do frio estavam em processo de dissídio coletivo. A audiência de conciliação da categoria estava marcada para o dia 7 de junho, não ocorrendo um acordo com o sindicato patronal. O jornal apontou que, segundo os termos da Lei 4330 de 1964, a chamada lei de greve, o sindicato poderia declarar greve, mas o “presidente do Tribunal Regional do Trabalho endereçou apelo para que o movimento não se realizasse” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 jun. 1965, p. 9). O sindicato obreiro atendeu à solicitação de César Pires Chaves, não convocando a greve da categoria.

Segundo o Artigo 17 da Lei 4330 de 1964, caso a conciliação não fosse alcançada “os empregados poderão abandonar pacificamente o trabalho, desocupando o estabelecimento da empresa.” Segundo Fernando Teixeira da Silva (2019), antes do golpe de 1964, os sindicatos utilizavam a greve como uma ferramenta para pressionar o Tribunal do Trabalho nos julgamentos coletivos, buscando um andamento processual mais ágil. Após o golpe, Larissa Correia (2013) percebeu que a greve ainda era uma variável que interferia no andamento processual dos dissídios coletivos, o que fazia com que o TRT agisse de forma mais rápida para evitar a paralisação do trabalho. Foi observado pela historiadora que na campanha salarial dos metalúrgicos de São Bernado em 1965 o Tribunal “apressou o julgamento e desautorizou a greve, provocando um forte descontentamento da categoria” (Correia, 2013, p. 271). O julgamento do dissídio coletivo por um rito processual mais ágil era uma forma de reduzir o impacto que a paralisação do trabalho teria no momento da negociação das reivindicações do sindicato.

No julgamento dos empregados dos frios e laticínios do Estado da Guanabara, o sindicato preferiu atender ao pedido do presidente do TRT e não utilizar o poder de



barganha da greve. O julgamento do dissídio coletivo estava agendado para o dia 9 de junho, mas foi adiado por César Pires Chaves, atendendo ao pedido do presidente da Superintendência Nacional de Abastecimento, que apontou a necessidade de uma nova audiência de conciliação. Após o adiamento, Pires Chaves “considerou ilegal qualquer greve deflagrada até o novo julgamento” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1965, p. 9). Um pronunciamento autoritário do presidente do TRT, visto que a lei previa que a categoria poderia paralisar as suas atividades caso cumprisse as determinações da lei de greve, o que já havia sido verificado.

Em 19 de junho de 1965, o *Correio da Manhã* noticiou mais um adiamento do julgamento, dessa vez em razão das empresas não terem enviado informações sobre as suas folhas de pagamento. A nova audiência foi marcada para o dia 6 de julho, praticamente um mês após a primeira audiência de conciliação. Com a possibilidade de a greve ser declarada ilegal, restava ao sindicato esperar o pronunciamento do Tribunal.

No dia 3 de julho, foi divulgado no jornal *Luta Democrática* que o dissídio dos trabalhadores do setor de frios e laticínios poderia ser adiado novamente devido ao avanço do projeto de Lei 7/65 no Congresso Nacional. Em vista da promulgação da lei, o adiamento seria uma forma de evitar uma situação contraditória para o TRT. Segundo a matéria, caso o Tribunal julgasse o dissídio de acordo com a jurisprudência usual, ou seja, conforme o reajuste de acordo com o custo de vida, poderia ocasionar um desconforto com o governo, uma “atitude política, podendo parecer que o Tribunal estaria agindo, propositalmente, em desacordo com a política econômica”. A segunda opção seria utilizar a fórmula proposta pelo governo, “antecipando às exigências da lei numa aquiescência prévia, fato que não se coadunaria com a função tutelar do Direito do Trabalho” (*Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1965, p. 5). Ou seja, a reportagem aponta que o TRT do Rio de Janeiro poderia tomar três caminhos. O primeiro deles seria o menos arriscado, adiando a audiência até a promulgação da lei. Caso não ocorresse a suspensão, restaria o seguimento da fórmula do governo ou a sua contrariedade. Não se pode deixar de destacar que o jornal indicou que a aceitação antecipada da fórmula poderia caracterizar uma transgressão “à função tutelar do direito do trabalho”, visto que a sentença estaria fundamentada em um princípio que prejudicava os trabalhadores.

O Tribunal decidiu julgar o dissídio em questão de acordo com as novas regras salariais, antes mesmo da promulgação da lei, como foi noticiado no jornal *Luta Democrática* em 9 de julho, quatro dias antes da assinatura da lei pelo presidente Castelo Branco, com a manchete “TRT munda orientação nos julgamentos dos dissídios



coletivos”. Este julgamento foi uma demonstração de apoio do TRT carioca à nova política salarial, evidenciando sua posição de não se opor às diretrizes do governo. Esse posicionamento já estava sendo construído desde junho, quando o presidente da instituição, César Pires Chaves, defendeu em uma entrevista ao Jornal do Brasil que a proposta do projeto 7/65 não prejudicava a autonomia da Justiça do Trabalho. Com essa tomada de posição de um dos maiores Tribunais do Trabalho do Brasil, centralizado em um importante polo econômico, a política salarial do arrocho, liderada por Roberto Campos, ganhou uma importante base de legitimação.

O julgamento do dissídio coletivo dos trabalhadores do frio e laticínio e os pronunciamentos de César Pires Chaves indicaram que o Tribunal do Trabalho do Rio de Janeiro assumiu uma postura de cooperação com o governo na aplicação da nova política salarial. O único indício de crítica foi encontrado na entrevista do presidente da instituição ao Correio da Manhã no início de junho de 1965. Mas, no mês seguinte, Pires Chaves já havia se posicionado a favor do governo, contrariando a sua própria argumentação de que a lei rebaixaria o papel da Justiça do Trabalho e interferiria na autonomia dos seus magistrados no momento das decisões dos dissídios coletivos. Como os acórdãos do segundo semestre de 1965 foram perdidos, é difícil analisar mais de perto o impacto da lei nos julgamentos daquele ano, mas foi possível encontrar no Jornal do Brasil do dia 25 de julho de 1965 a indicação que o TRT do Rio estaria utilizando os critérios da reconstituição do salário pela média dos últimos 24 meses no dissídio coletivo dos empregados nas indústrias de artefatos de borracha e no processo coletivo dos empregados da torrefação e moagem de café do Estado da Guanabara.

### **O Tribunal do Trabalho de São Paulo: confronto e repressão**

“Tribunal reage contra suspensão de pagamentos”. Este foi o título da coluna dos sindicatos publicada no Correio da Manhã em 15 de junho de 1965. O texto da matéria revelou que o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo estava com os pagamentos dos salários dos seus funcionários, inclusive dos juízes, suspensos desde abril pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional de São Paulo. O presidente do Tribunal em exercício, o juiz Jarbas Nobre, convocou uma reunião extraordinária para discutir a questão, ocasião em que “alguns juízes consideraram o fato como uma tentativa de o Executivo federal pressionar e, assim, enquadrar a Justiça do Trabalho” devido ao fato do Tribunal paulista estar “recusando seguir a política salarial do sr. Roberto Campos no julgamento dos dissídios” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1965, p. 9). A coluna considerou



que essa situação indicaria um comportamento de interferência do Executivo no Judiciário.

Este foi o primeiro sinal de que as diretrizes econômicas do governo não foram bem recebidas em todas as instâncias da Justiça do Trabalho. Na seção anterior, foi notado que o Tribunal do Rio de Janeiro buscou pautar os seus julgamentos de acordo com as diretrizes da política econômica, além das entrevistas do seu presidente com tom elogioso às medidas legais. Já o Tribunal de São Paulo demonstrou uma postura de enfrentamento, o que, segundo a avaliação dos juízes, resultou no corte de verbas. Em uma época ditatorial, não é de se estranhar a utilização de métodos coercitivos pelo Estado para forçar a adoção de determinadas medidas pelo judiciário.

As medidas repressoras do Executivo não surtiram efeito, seguindo o TRT na batalha contra a aplicação das medidas da política salarial. Durante o julgamento do dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de Santos, o TRT de São Paulo declarou a Lei 4725 como inconstitucional, noticiando o *Correio da Manhã* que “lei de dissídios cria problemas no TRT de São Paulo” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 set. 1965, p. 2). Dessa forma, a votação realizada pelo colegiado de juízes da segunda instância da Justiça do Trabalho paulista concluiu que a lei do arrocho continha disposições que contrariavam a Constituição de 1946. Conforme a conclusão do Tribunal, se os dissídios coletivos fossem julgados de acordo com seus critérios, haveria uma violação da legalidade expressa na carta magna, o que poderia prejudicar a validade da decisão. Para entender melhor a questão, faz-se necessária a análise da argumentação dos juízes, contidas no processo coletivo dos rodoviários santistas.

A “polêmica em torno da lei dos dissídios” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 set. 1965, p. 9), como noticiou a Coluna dos Sindicatos do *Correio da Manhã* no dia 4 de setembro, foi fomentada pela decisão do TRT de São Paulo pela declaração de inconstitucionalidade da lei em 31 de agosto, com acórdão assinado pelo juiz Antonio Malgadi. A tese central do voto era que a Lei 4725 cerceava o poder normativo da Justiça do Trabalho. Em outros termos, a lei restringia o poder do juiz em decidir os critérios dos reajustes salariais, condicionando o seu entendimento às fórmulas e cálculos estabelecidos pelos órgãos do poder executivo. Essa nova condição foi considerada pela maioria do Tribunal de São Paulo como uma interferência externa ao ofício do magistrado. Foi defendido no acórdão que, ao analisar o caso concreto, os juízes tomaram a sua decisão “em conformidade com a lei, o direito, os fatos, os princípios da justiça e



segundo o seu convencimento e os ditames da sua própria consciência, sem cingir-se a fórmula e regras pré-determinadas” (Brasil, 1965b, p.74). Em suma, defendia-se a ideia de que a lei limitaria a liberdade de julgamento dos juízes, condicionando a sua consciência ao cumprimento de uma fórmula matemática.

Até o momento, apresentamos argumentos contrários à Lei 4725 pautados essencialmente na figura do juiz, e em como as determinações do diploma legal poderiam cercear a autonomia do judiciário trabalhista na resolução dos conflitos coletivos. As discussões no campo do direito do trabalho deram um grande enfoque a como a lei interferia na Justiça do Trabalho, secundarizando os efeitos negativos para as classes trabalhadoras. Existia uma tendência em apontar os problemas da lei relacionados ao exercício da magistratura, verificada nas discussões registradas pela imprensa. Entretanto, o acórdão redigido pelo juiz Antonio Magaldi deixou claro que a nova fórmula de calcular os reajustes salariais impunha “sacrifício maior aos trabalhadores” (Brasil, 1965b, p.76). Na opinião do juiz, o problema da inflação não era o aumento dos salários, mas sim a necessidade de reajustar os salários devido ao aumento dos custos dos produtos consumidos pelos trabalhadores. O reajuste dos salários conforme o aumento do custo de vida seria uma medida que visaria “restabelecer o equilíbrio salarial, quebrado com a desvalorização do poder aquisitivo da moeda, por causa da inflação” (Brasil, 1965b, p.75). Caso esse equilíbrio não fosse restabelecido na sentença coletiva, a Justiça do Trabalho falharia na sua missão de “promover o equilíbrio social, não podendo deixar de atender aos justos reclamos dos trabalhadores” (Brasil, 1965b, p.77).

É visível a discordância do juiz com os novos parâmetros de cálculos desvinculados do aumento do custo de vida devido a medida prejudicar os trabalhadores brasileiros. Em sua argumentação, é possível identificar que as novas medidas contrariavam preceitos caros ao direito do trabalho, como a justiça social e o equilíbrio entre o capital e trabalho. As críticas podem ser interpretadas como direcionadas à política econômica adotada pelo governo ditatorial, mas, ao longo do voto, o juiz as direcionou para outro setor. Para o juiz, os “maus empresários” eram responsáveis pela aplicação de uma norma injusta para os trabalhadores, além de abusarem de expedientes processuais para adiar a solução dos processos coletivos. Eles estariam “subvertendo os esforços do governo revolucionário” instaurando no “seio do trabalhador brasileiro um clima de profunda desconfiança em relação ao governo revolucionário, mal compreendido em seus propósitos, em relação aos sindicatos e até da própria Justiça do Trabalho” (Brasil, 1965b, p. 77).



O juiz construiu uma argumentação que operou um descolamento entre as normas do arrocho salarial e o governo do Castelo Branco. Não foi realizada uma crítica direta ao “governo revolucionário”, havendo um distanciamento entre os setores patronais mal-intencionados aos “bons homens da revolução” que trabalhavam com seriedade para o desenvolvimento nacional. Como já foi demonstrado, Castelo Branco recrutou para o seu governo figuras importantes no complexo IPES/IBAD, chamados por Dreifuss de técnicos-empresários, que colocaram em prática uma política econômica gestada no berço dos interesses de setores da burguesia nacional associada. De todo modo, é perceptível que o acórdão defendia um ponto de vista sobre a economia brasileira que divergia da prática do governo, mas sem criticá-lo diretamente.

"É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo". A famigerada frase de Delfim Neto para justificar a necessidade de políticas de austeridade para a população em prol do crescimento econômico é certamente uma das falas mais lembradas do período da ditadura civil-militar. Um dos principais ingredientes desse bolo foi o arrocho aos trabalhadores, que nunca sentiram o seu gosto doce. Já a burguesia refestelou-se com taxas de acumulação baseadas na superexploração das classes trabalhadoras. A base da política econômica do governo era a poupança forçada, ou seja, a restrição do consumo através da contenção dos salários, realizada por meio de controle dos reajustes. Essa visão contrariava diretamente o ideal de “justiça social” do direito do trabalho, pautado na noção de que o crescimento nacional seria oriundo da comunhão de interesses de todos os brasileiros, deixando de lado a individualidade e os conflitos entre as classes. No acórdão do TRT de São Paulo foi escrito que:

Alguns empresários ainda não se convenceram de que a responsabilidade pela reconstituição econômica e social nacional é de todos os brasileiros. Esse esforço deve ser compartilhado por todos, trabalhadores, patrões, profissionais liberais e donas de casa. Nunca, entretanto, a parcela maior do sacrifício deve ser imposta aos trabalhadores (Brasil, 1965b, p.77).

A argumentação do juiz interpretou a realidade da luta de classes daquele momento histórico conforme um conjunto de percepções que estruturaram o campo do direito do trabalho. Luiz Werneck Vianna apontou que, a partir de 1946, com a queda do Estado Novo e a promulgação de uma nova Constituição, houve uma alteração na forma como os juristas concebiam a função do Direito Social na sociedade brasileira. Anteriormente, o Estado era visto como o principal responsável pela resolução dos conflitos entre o capital e o trabalho, atuando de forma totalitária na regulação do mercado de trabalho. A Justiça do Trabalho era uma instituição atrelada ao Ministério do Trabalho,



sem o instituto da autonomia para exercer a juridicidade. Com o fim da ditadura do Estado Novo e a instituição de um período considerado como democrático e liberal, a Justiça do Trabalho passou a ter um papel predominante na regulação das relações trabalhistas. A Constituição de 1946 integrou a instituição ao judiciário, garantindo-lhe o poder de criar normas, direitos e obrigações no momento de resolução de um conflito coletivo.

Vianna considerou a expansão de um ideal pautado em um “liberalismo comunitarista” entre os juristas, que entende que o mundo do trabalho deveria ser regido pela disciplina do Direito Social, caracterizada pelo distanciamento dos interesses econômicos e do Estado e regida pelas regras de equidade. No campo do Direito do Trabalho, ganhou força a visão da necessidade de submeter o mercado de trabalho às normas estabelecidas pela juridicidade, na busca da harmonia entre as classes, na qual o interesse individual deveria ser submetido ao interesse coletivo. Em outros termos, “o fato econômico, em sua crueza mercantil, deve ceder lugar à juridicidade” (Vianna, 1978, p. 255).

A empresa, nesse caso, era entendida como uma instituição que possuía uma função social que deveria ser pautada na satisfação do bem comum. Dessa forma, na perspectiva difundida pelos juristas do Direito Social, não havia espaço para a busca descontrolada pelo lucro, sendo necessário o respeito das regras de equidade impostas pela racionalidade jurídica.

A Justiça do Trabalho e seus magistrados passaram a ser figuras importantes após 1946, tomando o papel de agentes reguladores do mercado de trabalho. Suas concepções de mundo, baseadas nas concepções do Direito Social, divergiam dos novos rumos tomados pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A ideia de um crescimento econômico sustentado na busca pelo bem social, regulado pela norma jurídica, respeitando a busca pelo lucro, sem deixar de lado as necessidades dos trabalhadores, era incompatível com as novas demandas de acumulação da burguesia e com o projeto de desenvolvimento econômico implantado pela ditadura civil-militar.

Após 1964, iniciou-se um processo que visava a construção de uma Justiça do Trabalho que não colocasse entraves para a expansão de acumulação de capital pautada nas bases do neoliberalismo. Esse processo colocou em questão uma modificação no ofício do juiz no momento do julgamento das ações coletivas, e contra isso lutaram os juizes do Tribunal de São Paulo. Na justificativa de voto do juiz Carlos Bandeira Lins, pôde-se encontrar uma caracterização de como ele entendia a função da Justiça do Trabalho e de seus magistrados na ordenação da relação entre capital e trabalho:



Diante do mecanismo econômico da vida contemporânea, diante do choque de interesses entre capital e trabalho – foi nesses termos que o regime político brasileiro houve por bem confiar à magistratura trabalhista a imensa responsabilidade de conhecer tais conflitos e dirimi-los mediante o exercício de um poder estranho ao judicial, qual o de editar a norma que para o caso concreto, lhe pareça mais conveniente, mais adequada ou mais equitativa (Brasil, 1965b, p.88).

O juiz deixou demarcado em seu relatório o entendimento no qual a função da Justiça do Trabalho seria a de pacificar o conflito entre capital e trabalho, tendo como base o princípio da justiça social. Na sua concepção, o Estado brasileiro concedeu aos magistrados trabalhistas a capacidade de pacificar o conflito, com a edição do poder normativo que criaria regras específicas para cada categoria, equilibrando as pretensões das classes conflitantes em nome da ordem social. Os interesses dos trabalhadores e os dos patrões não poderiam ser identificados como absolutos e deveriam ser regulados conforme a justa medida que seria decidida pelo juiz, em cada caso específico. Os trabalhadores receberiam uma remuneração justa pelo seu trabalho de modo que preservasse os lucros dos patrões, sem abusos de ambas as partes, configurando “a disciplinação do contrato como melhor convier aos superiores interesses da ordem social” (Brasil, 1965b, p. 88).

Essa noção contrariava frontalmente os rumos tomados pela área econômica da ditadura civil-militar, fundamentados na racionalidade dos “técnicos-empresários” que previram a necessidade de controlar o consumo dos assalariados em prol da estabilização da inflação. Não havia espaço para magistrados do trabalho decidirem os salários segundo os seus critérios de equidade, que no caso dos salários pautavam-se na reconstituição do seu valor conforme o aumento do custo de vida. Isso feria a racionalidade dos técnicos e contribuía para o aumento da inflação. Para encerrar essa conjuntura, era necessário inserir no judiciário a racionalidade da economia e deixar de lado os antigos critérios caros ao Direito Social, reduzindo, assim, a autonomia dos juízes no momento de decisão dos reajustes salariais. Na visão do juiz Magaldi, a limitação na autonomia no momento de julgar poderia ser interpretada como uma interferência na própria consciência do julgador.

Contra esse novo paradigma se opunham determinados setores do campo do direito trabalhista, sendo um dos maiores representantes desse embate o corpo de juízes do Tribunal de São Paulo. Dessa forma, o corte de verbas realizado ao Tribunal pôde ser interpretado como um sintoma de insatisfação do Executivo com a posição tomada pelos juízes paulistas, intransigentes desde o primeiro momento em não seguir as



recomendações do governo, inscritas no PAEG. Não é de se estranhar a adoção de medidas coercitivas pelo governo, uma vez que o TRT de São Paulo tinha sob a sua competência territorial uma área que abarcava um dos maiores polos econômicos do Brasil. Para o sucesso da política econômica, seria necessário que os juízes paulistas julgassem de acordo com as normas do arrocho.

### **Tribunal Superior do Trabalho e a normatização do conflito**

Os primeiros meses de vigência da Lei 4725 de 1965 foram marcados por intensos debates, sendo o principal terreno de embate os Tribunais do Trabalho. Neste cenário, surgiu o Tribunal Superior do Trabalho e a sua atribuição de uniformizar a aplicação das leis trabalhistas. No dia 1º de setembro de 1965, a Coluna dos Sindicatos do jornal *Correio da Manhã* noticiou que o meio sindical esperava com expectativa o julgamento do dissídio coletivo dos empregados da Petrobras. Havia esperança de que a Corte Superior entendesse que a Lei 4725 violaria os direitos constitucionais da Justiça do Trabalho, assim como ocorreu no Tribunal de São Paulo.

Contrariando os anseios do meio sindical, o TST julgou o dissídio dos petroleiros conforme as regras da Lei 4725. Ou seja, ao invés do aumento do custo de vida a sentença baseou-se na reconstituição do salário real médio dos últimos vinte e quatro meses. Segundo declarações da Coluna dos Sindicatos, “a declaração da constitucionalidade da lei partiu da premissa de que os juízes não ficam adstritos às suas normas, podendo inclusive ir além, ao reajustar os salários, dos índices fixados pelo Conselho Nacional de Política Salarial” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 set. 1965, p. 9). A decisão sustentou a tese de que a lei em questão não suprimiu o poder normativo da Justiça do Trabalho, existindo a possibilidade dos Tribunais em “adequar o reajustamento ao fato social emergente em cada caso” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 set. 1965, p. 9).

A matéria acrescentou que tal interpretação poderia ser identificada no próprio índice de reajuste julgado no dissídio dos petroleiros. O índice indicado pelo Conselho Nacional de Política Salarial determinava um reajuste de 40%, enquanto a sentença deferiu 53%.

Apesar da declaração de constitucionalidade pelo TST, ainda havia dúvidas quanto à validade da lei, como foi demonstrado na Coluna dos Sindicatos publicada no dia 26 de setembro de 1965. O julgamento do dissídio coletivo dos empregados da Petrobras foi a constatação de que o TST não estava disposto a ir contra as determinações da Lei 4725, como foi o caso do TRT de São Paulo.



O Tribunal Superior legitimou a lei e aplicou os seus parâmetros para o cálculo do reajuste salarial, sendo necessário normatizar esse entendimento para os outros Tribunais. Tendo em vista a sua competência fundamental de uniformização da jurisprudência, ou seja, no modo no qual os juízes estavam julgando, não poderia o TST permitir decisões divergentes. Para isso, usou as prerrogativas do prejudgado para impor a sua visão a todos os Tribunais do Trabalho do território nacional. Segundo o artigo 902 da CLT, “é facultado ao Tribunal Superior do Trabalho estabelecer prejudgados” sendo o parágrafo quarto determinava que “uma vez estabelecido o prejudgado, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juízes de Direito investidos da jurisdição da Justiça do Trabalho ficarão obrigados a respeitá-lo”. Em outros termos, o prejudgado era uma forma de impor a todas as instâncias inferiores da Justiça do Trabalho determinado entendimento do Tribunal Pleno do TST, eliminando possíveis divergências entre os julgadores e uniformizando a jurisprudência.

A política do arrocho salarial foi legitimada pela Justiça do Trabalho a partir da eliminação da possibilidade dos Tribunais Regionais de declararem a lei inconstitucional, obrigando, dessa forma, a adoção dos cálculos conforme os parâmetros da Lei. O prejudgado número treze determinava que “é constitucional o art. 2º da Lei nº 4.725, de 13.07.1965”. Ou seja, a obrigação imposta pela lei aos Tribunais do Trabalho em adotarem a fórmula da reconstituição do salário real médio dos últimos vinte e quatro meses não feria a Constituição de 1946, não havendo argumentos para a sua invalidação. Dessa forma, estava cerceada a todos os Tribunais do Trabalho do país a possibilidade de declarar a inconstitucionalidade da lei, como foi feito em São Paulo. Fechava-se o cerco para os debates, sendo vencedora a corrente que acreditava que a lei não feria a autonomia dos magistrados do trabalho. O argumento de que a lei prejudicaria os trabalhadores ficou perdido nas palavras do juiz Magaldi no processo dos rodoviários de Santos e nas denúncias do movimento sindical.

Percebe-se aqui uma limitação da Justiça do Trabalho que os trabalhadores encontraram na sua luta por direitos. O Tribunal Superior do Trabalho possuía a competência de determinar normas que deveriam ser seguidas pelas outras instâncias. Os julgamentos dos Tribunais Regionais e das Juntas de Conciliação deveriam seguir, obrigatoriamente, as determinações do Tribunal Superior, diminuindo as possibilidades de decisões que divergiam das orientações daquela instância. Vale lembrar que pesquisas demonstram que os juízes do TST possuíam um pensamento mais conservador, mais alinhado à preservação da ordem e aos interesses dos donos do poder (Silva, 2020). Com



isso, eram reduzidas as chances da Justiça do Trabalho contrariar as determinações do Executivo. Na verdade, ocorria uma acomodação das normas, adequando as pretensões do Executivo ao pensamento do mundo jurídico. Mesmo o Tribunal de São Paulo tendo decidido contrariamente à política salarial, o judiciário dispunha de meios de impedir a proliferação desse pensamento.

O prejudgado número treze nos leva novamente para o dissídio coletivo dos rodoviários de Santos, uma vez que a sua declaração foi firmada durante o julgamento do recurso do processo. Em 31 de agosto de 1965 foi julgado pelo TRT de São Paulo que a categoria em questão deveria ter um aumento salarial de 72%, calculado de acordo com o índice do custo de vida aferido durante a tramitação do processo. Como já vimos anteriormente, a Lei 4725 foi declarada ilegal e seus parâmetros rejeitados pelo Tribunal. Os sindicatos patronais entraram em recurso ordinário ao TST, alegando que a declaração de inconstitucionalidade não havia seguido as determinações legais. A constitucionalidade da Lei 4725 foi afirmada pela decisão da Corte Superior, com argumentos que já haviam sido utilizados no dissídio dos petroleiros. O relator, o ministro Amaro Barreto, utilizou na fundamentação do acórdão a tese do ministro Délio Maranhão, de que a lei não interferia no poder normativo da Justiça do Trabalho, uma vez que deixava margem para “a justiça fazer a adaptação do resultado matemático, que deve tomar por base nos reajustamentos salariais as necessidades de ordem humana e social dos trabalhadores” (Brasil, 1965, p. 162). Declarando a lei constitucional, a sentença do Tribunal de São Paulo foi reformada, sendo reduzido o aumento salarial dos rodoviários de Santos de 72% para 45%.

Vale destacar que a Coluna dos Sindicatos havia considerado como “fato que se reveste de extraordinária significação dos trabalhadores” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 set. 1965, p. 9) a possibilidade dos magistrados do trabalho de poderem adaptar os índices enviados pelos órgãos oficiais. No caso em tela, o fato extraordinário residiu na imposição do Tribunal Superior aos rodoviários santistas uma redução salarial de praticamente 30%. Considerando um salário fictício de 1000 cruzeiros, seguindo os termos da sentença do TRT de São Paulo os trabalhadores teriam majorado o seu salário em 720 cruzeiros. Já pela sentença do TST o aumento repousaria em 450 cruzeiros. Mensalmente existiria um prejuízo de 270 cruzeiros, sem levar em consideração o aumento dos preços das mercadorias.

A tramitação do dissídio coletivo dos condutores dos veículos rodoviários de Santos foi representativa para compreender os debates sobre a validade do novo método



de calcular os reajustes salariais imposto pela ditadura civil-militar, e como a questão foi pacificada. Os desafios daquela conjuntura política posicionaram o TST para a resolução de um impasse ligado a uma modificação no modo de julgar dos juízes do trabalho para adequar-se às pretensões de crescimento econômico e controle inflacionário de um governo ditatorial, imbricado com os interesses de determinados setores da burguesia.

A fórmula do aumento salarial que seguia o custo de vida foi desenvolvida pelos juízes durante os julgamentos coletivos, como uma forma de equilibrar as reivindicações dos trabalhadores com a manutenção dos lucros dos empresários. Era uma fórmula que correspondia aos ideais de equilíbrio e equidade caros ao Direito Social. Esses parâmetros contrariavam as medidas econômicas tomadas pela ditadura civil-militar, direcionadas pelos técnicos-empresários, principalmente Roberto Campos quando falamos da política salarial. Silva (2021) demonstrou como o pensamento de Campos perpassava a noção de que para superar a crise econômica o Estado brasileiro deveria afastar-se dos preceitos da justiça social e basear-se no conhecimento dos técnicos em economia, que no momento acreditavam na necessidade de desvincular os reajustes dos salários do aumento do custo de vida para controlar a inflação. Para isso, era necessário alterar a forma que os juízes do trabalho julgavam os aumentos salariais. Uma parte dos juristas admitiu como válidas as modificações impostas pela Lei 4725 e outra interpretou como uma interferência do executivo que limitava o poder dos juízes, além de prejudicar os trabalhadores.

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu por legitimar a política salarial pautada no pensamento autoritário e conservador dos “técnicos-empresários” que coordenavam a política econômica do governo Castelo Branco. A maioria dos ministros da Suprema Corte posicionaram-se no sentido de reconhecer que a fórmula do reajuste pautada na reconstituição dos salários dos últimos vinte e quatro meses, elaborada segundo a racionalidade dos cálculos econômicos, não interferia no poder normativo da Justiça do Trabalho. Os juízes estavam livres para fazer adaptações aos seus resultados, levando em consideração “as necessidades de ordem humana e social dos trabalhadores” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 set. 1965, p. 9). A partir desse entendimento, passou a ser obrigatório a todos os tribunais do trabalho aderirem em seus julgamentos a fórmula do arrocho, silenciando as vozes contrárias dentro do judiciário trabalhista. O resultado dessa decisão foi a redução gradual dos níveis salariais dos trabalhadores urbanos brasileiros.

### Considerações finais



Este artigo buscou demonstrar como a Lei 4725 de 1965 foi recepcionada de modo diverso pelos Tribunais do Trabalho do Brasil. Durante os primeiros meses de sua promulgação, a Justiça do Trabalho foi palco de um conflito de interpretações, sendo os principais atores desse espetáculo os magistrados dos Tribunais localizados nas cidades do Rio de Janeiro (1ª Região) e São Paulo (2ª Região). A 1ª Região decidiu pela aplicação imediata da lei, sem questionar as alterações ao exercício da magistratura que surgiram pela modificação do método de calcular os reajustes salariais nos julgamentos das decisões coletivas. Já na 2ª Região, a maioria dos juízes considerou que a lei violava a Constituição Federal e interferia na autonomia dos magistrados ao tomarem decisões. Além disso, o relatório do acórdão escrito pelo magistrado Antonio Magaldi criticava a injustiça do novo cálculo salarial, que concentraria nos trabalhadores o ônus do controle da inflação.

É perceptível no julgamento do TRT paulista uma preocupação com a forma que a lei afetaria a sobrevivência dos trabalhadores, que não teriam mais os salários reajustados conforme o aumento do custo de vida. Essa decisão criou uma esperança no movimento operário de que a aplicação da lei poderia ser barrada pela Justiça do Trabalho. Entretanto, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu pela validade da lei, considerando que a normativa deixava um espaço para o exercício da autonomia do juiz. A partir dessa decisão, foi declarado um prejudgado que submeteria a sua aplicação a todos os Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil. Sinal verde para a continuidade de uma política salarial que agravou a exploração dos trabalhadores no Brasil.

A política salarial implementada pelo governo civil-militar tinha como objetivo central a redução da inflação através da poupança forçada, ideia defendida por Roberto Campos desde antes do golpe, quando ainda figurava como um importante intelectual ligado ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Essa proposta conservadora e ortodoxa, que previa a necessidade de redução do consumo das classes trabalhadoras para o controle da inflação, divergia do modelo de reajuste salarial vigente naquele momento. Para a aplicação dessa política seria necessário tirar do judiciário trabalhista a competência de decidir como os salários seriam reajustados, passando para o Executivo a responsabilidade de traçar os novos parâmetros de reajuste. Dessa forma, os cálculos baseados nos parâmetros de justiça social e equidade do direito do trabalho foram substituídos pelas apurações baseadas na racionalidade econômica dos “técnicos-empresários”.



Aplicando uma metodologia comparativa entre as decisões que se deram no interior da Justiça do Trabalho, foi possível perceber que no campo do direito existiam interpretações díspares sobre a aplicação das determinações da área econômica do governo Castelo Branco. A partir disso, pôde-se perceber que existia uma disputa entre os juízes que excedia uma simples interpretação de como a lei deveria ser aplicada. Discutia-se a função do juiz e da própria Justiça do Trabalho para a regulação do mercado de trabalho no Brasil. Esse processo demonstrou que os magistrados do trabalho não foram sujeitos passivos na aplicação da nova política salarial, mas sim agentes que participaram ativamente nas discussões que levaram a sua legitimação e validação legal. Com isso, é importante avançar no entendimento de que a Justiça do Trabalho e seus juízes foram figuras essenciais para a estabilização da política do arrocho salarial.

O sucesso da política salarial do governo do Castelo Branco foi impulsionado pela edição do prejulgado número treze do Tribunal Superior do Trabalho que determinava que a lei 4725 era constitucional. Com essa decisão, tornou-se obrigatório que todos os Tribunais Regionais do Trabalho teriam que adotar os novos parâmetros para os cálculos nas sentenças dos dissídios coletivos, eliminando qualquer possibilidade de discordância. A partir de 1965, foi possível notar uma mudança no modo de julgar dos Tribunais Regionais do Trabalho, que passaram a seguir de forma vinculativa diversas determinações do TST sobre como seria aplicado o reajuste de salários indicados pelo poder Executivo. Com isso, verificou-se que a instância superior da Justiça do Trabalho teve um papel fundamental para a estabilização do arrocho salarial, silenciando as vozes dos juízes que não concordavam com uma política que prejudicaria os trabalhadores brasileiros.

A Justiça do Trabalho passou por diversas modificações ao longo da sua história, principalmente quando a sua estrutura produzia entraves para a acumulação do capital. Antes de 1964, o judiciário trabalhista decidia a questão salarial nos processos coletivos através de parâmetros elaborados e discutidos no seio do judiciário, através da prática jurídica dos operadores do direito. Já após o golpe civil-militar, inseriu-se na equação a necessidade das decisões da Justiça do Trabalho estarem submetidas a um tipo de racionalidade externa à disciplina do direito, própria dos cálculos macroeconômicos realizados por técnicos e pautados na neutralidade da economia e da matemática. Essa operação não se desenrolou através de medidas autoritárias de um governo ditatorial, mas sim a partir de um processo de legitimação que contou com a participação ativa da instância superior do judiciário trabalhista. Partindo dessas contestações, é fundamental

que a pesquisa avance no sentido de determinar qual a função do judiciário na sociedade capitalista, questionando os limites da atuação sindical através da sua estrutura.

**Data de Submissão:** 20/11/2023

**Data de Aceite:** 17/09/2023

### Fontes

BRASIL. Consolidação das leis do trabalho. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)> Acesso em: 11 set. 2023

BRASIL. Lei 4725, de 13 de julho de 1965. Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 13, Jul. de 1965. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4725.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4725.htm)> Acesso em: 11 set. 2023

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966). Documentos EPEA, 1965. 244p.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). Processo n. 91/65. Relator: juiz Hélio Tupinambá Fonseca, 31 de agosto de 1965

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 3 jun. 1965, p. 9

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 jun. 1965, p. 9

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1965, p. 9

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 jun. 1965, p. 9

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 set. 1965, p. 2

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 set. 1965, p. 9

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 12 set. 1965, p. 9

*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 9 set. 1965, p. 9

*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1965, p. 21

*Luta Democrática*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1965, p. 5

### Referências Bibliográficas

ARIÃO, Sayão Romita. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 96-112

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994





CORREA, Larissa Rosa. A “rebelião dos índices”: Política salarial e Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964-1968). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 263-300, 2013.

DAMIÃO, Paulo Henrique Silveira. Reivindicar e resistir: conflitos coletivos de trabalho de Juiz de Fora (MG) na Justiça do Trabalho durante a ditadura brasileira (1964-1974). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 13, p. 1-25, 2021.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NAGASAVA, Helene Chaves. “**O sindicato que a ditadura queria**”: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação de Mestrado, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015.

REZENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1965-1967. In: RESENDE, André Lara et al. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1989-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SIMONSEN, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de O. **A Nova Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

SILVA, Claudiane Torres da. **O Tribunal Regional do Trabalho na cidade do Rio de Janeiro durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1979)**. Tese de doutorado CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019.

SILVA, Alessandra Belo Assis. **Os trabalhadores e o Tribunal Superior do Trabalho no contexto da redemocratização e do pós-guerra (1946-1953)**. Tese de doutorado Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2020.

SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. O conservadorismo no liberal-desenvolvimentismo de Roberto Campos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 79, p. 18-35, 2021.

VANNUCCHI, Marco A.; SPERANZA, Clarice G.; DROPPA, Alisson. Direito e justiça social: a historiografia acerca da Justiça do Trabalho no Brasil. In: ENGELMANN, Fabiano (org.). **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2017. p. 151-174.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978



# MIASMAS E MICRÓBIOS, CORTIÇOS E FAVELAS: O MOVIMENTO HIGIENISTA NO RIO DE JANEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

## MIASMAS AND MICROBES, SENTENCES AND FAVELAS: THE HYGIENIST MOVEMENT IN RIO DE JANEIRO DURING THE FIRST REPUBLIC



ADRIANO BARBOSA SILVA<sup>60</sup>

### Resumo

No Rio de Janeiro, as favelas ocupadas historicamente pelas classes pobres possuem uma intrínseca relação com a elite burguesa que vive aos pés dos morros. Modernidade, urbanização, saúde, higienismo, especulação imobiliária, abolição da escravatura e luta de classes: tudo se mistura junto aos moradores e aos casebres frágeis, e se apresenta nas ruas irregulares e íngremes. Os poderes públicos impulsionaram a ampliação das favelas ao passo em que lançavam aos altos dos morros suas leituras estereotipadas que permanecem no imaginário social até os dias de hoje. Com base nisso, este artigo objetiva apresentar uma narrativa histórica que, ancorada em produções científicas e historiográficas, discorre a respeito dos impactos do discurso higienista na configuração urbana e social do Rio de Janeiro durante a Primeira República, evidenciando as alterações nas formas de viver e morar das classes pobres e negras da então capital federal.

**Palavras-chave:** higienismo; Primeira República; cortiços; favelas.

### Abstract

In Rio de Janeiro, the favelas historically occupied by the poor classes have an intrinsic relationship with the bourgeois elite that lives at the foot of the hills. Modernity, urbanization, health, hygiene, real estate speculation, the abolition of slavery and class struggle: everything mixes together with the residents and fragile hovels, and is presented in the irregular and steep streets. The public powers promoted the expansion of the favelas while they launched their stereotyped readings to the tops of the hills, which remain in the social imagination to this day. Based on this, this article aims to present a historical narrative that, anchored in scientific and historiographical productions, discusses the impacts of the hygienist discourse on the urban and social configuration of Rio de Janeiro during the First Republic, highlighting the changes in the ways of living and living among the poor and black classes of the then federal capital.

**Keywords:** hygiene; First Republic; tenements; favelas.

### Introdução: a Primeira República e a (re)construção do Rio de Janeiro

Europa, séculos XVIII e XIX. Antes de compreender as atuações do movimento higienista no Brasil republicano, se faz necessário atravessar o Atlântico – assim como

<sup>60</sup> Graduando em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [adrianobarbosa2168@gmail.com](mailto:adrianobarbosa2168@gmail.com).



muitos dos médicos brasileiros o faziam – para analisar as correntes científicas que circulavam no continente europeu.

Contemporâneo às transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, o pensamento médico ocidental do século XVIII era guiado pela teoria dos fluidos na qual o ar e a água eram classificados como veículos portadores de vapores fétidos e mórbidos, ou seja, miasmas transmissores da doença cuja sua simples inalação seria capaz de desequilibrar o organismo e acometer a infecção (Rago, 1985, p. 167). Tais ditames médicos recaíram com mais veemência sobre os corpos e os espaços privados dos trabalhadores, afinal, em razão dos salários baixos e da exploração da mão de obra, estes indivíduos não tinham acesso à saúde e qualidade de vida. Entre a casa e o trabalho, a classe operária europeia convivia com as condições precárias e desumanas das fábricas e das minas, e nos seus momentos de descanso tinham de voltar para moradias lotadas e insalubres cujos salários conseguiam manter. Com base na teoria dos fluidos, a burguesia encontrava bases científicas para interferir na intimidade do proletariado sob o discurso ideológico da saúde e da higiene: segregam-se os trabalhadores, eliminam-se suas perigosas habitações e colocam-se avenidas largas e arborizadas para ajudar na circulação dos ares, no combate aos miasmas e, de quebra e não menos importante, no aumento da especulação imobiliária dos centros urbanos.

Todavia, na segunda metade do século XIX, a teoria dos micróbios, apresentada por Pasteur, desbanca a crença de que as doenças contagiosas eram transmitidas via inalação de ar contaminado. Na verdade, as infecções ocorriam por causa de germes espalhados pelo contato entre pessoas e com objetos infectados, logo, o combate às doenças consistia na descoberta do microrganismo causador e na elaboração de um antídoto capaz de destruí-lo. Apesar disso, a revolução pausteriana não causou fortes impactos nas estratégias de desodorização do espaço urbano, ou seja, as intervenções higienistas continuavam atuando em reformas urbanas visando o controle da circulação de vapores e fluidos tidos como principais responsáveis pela saúde dos indivíduos (Rago, 1985, p. 168). Basta observar, por exemplo, a atuação demolidora de Georges-Eugène Haussmann sobre a malha urbana da cidade de Paris que, inclusive, veio a inspirar diretamente as reformas empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro.

Por falar nisso, voltando ao Brasil, o estabelecimento do regime republicano no limiar do século XX surgiu envolto em novos paradigmas e demandas que buscavam solucionar os problemas herdados dos séculos anteriores e, com isso, apresentar uma sociedade renovada e civilizada. Segundo os discursos da burguesia elitista e racista à



época, o povo brasileiro formado por uma massa negra e mestiça caracterizava-se pela preguiça, pela indolência e pela imoralidade. Em outras palavras, representavam uma pedra no caminho republicano que precisava ser varrida e higienizada por médicos e governantes para assim se alcançar a unidade nacional baseada na dedicação ao trabalho para fortalecer a economia, e no apreço pela pátria para fortalecer a identidade do país.

Toda a efervescência republicana e suas decorrentes tensões se apresentavam de maneira explícita, em especial, no Rio de Janeiro, cujas dinâmicas urbanas cotidianas sofreram mudanças notáveis ao longo da Primeira República. A expansão urbana da cidade carioca esbarrava nas características geográficas do município, marcado por morros e pântanos, mas a existência de áreas planas e secas, ainda que distantes, possibilita o sonho de alargar os limites locais.

Podemos contemplar as transformações da paisagem da capital através de uma viagem no principal transporte urbano da época: o bonde – não os carros que estavam reservados às elites e os números destes veículos particulares nas ruas ainda eram muito modestos. Antes da chegada da eletricidade, “os bondes eram veículos puxados por dois animais e que podiam transportar comodamente trinta passageiros” (Rocha, 1995, p. 29). que se beneficiam da rapidez e da suavidade proporcionadas pela utilização dos trilhos. Metaforicamente, seguir o itinerário dos bondes nos finais do século XIX e durante a Primeira República é constatar a relação estreita entre o desenvolvimento dos transportes e a especulação imobiliária.

Desenha-se assim um padrão de expansão urbana que quiçá se repetiu em outras cidades brasileiras: primeiro, alguns empresários conseguem o monopólio na exploração de serviços públicos no caso, concessões para a operação de linhas de bonde; paralelamente, outros grupos empresariais, ou até os mesmos, adquirem terras pouco valorizadas na periferia da cidade; finalmente, concluídas as linhas de bonde e feito o loteamento dos terrenos, os investidores conseguem uma remuneração astronômica para o seu capital. O sucesso da operação é às vezes garantido pela presença desses empresários na Câmara, como vereadores eleitos – e, portanto, encarregados de votar as diretrizes da política de expansão urbana (Chalhoub, 1996, p. 52-53).

Portanto, o estabelecimento de uma linha de bonde é um fator determinante para a criação de novos bairros. Nas palavras de Salatiel da Cunha e Malvino Reis: “não podemos duvidar da *ação civilizadora* dos nossos tramways (bondes), que têm levado aos bairros afastados e desertos o gosto e o conforto na edificação de prédios, com o aumento de renda”<sup>61</sup> (Rocha, 1995, p. 33-35, grifo meu).

<sup>61</sup> Salatiel da Cunha e Malvino Reis foram diretores da Companhia Jardim Botânico, empresa responsável por inaugurar uma das primeiras linhas de bonde elétrico no Rio de Janeiro em 1982.



Somado com o interesse de amplificar a malha urbana da metrópole, as transportadoras e construtoras responsáveis tinham que arcar com os gastos da infraestrutura dos novos bairros: drenagem de áreas alagadiças, aterramento de mangues, alargamento de ruas, instalação de calçamentos e construção de pontes eram algumas das obras listadas nos contratos entre as empresas e o Estado, mas que infelizmente, em sua maioria, eram cumpridas de forma desleixada e precária ou nem mesmo chegavam a serem realizadas. Sem a infraestrutura adequada, não demorava muito para que os animais e veículos atolassem nos pântanos e bondes saíssem dos trilhos causando, por vezes, acidentes fatais aos passageiros (Rocha, 1995, p. 31-35).

Com isso, podemos atestar que o condutor da cidade carioca pelos trilhos da modernidade e da civilidade é o capital financeiro das companhias de transporte cuja influência é capaz tanto de impulsionar a construção de novas freguesias quanto de ocasionar a desocupação truculenta de áreas habitadas. Desta forma, observa-se que a organização do espaço urbano do Rio de Janeiro serve como um mecanismo de controle social e econômico onde a localização dos bairros e a segregação dos habitantes refletem os interesses e as necessidades da burguesia detentora de transportadoras, de construtoras e, sobretudo, de cargos políticos.<sup>62</sup>

A área urbana da capital federal era marcada, em especial, por um caráter cosmopolita. A cidade, que vinha crescendo nas décadas anteriores, teve seus limites preenchidos pela concentração demográfica composta por moradores locais livres, escravizados libertos, migrantes das regiões cafeeiras em crise e das áreas ao norte do país, sem contar os imigrantes europeus a serviço da industrialização embrionária – e do embranquecimento.

Em termos absolutos, tem-se que a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda de absorver uns 200 mil novos habitantes na última década do século. (...) Esse enorme influxo populacional fazia com que, em 1890, 28,7% da população fosse nascida no exterior e 26% dela proviesse de outras regiões do Brasil. Assim, apenas 45% da população era nascida na cidade (Carvalho, 1987, p. 14).

Mas onde abrigar os recém-chegados e os recém-libertos? De cara, a sede da Primeira República teve que conviver com problemas habitacionais crônicos que as políticas reformistas e higienistas vieram a identificar, mas não solucionar. Aliado a isso, a inauguração da nova forma de governo sofreu drasticamente com violentos surtos

---

<sup>62</sup> Sobre a questão urbana e o capitalismo, ver: Engels, F. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015; Engels, F. As grandes cidades. In: **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 67-116.



epidêmicos de varíola e febre amarela que, somadas às tradicionais tuberculose e malária, assombraram a última década do século XIX no Rio de Janeiro. O verão perigoso causava a morte dos cariocas e dos estrangeiros, porém não apresentava maiores males às elites que tinham o hábito de se refugiar do calor em Petrópolis (Carvalho, 1987, p. 16; Ribeiro; Pechman, 1985, p. 29).

Se os ares renovadores da República prometiam maiores participações populares no jogo político, as frustrações sociais se acumulavam. O teor positivista, autoritário e técnico do novo regime buscava resolver as questões de maneira prática e eficiente a fim de estabelecer a identidade brasileira inspirada na Europa, onde as feições pobres e negras da sociedade não cabiam mais. As elites tomaram para si o dever de excluir o que se considerava atraso oriundo do passado colonial e imperial, ainda visível no emaranhado desuniforme “dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros” (Marins, 1998, p. 110). Era necessário, antes de tudo, demolir as antigas estruturas, varrer e esconder a sujeira deixada pelos pobres e, assim, abrir novos caminhos para a chegada da tão sonhada nação brasileira.

### **Cortiços ao chão: a invenção de um pecado sem perdão**

A característica social que se destaca na malha urbana do Rio de Janeiro é a heterogeneidade. No centro da cidade-capital, a vizinhança era ocupada por bancos, lojas, armazéns, sobrados, prédios públicos e estalagens. O convívio apertado de mundos distintos no mesmo espaço gerava tensões críticas advindas da “incompatibilidade entre a antiga estrutura material e as novas relações capitalistas que nele se enraizavam” (Benchimol, 2018, p. 253). A paisagem da capital do Brasil não acompanhou os avanços do capitalismo cujas invenções, dinâmicas e novas demandas tentavam fazer caber na cidade um amontoado de coisas e pessoas volumosas demais para seus logradouros estreitos e espaços apertados. Além disso, não só as influências do capital industrial estrangeiro balançaram as estruturas do Rio de Janeiro, como também as problemáticas internas. As emancipações dos escravizados somada à entrada significativa de imigrantes reformularam a configuração urbana da metrópole carioca em decorrência das novas dinâmicas de ocupação de moradias e de postos de trabalho.

A demografia heterogênea da cidade teve que se adaptar às condições de vida ofertadas pelo clima tropical, pelos aspectos geográficos e pelas transformações republicanas e capitalistas. Os médicos higienistas, inspirados na teoria dos fluídos ainda



em voga, desenhavam traços dantescos no quadro da Cidade Maravilhosa: os morros atrapalhavam a circulação dos ventos e os pântanos concentravam os gases mortíferos causadores das epidemias. Além disso,

Os higienistas condenavam outros aspectos da vida urbana: corpos eram enterrados nas igrejas, animais mortos eram atirados às ruas; por todos os lados havia monturos de lixo e valas a céu aberto; matadouros, açougues, mercados eram perigosos tanto do ponto de vista da integridade dos alimentos como por serem potenciais corruptores do ar; fábricas, hospitais e prisões igualavam-se na ausência de regras higiênicas e disciplinares; as ruas estreitas e tortuosas dificultavam a renovação do ar e a penetração da luz do sol; as praias eram imundos depósitos de fezes e lixo; quase não havia praças arborizadas no Rio de Janeiro, que era assim como um corpo sem pulmões! (Benchimol, 2018, p. 257).

A cidade suja e lotada de ex-escravizados locais, migrantes e estrangeiros ia encontrando soluções rápidas e inadequadas para comportar a multidão de novos cariocas e tentar contornar a crise habitacional da metrópole. A possibilidade mais viável para se ter um teto sobre a cabeça eram os aluguéis em habitações coletivas. Unindo o útil ao não tão agradável, os trabalhadores locatários dos cortiços tinham acesso facilitado ao centro histórico da cidade, onde se desenrolava a vida urbana e econômica da capital, por causa da localização privilegiada das estalagens que auxiliavam aqueles que não possuíam automóveis próprios e muito menos dinheiro e/ou tempo para lidar com transportes coletivos. Sendo assim, estar bem localizado se tornava uma condição vital para a permanência na cidade do Rio de Janeiro (Muniz, 2021, p. 148-149; Ribeiro; Pechman, 1985, p. 26).

Entretanto, os que permaneciam tinham de enfrentar cenários precários no interior dos cortiços. Se eram os supostos miasmas que preocupavam os higienistas contemporâneos, não havia terreno mais fértil para sua proliferação do que as habitações coletivas onde os pobres se aglomeravam e as luzes solares não entravam. Nestas moradias, a umidade, a escuridão e a insalubridade eram inquilinas de longa data e faziam parte do cotidiano dos vizinhos que viviam, trabalhavam e brincavam naquele espaço compartilhado. Não se encontrava canalização de água e nem saneamento básico, mas sim o compartilhamento de tanques para lavar roupas e latrinas que acumulam urinas e fezes. No interior deste cenário tenebroso, os moradores dividiam seus exímios espaços com outras pessoas e animais domésticos, competindo pelo mínimo conforto até mesmo no momento de descanso compartilhado com aqueles que ocupavam os cubículos quartos. De acordo com um relatório do engenheiro Everardo Backheuser, figura relevante nas



discussões sobre moradia e urbanização à época, os cortiços e estalagens se caracterizam como

pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio. São habitações separadas, tendo a sua sala da frente ornada de registros de santos e anúncios de cores gritantes, sala onde se recebem visitas, onde se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada (feita de ripa e barro), separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente, onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenando o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos (Backheuser, Everardo, 1906 *apud* Ribeiro, Pechman, 1985, p. 28).

Mesmo assim, devido à alta demanda, os cortiços se multiplicavam pela cidade e tornavam-se um investimento altamente lucrativo para os empresários preocupados não com os preceitos higiênicos que as construções deveriam atender, mas sim com os números de cômodos que poderiam ser alugados e render lucros.

Os proprietários pertenciam muitas vezes à nobreza, e os arrendatários eram pequenos comerciantes, geralmente portugueses, que produziam casinhas e exploravam também a venda ou a taverna anexa à estalagem. (...) Os aluguéis eram, em geral, exorbitantes e os rendimentos, fabulosos. Construir habitações coletivas tornou-se uma prática comum entre os proprietários e arrendatários de imóveis (Vaz, 1994, p. 56 *apud* Queiroz Filho, 2011, p. 35).

Dadas às condições dos cortiços e a significativa densidade demográfica do Rio de Janeiro, os números alcançados em surtos epidêmicos eram alarmantes. Os microrganismos causadores de tais males pegavam carona no estreitamento das multidões em espaços compactos responsáveis pela atenuação das linhas divisórias entre abastados e pobres, locais e imigrantes, brancos e negros (e toda multiplicidade de raças). A socialização das doenças cujos micróbios atacavam sem distinção aterrorizava as elites dominantes e seus respectivos negócios, afinal quais os benefícios de se negociar com uma cidade doente? Ademais, o Brasil em construção necessitava de braços fortes e trabalhadores sadios para dar continuidade ao desenvolvimento da jovem nação, porém as epidemias atingiam uma classe operária sem acesso à saúde e também assustavam os estrangeiros que poderiam vir a desembarcar no Rio de Janeiro. Assim, a Cidade Maravilhosa apresentava-se também como uma Cidade Febril.

Se os cortiços foram a “solução” das crises habitacionais, logo, vieram a ser um problema para toda a sociedade carioca, pois, segundo o discurso higienista, as moradias coletivas condensavam nas suas estruturas insalubres os males biológicos perigosos para o meio social e os aspectos imorais corruptíveis da índole da classe trabalhadora. No Rio de Janeiro republicano, as populações pobres foram, gradativamente, empurradas para os cortiços por causa da impossibilidade de adquirirem casas próprias – um sonho frustrado



pela especulação imobiliária e pelas crises econômicas do começo do século XX. Com as estalagens sendo agora um problema, a alternativa seria eliminá-las de diferentes formas, seja por meio de ação direta como no caso emblemático da demolição do Cabeça de Porco<sup>63</sup>, seja através de meios legais e jurídicos que inviabilizam a construção ou reforma destas moradias populares.

Segundo o historiador Sidney Chalhoub, a Inspetoria da Higiene parecia um quarto poder da República. Aquilo que sua cúpula de diretores determinava servia como lei e conduzia as ações da administração pública. O crivo destes inspetores não deixava um cortiço sair ileso das vistorias que poderiam resultar no fechamento da estalagem ou na sua drástica destruição sem direito a indenizações e muito menos a transferências cômodas de seus habitantes para outras moradas. Proprietários e locatários foram postos no mesmo lado dessa guerra urbana e defendiam que a intempestividade higienista poderiam acarretar graves perturbações à ordem pública afinal “o desespero nem sempre mede consequências e os proprietários e arrendatários de prédios nem sempre têm meios para acalmar os ímpetos de seus inquilinos” (Chalhoub, 1996, p. 49).

As áreas centrais da cidade foram as mais afetadas pelas demolições e, em números, foram milhares de prédios que vieram ao chão tanto pelas mãos de policiais e outros servidores públicos, quanto pela ideologia burguesa da higiene. Segundo o engenheiro Everardo Backheuser, os médicos-higienistas à frente da Saúde Pública nos primeiros anos do século XX foram responsáveis diretos pelo fechamento de mais de 600 habitações coletivas que abrigavam cerca de 13 mil pessoas (Backheuser, 1906, p. 113 *apud* Rocha, 1995, p. 87). O destino daqueles cidadãos permaneceria, por pouco tempo, uma incógnita cuja resposta se encontraria nas encostas dos morros circunvizinhos.

Vale mencionar que as discussões públicas sobre o problema dos cortiços remontam desde a década de 1870, mas foram intensificadas durante as administrações republicanas baseadas nos ideários de progresso socioeconômico e de construção da nação brasileira. Ao mencionar que a raiz dos debates está localizada na segunda metade do século XIX, é inegável notar que a ocupação destas moradias fora historicamente feita por indivíduos negros, sejam eles livres, libertos, alforriados ou escravizados, que com poucos rendimentos conseguiam habitar aquilo que lhes era acessível. Além disso, os cortiços serviam como um bom esconderijo para aqueles que tomavam a coragem de

---

<sup>63</sup> O Cabeça de Porco, segundo Sidney Chalhoub, era o cortiço carioca mais famoso do século XIX. Sua derrubada ocorreu no começo de 1893 através da intervenção violenta e demolidora do prefeito Barata Ribeiro. Ver: Chalhoub, 1996, p. 15-20.



abandonar seus cativeiros, passando então a se desviar dos olhos das autoridades se embrenhando no meio da multidão de inquilinos. Logo, frente às dinâmicas contemporâneas, estes espaços se apresentavam como um cenário importante da luta desses sujeitos negros pelo alargamento de suas liberdades – e a derrubada destes ambientes também explicitava o viés racista da política higienista (Rocha, 1995, p. 25-26).

Sobretudo, o ato de derrubada dos cortiços é o resultado final e catalisador de movimentações políticas, sociais e econômicas guiadas pelos interesses da burguesia. No diálogo acertado entre ciência, capital financeiro e poder público, o higienismo parece ter vindo a calhar com as estimativas dos empresários da construção civil e do ramo privado de serviços como iluminação e transporte. A cidade viria a se modernizar e aqueles que se recusassem a assentir com a tecnocracia imperativa seriam não gentilmente convidados a se retirar do caminho. Acertando dois coelhos com uma única cajadada, o Estado e a elite combatiam a indolência e as pragas anti-higiênicas com a perseguição às formas de viver e morar classes pobres/perigosas. Se as habitações coletivas condensam as problemáticas perseguidas pela República, azar, pois não lhe sobra outra alternativa senão o seu extermínio. E, com os pobres desalojados e longe das áreas centrais privilegiadas, o plano reformista de transformar a metrópole carioca numa experiência europeia com ares tropicais pôde ser colocado em prática.

### **Favelas no alto: como proibir o galo que insiste em cantar?**

Os planos reformistas do Rio de Janeiro começam pelas avenidas. As famosas *boulevards* da Europa inspiram o Brasil a aderir por vias mais largas e mais longas a fim de aliviar o trânsito das multidões de pedestres que competiam espaço com os transportes coletivos modernos e os carros particulares importados pela elite. Ao lado das ruas alargadas, abriam-se espaços livres e pintados de verde ao conformar praças, parques e jardins, representantes da salubridade, no meio urbano (Muniz, 2021, p. 146). A nova malha viária atendia, sobretudo, aos anseios do movimento higienista por prezar pela dispersão das multidões, pela promoção de ventilação, e por estabelecer caminhos abertos para os ventos – e para a modernidade.

A remodelagem e valorização do solo urbano comandadas pelo Estado, em proveito da especulação do enriquecimento privados, e envolveram um conjunto complexo de atores: o capital financeiro internacional intermediários, que lucraram e com seus O financiamento das obras públicas; firmas de arquitetura, construção, loteamento, fabricantes e importadores de materiais e equipamentos; empresas de serviços públicos, em particular a poderosa Light



and Power que, além de monopolizar o fornecimento de energia elétrica, iria açambarcar o gás, a telefonia e quase todo o transporte coletivo da cidade (Mcdowall, 2008; Weid, 2003, p. 65-85 *apud* Benchimol, 2018, p. 281).

No ambiente elaborado e remodelado pela elite os pobres não cabiam mais e eram constante e forçadamente expulsos, seja pelo desalojamento, seja pela nova norma sociocultural que falava mesmo de forma não-verbalizada: o seu espaço não é este! O glorificado progresso foi retaliado pelas classes prejudicadas na jovem República, esta forma de governo que apesar de desprezar as heranças coloniais continuava a adotar mecanismos similares de perseguição às massas negras, mestiças e pobres. O comércio informal dos mascates, a atuação dos artesãos ambulantes, a vadiagem dos moradores de rua e as práticas de cura que se davam a céu aberto são apenas exemplos de hábitos que foram sistematicamente reprimidos durante a configuração republicana da vida urbana.

Independentemente das razões invocadas para justificar cada um desses atos, eles traduzem um discurso, uma mentalidade, um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado cabia transformar, na marra, a multidão indisciplinada de "pés descalços" em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação (Mcdowall, 2008; Weid, 2003, p. 65-85 *apud* Benchimol, 2018, p. 282).

Expulsos do centro, estes desalojados perambulavam rumo aos altos dos morros próximos. Numa cidade com transportes custosos e empregos instáveis, a estadia permanente nos subúrbios distantes<sup>64</sup> parecia uma opção inviável. As favelas – ainda não classificadas de tal forma na primeira metade daquele século (Abreu, 1994 *apud* Queiroz Filho, 2011, p. 40; Valladares, 2000, p. 7) – foram se firmando como um local geográfico ocupado por aqueles que não tinham outras possibilidades de moradia e que, para tanto, tiveram que construí-las com suas próprias forças físicas e financeiras. Longe das vistorias punitivas do Estado, o que imperava nas encostas dos morros era a liberdade do uso da terra, da labuta e das taxas. Tudo isso dentro de um espaço compartilhado onde se davam os costumes e as práticas socioculturais marginalizadas pelos moradores da cidade baixa. Lá no alto, “o terreno é de ninguém, é de todos” (Costallat, 1995, p. 35 *apud* Valladares, 2000, p. 11).

A história das favelas, dentro dos fins do século XIX, mistura-se às consequências advindas da Guerra do Paraguai e, em especial, da Guerra de Canudos, sem deixar de lado a abolição da escravatura e, com a chegada da República, os impactos do movimento

<sup>64</sup> O meio de transporte que atendia aos moradores dos subúrbios do Rio de Janeiro eram os trens que, apesar de não serem tão relevantes quanto os bondes, funcionavam na mesma lógica de ocupação capitalista: primeiro vinha a estação de trem e, logo atrás, surgia o bairro. Ver: Rocha, 1995, p. 37-39.



higienista no meio social e urbano do Rio de Janeiro. Há indícios que apontam para a relação direta entre o “bota-abaixo” do *Cabeça de Porco* e a ocupação do Morro da Providência, uma das primeiras favelas da cidade. Os moradores desta estalagem se viram forçados a transferir suas residências – edificadas, inclusive, com os restos de materiais reaproveitáveis da citada demolição – para o referido morro localizado nas proximidades. Com isso, os antigos locatários tornaram-se vizinhos dos ex-combatentes que vieram de Canudos para a metrópole carioca, trazendo consigo as memórias do combate e o vocábulo “favela”.<sup>65</sup>

Nos dias que se seguiram [à derrubada do cortiço Cabeça de Porco], o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela “sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inoxidáveis”. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas (Chalhoub, 1996, p. 17).

É irônico pensar que a burguesia brasileira que ansiava pela urbanização e pela modernidade para a nação republicana, é a mesma responsável por impulsionar diretamente a formação e a ocupação das favelas cariocas. Na *belle époque*, a sociedade abastada circulava pelo centro da capital federal transitando pelos logradouros alargados e entrando nos teatros e nas confeitarias. Mesmo no clima tropical, os homens esbanjavam ternos e as barras dos vestidos femininos tocavam o chão, afinal, apesar do tempo desfavorável, queriam imitar os europeus que o fizessem da forma correta. Aparentemente, a capital se modernizava, mas a maioria dos cariocas não compreendia o significado dessa palavra e muito menos se sentiam contemplados por ela. Ao longe, ao alto, tudo era observado pelos novos habitantes dos morros cuja época não se apresentava tão bela assim. Segundo Oswaldo Rocha, a configuração das favelas dispunha de

habitações feitas com estuque, pequenas janelas e portas estreitas, com telhado de zinco ou de folhas de latas, geralmente latas de querosene abertas. O tamanho dessas habitações era maior do que os atuais barracos, e não observamos nenhuma habitação feita em madeira. Não observamos, também, a concentração exagerada dos casebres, havendo um espaço livre para a circulação entre elas, condições gerais que nos parecem bastante superiores às das favelas atuais (Rocha, 1995, p. 89).

A mudança dos moradores dos cortiços rumo às favelas foi acompanhada pelos olhares preconceituosos do higienismo que apenas transferiu os problemas habitacionais

<sup>65</sup> Vale lembrar que a favela não surge com o Morro da Providência (também conhecido como Morro da Favela) pois já haveria outras comunidades anteriores, mas sim a prática sistemática da ocupação dos morros se esquematiza a partir da experiência do Morro da Providência. Ver: Rocha, 1995, p. 90. Queiroz Filho, 2011, p. 35-38.



e sociais do Rio de Janeiro do interior das estalagens para o alto dos morros (Cardoso, 2008, p. 29 *apud* Queiroz Filho, 2011, p. 35). Mudavam-se as moradas, mas não as impressões sobre os cidadãos que ali habitavam. Tanto nos cortiços quanto agora nas favelas, sobre os cariocas pobres recai a responsabilidade pelo atraso, pela miserabilidade e, sobretudo, pela insalubridade da capital republicana – e logo a favela passa a ocupar o lugar central nas discussões e ações do movimento higienista.

A nova categoria habitacional foi sendo desqualificada como uma patologia perigosa a ser combatida em prol da preservação do corpo social pautado nas regras da higiene. Se, de acordo com os ideários higienistas, a cidade era concebida como um corpo, uma máquina cujas engrenagens precisam funcionar de forma limpa e eficiente sob as direções reguladoras dos médicos e engenheiros que a governavam, a tentativa de acabar com as favelas tão perigosas para tal manutenção era uma consequência natural e imperativa para decretar o fim dos males deste organismo ainda enfermo (Valladares, 2000, p. 14).

### Considerações finais

Casebres pobres e precários sempre fizeram parte da configuração habitacional e urbana do Brasil desde sua colonização, porém tais residências tornaram-se problemáticas a partir do século XIX – ou melhor, a partir do momento em que passam a apresentar possíveis perigos aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes.

Ao pensarmos na terminologia da palavra república, nos depararemos com o latim *res publica* que significa coisa pública, porém é trágico perceber que neste governo o que prevalece não é a vontade do povo, mas quase sempre os interesses e as vontades de uma elite minoritária cujos olhos se voltam para a Europa, mas os pés continuam fixos no Brasil. Para tanto, o capitalismo e o higienismo andaram lado a lado pelas avenidas largas e retilíneas que traduziam o “progresso” da nação. Na busca incessante por tratar dos problemas deixados pelo passado colonial, as administrações republicanas acabaram por criar novos obstáculos à unidade nacional ao adensar as desigualdades socioculturais entre as classes e as etnias.

Se o que os olhos não veem, o coração não sente, as populações pobres que migraram dos cortiços para as favelas deixam de perturbar as freguesias centrais ocupadas pelas elites do Rio de Janeiro. A partir de então, assistimos a (re)formação de duas cidades entrelaçadas dentro de uma: a primeira leva prédios antigos e casarões às ruínas para se



fazer tudo de novo, porém melhor, já a segunda se aproveita das ruínas da primeira para desenhar sua planta disforme no chão íngreme dos morros.

No jogo de alteridade entre o eu e o outro, a perspectiva que prevalece quando se pensa nos cortiços e nas favelas no Rio de Janeiro, normalmente, é a do estigma da pobreza e a da insalubridade. No entanto, para os moradores de tais habitações o que prevalecia era o sentimento de comunidade e de pertencimento, de resistência e de sobrevivência ao higienismo social e urbano. Por mais que este movimento tentasse desarticular a identidade de grupos subalternos, persistiu a multiplicidade cultural formada no interior dos casarões e nas encostas dos morros com autoria daquelas pessoas marginalizadas como, por exemplo, o surgimento do samba e da música popular brasileira.

Os médico-higienistas hão de dizer: “o Brasil é um país doente” (Lima; Hochman, 1996, p. 26) – e o vírus é a pobreza. Na utilização da doença como metáfora, é possível perceber que as populações pobres foram estigmatizadas como células maléficas transeuntes pelas vias internas do organismo urbano. Perante a ótica da cidade como um corpo onde os cidadãos só podem ser classificados como saudáveis ou doentes, é sintomático pensar como o espectro da doença e da insalubridade sempre esteve vinculado às classes subalternizadas.

Por mais que o movimento higienista/sanitarista tenha sido fundamental para a sistematização de ações sanitárias cujos benefícios acarretados para a qualidade da vida urbana são inegáveis (fiscalização das condições de moradia, saneamento básico, pavimentação de vias, coleta de lixo, entre outros), há a face do movimento que fora responsável pelo agravamento da exclusão socioespacial de grupos pobres e negros na cidade carioca.

Hoje os higienistas não existem mais, porém suas contribuições – benéficas e negativas – estão assentadas no meio social e urbano do Rio de Janeiro e de outras metrópoles brasileiras. Eles saíram de cena, mas a multidão de excluídos continua a existir e a se multiplicar dentro de lógicas habitacionais que permanecem estruturalmente imutáveis e densamente desiguais.

**Data de Submissão:** 26/06/2023

**Data de Aceite:** 01/12/2023

### Referências



BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). O Brasil Republicano 1: O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889- 1930).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 249-315.

CARVALHO, José. O Rio de Janeiro e a República. *In: Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 13-37.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. *In: Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 15-59.

LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. *In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, R.V. (Org.). Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p.23-40

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In: SEVCEKNO, Nicolau (Org.). História da vida privada 3: República: da Belle Époque à era do rádio.* Companhia das Letras, 1998. p. 110-178.

MATTOS, Romulo Costa. Habitações populares na primeira república: um balanço historiográfico crítico. *In: Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.* Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. 275p. Niterói: 2008. p. 25-44.

MATTOS, Romulo Costa. Everardo Backheuser e a (re)descoberta da crise habitacional na Primeira República. *In: Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República.* Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. 275p. Niterói: 2008. p. 45-133.

MUNIZ, Andrea Fernandes. As implicações da visão higienista do habitar na problemática habitacional brasileira a partir do combate às epidemias na segunda metade do século XIX ao início do século XX. *Dimensões - Revista de História da UFES, Vitória,* n. 47, p. 143-162, 2021.

QUEIROZ FILHO, Alfredo. Sobre as origens da favela. *Mercator, Fortaleza,* v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

RAGO, Margareth. Desodorização do espaço urbano. *In: Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 163-203.

RIBEIRO, Luiz, PECHMAN, Robert. *O que é questão de moradia.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920.* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. *Revista Brasileira de Ciência do Solo,* v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.